

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LIMITES E POSSIBILIDADES: uma tentativa de aproximação antropológica
com a realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na Cidade de
Manaus.

CONSUELENA LOPES LEITÃO

MANAUS
2016

LIMITES E POSSIBILIDADES: uma tentativa de aproximação antropológica com a realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na Cidade de Manaus

Consuelena Lopes Leitão

Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS – UFAM, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Raquel Wiggers

Manaus – AM
Agosto de 2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

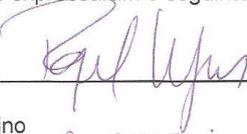
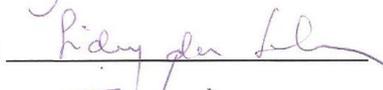
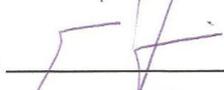
L533I Leita, Consuelena Lopes
 Limites e possibilidades: : uma tentativa de aproximação
 antropológica com a realidade de adolescentes em situação de
 exploração sexual na cidade de Manaus / Consuelena Lopes
 Leita. 2016
 248 f.: il.; 31 cm.

 Orientadora: Raquel Wiggers
 Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal
 do Amazonas.

 1. Violência Sexual . 2. Abuso Sexual . 3. Exploração Sexual. 4.
 Agência. 5. Redes. I. Wiggers, Raquel II. Universidade Federal do
 Amazonas III. Título

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DA ALUNA
CONSUELENA LOPES LEITÃO

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às 8h30min (oito horas e trinta minutos), no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, situado à Rua Ferreira Pena, nº 386, Centro, nesta capital, ocorreu a sessão pública de Defesa de Tese de Doutorado intitulada **Limites e Possibilidades: uma aproximação com a realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na cidade de Manaus**, apresentada pela aluna Consuelena Lopes Leitão, que concluiu todos os pré-requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Antropologia, conforme estabelece o regimento interno do Curso. Os trabalhos foram instalados pela Profa. Dra. Raquel Wiggers, PPGAS/UFAM, Orientadora e Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída, ainda, pelos professores: Profa. Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, PPGAS/UFAM, Prof. Dr. Sidney Antonio da Silva, PPGAS/UFAM, Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi, UFSC, Prof. Dr. Joaquim Hudson Ribeiro, UFAM. A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a tese, passou à arguição pública da doutoranda. Encerrados os trabalhos, os examinadores expressaram o seguinte parecer:

- Profa. Dra. Raquel Wiggers
Parecer: (Aprovado) Assinatura: 
- Profa. Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Parecer: (Aprovada) Assinatura: 
- Prof. Dr. Sidney Antonio da Silva
Parecer: (Aprovado) Assinatura: 
- Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi
Parecer: (Aprovado) Assinatura: 
- Prof. Dr. Joaquim Hudson Ribeiro
Parecer: (aprovado) Assinatura: 

Parecer Final

Aprovada. Devido a qualidade da pesquisa
a banca recomenda publicação de artigos



UFAM

Presidente da Banca Examinadora

1/2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Museu Amazônico
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social



Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Franceane Batista Corrêa de Lima, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Manaus, 15 de agosto de 2016.

Profa. Dra. Raquel Wiggers

Profa. Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

Prof. Dr. Sidney Antonio da Silva

Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi

Prof. Dr. Joaquim Hudson Ribeiro

Franceane Batista Corrêa de Lima
Secretária



UFAM

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a minha família, amigos e colegas de trabalho pelo apoio, força, incentivo, companheirismo e amizade. Sem eles nada disso seria possível.

Agradecimentos

Sou a autora desta tese, mas considero que este trabalho foi construído a partir de uma rede de pessoas pelas quais tenho grande apreço e gratidão.

Agradeço, primeiramente, a Deus e a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que me acompanham em toda a minha trajetória.

Às famílias que atendi como psicóloga, e principalmente ÀS ADOLESCENTES que contribuíram com a construção desse processo, que, para mim, são um exemplo de vida e resistência. Sou grata a vocês pelo aprendizado de vida; pelas aulas de enfrentamento, resistências, solidariedade, dentre outros aprendizados que jamais poderão ser expressos em palavras. Esse título também é de vocês: “Doutoras na vida”.

À minha orientadora Profa. Doutora Raquel Wiggers, que acreditou na efetivação dessa tese enquanto projeto, quando eu não sabia direito o que era e que me conduziu pelo campo da antropologia de maneira sensível, simples e construtiva. Seus esclarecimentos constantes ao meu tortuoso percurso de reflexão e seus questionamentos deram abertura de sentido para as possibilidades etnográficas que apresento nesta pesquisa.

Aos meus pais Ninfa Lopes e Manoel Lopes Leitão e a meus irmãos Suely, Consuelo, Nato e Ivo, meus amados sobrinhos e demais familiares que acompanharam minha trajetória. Obrigado a todos vocês pela compreensão e solidariedade.

Ao meu querido companheiro Guaraciaba Tupinambá Jr., pelo amor, compreensão e lealdade. Aprendi contigo os caminhos da academia e admiro sua inteligência, conhecimento e a sabedoria de quem é realmente douto. Agradeço-lhe pela paciência com meu excesso de ocupações durante esta jornada, pelas leituras deste trabalho, mas principalmente, pelo seu apoio no início minha vida acadêmica e pela parceria na vida cotidiana.

Ao meu querido Wender Felix de Araújo, pelo apoio incondicional nesta jornada que não se limitou somente à construção desta tese, mas aos estudos em parceria, apoios nas traduções de textos, nas jornadas acadêmicas, na pesquisa de campo, nas construções dos mapas, quadros e tabelas. Obrigada, por ceder seu tempo em muitas noites e madrugadas para ouvir minhas intermináveis leituras. Obrigada, por seu carinho e paciência comigo. A vida fica mais bonita quando encontramos pessoas solidárias.

Ao meu querido Rafael Vieira Amorim, pelo suporte e dicas na pesquisa de campo, no apoio em alguns trabalhos de produção audiovisual que refletiram em algumas reflexões aqui apresentadas, e no apoio em atividades que desenvolvi na rede de proteção. Obrigada, pelas discussões acaloradas, pelas palavras de incentivo, pelas leituras que fez dos escritos iniciais, e principalmente, pelo bom humor e apoio na logística da vida cotidiana para que eu pudesse me dedicar a este trabalho. Contigo aprendi que na adversidade encontramos pessoas que se tornam especiais na nossa vida para sempre.

Ao grande e querido parceiro no campo da Psicologia, Wendrews Santos, que descobriu comigo os primeiros passos da pesquisa de campo nas ruas, que pensou comigo estratégias e que me deu o apoio necessário, na hora certa. Obrigada, pela parceria nos atendimentos e em vários trabalhos acadêmicos que resultaram em uma amizade que nos levou há algumas aventuras no campo da vida. Agradeço-lhe pelo tempo e dedicação a mim nos primeiros passos deste processo.

A Gessyka de Sousa Trindade e Bárbara Beatriz Jesus Silva, mulheres de garra que me apoiaram nas pesquisas nas ruas e que posteriormente se tornaram gestoras em serviços na Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes. Obrigada, pela parceria. Juntas, aprendemos muitas lições que nos servirão para toda vida.

Aos queridos professores que passaram e aos que ainda permanecem no curso de Psicologia do Centro Universitário do Norte. Joanne, Cida, Natália, Daniel, Silene, Emily, Eliana, Oyama, Daniele, Fernanda Bião, e Fernanda Bandeira, Lorena, Enio, Alessandra, Camila, Consolação. Obrigada a todos você pelo apoio e compreensão.

Aos meus queridos alunos e estagiários, principalmente do Centro Universitário do Norte e UFAM, sempre receptivos às minhas ideias de participação nos mais diversos trabalhos acadêmicos e práticos.

Aos meus amigos de sempre Lia, Sissy, Mari, Vivi, Deyse, Luciana, Grazi, Elvis e André que me apoiavam e me faziam rir nos intervalos e pausas deste trabalho.

À Ana Lucia Mitouso pela amizade e por ter um coração que cabe o mundo. Contigo aprendi que podemos aproveitar o melhor das pessoas, que devemos agradecer sempre e que a psicologia pode ser afetada no seu melhor sentido.

A Patrícia Cavalcante, Fernanda Liane, Maria Gorete de Oliveira, pela amizade, e pelo aprendizado. Com vocês aprendi bastante sobre cidadania, direito e respeito ao outro. Tornei-me uma pessoa mais sensível depois das experiências cotidianas com vocês no CREAS. A todas as colegas e companheiras do CREAS: Cleunice Pessoa, Maria Ercília, Luiza Helene, Marcele Christina, Márcia Dib, Suzan Carol, Virgínia, Cassandra, Fabiane e Nivya Valente, (que não está mais entre nós), mas que permanece em nossos corações.

Aos queridos amigos e irmãos de doutorado com os quais tenho grande admiração e carinho: Magela Ranciaro, Dennis Pereira, Valéria Mello. Com vocês dividi aprendizado, angústias, alegrias, textos, discussões e principalmente esta tese. Nossos exercícios foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigadas pelas discussões das versões preliminares desta trabalho e pelas valiosas contribuições.

Aos grandes amigos do PPGAS, Socorro, Rondineli, Genoveva, Angélica, Alvatir, Conceição, Josias, CalyAnny, Daise, Audirene, Rosilene, Marília, Flavio, Kalinda, Miguel e Rosseline, pelos quais tenho grande apreço.

Aos professores Raquel Wiggers, Miriam Grossi, Antonela Tassinari, Fátima Weiss, Márcia Calderipe, João Pacheco de Oliveira, Deise Lucy Montardo, José Exequiel Basini Rodrigues, Sidney Antonio da Silva, Thereza Menezes, Ana Carla Bruno, Priscila Faulhaber e demais professores que abriram horizontes de possibilidades teóricas, contribuindo significativamente com a construção deste estudo.

Aos companheiros Isabelle Brambila e Natã Lima pela parceria em muitos trabalhos no Azulilás, que contribuíram para o meu amadurecimento nessa pesquisa. Obrigada também pelas leituras preliminares deste trabalho, e pelas discussões, dicas e sugestões. Sou muito grata a vocês pela parceria.

Ao Guaraney Siqueira Tupinambá e à Guaracema Siqueira Tupinambá. Nunca esquecerei o apoio dado por vocês à minha vida acadêmica. Sou eternamente grata por tudo que fizeram por mim.

Aos companheiros do grupo tecendo redes por todos os trabalhos desenvolvidos em parceria Amanda, Cristiane, Padre Hudson, Ana Lucia Mitouso, Dra. Zélia Campos e demais companheiros.

A Gisele Batágia e Zélia Campos que autorizaram meu acesso às informações dos SAVVIS para demonstração de um recorte da lógica de atendimento. Meu respeito e admiração a vocês pelo profissionalismo e dedicação com a causa.

À querida Amanda Cristina, minha amiga de luta, de quem tenho um grande orgulho de partilhar angústias, alegrias e vitórias. És um exemplo de cidadania e cuidado com as pessoas. O mundo deveria ter mais pessoas como você.

À Lígia Duque Jhonson de Assis, por todos os ensinamentos no campo da Psicologia e pela amizade que sempre se mostra muito sólida em nossos encontros nos intervalos de nossas atividades e ocupações. Obrigada por me ouvir e por aceitar todas as parcerias que propomos a você nos trabalhos de prevenção à violência sexual.

À Iolete Ribeiro, por ter aberto horizontes para minha compreensão de uma psicologia política implicada e relacionada às causas e realidade sociais. Além de ser uma profissional e uma pessoa muito querida no campo da psicologia, por seus posicionamentos de respeito ao outro.

À Fernanda Bião por partilhar comigo seus conhecimentos de fenomenologia e psicoterapia fenomenológica existencial. Obrigada por estar comigo. A vida nos reserva surpresas e pessoas maravilhosas que nos cativam para sempre, contigo tive um encontro de irmã de alma.

À Laura Lowenkron por suas leituras e produções que me foram inspiradoras para produção de todos os capítulos dessa tese.

A Sulamita, Joana, Soraya, Imã Liliana e Vanuza, pela disponibilidade e parceria. Partilhamos muitas ações e aprendemos com isso.

Aos colegas de trabalho da Policlínica Antonio Reis por terem sido parceiros em especial, Conceição, Alice, Nonato, Ana Rita, Sandra, Eligelson, Simone, Rita, Maria de Jesus, Silvia, Rose, Cecília, Marilene, Jucy, Neia, Suzy, Socorro e Luciana.

À Karina por me mostrar mil formas de enfrentamento e agência para adolescentes em situação de exploração sexual, por ser atuante nos movimentos sociais da infância no Brasil e por ser um exemplo de solidariedade e competência.

À Universidade Federal do Amazonas, à Secretaria Municipal de Assistência social, à Secretaria Municipal de Saúde, à Secretaria Estadual de Saúde, à ICasa Mamãe Margarida, ao Projeto Vira Vida – SESI, ao EQUIPAT Brasil e ao Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual.

Aos amigos do Conselho Regional de Psicologia, Conselho Estadual da Criança e Conselho Municipal da Criança, pelas parcerias e apoio.

A José Marques (o Dedé da Rymo), pela solidariedade, disponibilidade e colaboração na etapa final desta trajetória.

À CAPES pelo apoio financeiro.

RESUMO

A presente tese traz uma tentativa de aproximação com a realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na cidade de Manaus. A hipótese que sustenta sua análise é a de que a rede de proteção e a rede de exploração de crianças e adolescentes partem de lógicas próprias e diferentes de funcionamento, e que a rede de exploração está muito mais próxima da realidade das adolescentes. A partir de experiências em campo, utilizando a etnografia e a observação participante em instituições de atendimento a adolescentes e em alguns pontos onde a exploração sexual ocorre nas ruas de Manaus, esta pesquisa une a psicologia e a antropologia, nas quais prevalecem bases teóricas feministas. A partir deste apoio, utiliza dois grupos de categorias para reflexões sobre o contexto das adolescentes que revelam a agência como tema transversal em todo processo. O primeiro grupo trata das categorias de análise sexualidade, gênero, violência e poder e o segundo grupo trata da infância/adolescência, consentimento, rede e território. A tentativa de aproximação também permite uma leitura que apresenta as categorias nativas “enxerimento”, “rede do babado” e “rede legal”, com representações e histórias das jovens em primeiro plano. Este estudo também destaca mapas que descrevem os pontos onde a exploração sexual ocorre, as lógicas de funcionamento dos espaços e das jovens, e os números de atendimento realizados em algumas instituições da rede de atendimento a casos de violência sexual. A partir desses procedimentos, mostra algumas reflexões que podem servir de contribuição local, para pensarmos em limites e possibilidades, para além do eixo vítima/agressor, nos equipamentos que materializam as políticas públicas no campo do enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes na cidade de Manaus.

ABSTRACT

This thesis brings an attempt to approach the reality of adolescents in situations of sexual exploitation in the city of Manaus. The hypothesis that supports his analysis is that the safety and the exploitation networks of children and adolescents run of own logic and different operation, and the exploitation network is much closer to the reality of adolescents. From experiences in the field, using ethnography and participant observation in institutions that care to adolescents and in places where sexual exploitation occurs in the streets of Manaus, this research combines psychology and anthropology, where prevail feminist theoretical basis. From this support, use two sets of categories to reflections on the context of adolescents that reveal the agency as a crosscutting theme throughout the process. The first group of categories is composed of sexuality, gender, violence and power and the second group involves childhood / adolescence, consent, network and territory. Attempting to approach also allows a reading that shows the native categories "enxerimento," "rede do babado" and "Rede Legal" with representations and stories of young people in the forefront. This study also seeks to highlight maps that describe the places where sexual exploitation occurs, the logic of functioning of spaces and young girls; and the attendance numbers performed in some institutions of the network of care for cases of sexual violence. From these procedures, it shows some reflections that can serve as a local contribution to think about limits and possibilities beyond the shaft victim / aggressor, on the equipments that materializing public policies in the field of confronting sexual violence against children and adolescents in the city of Manaus.

RÉSUMÉ

Cette thèse apporte une tentative de se rapprocher de la réalité des adolescents en situation d'exploitation sexuelle dans la ville de Manaus. L'hypothèse qui prend en charge son analyse est que les réseaux de sécurité et l'exploitation des enfants et des adolescents ravallent avec des logiques différentes et propres, et que le fonctionnement du réseau de l'exploitation est beaucoup plus proche de la réalité des adolescentes. Des expériences sur le terrain, en utilisant l'ethnographie et l'observation participante dans les établissements de soins pour les adolescents et dans les endroits où l'exploitation sexuelle se produit dans les rues de Manaus, cette recherche combine la psychologie et l'anthropologie, où domine la base théorique féministe. De ce soutien utilise deux groupes de catégories pour les réflexions sur le contexte des adolescents qui révèlent l'agence comme un thème transversal tout au long du processus. Le premier groupe de catégories est composé de la sexualité, le sexe, la violence et le pouvoir et le second groupe implique l'enfance / adolescence, le consentement, le réseau et le territoire. Tenter d'approcher permet également une lecture qui indique les catégories natives de "enxerimento", "rede do babado" et "rede legal" avec des représentations et des histoires de jeunes au premier plan. Cette étude vise également à mettre en évidence des cartes qui décrivent les endroits où l'exploitation sexuelle se produit, la logique de fonctionnement des espaces et des jeunes; et les chiffres de fréquentation effectués dans certains établissements du réseau de soins pour les cas de violence sexuelle. A partir de ces procédures, il montre quelques réflexions qui peuvent servir comme une contribution locale à réfléchir sur les limites et les possibilités au-delà de l'arbre de la victime / agresseur, dans l'équipement matérialisant les politiques publiques dans le domaine de la lutte contre la violence sexuelle contre les enfants et les adolescents dans la ville de Manaus.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo de fluxograma da rede de Proteção.....	14
Figura 2 – Fluxograma da Rede de exploração sexual.....	15
Figura 3 – Co-responsabilidade sobre a proteção de crianças e adolescentes no Brasil.....	68
Figura 4 – Capacidade de agência das adolescentes x consentimento e vulnerabilidade... 229	
Figura 5 – Co-responsabilidade sobre a proteção de crianças e adolescentes com a participação infatojuvenil.....	229

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Equipamentos da Rede de Proteção – Configuração Inicial	25
Mapa 2 – Equipamentos da Rede de Proteção – Configuração Atual	27
Mapa 3 – Pontos de exploração apontados por outras pesquisas e atores sociais da rede de proteção e rede de exploração sexual.....	120
Mapa 4 – Pontos de exploração identificados na pesquisa de campo.....	206
Mapa 5 – Pontos de exploração localizados no centro da cidade a partir do relato das adolescentes.....	209

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 - Quadro resumido dos principais conceitos sobre abuso e exploração sexual estratificados conforme primeiro pilar de categorias de análise desse estudo. (abuso sexual).....	83
Quadro 2 -Quadro resumido dos principais conceitos sobre abuso e exploração sexual estratificados conforme primeiro pilar de categorias de análise desse estudo. (exploração sexual).....	85
Tabela 1 – Vítimas de violência sexual atendidas no SAVVIS Maternidade Moura Tapajós do período de 2006 a 2014.....	216
Tabela 2 – No. Total de atendimentos no SAVVIS/ano: Casos novos + Ambulatório + Aborto legal.....	217

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Abuso e exploração sexual CREAS zona centro-sul desde sua fundação em 2002	219
Gráfico 2 – Abuso e exploração sexual CREAS zona centro-sul de 2013 a 2015	221
Gráfico 3 – Abuso e exploração sexual CREAS zona centro-sul 2013 a 2015.....	222
Gráfico 4 – Abuso e exploração sexual SAVVIS zona centro-sul 2013 a 2015.....	223

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância e Adolescência
AIDS	Acquired Immuno deficiency Syndrome
AMA	Articulação de Mulheres do Amazonas
ANDI	Agência de Notícias do Direito da Infância
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
CECRIA	Centro de Referência em Estudos e Ações em Crianças e Adolescentes
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CIACA	Centro Integrado de Apoio a Criança e ao Adolescente
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNAS	Sistema Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRB	Conferência de Religiosos do Brasil
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DCA	Departamento da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPAT	End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GACPE	Gerência de Atividades Complementares e Programas Especiais
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IACAS	Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente Santo Antônio
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MMT	Maternidade Dr. Moura Tapajós
MPAS	Ministério da Previdência Social
MPF/AM	Ministério Público Federal do Amazonas
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMIR	Organização das Mulheres Indígenas de Roraima
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-juvenil
PESTRAF	Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual
PPCAAM	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
PPS	Partido Popular Socialista
PRODECA	Observatório dos Direitos da Criança e Adolescente
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROURBES	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental
PT	Partido dos Trabalhadores

SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e adolescentes
SAVAS	Serviço de Atendimento a Vítimas de Abuso Sexual
SAVVIS	Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual
SEAS	Secretaria de Estado da Assistência Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Manaus
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de aprendizagem social
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SPA	Serviço de Psicologia Aplicada
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSAM	Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNDOC	United Nations Office on Drugs and Crime
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – O PRIMEIRO CONTATO COM O “CALEIDOSCÓPIO” – INICIANDO OS PRIMEIROS GIROS: NO CONTATO COM A LÓGICA DA REDE DE PROTEÇÃO	12
1.1 Incursão no campo de pesquisa: casos, acasos e possibilidades	12
1.2 Os equipamentos da rede de proteção	16
1.2.1 História e definição do Programa Sentinela.....	17
1.2.2 História e definição do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS ..	19
1.2.3 Instituição Casa Mamãe Margarida.....	20
1.2.4 Programa Vira Vida – SESI.....	21
1.2.5 SAVVIS Moura Tapajós.....	22
1.2.6 SAVVIS Instituto da Mulher Dona Lindu	23
1.2.7 SAVVIS - Policlínica Antônio Reis.....	23
1.3 Mapas da rede de proteção configuração inicial x Configuração atual	24
1.4 Redirecionando o “caleidoscópio”: girando para a metodologia de pesquisa.....	27
1.4.1 O exercício de aproximação entre a antropologia e a psicologia.....	30
1.4.2 Uma psicóloga e sua imersão no campo da antropologia	33
1.4.3 Dos colares de conchas de Malinowski ao simbolismo das trocas: um exercício de reflexividade	39
1.4.4 O exercício de aproximação e os atores da pesquisa	41
1.4.5 Informações estatísticas e mapa	46
1.4.6 As entrevistas e conversas formais informais.....	46
1.4.7 O processo de ser afetada e o exercício de reflexividade.....	47
CAPÍTULO II - UM “CALEIDOSCÓPIO” SEM LÓGICA	53
2.1 Alguns giros do “caleidoscópio”: entre a materialidade dos fatos, a violência e os direitos legais de crianças e adolescentes	53
2. 2 Da materialidade legal dos fatos à subjetividade humana	54
2.3 Violência.....	59
2.3.1 Alguns tipos de violência cometidas contra crianças e adolescentes	59
2.3.2 Outros casos de violência	62
2.4 O foco dos Direitos	65
2.5 Violência sexual: o que não se vê com uma lente comum.....	69

2.5.1 Abuso sexual: fragmentos de uma contextualização histórica e suas definições.....	70
2.5.2 Exploração sexual, contextualização histórica: a lente principal	77
2.5.4 Outras lentes: discussões importantes	89
CAPÍTULO III – UM “CALEIDOSCÓPIO MULTIFOCAL”: A CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL E NO AMAZONAS	94
3.1 O Movimento social de mulheres.....	95
3.2 A Contribuição antropológica de Laura Lowenkron.....	97
3.3 Os movimentos sociais da infância e adolescência	104
3.4 O Sistema Único de Saúde - SUS	108
3.5 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Plano de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	111
3.6 A psicologia e outros campos de atuação	113
3.7 Fragmentos históricos e casos emblemáticos: contextos Manaus – Amazonas.	114
3.7.1 Fragmentos de história.	115
3.7.2 Os casos emblemáticos e a rede de proteção em Manaus.....	117
CAPÍTULO IV – O “CALEIDOSCÓPIO”, AS CATEGORIAS NATIVAS E O PRIMEIRO PILAR DE CATEGORIAS TEÓRICAS.	129
4.1 Gênero, poder, sexualidade e violência	130
4.2 Gênero e sexualidade: a “rede do babado” e a “rede legal”.....	130
4.3 Construções nativas: gênero e sexualidade, caminhos para pensar a violência e o poder	150
4.4 Poder e violência: relativização, metáforas e possibilidade de enfrentamento	159
4.5 O que vem com o exército do “caleidoscópio”	172
CAPÍTULO V - O “CALEIDOSCÓPIO” E O SEGUNDO PILAR DE CATEGORIAS TEÓRICAS: LIMITES E POSSIBILIDADES	174
5.1 A concepção de infância e os polos do consentimento.....	174
5.2 Redes e território: dos pontos concretos aos virtuais	192
5.3 Rede, território e algumas lógicas de funcionamento.....	202
5.4 Os pontos de exploração sexual em Manaus e suas reproduções territoriais.....	205
5.5 Corpo e território.....	210
5.6 Análises e hipóteses ou limites e possibilidades?	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS	224

INTRODUÇÃO

No campo da antropologia, alguns etnógrafos acreditam que basta que se deixem afetar pelas mesmas forças que afetam os demais, para que a relação que envolve uma comunicação muito mais complexa que a simples troca verbal ocorra (Favret-Saada, 1977 & Goldman, 2005). Não se trata de uma apreensão emocional ou cognitiva do afeto dos outros, mas da possibilidade de ser afetado por algo que afete outrem para estabelecer com esses certa modalidade de relação.

O presente estudo é resultado de minhas experiências enquanto psicóloga, que trabalhou em vários pontos da rede de proteção de crianças e adolescentes, na cidade de Manaus, no estado do Amazonas. Foi em meio à rotina de atendimento a crianças e adolescentes, à convivência prolongada com algumas delas e, conseqüentemente, ao acesso a diferentes histórias de vida, que me senti afetada pelas experiências de violência sexual.

As histórias de violência são muito comuns na vida cotidiana, entretanto, passam, algumas vezes, despercebidas ou são tratadas com indiferença dentro dos padrões socialmente estabelecidos que são, certamente, um dos fatores responsáveis por essa invisibilidade.

No início de minha trajetória profissional, no trato com a violência sexual de crianças e adolescentes, deparei diversas vezes com essa indiferença no campo de atuação, mas acreditava que as técnicas, teorias e experiências adquiridas por mim até aquele momento, somadas a certa dose de sensibilidade, eram suficientes para realizar atendimentos efetivos a casos relacionados à violência sexual. Somente a partir de algumas experiências peculiares, percebi que outros recursos adicionais seriam necessários para compreender essa realidade. Quando me senti afetada por esses fatos foi que percebi o quanto estava distante do real entendimento do contexto, que me parecia até então familiar. Consigo identificar o momento em que esse processo se iniciou, foi no contato com uma jovem, em meio a uma atividade denominada “abordagem social de rua”, organizada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e realizada por uma equipe formada por assistentes sociais, educadores e psicólogos:

“Tainá¹, uma adolescente em situação de abuso e exploração sexual, negra, com diversas cicatrizes no corpo provenientes de meningite, em situação de rua e usuária de drogas desde os seis anos. A adolescente vinha sendo atendida no CREAS há aproximadamente seis meses e foi localizada pela equipe nas proximidades do Amarelinho, no bairro de Educandos, na Zona Sul, às margens do rio Negro, área urbana da cidade de Manaus. O lugar é uma zona portuária e por não ter recebido manutenção e atenção continuada da gestão pública tornou-se um lugar decadente, onde existe muito lixo, proveniente das embarcações e à noite, possui lugares escuros propícios a encobrir situações de prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes e uso de drogas.

Ao conversar com Tainá queria saber como ela estava de saúde, quais suas condições psicológicas? Por que ela preferia a rua à sua família? O que a mantinha ali? Minhas intenções eram de tirá-la de lá. A menina voltou-se para mim, me olhou da cabeça aos pés e disse: “tia, tu é branquinha, né?!” (sic) Naquele momento, eu fiquei completamente desnorтеada e disse a ela: é eu sou... Estávamos num dia de sol, aproximadamente trinta graus e o contraste entre a minha cor e a dela parecia ficar mais evidente: “Tia olha só como tá sol, aí que tu fica brancona mesmo né?! E eu preta cheia de marca feia!!!! E olha como essas marcas feias no meu corpo aparecem!!!!” (sic). Nesse momento percebi uma diferença enorme entre nós, entre a minha realidade e a dela. Percebi que essa diferença não estava apenas na cor e cuidado da pele. Tínhamos vivências, crenças, experiências e expectativas de vida completamente diferentes. Surgiu a partir desse fato, um questionamento sobre minha capacidade de intervir na realidade dessas meninas. E partindo dessas incertezas passei a buscar outras referências, para interpretar a realidade que me parecia, antes dessa experiência tão familiar (LEITÃO, 2012, p.2).

Foi assim que senti a necessidade de unir a psicologia e a antropologia para pensar o fenômeno da violência, sendo a antropologia essa outra lente que me ajudaria a ampliar e modificar o olhar. Tive contato com diversas literaturas desse campo, dentre elas, encontrei algumas inspirações que influenciaram significativamente este trabalho, como a experiência etnográfica “De Volta ao Lago do Leite”, da antropóloga Cristiane Lasmar (2005), sobre o movimento dos habitantes do rio Uaupés (afluente do rio Negro) em direção ao mundo dos brancos. A forma como Lasmar traz a experiência do exercício de aproximação e como descreve a relação de homens e mulheres e o padrão de moderação que regula o comportamento cotidiano desses, serviram de reflexões iniciais para pensar em crenças que encobrem comportamentos de violência sexual. Outras obras do campo da antropologia também foram inspiradoras, como Cohn (2005), com a ideia de antropologia da criança e de agência², que se assemelha a do protagonismo juvenil idealizado no campo dos

¹Nome fictício para resguardar a identidade da jovem que na época era adolescente.

² Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator individual capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”. Eles procuram resolver problemas, aprender como

direitos da infância e adolescência. Veena Das (1999) que aborda o trabalho que o tempo exerce sobre a violência, destacando também a agência nos comportamentos de mulheres, vistas por outro ângulo, como vítimas incondicionais de violências sexuais e domésticas que ocorreram no processo de partição na Índia.

Laura Lowenkron que trata de violência sexual e temas afins, destaca-se em capítulos desta tese, por apresentar para este estudo concepções elucidativas que nutriram muitas reflexões sobre questões legais, abuso sexual, exploração sexual, consentimento e vulnerabilidade, dentre outras discussões distribuídas tematicamente no decorrer desta pesquisa.

Para produzir o presente trabalho, foi necessário realizar um exercício de quatro anos de casamentos e separações momentâneas entre a psicologia e a antropologia em uma pesquisa que une as duas áreas de conhecimento como lentes para interpretar a realidade social do fenômeno da exploração sexual de adolescentes.

A discussão sobre violência sexual desemboca, com muita frequência, em um mundo de contradições, que fazem emergir uma série de polêmicas, dificuldades, incompreensões, que podem afetar aqueles que trabalham com o tema. Esses pontos também geram confusões sobre a responsabilidade de meninas e meninos, principalmente nos casos de exploração sexual, em que são vistos como ativos e não passivos de uma condição imposta por suas histórias de vida e meio social. É possível exemplificar esse fato com Lasmar (2005), ao destacar que o tempo de residência na cidade constitui-se como elemento importante. As jovens que residem nos bairros de ocupação mais recente mantêm, em contraposição às jovens que moram nos bairros mais antigos, hábitos relacionados ao modo de vida indígena e são denominadas “meninas de sítio” pelas que são nascidas na cidade. Essas consideram as moças vindas das comunidades como não preparadas para a vida urbana. As “meninas de sítio” são as principais vítimas da violência sexual na cidade e são criticadas por isso, pois, na ótica daquelas etnias, as mulheres são agentes ativos nesses episódios.

Assim, as representações sobre os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes apresentam fronteiras muito tênues e delicadas, que causam muitos conflitos conceituais e metodológicos para pesquisadores e especialistas na área.

intervir no fluxo de eventos sociais em seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas (GIDDENS, 1984, p.6).

Quando se trata da região amazônica, essas fronteiras se fazem mais vulneráveis e os conflitos mais delicados, essa fragilidade se apresenta em função dos padrões culturais estabelecidos desde o início da colonização e reproduzidos ao longo do tempo, que propiciaram e propiciam situações de violência contra mulheres, meninas e meninos. Exemplificando um deles, aponto o relato de um professor de história que me contou, quase como um refém, que um pai ofereceu a ele sua filha de quatorze anos para morar junto (em condição marital) no período em que o mesmo foi pesquisador naquela comunidade, em um município do Amazonas. Nesses casos, existem experiências com reproduções de padrões tidos como naturais e culturais, é comum na Amazônia o envolvimento de jovens com homens mais maduros. A geografia dos rios, sua extensão, a escassez e a limitação de recursos, em algumas regiões, também propiciam a exploração sexual. Ouço com frequência a frase: *“Ah, isso é normal por aqui!”*.

Portanto, a análise que busco fazer no presente trabalho, tenta contribuir para mostrar o quanto as lógicas de funcionamento de uma determinada época, em um determinado lugar, são instituídas em uma sociedade e interferem significativamente nas concepções que as pessoas têm sobre os processos. Um exemplo dessa afirmação são as lógicas de funcionamento presentes a partir da lei 6.697, de 10 de outubro de 1979 ou Código Mello Mattos - como ficou conhecido o primeiro código sistemático de menores do país, e depois a lei 8.069, de 13 de junho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e que gradualmente foram sendo incorporadas pela sociedade em duas épocas distintas e que materializaram de formas diferentes a maneira de conceber as ideias de infância e de adolescência.

Em muitos lugares do Brasil e, sobretudo na Amazônia, crianças e adolescentes eram subordinados aos adultos, e ainda são em alguns lugares. Os contatos de conotação sexual com meninos e meninas não eram percebidos ou eram naturalizados, embora não fossem explícitos em sua grande maioria e quando esses contatos eram explicitados, comumente se revolviam na esfera privada da família e da comunidade. Caso ocorressem na igreja, o pastor ou o padre resolviam a situação com aconselhamentos e penitências aos adultos, e a responsabilização da criança com castigos e punições severas, como surras. No ambiente da família, essa lógica também era seguida e os casos considerados mais graves eram resolvidos com ações ou decisões para lavar a honra da família, com o homicídio dos culpados ou das vítimas nos mais variados contextos e situações, ou obrigações de união legal. Nesse período, muitas mulheres foram obrigadas a casar com pessoas

que eram consideradas, por elas, como autores de sua violência sexual ou foram mortas por seus agressores.

É comum na Amazônia, a expressão “enxerimento”³ que também quer dizer que a criança está se metendo e provocando sexualmente o adulto. Violências sexuais são tidas como “enxerimento” da menina que provoca o adulto, como se ela fosse à única responsável pelo ato de seduzi-lo. Tais violências tinham esses nomes, dentre outros termos que também eram usados como justificativa para esse tipo de ato. Muitas situações de exploração sexual perpassam uma representação de como ainda se pensa a infância e ou adolescência, e de como algumas práticas de subordinação vêm se reproduzindo na história da região, desde o processo da colonização e dos coronéis da borracha⁴.

No entanto, recentemente tem surgido um movimento que desnaturaliza alguns desses preceitos. Esse movimento vem ocorrendo nas duas últimas décadas no Brasil, mas precisamente a partir dos anos 90 e Manaus tem sofrido esse impacto. O fenômeno da exploração relacionado à violência sai do campo da invisibilidade e emerge no campo das políticas públicas como um fenômeno a ser enfrentado, podemos perceber pela quantidade de Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS que surgiram nos diversos municípios nas duas últimas décadas, além de novas ações em diversos espaços da rede de proteção de crianças e adolescentes.

Partindo dessa contextualização, percebi nesta pesquisa a necessidade inicial de registrar uma conceituação sobre o que é exploração sexual, por três ângulos: pelo ponto de

³Ousadia, audácia. Expressão regional muito comum no Norte e Nordeste do país. Exemplo: - “*Não seja enxerido, menino!*” Nem sempre tem conotação sexual (definição elaborada a partir da experiência de campo desta pesquisa).

⁴ Primeiro período de 1879-1912 e segundo período de 1942-1945. O débito dos seringueiros dava a esses senhores amplos poderes sobre eles, inclusive de caçá-los em fuga e recebê-los de volta com auxílio do poder público. Como forma de reforçar seu status, os seringalistas obtinham, por meio de relações políticas, a compra de patentes da Guarda Nacional. Em relação à comenda, a patente dos coronéis era atribuída por força do hábito de se considerá-los homens importantes. Exercia força moral, política e mesmo policial em seus domínios, estabelecendo vínculos de compadres e afilhados, fazendo conchavos e acordos para apoiar candidatos às eleições municipais e estaduais, resolvendo brigas, combatendo as invasões de seringais vizinhos, justificando criminosos e exercendo poder para prender e punir seringueiros que fugissem de seu seringal (WEINSTEIN, 2002).

vista da rede de proteção, da rede de exploração sexual e das adolescentes que passam por essa experiência. Identifiquei, também, a necessidade de apresentar um fluxo sobre o funcionamento dessas redes, e de sua conceituação. Encontrei um estudo muito aproximado dessas intenções em Faleiros (1998), em um trabalho apresentado no IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Goiânia, em que a autora trata das relações na rede de familiares, na rede de proteção e na rede de exploração, assim, nem todas as pessoas conhecem essa nomenclatura. Portanto, existe uma rede de proteção de crianças e adolescentes, na qual eu trabalho e atuo politicamente como psicóloga, mas há outra, tão bem organizada quanto à rede de proteção, com características, lógicas e intenções completamente distintas: a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes. Por essa razão, o fluxo e a conceituação da rede de proteção e exploração sexual serão destacados no primeiro capítulo deste trabalho.

Para a rede de proteção de crianças e adolescentes, a exploração sexual se caracteriza como uma das modalidades de violência sexual de crianças e adolescentes, independente da orientação sexual, raça, cor, escolaridade ou classe social expressa pelas modalidades, pornografia, turismo sexual, tráfico de pessoas e prostituição, e se constitui em um ato de natureza atentatória ao direito humano, ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação às crianças e adolescentes.

Para a rede de exploração sexual, o conceito de exploração sexual se caracteriza como um caminho de acesso a dinheiro, bens e serviços, que podem ser administrados, até certo ponto, de acordo com a disponibilidade e poder, de forma organizada e articulada em diversos níveis, com diversas redes, interesses e relações diferenciadas. Envolve laços de solidariedade e violência, simultaneamente, e possui um nível menor de exigências no processo de inclusão de crianças e jovens que atuam nesse campo, em atividades de prostituição, pornografia e tráfico de pessoas para fins de exploração e turismo sexual.

Para as jovens que vivenciam essa experiência, a exploração sexual é um caminho pelo qual exercitam a possibilidade de agência⁵ através da sexualidade, para realizar trocas e suprimento de necessidades cotidianas. Um caminho acessível que, apesar de alguns incômodos, torna-se um lugar viável de transitar e negociar, por apresentar diversos atores

⁵Um agente pode optar por agir, mas só pode fazê-lo de uma determinada maneira. É impossível, nesses sistemas, agir de uma maneira geral ou inespecífica: todos os atos são específicos. Justamente por isso, na visão melanésia, ser um agente é mobilizar sua capacidade generalizada para uma finalidade específica (STRATHERN, 2006, p. 466).

sociais, com estratégias possíveis e mais próximas do seu corpo, da sua casa, da sua rua, do seu bairro, das suas redes de contato, da sua vida cotidiana.

Nesse contexto, pretendo demonstrar uma experiência de etnografia da exploração sexual de adolescentes do sexo feminino, na cidade de Manaus. Não que a exploração dos meninos seja menos importante ou mereça menos visibilidade, pois sempre existiu e tem crescido e/ou ficado mais visível nos últimos anos. O fato é que tive mais acesso às histórias de meninas e de acordo com algumas estatísticas que serão expostas no final dessa pesquisa, veremos que, a maioria dos abusos que chega à rede de proteção é de meninas, o que facilitou o meu acesso a esses casos.

Serão postas em primeiro plano algumas representações das adolescentes em situação de exploração sexual, e os relatos de histórias das violências sexuais serão misturados entre si, para não expor de forma direta os casos e resguardar as histórias particulares. Com esse exercício, serão expostas as diferentes lógicas de funcionamento da rede de proteção e da rede de exploração, a partir de algumas categorias de análise, como caminho pelo qual se procura realizar uma aproximação com a realidade das jovens.

Pretendo nessa análise, realizar um processo de construção e reconstrução, equilíbrio e desequilíbrio, desorganização, organização, confrontação e reconfigurações para propiciar um olhar mais amplo sobre essas experiências. Inicialmente partirei de três pontos: o primeiro envolve a minha incursão em campo, momento em que demonstrarei como o contato com esses fatos foram mudando o meu olhar, desconstruindo e reconstruindo outro ponto de vista, para perceber essas experiências por outras lentes. O segundo, com a análise dos conceitos de violência, direitos, abuso e exploração sexual. Esses dois últimos conceitos serão revisitados na perspectiva de vários autores e posteriormente serão estratificados (conforme quadro 1 e 2 no capítulo 2), confrontados, discutidos e analisados para extração das categorias que serão os pilares de sustentação da hipótese aqui levantada. E o terceiro, a partir de uma contextualização histórica no Brasil e no Amazonas, que contribuíram para as mudanças que ocorreram no campo das políticas públicas para muitas reconfigurações na rede.

No trabalho que envolve a perspectiva das jovens e das redes, muitos conceitos aqui serão postos em questionamento, analisados e confrontados como forma de auxiliar esse exercício de aproximação.

Os relatos e experiências aqui expostos, baseiam-se em depoimentos e histórias de vida de adolescentes, com idades entre 14 e 26 anos, as quais tenho acompanhado desde 2006, quando ingressei no Programa Sentinela⁶ e com outras jovens que tive contato algum tempo depois em diferentes pontos na rede de proteção e da rede de exploração de crianças e adolescentes. Além disso, descreverei o funcionamento de alguns equipamentos e serviços de atendimento que também compõem a rede de proteção, destacando onde esses equipamentos ficam localizados, a partir de mapas da cidade de Manaus, para mostrar como ocorre a ampliação dos serviços de atendimento na rede de proteção, no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa. Esta metodologia inicial foi escolhida para propiciar ao (a) leitor (a) uma visão das nuances, do contexto, das experiências das jovens e das lógicas de atendimento, e de como alguns equipamentos cumprem papéis importantes dentro do fluxo da rede de atendimento, para posteriormente entendermos os demais mapas e funcionamento das redes, e dos pontos de exploração sexual localizados na cidade.

Cada um desses equipamentos e serviços da rede de proteção, como também os processos e pontos de exploração, serão descritos com mais detalhes no decorrer desta análise, principalmente no último capítulo.

A metodologia desse estudo envolve a observação participante e a construção de uma etnografia em que destaco de um lado os principais conceitos sobre o tema e as representações da rede de proteção, da qual faço parte como psicóloga, para, num segundo momento, realizar uma aproximação, dessa vez como antropóloga, das representações das adolescentes e suas relações com a rede de exploração.

Para fundamentar a descrição etnográfica, o texto contém um levantamento do referencial teórico sobre os temas abuso e exploração sexual no campo das políticas públicas e no campo da antropologia que partirá de uma base polifônica, na qual prevalecerão os estudos feministas. Por essa razão, a tese se apresenta ora na primeira pessoa, ora no impessoal e na terceira pessoa do plural, caracterizando essa polifonia que envolverá inclusive o(a) leitor(a) com solicitações de reflexão.

O contexto das jovens e dessas redes serão apresentados através de trechos de histórias e análises de experiências, levantados através de entrevistas e conversas informais

⁶Programa instituído em vários estados do Brasil em 2001, através de uma parceria entre os governos Federal e Municipal, com a intenção principal de atender crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violência. Para a realização deste trabalho, a lógica de atendimento envolvia uma equipe multiprofissional composta por psicólogo, assistente social e advogados e/ou pedagogos, capacitados a oportunizar a participação em trabalhos que visem a promoção e o desenvolvimento psicossocial desses indivíduos (BRASIL, 2001, p.1).

com os sujeitos da pesquisa e de minhas experiências em campo. Os mapas serão utilizados também para descrever a multiplicidade de pontos de exploração, a ampliação e a localização dos equipamentos da rede de proteção, com suas características relacionadas aos seus processos de “solidariedade” e lógicas de funcionamento, característicos desses lugares, em que foram encontradas adolescentes em situação de exploração.

Para a coleta estatística serão considerados documentos oficiais coletados no período entre 2001 e 2015⁷, e com esses procuro demonstrar alguns números que comprovem dados de atendimento e as diferenças entre o abuso sexual e a exploração sexual com argumentações que se relacionam com a hipótese aqui levantada.

A hipótese que sustenta este estudo é a de que a rede de proteção e a rede de exploração de crianças e adolescentes partem de lógicas próprias e diferentes de funcionamento, e que a rede de exploração está muito mais próxima da realidade das jovens. Defendo que as categorias de gênero, poder, sexualidade e violência aparecem nesses conceitos a partir de vários campos de conhecimento e a partir das vivências das jovens, e das ações da rede de proteção e da rede de exploração sexual. Essas categorias também são importantes para entender as diferenças das lógicas de funcionamento das redes.

Acredito que os estudos de rede, território, agência, infância e consentimento se apresentam como pontos balizadores para realização de um estudo capaz de destacar a visão da rede de proteção e da rede de exploração. Acredito também, que estes estudos, permitem uma maior aproximação da realidade das adolescentes em situação de exploração sexual, o que permitirá entender as representações dessa exploração na contemporaneidade.

O objetivo geral deste trabalho busca identificar as lógicas de funcionamento das redes de proteção e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Os objetivos específicos visam analisar essas lógicas a partir de dois pilares de categorias: o primeiro, que envolve gênero, poder, sexualidade e violência; o segundo, envolve rede, territórios, infância/adolescência e consentimento.

Importa ressaltar que a categoria agência se apresentará como uma categoria transversal que atravessa todos os capítulos. Se mostra também como uma categoria chave para solução de alguns problemas levantados nesta pesquisa e se relaciona diretamente com a categoria “enxerimento” muito utilizada para nomear essas situações no campo das categorias nativas.

⁷Recorte temporal identificado a partir da implantação do Programa Sentinela, na cidade de Manaus.

Utilizarei em alguns títulos deste estudo a metáfora das lentes de um caleidoscópio - “Aparelho óptico, que consiste em um tubo com pequenos fragmentos de vidro colorido e três espelhos que formavam um ângulo de 45 a 60 graus entre si. Os pedaços de vidro refletem nos espelhos, cujos reflexos simétricos, provocados pela passagem da luz, apresentam, a cada movimento, combinações variadas de efeito visual”(CUNHA, 2010). As combinações de imagens que se formam no caleidoscópio são similares às diversas representações sobre a exploração sexual que a cada olhar por ângulos diferenciados destacam uma face com significados diferentes, a partir da visão de cada ator social que entra em contato com essa realidade. A ideia de usar uma visão caleidoscópica representa a multiplicidade de visões que se pode recolher sobre o tema que é objeto deste estudo.

Para efeito de contextualização, no capítulo I são descritos os processos de incursão em campo, os conceitos de rede de proteção e de rede de exploração e o fluxo dessas redes, em que as jovens de exploração sexual transitam. Em seguida, são apontados os principais pontos de atendimento a casos de violência sexual na cidade de Manaus, no campo da rede de proteção, na qual a pesquisa teve seu início, a partir de minhas experiências como psicóloga. Descreve-se por último a metodologia utilizada neste exercício etnográfico, com as diversas tentativas no campo entre ações e experiências que envolveram a junção entre a psicologia e a antropologia, com uma imersão em um referencial teórico antropológico com exercícios de reflexividade tanto na pesquisa de campo como no âmbito teórico.

No capítulo II, são apresentados fragmentos do cotidiano do atendimento realizado em pontos da rede de proteção, com o foco na fronteira que divide a violência e os direitos legais, com o dilema da materialidade dos fatos. Para uma imersão gradual do(a) leitor(a) nesse campo, destacam-se os conceitos de violência, alguns dos tipos de violência cometidos contra criança e adolescentes, bem como os conceitos principais deste estudo, que são a violência sexual, que se divide em abuso e exploração. Esses últimos são visitados na concepção de diversos autores, frequentemente utilizados para os estudos dos profissionais que atuam na rede de proteção, para a realização de um exercício teórico no qual esses conceitos são estratificados e divididos para identificação do primeiro grupo de categorias (gênero, poder, sexualidade e violência) que sustentam teoricamente parte deste estudo.

No capítulo III, serão enfatizadas algumas construções locais no campo da rede de proteção de crianças e adolescentes e casos emblemáticos de exploração sexual no Amazonas. As discussões relacionam-se com tema da exploração sexual em um contexto nacional, que

envolve ações do movimento feminista, dos movimentos sociais, do Sistema Único de Saúde - SUS, do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, do Conselho Federal de Psicologia - CFP, e a relação com outras áreas que se apresentarão no decorrer desta explanação como o serviço social, a justiça, bem como estudos da antropóloga Laura Lowenkron e concepções de estudiosos como Faleiros e Campos, que trabalham com temas afins. Além destes ressalta-se em Manaus, Amazonas, alguns estudos similares aos desses autores que auxiliaram na constituição de conhecimentos para a realização de avanços na construção da rede de proteção local. Busca-se destacar o entrecruzamento de muitas vozes que trazem informações de como esse tema se constrói e se contextualiza em si, no campo das políticas públicas a partir de vários lugares e de como isso se reflete no contexto local a partir de várias lentes.

No capítulo IV, as categorias gênero e sexualidade são apresentadas pelo ponto de vista das jovens, dentro do contexto da cidade de Manaus. São enfatizados argumentos que corroboram mais diretamente a hipótese de que a lógica das jovens está mais próxima da rede de exploração do que da rede de proteção. As categorias sexualidade e gênero são utilizadas como categorias de análise para observar essas experiências, situadas nesse ângulo, para se repensar a posição que as jovens ocupam. As categorias poder e violência se apresentarão como categorias binárias, de polos opostos, em que as jovens transitam em momentos de dominação e sujeição, e não unicamente essencializadas no papel de vítimas.

No capítulo V, a análise envolve o segundo pilar de categorias deste estudo: infância, adolescência, consentimento, rede e território, identificados, principalmente, nas experiências de pesquisa de campo. Trabalham-se, inicialmente, as noções de infância e adolescência por uma perspectiva antropológica como um ponto de reflexão de como as crianças e adolescentes são construídos e vistos nesse campo, e em nossa sociedade. Em seguida, trabalha-se a categoria consentimento, que se relaciona com a ideia de autonomia e vulnerabilidade, a partir das concepções da antropóloga Laura Lowenkron, para a discussão dos demais autores que tratam do tema. Por último, serão abordadas as categorias rede e território, que estão presentes na lógica de funcionamento das redes e no cotidiano das jovens, acompanhadas da descrição dos pontos de exploração e de algumas estatísticas, que contrastam os números de atendimento de abuso e de exploração sexual, realizados nos equipamentos da rede de proteção em Manaus.

CAPÍTULO I – O PRIMEIRO CONTATO COM O “CALEIDOSCÓPIO” – INICIANDO OS PRIMEIROS GIROS: NO CONTATO COM A LÓGICA DA REDE DE PROTEÇÃO

O que é fazer etnografia? [...] Acho que essas fronteiras são muito elásticas. E que uma maneira honesta de falar... é sempre de dizer: é através da minha trajetória, do meu tipo, estilo pessoal, tendências estéticas, engajamentos políticos e competências teórico-analíticas. E a partir desse caldeirão né? A gente faz um determinado tipo de etnografia...mas não deve ser vendida nunca como uma receita de bolo, porque não tem!

Cláudia Fonseca

Neste estudo sobre uma aproximação da realidade das jovens que vivenciam o fenômeno da exploração sexual na cidade de Manaus, procurar-se destacar os argumentos introdutórios que fornecem base para a elaboração da hipótese, na presente pesquisa, de que a rede de proteção e a rede de exploração de crianças e adolescentes partem de lógicas próprias e se diferenciam no funcionamento, e que a rede de exploração está muito mais próxima da realidade das jovens, do que a rede de proteção.

Para efeito de contextualização, nesse capítulo serão descritos; (1) o processo de incursão em campo;(2) os conceitos de rede de proteção e rede de exploração e posteriormente;(3) o fluxo dessas redes em que as jovens de exploração sexual transitam. Em seguida;(4) são apontados os principais equipamentos de atendimento a casos de violência sexual na cidade de Manaus, no campo da rede de proteção, com a apresentação de mapas, com a localização desses e de outros equipamentos que compõem a rede de proteção, onde a pesquisa teve seu início, a partir de minhas experiências como psicóloga. Destaca-se, por último, a metodologia utilizada nesse exercício etnográfico, com as diversas tentativas no campo entre ações e experiências que envolveram a junção entre a psicologia e a antropologia, com uma imersão em um referencial teórico antropológico que praticam exercícios de reflexividade tanto na pesquisa de campo como no âmbito teórico.

1.1 Incursão no campo de pesquisa: casos, acasos e possibilidades

Inicialmente, nas primeiras experiências de vida acadêmica, a questão da violência sexual ocupava um papel secundário nos cenários de atendimento psicológico. Meus

interesses até ali não se voltavam para o campo da infância e adolescência como objeto específico. Cheguei a afirmar em alguns momentos que jamais trabalharia com esse grupo. Porém no ano 1999, no estágio supervisionado em Psicopatologia, atendi o primeiro caso de violência sexual no Serviço de Psicologia Aplicada – SPA, Clínica Escola, da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. O caso foi muito polêmico e mobilizou a rede de atendimento e a opinião geral, assim, iniciavam-se meus primeiros passos em direção a esse objeto de estudo. Posteriormente, ainda na graduação, atuei em outros estágios e um deles inseriu em minha trajetória a experiência no abrigo Moacyr Alves, que acolhia crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, e durante a experiência que tive nesse lugar me deparava constantemente com meninas em situação de rua e exploração sexual, na época, considerada em segundo plano nos atendimentos, como prostituição infantil.

Nesse período ainda não se falava em rede de atendimento ou rede de proteção como se entende atualmente. Em 2006, minha trajetória se definiu com a minha incursão como psicóloga no Programa Sentinela, que oferecia um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata a crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, que incluíam seus familiares. Esse programa foi implantado em 2001, dentro do programa de ação da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Manaus - SEMAS.

Ali, tive os primeiros contatos com o que se configura como rede de proteção⁸, rede de exploração⁹ e fluxograma da rede de proteção¹⁰. As figuras abaixo materializam essa questão.

O fluxograma da rede de exploração¹¹ também é descrito nesse processo. O primeiro é relativo à rede de proteção conforme figura 1. Do lado esquerdo estão as portas de

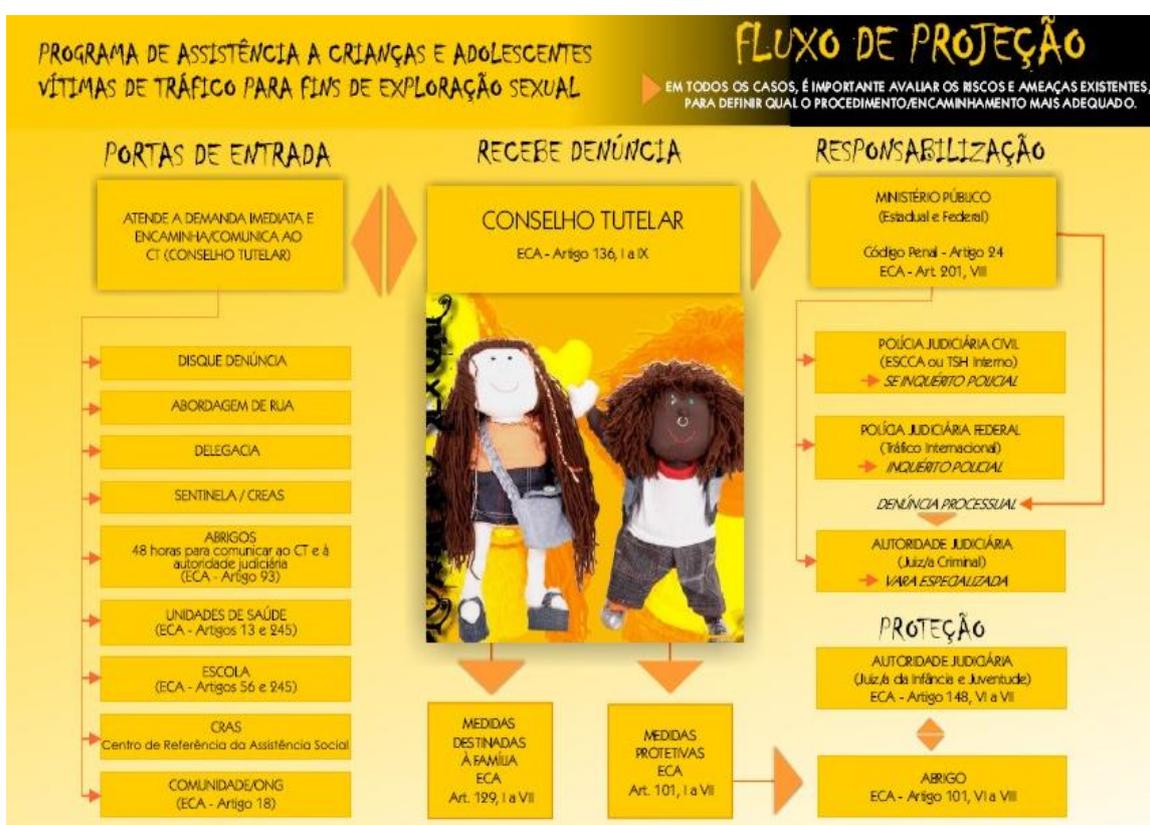
⁸É uma ação integrada entre instituições para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal: sob ameaça e violação de direitos por abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual comercial, situação de rua, de trabalho infantil e outras formas de submissão que provocam danos, agravos físicos e emocionais (FALEIROS, 1998).

⁹Rede que se articula de acordo com a economia predominante no território, por exemplo, com o turismo sexual, os garimpos, a circulação de caminhoneiros, trânsito de fronteiras, a construção de novas cidades. Ela também se diversifica de acordo com o mercado de usuários/clientes, formando redes de luxo para altos executivos, empresários ou políticos e redes para camadas de média ou baixa renda. Nesse caso estão os bares noturnos com quarto anexo no qual as crianças trabalham servindo mesas ou vendendo flores e são também exploradas sexualmente (FALEIROS, 1998).

¹⁰ É a representação gráfica do fluxo de trabalho desenvolvido pelas instituições para o atendimento a crianças e adolescentes que estão sob risco social ou que passaram por violação de direito (conceito elaborado pela autora com base na pesquisa de campo).

entrada que é o lugar por onde as crianças, adolescentes e suas famílias, geralmente iniciam o atendimento e dentre elas localiza-se: o Dique denúncia, a delegacia de polícia, o CREAS, abrigos, unidades de saúde, escolas, CRAS, ONGs e comunidades. Do lado esquerdo estão os órgãos de responsabilização: a Polícia militar e civil, a vara especializada, e quando há necessidade o ministério público, os abrigo e autoridades judiciais também são acionados no processo. O conselho tutelar possui uma responsabilidade ímpar, pois recebe grande parte das denúncias. Nesse processo, devem ser asseguradas as medidas de proteção à família e as medidas do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Figura 1 – Exemplo de fluxograma da rede de Proteção



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social.

¹¹Representações gráficas do fluxo dos pontos materiais e virtuais dos quais crianças e adolescentes em situação de abuso e exploração sexual se relacionam e transitam nas redes. Esses pontos, da rede de exploração sexual e da rede de proteção de crianças e adolescentes, podem efetivar respectivamente a violação e restituição de direito desses agentes (conceito elaborado pela autora com base na pesquisa de campo).

Na figura 2, também situado do lado esquerdo do fluxograma, estão as principais portas de entrada para exploração sexual, que se materializam dentro das comunidades: bares, escolas, ruas, feiras, agência de modelo, escolas e orlas. Os atores, mencionados na pesquisa como agenciadores, envolvem vendedores ambulantes, policiais, agentes de turismo, empresários, familiares, vendedores de cosméticos, de produtos de beleza e roupas, donos de comércio e trabalhadores de barcos que transportam passageiros nos rios que ligam os municípios do Amazonas. O contato entre as jovens e os atores da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes se fortalece a cada dia, através dos meios eletrônicos e de comunicação. Descrevendo o fluxograma, os pontos de encontro ficam localizados ao centro do fluxo, que frequentemente são as praças, os estacionamentos de shoppings, as orlas, as festas regionais, residências, bares, restaurantes e nas margens das ruas. Os locais onde a exploração sexual acontece (onde ocorre o contato sexual) estão no lado direito da figura: hotéis, motéis, pousadas, barcos, feiras, orlas e praias, pontos de venda de drogas, propriedades privadas e dentro de automóveis. Importa ressaltar, que no fluxograma, são destacadas, as principais portas de entrada, mas essa rede é bem mais fluida e flexível que a rede de proteção, pois as jovens podem entrar por qualquer ponto. Uma ligação telefônica, por exemplo, pode dar acesso a essa rede.

Figura 2- Fluxograma da Rede de exploração sexual



Fonte: Fluxograma elaborado pela autora com base na pesquisa de campo em pontos onde foram encontradas situações de exploração sexual na cidade de Manaus.

Nos fluxos indicados nas figuras 1 e 2, aparecem principalmente os equipamentos da rede de proteção e os pontos da rede de exploração que também se evidenciam nos relatos das jovens e dos demais atores da pesquisa.

Na rede de exploração ocorre uma maior mobilidade e flexibilidade de papéis e espaços, o que faz com que essa rede se aproxime, de maneira muito mais incisiva, da realidade das meninas.

A rede de proteção, por sua vez, apresenta papéis mais definidos, por ser oficializada, receber recursos públicos e funcionar dentro de uma lógica já conhecida através do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Esta rede está assentada em preceitos jurídicos e legais, além de possuir princípios de funcionamento pertinentes a duas grandes políticas públicas: Sistema Único de Saúde –SUS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Em Manaus, as primeiras ações começaram entre os anos de 2001 e 2006 com o Programa Sentinela, que foi o primeiro programa com atendimento sistematizado, e no período de funcionamento descrito acima, já havia registrado aproximadamente 1500 atendimentos de abuso e mais de 600 atendimentos de exploração sexual.

1.2 Os equipamentos da rede de proteção

A seguir, serão detalhadas algumas informações sobre o histórico e sobre alguns equipamentos da rede de proteção, dos quais partem os casos de violência sexual que foram e permanecem sendo atendidos na cidade de Manaus. Importa ressaltar que esse histórico cita informações e iniciativas nacionais, que iniciaram fora de Manaus. Busca-se, aqui, situar a construção local e regional no campo das construções das políticas nacionais e de perceber como essas ações nacionais influenciam e se relacionam com as construções locais, que serão mais detalhadas no terceiro capítulo desse estudo. Dentre elas aparece o antigo Programa Sentinela, transformado posteriormente em Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Casa Mamãe Margarida, Projeto Vira Vida, Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual – SAVVIS, Moura Tapajós, SAVVIS – Dona Lindu e SAVVIS – Policlínica Antônio Reis. Esses serviços serão descritos a seguir.

1.2.1 História e definição do Programa Sentinela

A partir da ideia de visibilidade e por intermédio de denúncias públicas, de campanhas e para cumprir com o compromisso político assumido pelo governo brasileiro no I Congresso Mundial, sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, em Estocolmo no ano de 1996, de construir políticas públicas que garantissem os direitos de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social foi elaborado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em 2000, momento que marcou a articulação nacional entre as organizações públicas, privadas e sociais no Brasil. O Processo foi fomentado pelos representantes do Grupo ECPAT¹² Brasil, que previamente sistematizou as ações desenvolvidas no país sobre a problemática, em documento entregue ao Governo Federal, através do Departamento da Criança e do Adolescente, do Ministério da Justiça, responsável pela publicação do referido Plano.

A prioridade estabelecida pelo governo brasileiro em cumprir o Plano Nacional, na sua linha de atendimento resultou, em 2000, na implantação do Programa Sentinela, dentro do âmbito da política da assistência social, programa coordenado pela Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, cujas ações seriam desenvolvidas pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e dos serviços de Famílias Acolhedoras¹³, enquanto programa público de alcance nacional. Essa nova etapa de trabalho inaugura uma prática nos serviços públicos de atendimento às crianças e adolescentes vitimados pela violência.

O Programa Sentinela foi implantado em mais de 200 municípios do país, escolhidos a partir de critérios como: locais que tinham registros comprovados com situações de violência contra crianças e adolescentes, e em que estivessem implantados os Conselhos Tutelares¹⁴.

¹²End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes. Rede ECPAT é uma coalizão de organizações nacionais e internacionais que fazem parte da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, compreendendo as suas quatro dimensões: prostituição, pornografia, tráfico e turismo para fins de exploração sexual (ECPAT, 2006).

¹³Serviço previsto no art. 101 da Lei 8.069, de 13 de junho de 1990 (ECA), que organiza o acolhimento, em residências de famílias cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetora. Serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente – reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção.

¹⁴O Conselho Tutelar é órgão previsto no art. 131, da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), que o instituiu como "órgão autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente". Tem como finalidade precípua zelar para que as crianças e os adolescentes tenham

O referido Programa destinou-se, portanto, a cumprir as linhas de ação da política de atendimento, estabelecidas no art. 86, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, através da integração operacional e das diretrizes do atendimento especializado que deram retaguarda às atribuições dos Conselhos Tutelares.

Por ser um programa inovador para época, passou a ser implantado em diversas regiões do Brasil, nas quais se constatava, ainda, o predomínio de culturas institucionais assistencialistas e muitas vezes discriminatórias. Houve a necessidade de se construir um Guia Técnico¹⁵ para unificar as atividades desenvolvidas pelo Sentinela.

Em Manaus, o Sentinela é criado em 2001, nas dependências da Central de Resgate Social¹⁶. Após sua institucionalização inicial, em 2002, é inaugurada uma da sede própria do serviço, na Av. Darcy Vargas. Em 2003, ocorre o incremento da equipe técnica e administrativa e a transferência das atividades do Programa para o Centro Integrado de Apoio a Criança e ao Adolescente – CIACA, Zona Sul, no bairro de Petrópolis. Ainda em 2003, as atividades do Programa são transferidas para as dependências da Casa de Apoio Social III (Central de Resgate Social), na Rua 10 de Julho. Em 2005, recebe o nome de Centro de Referência Cynthia Magalhães, em homenagem póstuma a uma criança vítima de violência sexual no município de Manaus e passa a funcionar no Bairro Nossa Senhora das Graças. Passaram por esse Programa as mais variadas composições de equipes técnicas, dentre elas, profissionais da área de serviço social, psicologia, direito, educadores sociais e técnicos de enfermagem. Nesse processo, já ocorria rotatividade de profissionais em função desses não serem concursados, fato que perdura até hoje no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que substituiu o Sentinela, ampliando o tipo de serviço. Essa situação ocorre principalmente nos CREAS dos municípios do Amazonas.

acesso efetivo aos seus direitos, ou seja, sua finalidade é zelar, é ter um encargo social para fiscalizar se a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público estão assegurando com absoluta prioridade a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, cobrando de todos esses que cumpram com o Estatuto e com a Constituição Federal. Em cada município brasileiro deve ter pelo menos um Conselho Tutelar, instituído por lei municipal, composto de cinco membros e escolhido pela comunidade local com mandato de três anos, sendo permitida uma recondução.

¹⁵ Guia técnico de orientação e capacitação de profissionais que atuavam no Programa Sentinela, no atendimento a vítimas de violência sexual (BRASIL, 2001, p.1).

¹⁶ Atualmente transformado em Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e adolescentes - SAICA, situado no Bairro da compensa. Serviço de acolhimento temporário pelo prazo de 72 horas. Este serviço desempenha papel de acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. E dentre estes aparecem muitos casos de violência sexual que esta instituição faz o acompanhamento. É o serviço responsável pela abordagem social de rua, experiência descrita na introdução deste estudo.

Importa ressaltar que, segundo os profissionais da rede local e nacional, essa rotatividade e a ampliação dos serviços comprometem a qualidade do atendimento. “*A rotatividade prejudica a continuidade de ações e a capacitação continuada desses profissionais*” (M.G.O – Rede de proteção). “*A ampliação do serviço, que passa a atender não somente criança e adolescentes com direitos violados, mas outras violações de direito (violência contra idoso, medida sócio-educativa), quase sempre realizada por apenas uma equipe profissional para toda essa demanda, tira o foco da criança e do adolescente como prioridade absoluta*” (A.C. – Rede de Proteção).

1.2.2 História e definição do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS

Como a caracterização do Programa Sentinela necessitava de uma iniciativa periódica do Governo Federal para sua continuidade, o que deixava as ações de atendimento vulneráveis, em 2005, esse programa vira política pública e passa a atender a outras demandas de vulnerabilidade. Iniciam-se as implantações de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, em todo o Brasil. Em Manaus, o primeiro CREAS é inaugurado em setembro de 2009, no Bairro Nossa Senhora das Graças, Zona Centro Sul de Manaus. Esse Centro passa a oferecer um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual. O Centro realiza também atendimento aos familiares. O atendimento busca proporcionar às crianças e adolescentes condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida.

Em junho de 2012, é inaugurado o CREAS - Cidade Nova, que passa a atender um grande número de usuários, principalmente em função de sua localização e abrangência.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS constituiu-se, em todo o Brasil, como uma unidade pública estatal de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos orientados a ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

Nessa perspectiva, o CREAS surge, no campo do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para articular os serviços de média complexidade e operar a referência, e a contra referência, com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica¹⁷ e especial¹⁸, com as demais políticas públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e Movimentos Sociais. No período de conclusão desta tese, em 2016, Manaus já ampliou o número de CREAS. Um na zona centro-sul de Manaus, com sede no centro da cidade, situado na rua Leonardo Malcher, outro na zona norte de Manaus, na avenida Curió, Cidade Nova I. Os CREAS da Zona Sul situado na avenida General Rodrigo Otávio, na Lagoa do Bairro Japiim, o CREAS da zona leste – PROUBRBIS¹⁹, situado na rua Itaúba no bairro Jorge Teixeira; ambos inaugurados em junho de 2016, e o CREAS da zona centro-oeste inaugurado em julho de 2016, no Bairro da Alvorada I na rua 4.

Essa ampliação recente dos equipamentos contribui para fortalecer argumentos sobre as ligações de afinidade e proximidade social²⁰ que ocorre no território, porque antes dessa ampliação a quantidade de CREAS na rede de proteção era insuficiente, muitas famílias nem chegavam a ser atendidas, pois, dependendo do local que elas moravam, o acesso a esses centros se tornavam inviáveis. Para um usuário da zona leste, por exemplo, a distância acabava por inibir sua ida até um centro de atendimento.

1.2.3 Instituição Casa Mamãe Margarida

A Casa Mamãe Margarida, de iniciativa de ações da igreja católica representa a principal casa de acolhimento a meninas e tem recebido muitos casos em situação de exploração sexual. A instituição recebe meninas de vários municípios do Amazonas.

¹⁷Proteção Social Básica: Tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social: discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras (Brasil, 2006 p. 33).

¹⁸Proteção Social Especial: É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras (Brasil, 2006, p. 33).

¹⁹Programa de desenvolvimento urbano e inclusão socioambiental de Manaus, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF, cujo objetivo é promover, de maneira sustentável, a melhoria da qualidade de vida da população residente em áreas de risco e de preservação ambiental. A primeira etapa do programa abrange as comunidades Bairro Novo, Arthur Virgílio, João Paulo e Jorge Teixeira III, todas inseridas no Bairro Jorge Teixeira, zona leste da cidade de Manaus.

²⁰ Sobre proximidade social ver página 196.

Fundada em 4 de abril de 1986, pelas irmãs filhas de Maria Auxiliadora, nasceu com uma proposta educativa e formativa para trabalhar com adolescentes em situação de risco pessoal, através do protagonismo juvenil. A instituição é de caráter filantrópico, social, educacional e religioso, sem fins lucrativos, mantida através de convênios ou doações de benfeitores.

As meninas chegam à instituição trazidas pelo Conselho Tutelar, pelo Juizado da Infância e da Juventude, pelo CREAS, SAVVIS e por outros pontos da rede, inclusive outros municípios.

As intervenções ocorrem através de acolhimento provisório com a inclusão das jovens na rede regular de ensino e casa conta com ensino profissionalizante. O restante do tempo livre é direcionado para atividades manuais e artísticas. As meninas também tem acesso a acompanhamento psicossocial individualizado e em grupo, além do atendimento médico convencional.

Nessa instituição, também é realizado um acompanhamento direto com as famílias das meninas para que as mesmas possam retornar para seu grupo de origem quando possível.

1.2.4 Programa Vira Vida – SESI

O programa Vira Vida foi implantado em Manaus em 2012 e busca uma articulação em pontos estratégicos da rede de proteção para captar adolescentes, inicialmente, no período de sua implantação o público era quase que exclusivamente de exploração sexual. A proposta desse projeto que se matem ativo até o período de elaboração desta tese é a inclusão social e acompanhamento desses adolescentes nas escolas de ensino regular e de atendimento relativo à saúde e cursos profissionalizantes com encaminhamentos para o mercado de trabalho. Dentre os profissionais que trabalham nesse programa, estão: administradores, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais.

O recrutamento ocorre a partir de reuniões que os profissionais deste projeto realizam com instituições e comunidades que fazem o acompanhamento desses jovens na rede de proteção de crianças e adolescentes. Após essa etapa, eles passam por um processo seletivo, e de acordo com o número de vagas são admitidos para as atividades que envolvem uma série de cursos e aquisição de bolsa de aprendizagem. Essa é uma iniciativa do Conselho Nacional do SESI, e tem como ponto de partida a promoção e a elevação da escolaridade dos

adolescentes tendo em vista o desenvolvimento do próprio potencial e o desenvolvimento de sua autonomia.

Os selecionados são encaminhados para participarem de um processo baseado em cursos profissionalizantes construídos a partir do alinhamento entre a demanda de cada mercado, o perfil e as expectativas desses adolescentes. Os cursos contemplam a necessidade de integração entre formação profissional, educação básica, noções de autogestão. O Programa é coordenado pelos Departamentos Regionais do Serviço Social da Industrial - SESI e realizado em parceria com instituições do Sistema S, incluindo Serviço Nacional de aprendizagem social - SENAI, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, Serviço Social do Transporte - SEST e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

Durante a pesquisa foram identificados no Vira Vida o encaminhamento dos adolescentes para os mais diversos cursos: moda, imagem pessoal, turismo e hospitalidade, gastronomia, comunicação digital, administração e química. Os cursos variavam em sua carga horária entre 700 e 950 horas/aula, conforme a modalidade.

1.2.5 SAVVIS Moura Tapajós

O Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual - SAVVIS da zona norte é um serviço implantado pela médica, ginecologista e obstetra, Zélia Campos e foi implantado em 2006. Teve o seu início na Maternidade Dr. Moura Tapajós, situada na zona oeste, na Avenida Brasil, Bairro da Compensa, unidade da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Manaus - SEMSA, e foi utilizado como modelo para implantação de projetos semelhantes em outras cidades do Brasil. O serviço desenvolvido nessa unidade visa o fortalecimento de uma rede de atenção humanizada às vítimas de violência sexual e doméstica, tanto no âmbito Amazônico, quanto de outros estados nas regiões Norte e Nordeste do país. De 2006 a 2014, o serviço prestou atendimento a 4.392 vítimas de violência sexual. Esse serviço presta atendimento através de equipe multiprofissional (médico, enfermeiro, psicólogo e assistente social), com preparação especializada para esse tipo de atendimento. Os pacientes recebem atendimento prioritário e reservado, inclusive com leitos específicos em enfermaria específica nos casos de internação. Nos casos agudos (como são

chamados àqueles ocorridos até menos de 72 horas antes do atendimento) os pacientes recebem os cuidados necessários para evitar doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a HIV/AIDS e a gravidez indesejada, no caso das pacientes do sexo feminino, em idade fértil. Além do atendimento médico, ambulatorial e psicológico, o SAVVIS orienta e acompanha as vítimas para que o crime seja denunciado e devidamente registrado.

1.2.6 SAVVIS Instituto da Mulher Dona Lindu

O Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual – SAVVIS, do Instituto da Mulher Dona Lindu, situado na Avenida Recife em Adrianópolis, zona centro-sul de Manaus, foi inaugurado em 16 de junho de 2010 e faz parte da Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas - SUSAM. Seu funcionamento conta com uma estrutura que envolve sala de acolhimento e dois leitos exclusivos para pacientes do SAVVIS, dentro das atividades do Instituto da Mulher.

A princípio a proposta do SAVVIS no Instituto da Mulher Dona Lindu era o de acolhimento emergencial dos casos agudos e crônicos de violência sexual, para intervenção e profilaxia de prevenção, com encaminhamento dos mesmos, para a continuidade do atendimento ambulatorial na Maternidade Moura Tapajós. Porém, a partir de 2014, o atendimento ambulatorial passa também a funcionar nesse instituto. Atualmente, o serviço conta com enfermeiras, médico ginecologista e obstetra, psicólogas, assistentes sociais plantonistas, enfermeiros e médicos plantonistas, técnicos de enfermagem, farmacêuticos e bioquímicos. Esse instituto também é a referência na cidade de Manaus para o atendimento de todos os casos de aborto previsto em lei. Importa ressaltar que a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas - SUSAM implantou em 2016, mais um SAVVIS na Maternidade Ana Braga, localizada na Zona leste de Manaus.

1.2.7 SAVVIS - Policlínica Antônio Reis

O Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual fica situado no Bairro São Lázaro na Zona Sul de Manaus. Foi implantado na Policlínica Antônio Reis, através do apoio da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, sua implantação ocorreu no dia 1 de novembro de 2012.

O atendimento a crianças e adolescentes nesse serviço funciona até a presente data, com trabalho articulado em rede, através de atendimento ambulatorial, prioritariamente a

casos crônicos de violência sexual, quando ocorrido após o período de 72 horas. Trabalha, também, com propostas de encaminhamentos e compartilhamentos de casos com outros equipamentos da rede.

Na admissão de crianças, adolescentes, homens e mulheres a esse serviço, são oferecidos exames e testes rápidos para sífilis, HIV, Hepatite B e C, além de acolhimento, aconselhamento, atendimento psicológico, atendimento médico (em várias especialidades). O serviço conta com profissionais de área de psicologia, enfermagem, farmácia e serviço social.

Em caso de constatação de sífilis e condiloma, quando possível, a medicação e o tratamento são administrados nas dependências da unidade, através de agendamento. Quando o caso é complexo (exige procedimentos como cirurgia, em caso de condiloma, por exemplo) é encaminhado para os demais locais na rede do SUS. Em casos de HIV confirmado o paciente recebe acompanhamento dessa mesma equipe de saúde da Policlínica através do SAE – Serviço de Atendimento Especializado que atende pacientes com HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis. Em caso de HIV reagente ou positivo confirmado em outras unidades de saúde ou na própria policlínica esses jovens recebem atendimento e medicação ininterruptamente, na policlínica, ou em outras unidades da rede de saúde.

Além dos procedimentos em saúde, os atendimentos envolvem ações de participação juvenil, projeto de vida e prevenção, com a efetivação de vários projetos de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes com os usuários, escolas e comunidades das adjacências da Policlínica Antônio Reis. Importa ressaltar, que o amadurecimento e conclusões desta pesquisa se efetivaram principalmente com as experiências realizadas nesse ponto da rede.

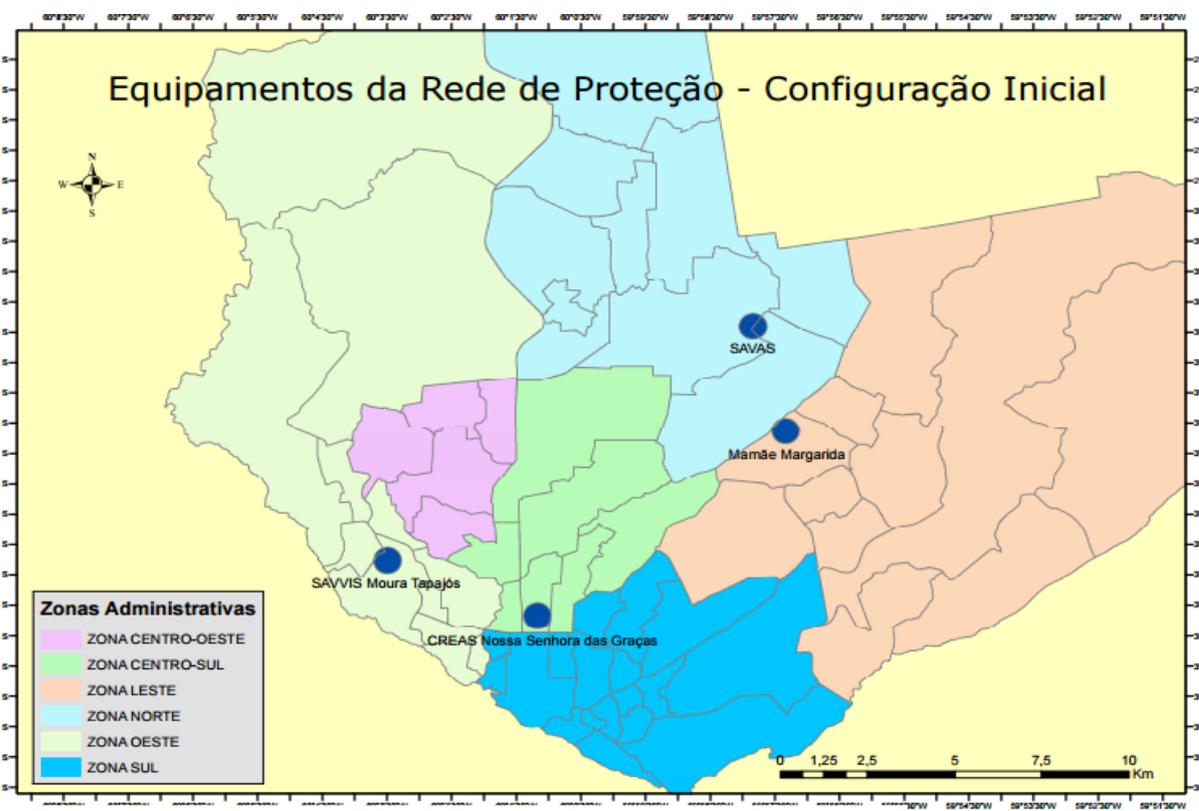
1.3 Mapas da rede de proteção configuração inicial x Configuração atual

Os dois mapas iniciais que aparecem neste estudo têm o intuito de situar o (a) leitor(a) em relação aos equipamentos de atendimento a casos de violência sexual na cidade de Manaus. É importante que o (a) leitor(a) identifique que aqui aparecem descritos outros equipamentos da rede de proteção, para dar uma noção sobre como as famílias são atendidas após a primeira denúncia efetivada inicialmente nas escolas, centros de saúde, conselhos tutelares e demais pontos da rede.

Optei nesta pesquisa por focar mais detalhadamente apenas nos equipamentos descritos acima, que possuem um maior número de casos em atendimento psicossocial e de saúde. Porém, faz-se importante situar um mapa que demonstre outros serviços de apoio nos serviços das políticas públicas SUS e SUAS e também nos serviços de apoio prestados pela sociedade civil.

O mapa a seguir (mapa 1) apresenta a localização dos primeiros equipamentos da Rede de Proteção a partir de 2000. Estes serviços iniciam os primeiros trabalhos de atendimento nessa área. O Serviço de Atendimento a Vítimas de Abuso Sexual – SAVAS²¹, localizado na zona leste; o Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual - SAVVIS Mouras Tapajós, localizado na zona oeste, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Centro Sul, inicialmente Programa Sentinela, localizado no Bairro Nossa Senhora da Graças e a Casa Mãe Margarida, localizada na zona leste de Manaus. Estes equipamentos iniciam os primeiros passos na lógica do atendimento em rede na cidade. Importa ressaltar que o SAVVAS foi desativado. Os demais serviços continuam em funcionamento na cidade de Manaus.

Mapa1



Mapa elaborado a partir de pesquisa de campo

²¹Breve histórico e descrição do SAVAS ver página 122.

O mapa a seguir (mapa 2), mostra a configuração atual da rede em 2016. Busca localizar o (a) leitor(a) sobre como os pontos da rede de proteção estão distribuídos geograficamente na cidade para que os mesmos possam também identificar, posteriormente, nos capítulos 3 e 5, os pontos de exploração e visualize a lógica de funcionamento destas redes também por uma lógica geográfica de proximidade ou distância física, simbólica e virtual. Os CREAS Centro Sul e zona Norte foram os primeiros serviços na área do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Em 2016 surgem os demais: CREAS Zona Leste, CREAS Zona Sul e CREAS Centro Oeste.

O SAVAS Francisca Mendes, na zona leste e o SAVVIS Moura Tapajós, na zona oeste, caracterizam-se como os primeiros serviços. Posteriormente surgem o SAVVIS na Policlínica Antonio Reis, na Zona Sul em 2012, o SAVVIS Dona Lindu em 2013 e o SAVVIS Ana Braga em 2016. O Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes – SAICA, da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, caracteriza-se como serviço de acolhimento de 72 horas para situações de violência sexual, como o abuso e a exploração sexual, e sempre apoia as atividades de busca ativa nas ruas. A busca ativa descrita na introdução deste capítulo foi realizada com o apoio deste serviço.

A casa Mamãe Margarida distinguir-se como um abrigo mais permanente, o Vira Vida, é um projeto de preparação para o mercado de trabalho, o Núcleo Luísa Habgzang-Arquidiocese, é um serviço de atendimento psicológico a vítimas de violência sexual; estes últimos são serviços de iniciativa da sociedade civil mas que possuem importante contribuição no processo de atendimento. A Delegacia da Criança e do Adolescente, também aparece neste mapa por sua articulação realizada com os SAVVIS e CREAS, como apoio legal em muitos casos de denúncia da violência sexual.

Mapa 2



Mapa elaborado a partir de pesquisa de campo

1.4 Redirecionando o “caleidoscópio”: girando para a metodologia de pesquisa

Apesar de minha atuação no trabalho com a violência sexual na rede de proteção, ressalvo que não pretendo situá-lo exclusivamente no campo que envolve a violência em oposições rígidas, tais como: vítima/agressor, agência/opressão, aliciador/aliciado. Não pretendo esgotar os temas que envolvem a situação de exploração sexual, também não pretendo levantar a bandeira da defesa dos direitos da criança e do adolescente como militante conflagrada, nem contribuir com a emergência de pânicos morais e comportamentos paranoicos e/ou persecutórios, no qual qualquer contato de adulto com criança apresenta conotação sexual, muito menos de me mostrar neutra a essa realidade, pois minha trajetória de vida não permite tal ato. Tentarei explanar o assunto flexibilizando essas fronteiras.

Tendo como base a experiência de Wiggers (2000) em sua dissertação de mestrado intitulada “Família em conflito: violência, espaço doméstico e categorias de

parentesco em grupos populares de Florianópolis”, a antropóloga destaca uma importante contribuição sobre esses deslocamentos e, sobretudo, do eixo vítima/agressor, do qual essa tese pretende se distanciar para possibilitar ao(a) leitor(a) reflexões diferentes sobre o fenômeno que envolve esse eixo.

O principal deles é a ampliação do quadro de protagonistas envolvidos nas situações de conflitos domésticos, demonstrando a necessidade de se deslocar a análise do eixo vítima/ agressor, geralmente privilegiado nos estudos de violência doméstica ou violência contra a mulher. No exercício de deslocamento do eixo vítima/ agressor a violência deixa de ser uma via de mão única em que vítimas e agressores têm perfis pré-definidos e passa a ser uma questão que diz respeito também aos parentes (WIGGERS, 2000, p.1).

Dessa forma, pretendo caminhar entre as frestas, fronteiras e interstícios que esses comportamentos criam na representação que as pessoas possuem dessa realidade. Para isso, foi preciso me situar como psicóloga e buscar outras áreas de conhecimento para modificar meu olhar diante de um tema tão complexo, do qual é muito difícil dar conta de maneira irrestrita. Além disso, e de minha trajetória, outras experiências foram significativas e definiram minha incursão como pesquisadora no campo da antropologia.

Uma delas foi a experiência com a jovem citada na introdução deste trabalho, que representa o meu contato com famílias, crianças e adolescentes em situação de violência sexual. A experiência me fez deparar com realidades muito distantes, que me levaram a relativizar muitas questões, que até então, pareciam claras e definidas no campo da Psicologia. Nesse momento, tive contato com várias formas de enfrentamento da vida cotidiana, que me mostraram outros padrões de valores e possibilidades de enfrentamento inéditas e surpreendentes. Algumas dessas experiências estavam não somente ligadas a situações dramáticas, mas, sobretudo, a violências que em alguns momentos pareciam não ter palavras que as representassem e as descrevessem, tornando alguns atos praticados por algumas pessoas como inacreditáveis ou difíceis de descrever como atos humanos, na gramática cotidiana. Essas questões me aproximaram das leituras da antropologia e da filosofia.

A antropóloga Veena Das (2007), ao falar do rapto e a violação de mulheres durante a Partição em Estados da Índia e do Paquistão, mostra como a sociedade adota normas que relacionam a castidade da mulher à dignidade da nação. A autora trata como o corpo da mulher se transformou num signo de comunicação entre homens, através da violenta linguagem da masculinidade, mas, também, da forma de enfrentamento dessas mulheres. As

mulheres violadas pelos raptos eram assassinadas ou "honradas" através do suicídio, que era considerado digno no imaginário daquela sociedade.

Através do conceito de "formas de vida", de Wittgenstein, a autora examina como a violência expõe os limites dos critérios de vida e se apresenta como fracasso da gramática cultural no estabelecimento e interpretação de formas de vida.

Na concepção de Veena Das (2007), muitos trabalhos recentes, acerca da violência, sugerem que quando se contempla a violência atinge-se uma espécie de limite da capacidade de representar. "Em geral apresentados sob o signo do "horror", eles nos fazem pensar como seres humanos podem ter sido capazes de atos tão hediondos (VEENA DAS, 1999, p.1).

Foucault (2002), nos apresenta algo similar com a noção de monstruosidade, que não se restringe ao domínio do proibido ou do contra a lei, mas do ininteligível ou do contra a natureza, combinando, o impossível, o proibido e o inimaginável.

Para Veena Das (2007), a violência nesses eventos críticos, surge como algo esporádico e fortuito, que se irrompe aqui ou acolá e não desce ao cotidiano. O trabalho diário na luta contra a violência é obnubilado em favor de certo tipo de violência acidental e de certo tipo heroico de resistência. Desloca-se para o cotidiano de outra forma, através do silêncio, do não dito, e de metáforas, que são mais fáceis de nomear e de lidar frente às normas e pressões dos contextos sociais, transformando-se em maneiras diferentes de enfrentar a realidade. Essas situações ocorrem frequentemente com as jovens de exploração sexual, que também se utilizam de certas metáforas, e não ditos, para não ocuparem constantemente o lugar de vítimas.

Lasmar (2005), em sua pesquisa realizada em São Gabriel da Cachoeira, traz discussões de gênero sobre como emanam discursos de orgulho e hostilidade, que se apresentam no contexto das festas, da comunidade pesquisada por ela. A violência não foi o seu foco, mas as experiências, destacadas em seu trabalho auxiliaram em reflexões sobre o tema direcionando os caminhos para a realização da pesquisa que hora se apresenta.

Através da ingestão do caxiri, que é uma bebida alcoólica fermentada de uso ritual, utilizada nas ocasiões de encontros entre os grupos, a autora destaca o papel das mulheres, pois são elas que preparam a bebida para ocasião, e é nas festas, através de comportamentos hostis, que a moralidade indígena aparece:

Homens e mulheres tornam-se mais expansivos em noite de festa, numa inversão bastante visível do padrão de moderação que regula o comportamento cotidiano. Mas nem tudo são flores em uma festa de *caxiri*: a mesma comoção que faz ecoar em bom som o orgulho das mulheres que têm, pode extravasar ressentimento há muito recônditos, ou transformá-los em fantasias de desrespeito e traição. Cada *caxiri* é uma reedição de conflitos eclipsados cotidianamente pelo ideal e restrição. Cada festa fornece novo contexto para catarse emocional: “the drink party roils up feelings to the point where what has been latent erupts forcefully into the open”. Na euforia de uma festa, todos embriagados, rugas de ciúme entre marido e mulher para a troca de denúncias e violências físicas. Contendas entre parentes ou afins se desenvolvem com base em acusações de vários tipos: adultério, sovinice e outras formas de comportamento social inadequado. Hoje, importantes fontes de conflito familiar são o alcoolismo de jovens e adultos e a atividade sexual das moças. As mães solteiras costumam ser vítimas de hostilidades durante as festas, em geral por parte de suas próprias famílias (LASMAR, 2005, p.82).

A partir dessas leituras, e da experiência com a adolescente Tainá, tive que relativizar alguns de meus conhecimentos para tentar me aproximar de uma forma diferente, não pelo meu ponto de vista, mas pelo ponto de vista dela. Tentei sair do lugar de técnica da rede de proteção e ocupar outros lugares, com outros discursos mais aproximados da realidade das adolescentes, do que de meu discurso de psicóloga atuando nessa rede. Desde aquele momento senti a necessidade de modificar minha perspectiva, e tenho feito esse exercício buscando interpretações, mais próximas possível da realidade destas famílias, crianças e adolescentes.

A partir de então, percebi como a tarefa de observar, conhecer, estudar, indagar, investigar, é importante na busca por uma aproximação com a realidade que se deseja entender.

1.4.1 O exercício de aproximação entre a antropologia e a psicologia

Fazer parte da rede de proteção facilitou significativamente a minha introdução no campo como pesquisadora. Utilizei, inicialmente, no processo de pesquisa de campo a observação participante e, a partir de uma tentativa de suspensão dos juízos de valor sobre essa realidade das adolescentes fui criando algumas estratégias de adaptação para levantar informações, que facilitassem minha aproximação com as jovens por outro ângulo, a partir de um novo papel.

O contato com a literatura antropológica e com métodos utilizados por alguns antropólogos e etnógrafos, propiciaram exercícios de aproximação e distanciamentos contínuos com a realidade estudada. Isso ocorreu, principalmente, na pesquisa de campo e nas reflexões sobre alguns conceitos. Esse processo oportunizou novas maneiras de perceber a realidade estudada.

Para que a familiaridade com o grupo estudado não funcionasse como obstáculo, na elaboração do presente trabalho tomei alguns cuidados:

[...] a similaridade cultural excessiva do etnógrafo com o grupo estudado, na concentração da investigação nas elites e/ou nos arquivos; a hipótese de que tudo se esclarece uma vez remetido ao social; a adoção de crenças ou de ideias como objetividade e cientificidade. Isso não significa é claro que o antropólogo não possa estudar a sociedade a que pertence, apenas que isso deve ser feito com os cuidados e os distanciamentos necessários, ou que os arquivos e elite tenham de ficar, necessariamente, fora investigação, apenas devem ser colocados em seu devido lugar; ou que as situações de enunciação que não se confundem com simples “ contextos” não sejam fundamentais para a análise; ou que as representações nativas, assim como o ideal de conhecimento do antropólogo, não tenham que ser respeitados, uma vez que trata-se sempre, na etnografia, de uma espécie de alinhamento entre esses programas de verdade (GOLDMAN, 2005, p. 151).

Procurei num primeiro momento, da pesquisa, distinguir, o meu papel de psicóloga que já tinha experiência e, portanto, proximidade com o tema por atuar na rede de proteção no papel de antropóloga. Utilizei essa estratégia como um exercício mental, diferenciando conceitualmente os dois papéis.

O papel de psicóloga era voltado para o que se considera enfrentamento da violência sexual, na modalidade exploração sexual, um olhar de cuidados com o corpo, com a saúde, com os aspectos psicológicos, com os projetos de vida, que poderiam ser desenvolvidos com as jovens para que elas tivessem outras oportunidades de escolha, e não somente a opção da exploração sexual.

O papel de pesquisadora envolveu um exercício diário de relativização, tentando evitar juízos de valor, sobretudo àqueles advindos de padrões pré-estabelecidos ou dominantes na sociedade. Foi um treinamento de tentar revogar a relação estabelecida entre a visão da sociedade abrangente e a realidade das adolescentes, para poder chegar, “o mais perto possível”, daquilo que elas pensam (LASMAR, 2005). Portanto, muito mais

relacionada às experiências e conhecimento das jovens, do que do meu conhecimento e minhas experiências de psicóloga.

O segundo momento, ocorreu no início da confecção desta tese, na escrita. Comecei com uma confusão, pois escrevia predominantemente como psicóloga e, em alguns trechos, a literatura antropológica aparecia. Percebo que a escrita no campo da antropologia é diferente do campo da psicologia, isso me deixou, por vezes, em conflitos, que me fizeram caminhar bastante, pois me motivaram a desafiar meu estilo de escrita, que como o(a)leitor(a) pode perceber, apresenta-se como uma escrita quase literária, um pouco mais flexibilizada que a escrita científica tradicional, essa foi uma das maneiras que encontrei para descrever esse processo. Talvez essa separação entre a antropologia e a psicologia, e o tipo de escrita, sejam questionáveis para uma banca de doutorado, que pode indagar sobre a necessidade de unir as duas áreas de conhecimento, ao invés de separar. O fato é que união ocorreu ao final da pesquisa, mas, antes disso, o conflito foi grande e muitas separações momentâneas foram necessárias.

No campo da escrita, essa separação ajudou a me situar como pesquisadora do assunto, pois como psicóloga eu falava e escrevia com o ponto de vista da rede de proteção. Assim, dividi o processo de escrita em dois momentos: o segundo capítulo desse estudo, que aborda os conceitos de violência, direito, abuso e exploração sexual, em que escrevi predominantemente como psicóloga representa o primeiro momento do processo de escrita e foi como me despi dos conceitos pré-concebidos. Nos demais capítulos passo a fazer um exercício etnográfico, tarefa da antropologia, composta por reflexões e experiências advindas de um grupo de técnicas, e procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de um convívio, mais ou menos prolongado, entre pesquisador e grupo social estudado, que se relacionam no contexto, recorrendo primordialmente às técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais, formais e entrevistas não diretivas, dentre outros meios, fato que ocorreu no campo das redes de proteção e rede de exploração.

Essas informações, levantadas no cotidiano das redes, nas atividades de atendimento e nas ruas com as jovens, foram um exercício desafiador e ocorreu em duas esferas: a primeira, para unir, a antropologia e a psicologia e, a segunda para olhar, de forma própria, para a rede de proteção, para a rede de exploração e para as experiências das jovens.

Dessa forma, utilizei a metáfora da lente como o processo de adaptação de óculos com lente multifocal. Olhando através do “caleidoscópio”, tive que ajustar e reajustar várias

vezes a lente. Importa ressaltar que não trabalho com a ideia de lente ideal, que permite ver a totalidade, mas lentes dentre muitas que também seriam possíveis. A que utilizei foi a que veio até as minhas mãos, a que eu consegui alcançar e que me conduziu nesse trabalho de pesquisa.

A utilização dessa lente tem a proposta de revisitar e flexibilizar alguns conceitos, para abertura de novas possibilidades de pensar o lugar que as jovens podem ocupar. Quem já usou óculos bifocais, por exemplo, sabe que se passa por um processo de adaptação, sobretudo quando usamos pela primeira vez, ao dar um passo em uma escada, se não se está adaptado, pode-se, por uma ilusão de ótica, achar que o degrau está mais longe ou mais perto e levar um tombo.

Na ampliação do campo de visão, também me distanciei do conceito de violência sexual, como é colocado com a ideia de exploração sexual, pelo ponto de vista da rede de proteção. Tentei deixar que as jovens falassem por si. Procurei interpretar e me aproximar dessa realidade utilizando o termo “experiência sexual”. Frequentemente esse termo foi utilizado ao conversar com as jovens, para poder olhar para o abuso e para a exploração sexual com outras lentes, desvinculadas do juízo de valor relacionado à violência. Nesse procedimento de aprendizado tentei entender possíveis alternativas de agência das jovens e deixar que as mesmas falassem por si.

1.4.2 Uma psicóloga e sua imersão no campo da antropologia

Um ponto importante que chamou minha atenção, nesse processo de pesquisa, e que partilhei em diversos momentos com colegas da sociologia e da psicologia, que acredito ser importante mencionar, é o de que a partir dessa experiência não tenho mais o olhar puro de psicologia. Um amigo me falou que a partir da conclusão dessa tese eu me tornaria antropóloga também. E a partir deste momento, para alguns psicólogos eu seria meio antropóloga e para alguns antropólogos eu seria meio psicóloga. No meu ponto de vista as duas áreas ampliam meu modo de ver a questão e me dão maiores possibilidades de atuação e pesquisa.

A partir dessas considerações e da ideia de aproximação de Lasmar (2005), a principal fonte de inspiração para o tema deste estudo, apresento alguns autores, que embora de escolas diferentes e discordantes, representam o meu processo progressivo de adaptação em campo e de reflexões metodológicas que pautaram os resultados desta pesquisa. Esses

serão apresentados a partir de meu contato gradual com a literatura antropológica e não em uma hierarquia cronológica ou de importância de suas contribuições.

A discussão dos métodos de pesquisa é uma prática que desde Malinowski tornou-se uma etapa importante e amplamente seguida pelos antropólogos em seus trabalhos. As experiências que lemos nas páginas de inúmeras teses e dissertações nos falam, entre outras coisas, sobre a construção e desenvolvimento do chamado fieldwork, confrontando-nos com as inúmeras questões e dilemas que surgem nessa etapa da pesquisa. Normalmente, discutimos aspectos relacionados ao como fazer a pesquisa com nossos orientadores e durante nossa formação nas disciplinas de “métodos e técnicas” e “seminários de pesquisa”. Nossa inserção no fazer antropológico passa por essa etapa de formação que, a meu ver, quanto mais socializada entre os grupos, mais nos capacita a descobrir nossa própria forma de conduzir o trabalho de campo, levando em conta o conhecimento formal que adquirimos e nossas características pessoais (RUFINO, 2006, p.33).

Malinowski (1978), Clifford (1998), Geertz (2008), embora de escolas muito diferentes das que predominam teoricamente neste trabalho, constituíram-se em importantes contribuições metodológicas para esta pesquisa. Importa ressaltar aqui, que suas contribuições foram pontuais, por isso são necessárias algumas ressalvas.

Malinowski (1922) levanta o que considera um dos principais exercícios e obstáculos nessa área, e que representa um dos principais desafios do estudo ora apresentado, “apreender o ponto de vista dos nativos”, através de coleta e registros exaustivos das vivências cotidianas, que envolvem os detalhes da vida, os pensamentos, as ações, os fatos, os silêncios, as falas, os eventos.

Cada fenômeno deve ser estudado a partir do maior número possível de suas manifestações concretas; cada um deve ser estudado através de um levantamento exaustivo de exemplos detalhados. (...) Neste ponto é dotar de carne e sangue (...) perceber ou imaginar a realidade da vida humana, o fluxo regular dos acontecimentos cotidianos ocasionais demonstrações de excitação em relação a uma festa, cerimônia ou fato peculiar (MALINOWSKI, 1978, p.27).

O autor propõe um estudo contínuo, baseado na interação e na observação direta. Em *Argonautas do Pacífico*, sistematiza os fundamentos do método etnográfico para

pesquisar a vida dos trobriandeses na Melanésia. Tarefa que também não foi fácil de ser executada, pois foi realizada na região da Oceania, no extremo oeste do Oceano Pacífico, numa realidade geograficamente e simbolicamente muito distante da experiência do pesquisador. Guardadas as proporções, senti impacto semelhante, quando vivenciei o confronto entre a minha visão de psicóloga e a das jovens em situação de exploração sexual, entre meu papel de pesquisadora e as experiências das jovens pesquisadas.

Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar. Isso descreve exatamente a minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné (MALINOWSKI, 1978, p.23).

A citação acima expressa os desafios, as distâncias e assimetrias simbólicas encontradas nesta pesquisa. Embora a ideia do “ponto de vista nativo” se caracterize, hoje, como um exercício excêntrico, questionável para muitos teóricos, por já ter sido superado pela impossibilidade de apreender de maneira límpida e pura tal ponto de vista, a leitura de sua experiência na melanésia me fez relativizar ainda mais o lugar de “sujeito suposto saber”²², amplamente trabalhado no campo da psicologia. Mesmo sabendo que no exercício desta profissão acabo ocupando em algum momento esse lugar.

Clifford (1998) dá ênfase ao observado participante, que emerge como uma possibilidade de pesquisa, que ganha também reconhecimento científico. Distingue os modos autoridade etnográfica: a experiencial²³, a interpretativa²⁴, a dialógica²⁵ e a polifônica²⁶. Este último modo, foi o escolhido para a pesquisa, principalmente pelas características do campo,

²² Para Lacan (2010), o analisando coloca o analista na posição de sujeito suposto saber (grifo meu), de um saber consistente, de um saber que sabe. Entretanto, da perspectiva do analista o saber não sabe. O analista deve conduzir a análise visando esse não saber como verdade.

²³ Exemplificado com Malinowski, no qual se tenta comprovar o “Eu estive lá”, pois, a experiência tem servido como autoridade etnográfica, visto que existe uma relação importante entre o pesquisador e sua capacidade de apreender o objeto de estudo (CLIFFORD, 1998).

²⁴ Entendimento, **criticado** de que se possa ver a cultura como um conjunto de textos, “‘a textualização’ é entendida como pré-requisito para a interpretação”. Aqui, o discurso se transforma num texto (CLIFFORD, 1998, p.39, grifo nosso).

²⁵ Entende a etnografia como, resultado de “uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais sujeitos conscientes e politicamente significativos” (CLIFFORD, 1998, p.43)

²⁶ Rompe com as etnografias que pretendem conter uma única voz, geralmente a do etnógrafo, propõe a “produção colaborativa do conhecimento etnográfico, citar informantes extensa e regularmente” (CLIFFORD, 1998, p.54).

que apresenta uma diversidade de atores sociais com pontos de vista diferentes sobre os mesmos termos.

Geertz (2008), ao relatar as dificuldades dos primeiros contatos com a cultura balinesa, permitiu que eu tivesse uma inserção de campo menos impactante. As dificuldades por ele apontadas são comuns a etnógrafos e demais pesquisadores quando se começa a pesquisa de campo.

Quando você encontra um balinês pela [primeira vez, ele parece nem ligar a você; ele está "afastado", segundo o termo de Gregory Bateson e Margaret Mead. (...)Então — num dia, numa semana, num mês o momento mágico nunca chega) — Aí ele decide, por motivos que eu nunca fui capaz de entender, que você é real e ele se torna então uma pessoa calorosa, alegre, sensível, simpática, embora, sendo balinês, sempre muito controlada. De alguma forma você conseguiu cruzar uma fronteira de sombra moral ou metafísica, e embora não seja considerado exatamente como um balinês (para isso é preciso ter nascido balinês), você é pelo menos visto como ser humano em vez de uma nuvem ou um sopro de vento. Todo o aspecto de sua relação muda drasticamente, na maioria dos casos, para uma relação gentil, quase afetuosa — uma cordialidade branda, muito brincalhona, afetada e confusa (GEERTZ, 2008, p.185).

O autor descreve como ele e a esposa participaram de uma briga de galos com a comunidade pesquisada, que é considerada ilegal pelo estado, de como foram surpreendidos por policiais armados com metralhadoras, e como esse episódio fortuito o aproximou das pessoas em Bali.

“Por entre os gritos de "polícia!polícia!", proferidos pela multidão, os policiais saltaram do caminhão, pularam. As pessoas corriam pela estrada, pulavam muros, escondiam-se sob plataformas, enroscavam-se por trás de biombos de vime, subiam nos coqueiros. Os galos, munidos de esporões de aço afiados o bastante para arrancar um dedo ou fazer um buraco num pé, espalharam-se ao redor, selvagememente. A poeira e o pânico eram tremendos (GEERTZ, 2008, p.186).

A partir desse episódio, o autor relata como o medo e a covardia foram fatores que estreitaram seus laços com os balineses, e de como esse comportamento, interpretado pelos pesquisados como solidário, abriu o campo de pesquisa.

A partir do pânico instaurado, ele e sua esposa resolveram correr e encontraram outro fugitivo. Na corrida surge uma comunicação inesperada, eles resolvem acompanhar esse fugitivo sem trocar uma só palavra. Quando os três chegam ao pátio interno da casa do

fugitivo, encontram a esposa do seu parceiro de corrida, que provavelmente já estava a par desses acontecimentos. Ela aparece com uma mesinha, uma toalha de mesa, três cadeiras e três chávenas, e todos, sem qualquer comunicação explícita, sentam-se e começam a beber o chá.

Alguns momentos mais tarde, um dos policiais entra no pátio, com ares de importância, procurando o chefe da aldeia. Vendo o pesquisador e sua esposa, "brancos", perguntou, em tradução aproximada, o que estavam fazendo ali. Seu parceiro de corrida, hospedeiro de cinco minutos, fez uma descrição tão apaixonada de quem eram e com tantos detalhes, tão correta sem que ele mal tenha se comunicado, desde que chegou, com um ser humano vivo, naquela localidade, que o deixou assombrado.

Nós tínhamos todo o direito de estar ali, disse ele, olhando diretamente nos olhos do javanês. Éramos professores norte-americanos, o governo nos havia dado permissão, estávamos ali para estudar a cultura, íamos escrever um livro para contar aos norte-americanos sobre Bali. Estivéramos lá a tarde toda, bebendo chá e conversando sobre assuntos culturais, e nada sabíamos sobre brigas de galos (GEERTZ, 2008, p.178).

Na manhã seguinte, a aldeia era um mundo completamente diferente para ele e sua esposa, não só porque deixaram de ser invisíveis, mas porque se tornaram o centro de todas as atenções, o objeto de um grande extravasamento de calor, interesse e, principalmente, de diversão. Na aldeia todos sabiam que haviam fugido como todo mundo. Repetidamente foram indagados para contar a história de sua aproximação.

"[...] eu devo ter contado a estória, com todos os detalhes, pelo menos umas cinquenta vezes antes que o dia terminasse, de modo gentil, afetuoso, mas bulindo conosco de forma insistente: "Por que vocês não ficaram lá e contaram à polícia quem vocês eram?" "Por que vocês não disseram que estavam apenas assistindo e não apostando?" "Vocês estavam realmente com medo daquelas armas pequenas?" Mantendo sempre o sentido cinestético, mesmo quando em fuga para salvar suas vidas (.....) eles imitavam, muito satisfeitos, também repetidas vezes, nosso modo desajeitado de correr e o que alegavam ser nossas expressões faciais de pânico. Em Bali, ser caçado é ser aceito. Mas, acima de tudo, todos eles estavam muito satisfeitos e até mesmo surpresos porque nós simplesmente não "apresentamos nossos papéis" (eles sabiam sobre isso também), não afirmando nossa condição de visitantes distintos, e preferimos demonstrar nossa solidariedade para com os que eram agora nossos co-aldeões. (Na verdade, o que exibimos foi a nossa covardia, mas parece que também há certa camaradagem nisso.) Foi justamente o ponto da reviravolta no que concerne ao nosso relacionamento com a comunidade, e havíamos sido literalmente "aceitos". Toda a aldeia se

abriu para nós, provavelmente mais do que o faria em qualquer outra ocasião (GEERTZ, 2008, p.187).

Foi difícil nesta pesquisa, não ser vista na condição de visitante estranha. Principalmente nos pontos da rede de exploração. Lembro-me de uma noite em uma casa de show, em que fui vestida de preto para ficar um pouco mais mimética e poder observar melhor. Ao chegar à portaria, depois de deixar entrar várias jovens com ares de intimidade pitoresca, o porteiro me interpelou com certa importância com um: - “*Pode entrar senhora!*” Deixando bem claro que eu não era dali. Nessas horas, eu lembrava de Foote Whyte (2005).

O autor propõe um estudo sobre uma organização social existente em *Cornerville* em *Eastern City*, nomes fictícios para o *North End de Boston*, popularmente chamado de *Little Italy*. Na perspectiva da classe média branca, da qual Foote Whyte fazia parte, essa área da cidade era considerada pobre, caótica e desorganizada. Em sua pesquisa, ele redescobre a localidade como um sistema social altamente organizado. São encontrados diversos personagens da vida real em uma trama de competições por lideranças, ações conjuntas, composição de alianças políticas e econômicas, com distribuições de bens e favores. Esse estudo me auxiliou com alguns cuidados que eu deveria tomar em relação à metodologia da observação participante, e o tempo em campo para amadurecer essa compreensão.

Ainda com a experiência de Foote Whyte, aprendi a tirar proveito dos erros que se pode cometer durante o trabalho de campo e contornar os passos em falso, mas o principal aprendizado dessa literatura foi o de aproximar a lente, ampliar a visão sobre uma organização microscópica, imperceptível aos olhos da sociedade mais abrangente; entender o funcionamento das lógicas que garantem a relação das jovens com a rede de exploração e perceber que essa lógica está muito mais perto da vida cotidiana, do que dos processos burocráticos da rede de proteção.

Grande parte dos padrões pré-estabelecidos, encobrem o que realmente acontece. Assim como Whyte identificou uma organização diferente em *Corneville*, foi possível perceber nessa pesquisa de campo como a rede de exploração está mais perto das jovens através do uso de mecanismos que viabilizam “laços de solidariedade” e formas de aproximação: física, geográfica, psicológica e financeira.

Importa enfatizar que essas reflexões embasaram os primeiros momentos da pesquisa de campo.

1.4.3 Dos colares de conchas de Malinowski ao simbolismo das trocas: um exercício de reflexividade

A metodologia desta pesquisa se concretizou através de conversas formais, informais e entrevistas realizadas com atores sociais das redes de proteção e de exploração sexual, quantificadas através dos relatos e experiências de 70 jovens, do sexo feminino, com idades de 14 a 26 anos, das quais tenho acompanhado suas trajetórias desde 2006 quando ingressei no programa Sentinela e outras com as quais tive contato recente no CREAS, SAVVIS-Sul, nas ruas, avenidas e nos pontos de exploração.

Os relatos das jovens estão ligados a histórias, estórias, expectativas e frustrações vivenciadas em seu cotidiano e com elas suas vivências e violências que emergiram através das frestas, dos interstícios de falas, dos momentos de silêncio, dentre outras experiências que apareceram no decorrer desse estudo e se colocam em primeiro plano, através de trechos de experiências e representações das adolescentes em situação de exploração sexual.

Foram entrevistados, também, 10 atores da rede de proteção, para entendermos suas concepções sobre a exploração sexual, bem como a sua atuação na rede.

As pesquisas de campo ocorreram no ambiente da rede de proteção, nas unidades de atendimento, mais precisamente, no CREAS – Centro Sul, do Bairro Nossa Senhora das Graças e complementarmente no SAVVIS - Sul. As entrevistas e conversas informais ocorriam após os atendimentos. Nas ruas, no que se chama “rede de exploração”, eu entrevistava as jovens nas calçadas, por telefone (após elas me passarem o contato), em postos de gasolina, feiras, paradas de ônibus, entre outros pontos. Conversei com muitos atores sociais, por meio das redes sociais, principalmente pelo *facebook e whatsapp*.

Quando iniciei o contato nas ruas, percebi uma primeira diferença de lógica de funcionamento na minha relação de pesquisa com as adolescentes, que dizia respeito ao processo de troca de informação realizada comigo. Na rede de proteção ocorria através do atendimento oferecido, nas ruas e na rede de exploração sexual, através da distribuição de preservativos, que passei a oferecer para ter um contato inicial com as adolescentes.

Assim, os atendimentos psicológicos e as camisinhas abriam canais de comunicação, nos locais de atendimento e nas ruas onde eu pesquisava. Na rede de proteção, o acesso às informações foi relativamente mais fácil do que nas ruas.

No campo da antropologia, os colares de concha de Malinowski (1978), e também a expressão dar, receber e retribuir, de Mauss (1974), apareceram em nítida consonância com

minha prática de abordagem nesse ponto da pesquisa de campo. O valor simbólico que as trocas possuem na realidade da situação de exploração sexual fica mais claro. Com essas duas obras, foi possível perceber a circularidade dos processos de trocas de bens, de serviços e de vantagens existentes nesses contextos.

Na rede de proteção de crianças e adolescentes, ocorrem as trocas da seguinte forma: os profissionais da rede de proteção oferecem atendimentos para as famílias; com isso ganham conhecimentos adquiridos sobre os casos que envolvem experiências familiares com a violência sexual e as rotinas de atendimento; esses conhecimentos adquiridos auxiliam a rede de proteção a encontrar estratégias para utilizar a experiência para troca de informações, em estudos de casos entre os profissionais além de utilizar o conhecimento adquirido para atender em outros casos e auxiliar outras famílias atendidas.

“Hoje estamos reunidos aqui para fazer um estudo de caso entre os profissionais da equipe, o que ajuda muito a tomarmos decisões nos outros casos que atendemos”(A.L.M – Rede de Proteção)

Na rede de exploração a circularidade ocorre com a troca de bens, de serviços, de favores, de dinheiro e de conhecimentos de como a rede funciona, essa lógica me pareceu similar ao *kula*:

O *kula* consiste na série dessas expedições marítimas periódicas que vinculam os diversos grupos de ilhas e anualmente trazem, de um distrito para o outro, grande quantidade de *vaygu'a* e objetos de comércio subsidiário. Os objetos do comércio subsidiário são utilizados se consumidos, mas os *vaygu'a* – braceletes e colares – movem-se constantemente no circuito. [...]”. “O *kula* é, portanto, uma instituição enorme e extraordinariamente complexa, não só em extensão geográfica mas também na multiplicidade de seus objetivos. Ele vincula um grande número de tribos e abarca em enorme conjunto de atividades inter-relacionadas e interdependentes de modo a formar um todo orgânico [...]”(MALINOWSKI, 1978, p. 86).

A distribuição dos preservativos auxiliou a minha inserção em campo, nas atividades de rua. Percebi que principalmente nos pontos localizados nas ruas, a oferta era sempre bem recebida, pouquíssimas pessoas se negaram a receber. Depois de um tempo da chegada em campo, os preservativos abriram muitas possibilidades de conversa e aproximação, pois viabilizaram um primeiro contato com o tipo de troca que já fazia parte da realidade das adolescentes. Na verdade o que ocorria comigo através dos preservativos, em troca de informação, era o reflexo de como funcionava a rede em que essas jovens estavam inseridas, de como funcionavam as trocas que elas faziam. Mostra também, como essas

jovens se apropriavam dos preservativos como um recurso que era delas, pertencente ao seu pedaço²⁷ ao seu mundo de trocas. Como no *kula*, haviam atividades preliminares intimamente ligadas ao comércio.

O *kula* se firma em uma parceria de cada tribo que acaba sendo interdependente de outra tribo, em outras palavras, as necessidades são supridas, o que uma comunidade necessita, a outra dá e recebe em troca algo que também necessita na sua. Todo esse mecanismo é indispensável à economia desse círculo fechado e gerando créditos entre os parceiros através de grau de confiança, honra e moral. Essa instituição intertribal estabelecida que é o *kula*, que sua força central é a troca de dois principais objetos de transação, os *vaygu'a*, o *soulava* (longos colares feitos de conchas vermelhas) e o *mwali* (braceletes feitos de conchas brancas). Esse contexto cabe a segunda seção (MALINOWSKI, 1978, p.86).

No *kula*, a fabricação de canoa para o transporte, organização de equipamentos e datas, cujas funções eram essenciais para os nativos que acabavam se fortalecendo economicamente. Nas ruas, onde ocorre à prostituição e a exploração, surge em toda a extensão geográfica, uma organização complexa em torno dessa atividade. Existem casas de show, pousadas, motéis, fluxo de vendedores ambulantes, de taxitas, de mototaxistas. Há, ainda, o comércio de álcool e outras drogas, algumas dessas atividades, interligadas entre si com uma “rede solidária” com várias possibilidades de trocas: de recursos, de favores, de informações dentre outras.

1.4.4 O exercício de aproximação e os atores da pesquisa

Nos locais da rede de proteção, após os atendimentos realizados, eu conversava com as jovens sobre escrever um livro sobre as experiências delas. Essa forma de aproximação, no primeiro momento, foi interessante, porque disparavam lembranças sobre suas trajetórias de vida e, como eu já era psicóloga da rede, e elas também sabiam disso, funcionava também como um momento em que elas se sentiam escutadas. Nessas conversas, eu sempre ouvia buscando falar o mínimo necessário.

A abordagem com as jovens, na rua, era diferente da abordagem dos centros de atendimento. Inicialmente, eu chegava de carro, nos pontos de exploração e distribuía camisinhas, mencionava que era pesquisadora e que estava escrevendo um livro. Após essa abordagem, procurava me aproximar das jovens nos pontos e agendava conversas, ou

²⁷Ver definição na página 205.

passava, após suas atividades, ou quando elas permitiam. Iniciava a conversa perguntando se elas sempre ficavam por ali, se mudavam de lugar, como era a experiência de estarem ali e gradualmente suas trajetórias apareciam e com elas as experiências relacionadas com a sua ação naquele local.

Nas primeiras vezes, fui sozinha aos pontos de exploração sexual e a insegurança era inevitável. Fiquei preocupada com a minha segurança pessoal, apesar de parar o carro em um ponto estratégico e só observar. Em alguns momentos estacionava o carro em postos de gasolina, restaurantes e churrasquinhos de rua e conversava com as pessoas. Naturalmente as conversas apareciam.

Nesses primeiros momentos, sentava nos banquinhos de churrasco, andava, escolhia frutas, durante conversas, na feira, conversava com os flanelinhas e frequentava flutuantes²⁸. Quando eu percebia alguém que sentia certa segurança de tratar do assunto, conversava e mencionava que estava realizando a pesquisa, perguntando sempre, se haviam meninas jovens nesses locais, e como elas transitavam nos espaços, indagava sobre o horário, a constância, a quantidade de meninas que frequentavam aquele lugar e como se configurava a exploração sexual nesses espaços. Não perguntava diretamente o que era exploração para os entrevistados, a pergunta era realizada indiretamente. Eu perguntava o que elas achavam sobre o que as meninas faziam e as pessoas davam sua opinião.

Lembro-me de muitas situações como cenas de filme (não pareciam reais). Em alguns momentos chegava a ficar bastante impressionada de como os temas sobre as experiências sexuais das jovens fluíam em alguns lugares. Houve alguns em que não precisei perguntar nada. Bastava passar uma jovem, que as conversas começavam. Eu somente assistia os diálogos e as conversas coletivas. Além disso, tive que usar e ousar da criatividade, estacionar o carro e chegar aos locais caminhando, comprar produtos dos comerciantes ambulantes e nas feiras para ouvir as conversas, entre outras. Destaco uma situação inusitada em uma das feiras que visitei, quando duas jovens passaram juntas caracteristicamente vestidas, com blusa tipo top e short curto.

No momento em que elas passaram os feirantes das bancas de peixe e carne gritaram: *Hurrah!*, *Hurrah!*, *Hurrah!*, em coro várias vezes. Perguntei a um deles o que

²⁸Flutuante, aqui é usado no seguinte sentido: qualquer habitação ou comércio sobre águas fluviais da orla da cidade de Manaus.

significava aquilo, sem que ele soubesse quem eu era e ele me respondeu: *é porque essas aí vão aprontar!* Não consegui perguntar mais nada nesse dia. Sei que deveria ter investigado mais, porém entrei em conflito com meu papel de psicóloga. Achei uma violência aquele código e uma falta de respeito com as adolescentes. Voltei para casa e passei vários dias sem escrever. Depois, passei a perceber que essas questões de exploração sexual de meninas, estavam inseridas em um contexto mais amplo, que envolviam outras questões. Por vezes, sempre sozinha, fui interpelada por alguns homens que pediam o meu contato telefônico e eu encontrava um jeito de desconversar. Quando eu ia acompanhada por colegas homens, eu nunca fui interpelada. As primeiras categorias de análise dessa pesquisa, com essas experiências, ficavam mais evidentes. As leituras sobre gênero, sexualidade, poder e violência, de repensar a exploração sexual e relacionar essas categorias com os conceitos de abuso sexual e exploração sexual me deram a possibilidade de analisar os conceitos e estratificá-los conforme quadros 1 e 2 no segundo capítulo desta tese.

Essas primeiras categorias foram pensadas também a partir de reflexões que surgiram em discussão com minha orientadora, Raquel Wiggers, e a partir das aulas do curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, em que estive como doutoranda, principalmente das que tratavam dos temas gênero e antropologia do poder.

As demais categorias surgiram no decorrer do trabalho de campo e de outras disciplinas que trataram de temas como, antropologia do poder, antropologia e território e antropologia da criança, e a partir do contato com as jovens nas ruas.

Esse contato nas ruas envolveu várias experiências e escolhas de observação. Nas ruas, os pontos que eu escolhia para analisar, apresentaram certas características recorrentes: os carros paravam rapidamente, trocavam informações e iam embora por várias razões. O primeiro motivo era porque estavam levando alguém que estava parado nos pontos; o segundo, porque saiam sem levar ninguém, ou porque não tinham gostado das opções ou porque não gostavam do preço, ou porque as jovens se recusavam às condições rapidamente expostas naquele diálogo, dentre outras razões.

Para realizar contato com as adolescentes na rua, eu ficava dentro do carro, estacionado a certa distância, tentando entender como eu me aproximaria. Observando, pensava na entrega de preservativo, que poderia ser tão rápida quanto aquela abordagem. Eu entregava a camisinha e falava que iria escrever um livro, relatando essa experiência, o

que causava curiosidade e facilitava meu acesso a elas. Mas não poderia entregar a camisinha e dirigir ao mesmo tempo, foi quando pensei em levar outras pessoas comigo.

Convidei colegas, principalmente, nos horários noturnos, e isso ocorreu também por uma questão de segurança, pois andava por lugares pouco iluminados à noite e de madrugada. Eram estagiários e estagiárias do CREAS²⁹ e colegas de outros cursos de graduação e pós-graduação, da Universidade Federal do Amazonas³⁰. Inicialmente, no papel de motoristas, depois, percebendo que eles facilitavam também o meu acesso às jovens passei a considerar relevante a companhia masculina nessas abordagens. Aqui, aparece também, uma questão de gênero, com os colaboradores homens, pois quando as jovens os viam, eu sentia que eles facilitavam o meu acesso. As jovens se mostravam mais interessadas, pois era prioritariamente com as figuras masculinas que as trocas em suas experiências sexuais ocorriam.

Assim, fomos desenvolvendo estratégias. Nos primeiros dois meses não saíamos do carro. Parávamos exatamente como os outros carros, nos apresentávamos como pesquisadores e saíamos. Depois de um tempo, fiquei conhecida como a moça do livro por algumas jovens. Quando chegava e me apresentava rapidamente, elas diziam: *É a moça do livro*. Grande parte das vezes, encontrávamos mais mulheres adultas, travestis adultas ou adolescentes, e no meio desses grupos eu encontrava as meninas adolescentes. Fiz uma média por dia, de 5 a 8 meninas adolescentes para 60 entre mulheres adultas, travestis adultas e jovens travestis. Algumas vezes encontrei adolescentes escondidas atrás de postes de energia, em lugares bem escuros.

Nessa trajetória, ocorreram também equívocos de comunicação entre nós pesquisadores e as jovens. Muitas delas, na primeira aproximação, traziam indagações inesperadas, como a de não fazer programa a três, porque éramos sempre dois no carro, pois quando estava com colaborador, elas nos interpretavam, num primeiro momento, como um casal, depois passavam a nos ver como pesquisadores. Elas também faziam perguntas sobre nossos papéis sociais e isso me auxiliava a entender por onde começar, entender sobre os interesses delas.

²⁹Barbara Beatriz Jesus Silva, Gessyka de Souza Trindade, Wendrews Santos.

³⁰Rafael Amorim, Wender Félix de Araújo.

Com o tempo, as jovens do ponto de exploração já avisavam os demais que ainda não tinham tido contato comigo. E diziam: “*É a moça do livro. Ela traz camisinha também. Ou então: É o pessoal do livro*”.

Quando fui com colegas mulheres, e encontrava um grupo novo no ponto, pela primeira vez, a aproximação foi muito mais difícil, ficavam bem desconfiadas. Principalmente porque não sabiam exatamente o que mulheres estranhas faziam ali, no ponto.

Importa ressaltar que as camisinhas eram distribuídas para todos independentes de serem adolescentes ou não. Se encontrássemos alguém “fazendo ponto”, nós parávamos o carro e nos apresentávamos como pesquisadores, falávamos do livro, entregávamos camisinhas e íamos embora. E quando já tínhamos tido um primeiro contato, ou quando tínhamos abertura, eu falava das experiências delas. Falava com todos, pois era uma forma de chegar onde as jovens estavam.

As entrevistas realizadas com os atores sociais da rede de proteção, iniciava pela pergunta introdutória sobre o que era exploração sexual e qual o seu papel e as ações da instituição que os mesmos trabalhavam. Os entrevistados mencionavam seus pontos de vista sobre o conceito exploração sexual e descreviam sua atuação e o ponto da rede que trabalhavam. No decorrer da entrevista, com essas três perguntas, emergiam uma série de informações, experiências, dúvidas, vivências, ações, que permitiram a possibilidade de coletar os materiais que embasam a hipótese aqui levantada.

As entrevistas ocorreram em espaços da rede de proteção após reuniões, encontros e eventos. Além de contatos agendados em outros momentos ou realizados pela *internet*, *whatsApp*, *facebook*, *e-mail*, para tirar dúvidas sobre o que foi discutido na entrevista ou mesmo para coletar informações mais detalhadas e atuais sobre a atuação da rede de proteção, ou para conseguir contato com os diversos atores da rede.

Pesquisei também sobre algumas teses de doutorado e dissertações de mestrado de alguns colegas da rede, escritas no Amazonas, e apresentarei também aqui nesse trabalho o conteúdo dessas obras.

Durante todo o processo de pesquisa, fui, gradualmente, sendo chamada, para discutir sobre o tema. Ora no papel de doutoranda, de pesquisadora do Núcleo Azulilás/UFAM, ou de psicóloga do SAVVIS/Secretaria Municipal de Saúde. Participei de vários seminários, conferências municipais da criança e do adolescente, SUAS e SUS,

elaboração de planos operacionais, palestras sobre abuso e a exploração sexual, seminários sobre o tema, reuniões, fóruns, palestras em escolas, audiências públicas, mesas redondas, fóruns e grupos de trabalho, eventos de capacitação profissional para equipes técnicas, dentre outros eventos, de iniciativa da rede de proteção.

As experiências nesses eventos foram fundamentais, pois, propiciaram muitas reflexões sobre a forma como a rede de proteção trabalha o tema. Ao discutir os eixos do Plano Nacional de Enfrentamento Nacional de Crianças e Adolescente, nas oficinas e seminários, me vi inserida, ou escolhia trabalhar no eixo de pesquisa, ou no eixo do atendimento. Houve experiências em que atuei nos dois eixos, ao mesmo tempo. Grande parte desses eventos mobilizaram ações e contribuições para o fortalecimento das políticas públicas nessa área.

1.4.5 Informações estatísticas e mapa

No decorrer do processo, tive contato com muitas informações, inclusive com dados estatísticos que passei a analisar, principalmente, aqueles relacionados à quantidade de atendimentos e casos atendidos nos equipamentos da rede de proteção, além de levantar pontos onde a exploração sexual ocorria na cidade. Por essa razão foram elaborados mapas, da localização dos equipamentos da rede de proteção em Manaus e dos pontos nos quais as jovens foram encontradas no decorrer do período desta pesquisa.

1.4.6 As entrevistas e conversas formais informais

O método escolhido para a coleta de informações com as adolescentes foram entrevistas não diretivas e as conversas formais e informais. Eu já conhecia algumas histórias e já acompanhava a trajetória de muitas delas. As entrevistas iniciavam a partir da pergunta introdutória sobre a ideia de escrever um livro sobre a experiência que eu estava tendo com elas ou sobre o lugar que elas frequentavam. Posteriormente passei a inserir também a pergunta sobre a idade do consentimento³¹. Procurei saber, com as adolescentes, a partir de suas experiências, qual era a idade do consentimento para elas, que idade aproximada um jovem deve ter sua primeira experiência sexual. Inicialmente, inferi que algumas das jovens, por saberem que eu também era psicóloga da rede, acabavam respondendo de acordo com o que eu queria ouvir, mas com as jovens nas ruas as respostas também passaram a ser similares e descobri um distanciamento enorme entre o que elas viveram e o que elas pensavam que

³¹Sobre consentimento ver páginas 100, 184.

deveria ser a primeira experiência de uma jovem. Ressalto, como pesquisadora, que as jovens nas ruas também podem ter tentado responder mais próximo do que elas acreditavam ser a minha expectativa, mas pelos desejos e expectativas que elas apresentavam, passei a dar maior importância para essa resposta que será detalhada no último capítulo desta pesquisa.

Com os atores da rede de proteção, quando buscamos saber sobre o que entendiam por exploração sexual e a atuação da rede de proteção, levantávamos suas concepções sobre os limites e possibilidades dessa rede.

As histórias das jovens aqui apresentadas, são narradas misturadas entre si e apresentadas através de personagens fictícias, em sua maioria, com nomes indígenas masculinos, como uma alusão às teorias feministas que desconstruem alguns padrões hegemônicos de se pensar masculinidade e feminilidade, com papéis cristalizados e essenciais. Os nomes indígenas também se relacionam a situações muito frequentes no cotidiano de crianças e adolescentes que passam por essas experiências.

1.4.7 O processo de ser afetada e o exercício de reflexividade

O último estágio desta pesquisa se deu no campo da reflexão, após ter concluído o trabalho de campo, em uma leitura do material e dos diários de campo e da experiência com Tainá, que percebi ter muito me afetado.

Essa expressão foi pensada pela primeira vez por Favret-Saada, em uma pesquisa sobre feitiçaria no Bocage francês (2005), que a levou a trabalhar a noção de afeto e, posteriormente, reconsiderar essa noção, primeiro, para apreender uma dimensão central do trabalho de campo e depois, para fazer uma antropologia das terapias.

Favret-Saada (2005) destaca como é ser afetado pelas complexas situações com que nos deparamos no campo da pesquisa. Importa ressaltar que este sentido de afeto aqui mencionado não se refere àquele vinculado a emoção, mas no sentido de um processo de afetar alguém ou além da representação. Isso não significa, que “o etnógrafo tenha que se identificar com o ponto de vista indígena ou do nativo nem que tão pouco aproveite para exercitar seu narcisismo na verdade” (GOLDMAN, 2003, p.150).

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Os acontecimentos devem atingir o pesquisador, não da mesma forma que atinge os nativos, mas talvez com a mesma intensidade.

No primeiro momento de aproximação, já foi possível perceber que, em minha experiência de pesquisa, a “participação” se daria além de uma antropóloga em campo: Mas, a participação se daria sobretudo naquilo que Jeanne Favret-Saada denomina “ser afetado” (*être affecté*), que consiste num “dispositivo metodológico” que permite considerar o caráter epistemológico das situações de comunicação, muitas vezes involuntárias e não intencionais realizadas em campo (WEISS, 2013, p.286).

Goldman (2003) e Favret-Saada (2005) concordam que basta que os etnógrafos se deixem afetar pelas mesmas forças que afetam os demais para que um tipo de relação possa se estabelecer. Relação, essa, que envolve uma comunicação muito mais complexa que a simples troca verbal a que alguns imaginam poder reduzir à prática etnográfica. Trata-se, em suma, de conceder um estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional, evitando a “desqualificação da palavra indígena” em benefício da promoção do etnógrafo, assim como a armadilha suprema é imaginar que fazer etnografia significa explorar as trevas com uma filosofia das luzes.

A autora concebe esse estado como uma modalidade de experimentação de intensidades específicas, os afetos, somente possível a partir da ocupação e do acesso a determinados lugares a partir dos quais se estabelece uma comunicação específica com os sujeitos estudados que não é passível de representação. O que está em jogo é situar-se, ocupar um local em que se possa ser afetado pelas mesmas forças que incidem sobre os nativos. Por outro lado, aceitar ocupar esse lugar não informa exatamente sobre as afeições do outro, mas sobre o que afeta o próprio pesquisador nessa posição em que o outro o colocou. É esse ato de ser afetado que abre a referida comunicação específica de que fala a autora: comunicação ao mesmo tempo involuntária e sem intenção, verbal ou não, com o outro. O “afetar-se” está relacionado à ocupação de determinados lugares durante o trabalho de campo (FAVRET-SAADA, 2005, p.6).

Marilyn Strathern (1999) sugere que as relações sociais estabelecidas em campo devem ser valorizadas em si mesmas, pois delas deriva o conhecimento que o etnógrafo

produz. Dessa forma, podemos afirmar que as relações sociais constituem o conhecimento anterior à busca e à codificação desse mesmo conhecimento. Isto é, o trabalho de campo, em seus dois momentos – o de campo, propriamente dito, e o de gabinete, ou seja, o de escrita – desenvolve-se no sentido de relação com conhecimento, para que se possa fazer o movimento posterior de retorno do conhecimento às relações que descrevemos.

Clifford(1998) propõe o olhar reflexivo, isto é, ao invés de escamotear a subjetividade, a escrita etnográfica deve reforçá-la através da prática autorreflexiva, na qual o antropólogo se percebe no campo, e não acima dele. Essa autorreflexão permite visualizar a complexidade da realidade em que o antropólogo está inserido e deve estar presente em todos os momentos do trabalho, tanto no trabalho de campo, como no texto, pois não são fases diferentes da pesquisa, mas momentos de construção de um fazer etnográfico.

Strathern (1999),também traz outras discussões importantes e dentre elas a ideia de um novo debate sobre a autoconsciência antropológica, a modificação da relação entre antropólogos, escrita e público leitor,concepção estabelecida a partir do fim do século XX. Na sua visão, esses fatos ocorreram porque as pessoas sobre as quais os antropólogos classicamente escreviam se tornaram, também, parte desse mesmo público e eles mesmos, em alguns casos, são hoje antropólogos e “nativos”. Esta pesquisa, ao mesmo tempo em que contempla a reflexividade, considera essas mudanças de papéis, também no campo dos direitos da criança e do adolescente. Pensar a criança como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, como sujeito de direito, e não mais como menor com preconizava o antigo código de menores. Na história da antropologia essa ideia se assemelha aos estudos sobre agência.

As concepções de Conh (2005), Christensen (1994) e Toren (1993) trazem reflexões antropológicas para pensar a criança com agência, indicando caminhos para desenvolvimento de outras possibilidades de encarar as crianças como atores sociais, como parceiros da investigação:

Com o desenvolvimento de outras possibilidades de encarar as crianças como atores sociais, como parceiros da investigação, novos aspectos éticos se levantam, sendo o investigador confrontado com novas responsabilidades e também novos desafios éticos. A propósito estes autores consideram que o entendimento da criança como actor social ou como participante poderá ser melhor interpretado se considerarmos uma simetria ética entre adultos e criança (CHRISTENSEN E PROUT, 2002, p.478).

Aqui, é considerada a técnica da reflexividade, enfatizada por Strathern (2006), e as teóricas que falam sobre as pesquisas na antropologia da infância para entender crianças e adolescentes a partir desse foco. Em uma pesquisa realizada com criança da Inglaterra, com testes gráficos, as crianças ao interpretarem estas atividades se mostram mais participativas e competentes, reconhecendo a importância da participação do investigador nas suas vidas diárias. Deste modo, esse exercício, pode ser considerado como uma metodologia de investigação importante para observar a criança por outro foco. Para Christensen & James (2005), crianças, ao invés de serem pensadas como um grupo subalterno, pensam sobre suas experiências e práticas e reconhecem a importância da participação do investigador em suas vidas diárias na escola. Dessa maneira, as crianças aparecem não somente como respondentes, mas, também, interpretando ativamente e dando forma ao processo de pesquisa. Os autores, desse modo, começam também a pensar na possibilidade de agência das crianças.

Pensar a criança com essa capacidade de agência parece ser um dos primeiros desafios, pois, no campo da antropologia social, ao se falar da representação do outro, durante a investigação, resulta numa série de limitações e de fatos que não poderão ser alcançados. Mudar a posição das crianças nas ciências culturais e sociais implica em um problema maior ainda, pois a criança é sempre vista como alguém que necessita de um adulto para desenvolver a maioria de suas atividades cotidianas.

Para Spivak (2010), ao falar de agência e de estratégias de grupos subalternos, a autora desenvolve argumentos sobre a necessidade de se pensar em um rompimento de barreiras (simbólicas, econômicas, etc.), por parte dos grupos subalternos. Por este ponto de vista, a autora defende a garantia da existência e permanência de espaços, nichos, entre lugares, no qual o subalterno possa se fazer presente – e ouvido – mas, principalmente, traz à tona uma discussão, na verdade, anterior, isso é, na medida em que ela compreende que a grande narrativa do desenvolvimento não está morta (apenas travestida em outras linguagens, agentes). A autora chama atenção para a importância de uma reflexão sobre o espaço de existência do subalterno, enquanto tal.

Veena Das (1999), também discute a ideia de agência, observando a questão da violência por um foco diferenciado, em que mulheres têm os corpos como signos de uma gramática violenta de gênero, que se expressavam numa zona de silêncio, que com o passar do tempo se transforma em um tipo de agência e não somente um ato de passividade.

Essas pessoas marcadas por gênero corporificam diferentes princípios de agência – como no caso de muitas culturas ocidentais, onde a sexualidade masculina e pessoas do gênero masculino são retratadas como ativas, agressivas, impositivas” “enquanto que a sexualidade feminina e pessoas do gênero feminino são vistas como essencialmente passivas, fracas, submissas e receptivas”. Esses discursos marcados por gênero são em todos os casos construídos através da imbricação mútua com diferenças de raça, classe, etnicidade e religião”. Assim, indivíduos, formadores de políticas e representantes institucionais e comunitários acham fácil ter alguma coisa de importância definitiva a dizer sobre homens muçulmanos, mulheres brancas, e homens negros e mulheres judias, por exemplo (MOORE, 2000, p.16).

Partindo dessas ideias, podemos pensar que a diferença de gênero não é um mero efeito da significação da linguagem. Se aceitarmos que o conceito de indivíduo somente tem sentido ligado a um certo número de categorias, temos que entender como isso foi produzido historicamente e culturalmente. E mais, como isso foi construído em determinado contexto. Dessa forma, temos essa construção na Amazônia e em Manaus, que a integra. Assim metodologicamente, neste estudo, ao se pensar em gênero, poder, sexualidade e violência, busquei considerar os processos culturais construídos historicamente aqui e de como se processam essas construções a partir dos atores que deles fazem parte, para não descontextualizarmos essa possibilidade de análise.

O procedimento comparativo, ao investigar variáveis que cruzam diferentes sociedades, normalmente descontextualiza os construtos locais para trabalhar com construtos contextualizados analiticamente. O estudo do sistema simbólico apresenta uma problemática diversa. Se o interesse teórico está voltado para a maneira pela qual as ideias, representações e valores são contextualizados localmente, a descontextualização não funcionará. As generalizações analíticas devem ser obtidas por outros meios. Não se trata de imaginar que seja possível substituir conceitos exógenos por correspondentes nativos; a tarefa é, antes, a de transmitir a complexidade de conceitos nativos com referência ao contexto particular em que são produzidos (STRATHERN, 2006, p. 33).

Essas ideias serviram de base para mostrar como as adolescentes se deparam com as experiências de exploração e criam representações desses fatos de acordo com suas experiências de vida.

Todo esse processo, posteriormente, me fez perceber caminhos para a pesquisa, a escrita, a reflexão e a análise como pesquisadora, que uniu as duas áreas de conhecimento para entender essa realidade. Embora acredite que possa ter caído em algumas armadilhas naturais de quem está nesse lugar.

CAPÍTULO II - UM “CALEIDOSCÓPIO” SEM LÓGICA

Os cientistas dizem que somos feitos de átomos mas um passarinho me contou que somos feitos de história.

Autor desconhecido

No segundo capítulo, apresentamos fragmentos do cotidiano do atendimento realizado em pontos da rede de proteção, com foco na fronteira entre a violência e os direitos legais. Nesse item serão destacados os dilemas e as contradições das experiências relacionadas ao tema da violência sexual frente à materialidade dos fatos. Para uma contextualização gradual do(a) leitor(a), neste campo, destacam-se os conceitos de violência, alguns dos tipos de violência cometidos contra criança e adolescentes, bem como os conceitos principais deste estudo que são a violência sexual, que se divide em abuso e exploração sexual. Estes dois últimos conceitos são visitados na concepção de diversos autores frequentemente utilizados para os estudos dos profissionais que atuam na rede de proteção. Esse processo se caracteriza como um exercício teórico, no qual esses conceitos são estratificados e divididos para identificação do primeiro grupo de categorias (gênero, poder, sexualidade e violência) que sustentam teoricamente parte deste estudo.

2.1 Alguns giros do “caleidoscópio”: entre a materialidade dos fatos, a violência e os direitos legais de crianças e adolescentes

Nos atendimentos realizados, os fatores aprendidos e transmitidos culturalmente a partir de gerações na sociedade e nas famílias, são revelados. No cotidiano as fronteiras entre proteção e violência se apresentam como muito tênues. Muitas famílias trazem preocupações relacionadas à proteção combinadas a situações de agressão e excesso de autoridade, que se manifestam em atos, falas e ações. Ouve-se na rotina dos atendimentos psicossociais de mães, pais e avós de meninas em situação de exploração sexual, muitas expressões.

“A filha é minha eu faço o que eu quiser com ela”.

“Se errar, bato mesmo! Eu sempre apanheeee! Hum eu quebro a cara dela mesmo”!

“Eu sempre protegi minha filha pra que nada do que aconteceu comigo acontecesse com ela. E quando isso aconteceu eu fiquei tão mal”.

“Eu sempre trabalhei na feira e to vivo, não tô? Trabalhava doze horas direto desde de pequenininho”.

“Eu sempre fiz isso e ninguém nunca disse que era errado. Passavam até a mão em mim e eu ficava calado com medo de apanhar”.

“Não sei como isso aconteceu! Eu a mandei para a casa da avó, nem deixei ela comigo, para protegê-la e aí aconteceu lá. Tudo se repetiu”!

“Eu fiz de tudo para não acontecer isso! Foi só eu me distrair. Isso pode acontecer em questão de minutos. Todos os dias!! E ela ganhou até dinheiro com isso”.

Essas falas contrastam entre o que as pessoas viveram e acreditam, em alguns contextos cotidianos, e o que é preconizado como violência, e se constrói como direito nos últimos anos na rede de proteção. As famílias reproduzem histórias, movimentos, falas vivências, e são envolvidas por reproduções culturais, sociais e ideológicas por gerações. Por certo ângulo, muitas vezes, a lente do direito que orienta o trabalho da rede de proteção, parece ofuscada, embaçada e quebrada por experiências de violência que parecem fazer parte da dinâmica cotidiana de algumas famílias. Por outro ângulo essas vivências são analisadas e estudadas por especialistas e em suas mãos se transformam em direitos violados a serem restituídos no campo das políticas públicas. As experiências trazidas aqui são apenas uma amostra das multiplicidades de discursos que são proferidos nos atendimentos.

2. 2 Da materialidade legal dos fatos à subjetividade humana

A violência, aparentemente, se apresenta como primeira lente, nos atendimentos das famílias de adolescentes em situação de violência sexual, pois é o que as famílias trazem com frequência. No Sentinela, CREAS e SAVVIS ouvia e ouço sobre violência todos os dias. As experiências de violência são impactantes e mobilizadoras no cotidiano de muitos profissionais. Tive a oportunidade de partilhar essa concepção com colegas de trabalho e suas impressões também são muito semelhantes às minhas.

A denúncia e a responsabilização legal do autor que comete a violência sexual é uma consequência frequente dos atendimentos. Por se tratar de âmbito legal, são importantes as tipificações das formas de abuso sexual, dos toques no corpo da criança ou da adolescente e

do significado e intensidade da experiência para os familiares.

Uma vez formalizada e aceita a denúncia de violência sexual pelo poder público, a família não pode retirar a queixa, pois os crimes de violência sexual sofrem o princípio de incondicionalidade jurídica, que significa que a queixa não pode ser retirada. Outro fato importante do princípio legal é o relacionado à Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012, relativo ao prazo prescricional dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Antes, a prescrição, ou seja, o tempo para o agressor ser julgado ou punido pelo Estado era contado a partir do crime praticado. Hoje ela começa a ser contada quando a vítima completa 18 anos, essa lei altera o Código Penal para dar mais tempo para que a pessoa que tenha sofrido abuso sexual possa ingressar com uma ação penal contra o agressor.

Vamos a um exemplo.

Aimberé³², 16 anos, moradora de uma comunidade da zona sul de Manaus, é uma jovem que sofreu um estupro aos 12 anos de idade. Esse crime, antes de 2012 prescreveria em um período de 20 anos. De acordo com a lei antiga, a criança teria 20 anos após o ato para denunciar o agressor: 12 mais 20, igual 32. Então, ela teria até os 32 anos para denunciá-lo.

A partir da Lei nº 12.650, a denúncia pode ser concretizada até os seus 38 anos, ou seja, 18 anos (quando começa a prescrição) mais 20 anos. Isso ocorreu, principalmente porque têm surgido muitos crimes praticados por pessoas próximas à criança, e ela por medo ou vergonha não efetiva a denúncia na infância, mas ao chegar à maioridade pode efetivá-la. A lei levou o nome de “Lei Joanna Maranhão”, nome da nadadora pernambucana que, em 2008, revelou ter sido abusada, na infância, por um treinador.

No atendimento psicossocial, a questão da responsabilização de quem cometeu o abuso contra a criança e o adolescente tem um peso singular. O motivo do atendimento psicossocial e jurídico, não se restringe a denúncia, mas a exigência dos familiares pela responsabilização da pessoa que comete tal ato, que ocorre, principalmente, em casos em que o abuso sexual é extrafamiliar, quando quem pratica o ato não faz parte da família.

Em casos de abuso sexual intrafamiliar, em que o autor é da família, a responsabilização é exigida, mas fica restrita a algumas condições. Nesses casos, surge uma preocupação que depende da importância afetiva, da consideração ou da responsabilidade

³²Nome de origem tupi-guarani, que significa homem flexível (CHIARADIA, 2009). A escolha do nome masculino abre a possibilidade um exercício de desconstrução de papéis de gênero que se apresentará a partir desse exemplo e em outros nomes fictícios. A ideia de flexível aparece pela relativização que esses casos ganham na vida real.

financeira que esse membro da família tem com os demais familiares e afins. Pois, sabe-se que a pena legal para quem pratica abuso sexual ou participa da exploração sexual contra crianças e adolescentes, no Brasil, é a reclusão. Isso traz um impacto nos comportamentos dos integrantes da família. Essa necessidade de responsabilização então é relativizada, variando também de acordo com o tipo e intensidade de contato da violência sexual (com contato físico, sem contato físico, com penetração genital/anal, sem penetração genital/anal). Em casos com penetração genital/anal se tem uma prova, relativamente legal (relativamente, porque o fato de ter uma marca corporal não é sinônimo de que a pessoa acusada seja a responsável pelo ato), comprovada por exames médicos realizados por peritos na área. Quando não há penetração genital/anal a necessidade de responsabilização também pode ser circunstancial e varia desde um “não foi nada..., não aconteceu...”. “É invenção dessa menina!” Ou então: “isso é muito grave, pois ela foi tocada e perdeu a inocência”!

Importa ressaltar que toques de conotação sexual não deixam marcas físicas no corpo e, nesse caso, a denúncia para a responsabilização do autor precisa estar embasada em provas materiais, caso contrário se torna muito mais difícil provar sua responsabilização.

Grande parte dos estudiosos sobre o tema discute o significado dos contatos sexuais precoces na vida da pessoa e dos familiares (os que deixam marcas corporais e os que não deixam marcas). Um dos principais questionamentos é se essa experiência deixa traumas irreparáveis.

Alguns autores influenciados pela psicanálise com a hipótese do determinismo psíquico acreditam que tudo que se coloca na mente, a partir de experiências traumáticas - por exemplo - gera alguma exteriorização através de atitudes posteriores que sempre envolvem algum tipo de sofrimento. Nessa concepção, acredita-se que respondemos ao mundo de acordo com os nossos registros mentais. Por essa perspectiva, as experiências sexuais precoces como a violência podem repercutir no comportamento dessa pessoa para o resto da vida, porque um evento ou um comportamento atual sempre é desencadeado por uma experiência que o precede, de modo que nada é acidental. As experiências de violência sexual, sob essa ótica, são tidas como um trauma irreparável que influenciará e comprometerá toda a vida da pessoa em vários aspectos. Essa hipótese tem sido questionada com os novos estudos no campo da psicologia, influenciado pela filosofia e fenomenologia sob a ideia de subjetividade, em que o indivíduo vem a ser transformado e modificado por cada experiência cotidiana, de modo que cada experiência transforma sua forma de ver a vida e as experiências

que um dia foram traumáticas podem se apresentar, em um dado momento, com uma outra conotação. Isso se torna ainda mais circunstancial em casos de exploração sexual, que não é necessariamente encarada como uma violência, por muitos seguimentos da sociedade. Em casos de exploração sexual, as questões legais também são postas a prova, pois, é difícil evidenciar legalmente que a exploração sexual aconteceu.

Vamos a mais um caso.

Abaeté³³, uma jovem de 14 anos, chega ao atendimento psicossocial em um CREAS e suas características são as seguintes: de uma família humilde, usuária de álcool e outras drogas, mora com a avó paterna e acusa seu pai de tentar abusar dela e por essa razão sai para as ruas e está em situação de exploração sexual. O processo legal do pai está tramitando na justiça. A jovem alega que saiu com uma pessoa e sofreu ameaças e estupro, pois o autor da violência sexual praticou o ato sexual com uma arma em sua cabeça, dentro de um carro. Ela declara não saber o nome do mesmo.

Essa é uma situação de exploração sexual da qual não se consegue a identificação da materialidade dos fatos necessária para resolução judicial da violência. Ela pode não lembrar o nome do autor da violência sexual que sofreu ou utiliza esse argumento como uma forma de se proteger de outras possíveis violências como ameaças do autor.

Durante o atendimento, Abaeté diz o nome do homem que a violentou com uma arma na cabeça e acusa seu vizinho: um educador físico, comprometido com causas sociais, amigo dos seus colegas de trabalho e respeitado na sua comunidade. Como ela não apontou o autor logo após o fato, e como ele é um homem “respeitável” e considerado na comunidade, seu discurso pode ser descredibilizado, pois, ela primeiro omitiu o nome do autor e depois descreve um ato de violência extrema cometido por alguém “acima de qualquer suspeita” que não possui antecedentes criminais. Outro ponto importante nessa experiência de exploração é que ela suscita em muitas pessoas, a dúvida sobre a responsabilidade da adolescente, se ela está nessa situação por sua condição familiar, econômica, social, emocional ou se ela escolhe, se ela decide ter essa experiência por outras razões. Essas questões põem Abaeté também em descrédito, seja no meio onde convive, seja em locais de atendimento nos quais os profissionais não estejam sensibilizados para questões de violências sexuais e atuação de meninas nas redes de exploração sexual.

³³Nome de origem tupi-guarani, que significa homem de respeito, por seu caso se relacionar com um homem acima de qualquer suspeita, fato frequente nos casos de abuso e exploração (CHIARADIA, 2009).

Desse modo, os profissionais de psicólogos e assistentes sociais, principalmente, são constantemente requisitados a estudar e a receber orientações gerais nos campos das políticas públicas, pois, os desafios e contradições aparecem constantemente, sem contar que esses profissionais também são muitas vezes requisitados a produzir documentos para a investigação sobre a veracidade do acontecimento. Do ponto de vista das políticas públicas, os profissionais são formados para promover a proteção da criança e do adolescente, para dar credibilidade ao seu discurso, para protegê-lo sem prejudicar outras pessoas. Esta questão por um lado dá a esses indivíduos, o capital simbólico (conhecimento), disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais que lhes possibilita uma posição de destaque e de dominação do conhecimento sobre como enfrentar os fatos a partir da situação de violência e assim atender e apoiar essa família. Por outro lado gera certo risco porque o profissional também está inserido em um mundo de valores e pode acabar por cometer uma violência simbólica com quem é atendido, principalmente, porque o atendimento dessas famílias sempre envolve questões como a responsabilização do autor, algum tipo de sofrimento, vergonha, honra, violência e poder. Assim os valores, conceitos e preconceitos dos profissionais também estão em jogo e podem predominar nessa relação com as famílias. A questão então se torna subjetiva e delicada, e uma das formas de minimizar essa assimetria é o estudo contínuo de possibilidades de padronização mínima nos atendimentos.

Com preocupações como essas, dentre outras, surgem os guias de apoio, que são manuais que orientam os profissionais a atuarem, além de capacitações contínuas.

“Recebemos muitas capacitações e fazemos estudos de caso. Isso auxilia muito para que possamos atender da melhor forma possível as famílias que nos procuram” (A.L.M – Rede de proteção).

Importa ressaltar que estes procedimentos não eliminam a violência simbólica, mas uniformizam a atuação dos profissionais, principalmente porque se baseiam em experiências anteriores de atendimento que padronizam conceitos e direcionam como a família deve ser atendida no campo das políticas públicas.

O Guia Sentinela foi um dos primeiros documentos com o intuito de orientar profissionais que atuavam no campo da assistência social, atendendo vítimas de violências sexuais. O Guia trazia algumas orientações e conceitos que auxiliavam no atendimento. Apresentarei, a seguir, alguns conceitos que constavam do guia e definições mais atuais que se relacionam com a ideia de violência.

Serão descritos e discutidos a seguir os conceitos de violência, direito e proteção integral de crianças e adolescentes, destacados neste estudo, em uma ordem sequencial de como aparecem nos atendimentos. A família busca o atendimento em função da violência, para restituir o seu direito, obter justiça e para dar proteção a crianças e adolescentes que dela fazem parte. A exposição e discussão destes conceitos representa um recorte de como os guias são teoricamente elaborados e como a lógica da rede funciona.

2.3 Violência

A violência pode ser conceituada de diversas formas. Para Chauí (1985), “a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior; (...) ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando atividade e fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência”. A violência constitui em uma transgressão aos direitos humanos. E a violência sexual é uma violação a liberdade sexual. Ambas são consideradas crimes, portanto passíveis de punição.

Outra definição destaca que violência “é qualquer ato com que se obriga alguém, ilegalmente, contra o seu próprio dano, fazer, permitir ou sofrer que outrem o faça” (*Delliti Contro La Moralità Pubblica e Il Buon Costume*).

Esses conceitos incluem as ideias de poder, desigualdade de forças e abuso que se apresentam como significativos e definidores de violação de direitos segundo as diretrizes de proteção da criança e do adolescente.

2.3.1 Alguns tipos de violência cometidas contra crianças e adolescentes

Nesse item serão apresentados alguns dos tipos de violência contra crianças e adolescentes a partir de alguns casos, vamos ao primeiro caso.

Uaiuarará,³⁴ 14 anos, cuja mãe faleceu no parto, foi abusada aos cinco anos por um conhecido, pelo valor de cinquenta (50) reais, dado a pessoa que era sua responsável

³⁴Nome de origem tupi-guarani, que significa boto nas lendas da Região Norte. Lenda do boto. Essa lenda tem relação com este estudo, pois em alguns municípios da região, quando uma jovem não casada aparece grávida e não possui um parceiro, as pessoas dizem que a criança é filha do boto. Muitas jovens que passam por essa experiência ainda estão na adolescência. A lenda do boto tem sua origem na região amazônica (norte do Brasil). Ainda hoje é muito popular na região e faz parte do folclore amazônico e brasileiro. De acordo com a lenda, um boto cor-de-rosa sai dos rios amazônicos nas noites de festa junina. Com um poder especial, consegue se

legal. Antes disso ocorrer, a jovem alega ter passado por diversos tipos de violência praticada por sua responsável: surras, ameaças, discriminação e maus tratos. Todos esses fatos fizeram com que essa pessoa sofresse um processo legal e perdesse a guarda da adolescente de forma definitiva. Quando menina, Uaiuarará, passou sua infância por vários abrigos aos quais não se adaptou. Fugiu para as ruas e passou a morar em vários lugares com a ajuda de conhecidos, transitando em muitas casas que a acolhiam temporariamente. Depois disso, passou a perambular pelas ruas nas imediações do Distrito Industrial, Centro da Cidade e Praça da Polícia, lugar onde muitas jovens que estão em processo de exploração sexual esperaram seus aliciadores que passam de carro ou moto para buscá-las para efetivação dos contatos sexuais. Essa jovem alegou ter tido relações sexuais com muitos homens e durante esse período se envolveu com um jovem que a engravidou. Chegou a unidade de atendimento grávida, e passou a ser acompanhada pela rede de proteção. Após ter tido o bebê, se envolveu emocionalmente com outro jovem com que permanece até a data em que essa pesquisa foi escrita.

De acordo com a rede de proteção esse caso contém os quatro tipos de violência contra crianças e adolescentes.

Violência física, que é definida por uso da força física de forma intencional, ou atos de omissão intencionais, não acidentais, praticados por pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, com o objetivo de ferir, danificar e disciplinar esta criança/adolescente, deixando ou não marcas evidentes (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, 2000).

Violência psicológica, que se apresenta por rejeição, isolamento, depreciação, discriminação, desrespeito, ameaças, corrupção, expectativas não realísticas, ataques físicos aos objetos da criança, brigas, violências (dos pais) e utilização da criança como objeto do adulto (...). Cobranças e punições exageradas são formas de abuso psicológico que podem trazer grandes danos ao desenvolvimento psicológico, físico, sexual e social da criança. Pela sutileza do ato e pela falta de evidências imediatas, este tipo de violência é um dos mais

transformar num lindo, alto e forte jovem vestido com roupa social branca. Ele usa um chapéu branco para encobrir o rosto e disfarçar o nariz grande. Vai a festas e bailes noturnos em busca de jovens mulheres bonitas. Com seu jeito galanteador e falante, o boto aproxima-sedas jovens desacompanhadas, seduzindo-as. Logo após, consegue convencer as mulheres para um passeio no fundo do rio, local onde costuma engravidá-las. Na manhã seguinte volta a se transformar no boto (CHIARADIA, 2009; CASCUDO, 2001).

difíceis de caracterizar, apesar de extremamente frequente (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, 2000).

Negligência que representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente para o seu desenvolvimento. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) e o Estado falham em termos de prover as necessidades físicas de saúde, educacionais, higiênicas de seus filhos e/ou de supervisionar suas atividades de modo a prevenir riscos e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além de seu controle (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, 2000).

Violência sexual, que por sua vez é sempre um ato de força, quer seja física, psicológica ou moral, praticado contra criança e adolescente pelo violentador que detém sobre eles poder de autoridade, dominação, coerção e coação, para satisfação unilateral de seus desejos (prazer sexual) e para tirar vantagens (lucro, bens, coisas). (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia, 1995)

Faleiros & Campos (2000) definem que a violência sexual pode ser considerada como, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual, crime sexual. Para designar a violência sexual intrafamiliar encontram-se os termos abuso sexual doméstico, violência sexual doméstica, incesto, abuso sexual incestuoso, dentre outros. Ao descrever e tratar da definição desse conceito observa-se que as autoras demonstram a violência sexual com um significado amplo, não apenas relacionada ao abuso sexual, mas também, a exploração.

Para os pesquisadores do Azulilás³⁵, Wiggers, Honorato e Lima (2013), abuso sexual é o ato de submeter a criança ou adolescente, através da violência sexual, ao poder e a coerção do adulto com a finalidade de subjugar e manter, ou adquirir, o controle sobre a criança e seus responsáveis.

De acordo com a 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (2014), a violência sexual contra crianças e adolescentes é o envolvimento deles em atividades sexuais com um adulto, ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, nas quais haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos do adulto, sendo ela incapaz de dar um

³⁵Núcleo de Estudos em Gênero, Famílias, Conflitos e Sexualidade - PPGAS/UFAM.

consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder ou de qualquer incapacidade mental ou física. É um tipo de violência que envolve relações sexuais não consentidas e pode ser praticada tanto por conhecidos, familiares ou por um estranho.

Esse conceito de violência, da Primeira Vara da Infância de Brasília, indica violência e abuso sexual como sinônimos. Ao comparar este conceito com as situações de exploração, observa-se que nas estatísticas, frequentemente, o número de abuso é superior ao de exploração, principalmente, no que diz respeito aos números dos locais de atendimento que envolvem os CREAS, SAVVIS, delegacias, dentre outros no Brasil. Esses números auxiliam no levantamento de algumas hipóteses de o porquê desse tema ser tão complexo.

2.3.2 Outros casos de violência

Macunaíma³⁶, 13 anos, tinha contato com muitos homens e era explorada sexualmente por empresários e comerciantes influentes, por uma quantia significativa de dinheiro. Saía à noite, quando dizia à mãe que ia dormir na casa de amigas. A jovem costumava chegar em casa com muitos bens materiais e dizia à família que vendia produtos de beleza e roupas. Após um tempo, a família descobriu que Macunaíma tinha relações sexuais em troca de dinheiro, fato que a levou a ser acompanhada pela rede de proteção. Nos atendimentos a adolescente não fala ou indica pessoas sobre o fato ocorrido. Menciona apenas o estupro vivido na infância.

Essas experiências são muito comuns nas histórias de exploração sexual, e estes fatos dificultam significativamente a identificação do tipo de violência pelas instituições de atendimento, o que também compromete os levantamentos estatísticos sobre quantidade de casos atendidos. Isso impede a responsabilização dos aliciadores que em grande parte dos casos, não são denunciados pelas jovens que passam por essa experiência, e quando o são a dificuldade se efetiva na falta de provas materiais. Frequentemente, o que se tem é o testemunho das adolescentes que passam pela experiência e que correm o risco de ter seu discurso descredibilizado com a justificativa de que quem tem esse perfil pode fantasiar, mentir ou maximizar os fatos. Grande parte dos processos é arquivada pela falta de provas.

³⁶Nome de origem tupi-guarani, que significa aquele que trabalha durante a noite. Escolhido para análise, pelo trabalho que a mesma realizava frequentemente nesse período. Seus relatos eram marcados pela ideia de dia e de noite. Não fazia programas nem de dia, nem na madrugada, em hipótese alguma, relatava que isso ajudava a ter mais segurança, por ter mais gente nas ruas e nos estabelecimentos que frequentava (CHIARADIA, 2009).

Conforme relato dos atores sociais da rede de proteção já houve casos de ameaças e/ou suborno à família das jovens para que as mesmas não testemunhassem. *“Já aconteceu de oferecerem dinheiro para as meninas não irem depor em processos”* (A.C. – Rede de Proteção)

Amonati³⁷, 12 anos, é outro caso que possui similaridades com o anterior. Essa jovem chega a uma unidade de saúde com hematomas no pescoço e destaca que foi abusada por um vizinho. Naquela unidade, ela é acompanhada pelo conselho tutelar e demais profissionais. A adolescente frequenta várias casas noturnas situadas na zona leste de Manaus. Ao fazer os exames ela apresenta condiloma acuminado e relata que faz programas e que sua história sobre ter sido abusada pelo vizinho não é completamente verdadeira. Expõe que o autor do abuso é o seu tio paterno, que também facilita para que ela faça programas sexuais com os amigos dele, que seu tio recebe dinheiro e ela saia na companhia dessas pessoas depois da atividade, para pizzarias e praças de alimentação.

O discurso da jovem, nesses termos, diante da sua família, dos centros de atendimento e das questões legais é a grande questão a ser problematizada: o fato de Amonati ter apresentado diversas versões fará com que seu discurso seja descredibilizado? Nesse caso, dependendo da situação, pode acontecer. Grande parte das jovens trazem histórias controversas e isso dificulta bastante à identificação, pois o mundo dessas meninas é permeado por histórias e estórias. Muitas histórias são encobertas pelas estórias e envolvem pessoas muito próximas de suas vidas. Aparentemente nos espaços que as jovens transitam no campo da exploração sexual este encobrimento parece ser bastante utilizado.

Muitas meninas em situação de exploração sexual necessitam desses recursos (misturas de história e estórias) como: defesa, necessidade, sobrevivência, acesso, dentre outras utilidades cotidianas.

Outro ponto importante e que pode ser levantado nessa condição, é que em alguns casos, o abuso e a exploração sexual possuem linhas muito tênues, o que gera uma quantidade de termos e tipificações que ocasionam uma confusão entre os estudiosos do tema e entre os profissionais que atendem. Isso ocorre porque muitos casos são enquadrados como abuso somente.

³⁷Nome de origem tupi-guarani, que significa “distante”, pela distância subjetiva que a jovem apresentava em relação à rede de proteção (CHIARADIA, 2009).

“Então, dentro do trabalho de atendimento a crianças vítimas de abuso e exploração sexual, os casos são encaminhados pelo CREAS. Inicialmente todas as demandas que chegam são de abuso sexual. No decorrer das sessões que vão acontecendo... lá pela quinta ou sexta sessão do número de dezesseis sessões, que duram em média de quatro a quatro meses e meio. Quando agente começa a esclarecer um pouquinho, diferença entre abuso, a diferença entre exploração e começa a usar o vídeos que estão presentes dentro da nossa metodologia agente começa a identificar que nas situações que começaram por abuso, ocorreram episódios de exploração” (H.R – Rede de proteção)

Estas situações também colaboram para o encobrimento dos levantamentos estatísticos sobre essa realidade.

E o caso de Poguira³⁸, 15 anos, pode ser classificado como abuso, exploração, ou ambos? Ela ouvia, na infância, do homem que trocava o toque em suas partes íntimas por biscoito, doces, bolachas e lanches, que ele sempre iria lhe proteger se ela não contasse nada a ninguém, frequentemente lhe prometia um vídeo game.

Alguns autores durante os estudos sobre violência sexual trazem conceitos que expressam essas linhas tênues. Para Pestana & Páscoa (1998), num sentido mais amplo, embora de menor exatidão, o termo “abuso sexual de menores” pode designar, também, qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo o incentivo a prostituição, a escravidão sexual, a migração forçada para fins sexuais, o turismo sexual e a pornografia infantil.

Em algumas experiências, as linhas entre um termo e outro são tão tênues que chegam a confundir. De acordo com a *ONG Childhood Brasil* (2013), a exploração sexual pressupõe uma relação de mercantilização, na qual o sexo é fruto de uma troca, seja ela financeira, de favores ou presentes, crianças ou adolescentes são tratados como objetos sexuais ou como mercadorias e podem estar relacionadas a redes criminosas. Já o abuso sexual, acontece quando uma criança ou adolescente é usado para estimulação ou satisfação sexual de um adulto. É normalmente imposto pela força física, pela ameaça ou pela sedução e pode acontecer dentro ou fora da família.

³⁸Nome de origem indígena que significa proteger (CHIARADIA, 2009).

2.4 O foco dos Direitos

A Doutrina da Proteção Integral e Especial adotada pela Legislação Brasileira com base na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, pela Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente são a base do trabalho para se pensar em direitos de crianças e de adolescentes.

Seguem abaixo uma síntese da história dos direitos da criança, bem como, alguns artigos legais que se apresentam como a base da garantia de direitos na atuação dos profissionais e são pontos balizadores no campo do direito na atualidade. Esses trazem a ideia de que é dever do Estado, da sociedade e da família a proteção integral de crianças e adolescentes com prioridade absoluta.

No período de grandes transformações históricas, no caso, dos séculos XII ao XVII, Ariès (1981) destaca que a infância recebeu diferentes significados dentro do imaginário do homem em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, de acordo com cada período histórico. A criança seria vista como substituível, como ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, pois a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta. A criança tornava-se útil na economia familiar, realizando tarefas e imitando seus pais e suas mães. Havia responsabilidade legal de cumprir seus ofícios perante a coletividade. Nessa mesma perspectiva de raciocínio, afirma ainda o pesquisador que o conceito que se tem da infância foi sendo historicamente construído. A criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim “homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 1981, p. 18). Foi por volta do século XII, “a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. Segundo o autor é difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÈS, 1981, p. 17). Por outro lado, se a infância não era representada na vida familiar, também, não havia a construção do sentimento de amor. Durante muitos séculos, o sentimento e a afeição não foram percebidos ou foram sufocados, segundo o autor, chegando mesmo a não existir. Ariès indica em sua tese que a noção de infância surgiu apenas no século XVII, junto com as transformações que começaram a se processar na transição para a sociedade moderna. A trajetória da criança até então era de discriminação, marginalização e exploração.

Em 1919, foi instituído o Comitê de Proteção da Infância, quando ocorreu a efetivação no direito internacional sobre as obrigações coletivas em relação às crianças. Posteriormente, a primeira declaração dos direitos da criança surgiu, influenciando os Estados filiados a elaborarem suas próprias leis em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em 1946, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas recomenda a adoção da Declaração de Genebra. Depois da II Guerra Mundial, um movimento internacional surge a favor da criação do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Em 1948, em Assembleia das Nações Unidas é proclamada em dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nela, os direitos, a liberdades das crianças e adolescentes estão implicitamente incluídos. Posteriormente, adota-se por unanimidade a Declaração dos Direitos da Criança, embora esse texto não seja de cumprimento obrigatório para os Estados Membros.

Em 1969, na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José de Costa Rica, é definido que, todas as crianças têm direito às medidas de proteção e que a sua condição de menor vai requerer, tanto por parte de sua família, como da sociedade e do Estado. Desta forma, a cronologia apresentada demonstra que as questões relativas à proteção e à garantia dos direitos infanto-juvenis são assunto de discussões há longo tempo, passando por diversos processos até que a visão de que a criança era criada com o intuito de servir ao Estado fosse desfeita.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança foi um marco bastante significativo, pois foi a partir dela que se estabeleceram bases para a implantação de uma doutrina de proteção integral. Seus efeitos foram tão significativos que, logo em seguida, outras medidas visando à proteção à infância foram tomadas, tais como a Cúpula Mundial de Presidentes (estabelecendo o plano de ação de 10 anos em favor da infância)

Já no Brasil, de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente:

É dever da Família, da Sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Artigo 4º, ECA)

Além desse artigo outros também reforçam o conceito de proteção, como o princípio constitucional regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei nº

8.069/90), através do seu artigo 3º.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Esses dois artigos são exemplos de como a rede de proteção deve entender a proteção integral, que garante o atendimento de todas as necessidades, oportunidades, facilidades, liberdade e dignidade. Crianças e adolescentes, para se desenvolverem plenamente precisam que seja considerado seu estado de formação bio-psico-social, afetiva e intelectual. Para foco das políticas públicas essa proteção é especial porque esse é um estado de maturação – que o estatuto define como sendo físico, mental, moral, espiritual e social – acarreta mudanças constantes de comportamento, decorrentes das transformações biológicas, das circunstâncias e condições em que vive, como também das necessidades naturais de conhecer, aventurar, descobrir, superar-se e agregar-se.

A garantia de prioridade também compreende: “a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude”.

Surge então a prioridade absoluta. De acordo com esses parâmetros e por força da lei, a família, a sociedade e o Estado têm o dever de garantir essa proteção integral e especial, com prioridade absoluta, a todas as crianças e adolescentes. São, portanto, solidariamente responsáveis nos seus deveres de efetivar os direitos dessa população, assim como garantir proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, como manda o art. 5º do Estatuto.

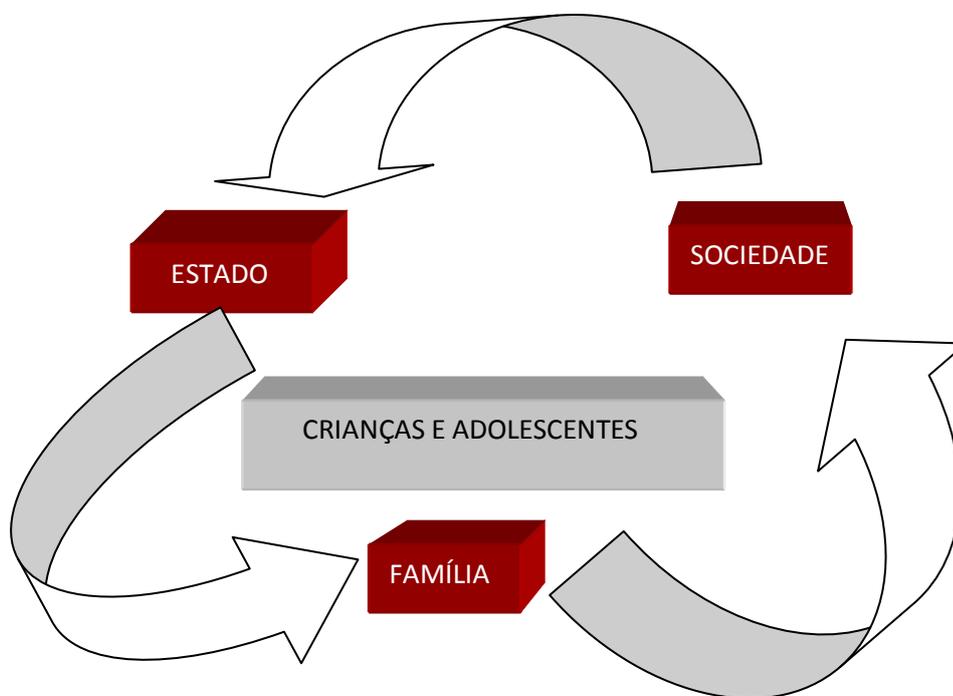
Além desses, surgiram também outros com uma abrangência da responsabilidade da sociedade, como o artigo 18 do Estatuto, que busca sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de garantir os direitos da criança e do adolescente:

“É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Do mesmo modo, garante a lei à responsabilização de todos que violarem ou ameaçarem os direitos da criança e do adolescente, como também aplica medidas de proteção, conforme art. 98, quando ocorrer: “A ação ou omissão da sociedade ou do Estado; falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta”.

Assim, quando a transgressão dessas regras ocorrerem indica que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem agir, tendo em vista que estão legalmente encarregados por zelar pela proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Figura 3 - Corresponsabilidade sobre a proteção da criança no Brasil



Fonte: Figura elaborada pela autora com base nos documentos da pesquisa de campo.

A partir de algumas exposições sobre violência, direito e proteção integral de crianças e adolescentes, destaco a seguir os conceitos de violência sexual que segundo o plano nacional de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes se dividem em abuso e exploração sexual além de destacar algumas análises sobre estes conceitos.

2.5 Violência sexual: o que não se vê com uma lente comum

Essa parte da pesquisa pretende trazer uma contextualização sobre a ideia de abuso e exploração sexual, através de uma relação com a categoria nativa “enxerimento” (que se apresentará, aqui, como um ponto de partida para se pensar em agência e protagonismo) para introduzir uma problematização inicial, a partir das experiências de Tardieu, Freud e Foucault. As argumentações envolvendo o ponto de vista desses autores expõe uma contextualização inicial que embasa um dos porquês da escolha das categorias gênero, poder, sexualidade e violência como primeiras categorias de análise teórica neste estudo.

Na busca de maior embasamento no uso dessas quatro categorias, os conceitos de abuso sexual e exploração sexual serão separados em blocos diferentes, no qual cada parágrafo representa o conceito de um ator. Posteriormente, o conceito de cada autor sobre abuso sexual e exploração sexual é organizado em quadros estratificado e desmembrado em quatro colunas, nas quais cada uma delas representa respectivamente a relação que o conceito possui com as categorias sexualidade, gênero, poder e violência respectivamente (Quadros 1 e 2, no segundo capítulo).

Todo esse processo tem o intuito de elaborar reflexões de como a lógica da rede de exploração e de proteção operam, como a sociedade constrói alguns parâmetros comuns sobre o tema, e como as jovens também atuam. Esse exercício se expõe aqui como uma das muitas alternativas possíveis de se ler um determinado contexto. Não tem a pretensão de se concretizar como a alternativa ideal, mas como um dos muitos caminhos ou uma das faces, dentre outras já estudadas sobre o tema. Nesta proposta de reflexão procura-se destacar que essas categorias estão presentes no cotidiano dessas redes e no cotidiano das jovens e, portanto, merecem uma atenção direcionada que pode nos dar uma visão de como ocorre a aproximação e o afastamento das jovens de ambas as redes.

Convido o(a) leitor(a) a fazer este exercício, a analisar a contextualização, a problematização e os conceitos expostos. O convido também a reexaminar, a criticar e a tirar conclusões para além do aqui se apresenta.

2.5.1 Abuso sexual: fragmentos de uma contextualização histórica e suas definições

De acordo com Roche et al. (2005), a primeira monografia descrevendo a síndrome da criança espancada, *Étude médico-légale sur les sevices et mauvais traitements exercés sur des enfants*, foi escrita por Ambroise Tardieu, médico-legista francês, em 1860, o mesmo autor, já em 1857, em *Étude médico-légale sur les attentats aux mœurs*, analisara 632 casos de abuso sexual de mulheres, em sua maior parte meninas, e 302 contra meninos e jovens do sexo masculino, descrevendo os sinais físicos conforme a gravidade do caso. Segundo Labbé (2005), no *Dictionnaire d'hygiène et de salubrité*, de 1862, Tardieu descreveu quase todas as formas de maus-tratos conforme são conhecidos hoje. O que ele não conseguiu foi convencer seus pares de que o abuso e os maus-tratos contra crianças e adolescentes aconteciam não só no ambiente de fábricas, minas e estabelecimentos escolares, mas também no seio das famílias.

Na psicologia, Freud, influenciado pelo trabalho de Tardieu, publicou um texto, em 1896, no qual afirmava que a etiologia da histeria estava nos abusos sexuais da infância. O trabalho foi mal recebido nos meios acadêmicos. No ano seguinte, em 1897, Freud abandonou essa teoria, explicando as memórias de abuso sexual como fantasias, conforme sua teoria do complexo de Édipo.

Sigmund Freud, nesse ínterim, insere uma discussão sobre as relações intrafamiliares, levantando a hipótese de que a sexualidade nasce na infância. Além de enfatizar a capacidade de excitação e de prazer sexual da criança com o seu próprio corpo, já reconhecida na literatura sobre a masturbação, e acrescenta que o erotismo infantil inclui também o desejo sexual direcionado a outro, o qual é construído de maneira relacional no interior da família. Com isso, a visão vitoriana da infância pura e inocente é pouco desafiada pela ideia de que a criança é dotada de sexualidade.

É possível identificar um deslocamento do erotismo infantil no interior da própria obra de Sigmund Freud: da criança “seduzida” e “traumatizada” (passividade sexual) para a criança como “sujeito de desejo”, imagem consagrada no seu conhecido conceito de “Complexo de Édipo”. Em um primeiro momento de sua obra - “Etiologia da histeria” (1896), Freud deu muita importância à teoria da sedução, afirmando que o incesto era mais comum do que se suspeitava e dava origem às neuroses e até a algumas psicoses. Em um segundo momento - situado a partir de cartas endereçadas a Fliess (carta 69, de 21 de setembro de 1897)²⁷ - ele afirma não acreditar mais na sua neurótica, ou seja, no par etiológico “pai perverso/ filha

histórica”. Com isso, Freud abandona a teoria da sedução, incluindo em seus escritos o conceito de “fantasia”. O autor reconsiderou os relatos de suas pacientes históricas associados a relações sexuais na infância, compreendendo-os não mais como produtos de experiências reais, mas de fantasias sexuais infantis, sugerindo em seguida que toda criança já teve desejos de amor incestuoso pela mãe e de ódio mortal pelo pai (LOWENKRON, 2012, p.23).

A partir desse ponto solicito que o(a) leitor(a) avalie o que é comum nas experiências de Tardieu e Freud. O que elas têm em comum com as experiências das jovens já citadas aqui? Como a credibilidade de crianças e adolescentes é vista a partir dessas experiências?

O questionamento acima é uma tentativa de criar reflexões sobre o papel social e a credibilidade de crianças e adolescentes, mas também de evidenciar a linha tênue que separa agência da passividade infantil e o dilema da afirmação versus negação da sexualidade na infância. Dentro desse contexto os estudos de Freud e Tardier foram postos em questionamento em diversos campos. Freud foi, inclusive, rechaçado em público quando proferiu seu primeiro discurso sobre a existência da sexualidade na infância. O fato de conceber ou não essa ideia, ou de dar credibilidade para crianças e adolescentes está relacionado também, as construções de poder e controle da sexualidade, utilizadas por uma lente relacionada a discursos manifestos nos quais o poder está expresso diretamente pela égide do controle. Além do papel social da infância não ser reconhecido na sua integralidade.

Segundo Ariès (1981), as crianças passaram a ter um papel social de relevância a partir do final do século XVII. Suas alusões ao abuso sexual frequentemente eram consideradas “fantasiosas” ou mesmo mentirosas pelas cortes judiciais, pressupondo o desejo de prejudicar os acusados a fim de conseguir alguma vantagem.

Essa afirmação, de Ariès, representa uma constante comum, nos processos judiciais e em casos de abuso e exploração sexual. É frequente o ato de subjugar, nesse contexto da violência sexual, a ideia de que a criança ou a adolescente se ofereceu para o autor da violência, ou que facilitou o acesso ao seu corpo, como uma forma de obter ganhos secundários. É comum, por exemplo, pensar que a adolescente se ofereceu para tirar proveito do esportista bem sucedido, do empresário, do pai de família, dentre outros exemplos. Podem existir situações que isso realmente ocorre, mas esse fato exclui a responsabilização de quem

pratica o ato do abuso ou da exploração sexual? Porque a responsabilidade é depositada somente nas adolescentes?

Desse modo, a partir da análise da expressão “se ofereceu” citada no parágrafo acima, podemos problematizar sobre o porquê do uso das categorias gênero, poder, sexualidade e violência nesta pesquisa; podemos ainda, problematizar a primeira categoria nativa e mais importante para este trabalho, que é a do “enxerimento”, apresentada como uma categoria que atravessa todo o enredo deste estudo, como uma categoria transversal.

Ouvimos com frequência, quando se trata de abuso e exploração, a palavra “enxerimento”:- *Essa menina é enxerida!, Ela é enxerida mesmo, não é culpa dele não!,ou não é culpa dos homens não!, Elas vêm e se oferecem!,Se te pegar falando com aquela moleca enxerida, que já conhece homem, tu vai ver!.*

Essas expressões são frequentes, para justificar a violência sexual de crianças e adolescentes. Principalmente porque depositam a responsabilidade no “enxerimento” da adolescente. É comum a pergunta: - *Porque tu não falou quando aconteceu sua enxerida?.* Ou - *porque tu não falou na época o que aconteceu, tu não sabia que era errado!?*

Nesse discurso, a problematização ganha outros eixos. Em primeiro lugar, em grande parte dos casos, é porque a criança sabe que é errado que ela não conta, a primeira vez que se deixa ser tocada, já se sente corresponsável pelo ato. Quem passa por essas experiências sofre ameaças e essas questões reforçam a passividade de manter o ato da violência sexual em segredo.

Identifiquei em vários atendimentos de crianças e adolescentes, que ao terem mencionado o fato da violência sexual, pela primeira vez, ou foram descredibilizadas, ou levaram surras dos pais. O que limitou ainda mais a capacidade da criança de se posicionar contra o ato.

Portanto a agência das meninas na Amazônia, depositada no “enxerimento”, pode ser explorada em suas potencialidades para a emancipação de crianças e adolescentes? O “enxerimento”, frequentemente utilizado na rede de exploração sexual, pode ser utilizado como protagonismo e agência pela rede de proteção e pelas famílias dessas crianças adolescentes? Ou, deve continuar se caracterizando como o principal motivo de responsabilizar crianças e adolescentes pela sua condição de exploração sexual?

A partir desses questionamentos, talvez possamos criar novas possibilidades de pensar a agência de crianças, ao invés de limitá-las e reduzi-las como depositárias dos atos de

violência e de uma agência de conotação negativa. Articulando novos caminhos, o “enxerimento”, presente nos discursos que depositam certa responsabilidade na criança, poderia ser o ponto de partida para se pensar em novas formas de empoderamento e agência de crianças e adolescentes. Mudando a sua conotação negativa para uma conotação positiva.

Para ampliar essa discussão, Michel Foucault, a partir da obra “História da Sexualidade I: A vontade de saber”, procura analisar como os dispositivos repressivos regem a vida da sociedade e condicionam a “verdade do sexo” por meio de uma *Scientia Sexualis*, que é produto de uma série de coerções de poder. Identifica-se em Foucault a proposição de uma *ars erotica* para superação das estruturas de poder e dos tabus acerca da sexualidade.

O sexo é algo que está em constante processo de interpretação. E por isso, “[...] é o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres”. O processo do estudo da sexualidade demanda uma análise profunda, isto é o que tentaremos explicitar, pois falar de sexualidade é falar do mais íntimo do ser, sua dimensão ontológica. Tal explicitação é fundamental para a compreensão da sexualidade e do ser humano (FOUCAULT, 1999, p. 145).

A leitura foucaultiana da sexualidade, por essa via, em casos de violência sexual de crianças e adolescentes possibilita uma ruptura com os mecanismos de educação e de poder de uma cultura dominante, procurando promover as potencialidades relacionais dos seres humanos, pois a palavra “enxerimento”, depositada nas jovens, é vista também como uma palavra negativa, de controle e repressão da sexualidade que produz uma “verdade” que é muito mais para controlar a sexualidade com as ideias de pudor e moralismo, depositando a responsabilidade da violência sexual nas crianças e nas adolescentes, do que para protegê-las. Foucault, na obra “História da Sexualidade” analisa as estruturas de dominação e ao mesmo tempo propõe uma desconstrução das significações socialmente estabelecidas acerca da sexualidade (ROMERO, 2011, p.64).

Essas questões são indicativas das tramas que nos envolvem nesse cenário e criam questionamentos que estimulam nossas reflexões. Desse modo, como garantir o direito sexual de crianças e adolescentes?

A temporalidade tem nos mostrado, no que diz respeito à proteção de criança e adolescentes, como esses discursos de “verdade” adquirem aparências moralistas e repressoras na busca de uma tutela com nome de “defesa e proteção”, que não respeita a agência de crianças e adolescentes, que não busca o empoderamento e a emancipação desses atores. Portanto, como proteger a sexualidade infantil e romper como o eterno dilema em que as crianças sejam sujeitos da sua sexualidade e não objeto da tutela do poder familiar, estatal e seja protegida e não tutelada?

Deste modo, numa concepção de produção de “verdade”, como não incluir as adolescentes no rol das “molecas enxeridas”? E como não incluir os homens no rol dos rapazes ou senhores de família que estão apenas inseridos em um papel “machos domesticados” expressos claramente no ditado popular: “Prenda suas cabras que meus bodes estão soltos”.

Essas reproduções de controle da sexualidade também se direcionam para casos de estupro em geral, quando mulheres são acusadas de terem sido abusadas por usar roupas insinuantes. Nessa discussão, já aparece diretamente às categorias poder, sexualidade, violência e gênero. E esses discursos manifestos são reproduzidos como verdades que esconde o discurso latente reproduzido em uma ordem maior que reproduz moralismo, preconceito e são inclusos em discursos de controle da sexualidade. Desse modo o controle e certas reproduções nos casos de violência sexual, aqui discutidos, são depositados pela sociedade, no corpo dessas crianças e adolescentes que vivenciam a experiência, nunca no corpo de quem pratica.

A partir dessas discussões seguem os conceitos sobre abuso e exploração sexual enfatizados por estudiosos do tema.

O abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como um dos maiores problemas de saúde pública. Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que 36% das meninas e 29% dos meninos sofreram abuso sexual. (BARBOSA, 2008).

Ainda de acordo com Organização Mundial da Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO, 1999), abuso sexual infantil é todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. São também aqueles atos que violam leis ou

tabus sociais em uma determinada sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado pela atividade entre uma criança com um adulto ou entre uma criança com outra criança ou adolescente que pela idade ou nível de desenvolvimento está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder com a criança abusada. É qualquer ato que pretende gratificar ou satisfazer as necessidades sexuais de outra pessoa, incluindo indução ou coerção de uma criança para engajar-se em qualquer atividade sexual ilegal. Pode incluir também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição, o uso de crianças em atividades e materiais pornográficos, assim como quaisquer outras práticas sexuais.

Para Ravazzola (1997), o conceito de abuso é amplo e não se esgota na ideia de adição de substâncias químicas, nem na referência à agressão sexual. Podemos abusar de substâncias e também de outras pessoas, e não apenas sexualmente; o que o abuso implica sempre é um abuso antissocial de algum poder a mais na relação afetada, de tal modo que coloca o abusado ou abusada na condição de objeto e não de sujeito. O abuso refere-se, assim, a um estilo, a um padrão, a uma forma de tratamento que uma pessoa exerce sobre outra, sobre si mesma ou sobre objetos, com a característica de que não percebe que produz danos. Quem exerce o abuso não aprende a regular, a medir, a dizer, a escutar e respeitar mensagens de si mesmo e do outro; ou encontra-se em contextos, nos quais essas aprendizagens foram esquecidas, se diluíram ou perderam força.

Etmologicamente, “abuso sexual” indica a separação, o afastamento do uso (‘us’) normal. O abuso é ao mesmo tempo, um uso errado e um uso excessivo. O que não significa, como dizem os que criticam esse termo, que houvesse um uso permitido, pois abusar é precisamente ultrapassar os limites e, portanto, transgredir. Abuso contém ainda a conotação de poderio: abuso de poder ou de astúcia, abuso de confiança, ou seja, noções em que a intenção e a premeditação estão presentes. Abuso sexual supõe uma disfunção em três níveis: O poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco) A confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor). O uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo (GABEL, 1997, p. 10).

Welzer-Lang (1988) considera que o abuso sexual se caracteriza como uma situação de dominação e que o conceito de abuso sexual contém ainda a noção de poderio: abuso de poder ou de astúcia, abuso de confiança, ou seja, noções em que a intenção e a

premeditação estão presentes. Nesse sentido confunde-se o conceito de abuso com o de violência.

Em outras definições, pode ser todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre a sua pessoa ou de outra pessoa. (AZEVEDO & GUERRA, 2004; RIBEIRO, 2011).

Wiggers (2012) afirma que para compreendermos o que é abuso sexual, precisamos definir o que é violência sexual. Numa ideia ampla, violência implica em não perceber o outro como sujeito, é a dominação e opressão de um sujeito sobre si. Violência compreende além de ataques físicos a outra pessoa, abusos de ordem simbólica e psicológica.

Para Furnnis (1993), nos abusos sexuais repetitivos uma dinâmica que gera uma sorte de “enfeitiçamento”, que mantém a pessoa vitimizada, como que “sequestrada”, e envolvida numa armadilha da qual não pode e nem sabe como se livrar. Esse processo de aprisionamento é construído através de uma trama emocional contraditória de amor/ódio, sedução/ameaça, o que faz com que a vítima, aterrorizada, permaneça imobilizada e por vezes como que “anestesiada”. Essa trama se mantém e se solidifica através de rituais, do silêncio, da chantagem e de uma forma de comunicação muito particular.

É a utilização sexual da criança ou adolescente em uma relação de poder desigual, geralmente por pessoas muito próximas, podendo ser ou não da família, e que se aproveitam dessa relação de poder e de confiança sobre o menino ou menina para satisfazer seus desejos sexuais. Pode ocorrer com ou sem violência física, mas a violência psicológica está sempre presente (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, 1993).

Importa ressaltar que o abuso sexual de crianças de adolescentes envolve categorias que podem não envolver contato físico (abuso verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo e voyeurismo), podem contar com o contato físico (atos físicos genitais, exploração sexual para fins econômicos) e violência (estupro, brutalização e assassinato) (AZEVEDO & GUERRA, 1993; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Para alguns estudiosos da área, essas questões ampliam o que se considera situações de abuso sexual, do ponto de referência da área de direitos humanos. Esse ponto, de acordo com esses autores, buscam garantir direitos e a proteção de crianças e adolescentes, pois grande parte dos estudiosos da área acredita que qualquer experiência de conotação sexual em fase precoce trazem consequências para as crianças, já que elas emergem em um

mundo de signos que não conheciam e para o qual não estão preparadas, do ponto de vista maturacional.

O abuso sexual se caracteriza como todo jogo ou ato sexual cujo agressor esteja em um estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente, que não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. O abusador, agressor ou perpetrador tem por intenção, estimular a criança ou adolescente sexualmente ou utilizá-los para obter satisfação sexual. Essas práticas eróticas e sexuais são impostas às crianças pela violência física, sedução, ameaças ou induções de sua vontade e pode se manifestar no âmbito familiar e/ou extrafamiliar, sendo a familiar a mais praticada. São também aqueles atos que violam leis ou tabus sociais em uma determinada sociedade, podendo ocorrer por contato físico ou sem contato físico. Inclui também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição, o uso de crianças em atividades e materiais pornográficos, assim como quaisquer outras práticas sexuais (RIBEIRO, 2011; CENTRO DE ESTUDOS INTEGRADOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA, 2007).

2.5.2 Exploração sexual, contextualização histórica: a lente principal

Bass & Thornton (1985) informam que nos tempos bíblicos com a lei Talmúdica, era possível o “uso” sexual de meninas a partir dos três anos de idade, desde que o pai consentisse e recebesse o dinheiro que lhe parecia adequado por sua filha. As mulheres e crianças eram propriedades de alguém, portanto, se essa pessoa quisesse vender, alugar ou emprestar, só era preciso estipular um valor.

Segundo Bubeneck (2004), a sociedade grega permitia a prostituição de jovens do sexo masculino (efebos). O sexo de um adulto com parceiros infantis, de ambos os sexos, também era considerado comum naquela sociedade, esses fatos ocorriam, entre outros locais, na ilha de Creta, onde era bem vista a atitude de um velho raptar adolescentes para seu usufruto.

De acordo com os estudos de Lowenkron (2010), o termo “exploração sexual” parece ter origem na vertente do movimento feminista influenciada pelo marxismo, que passou a utilizar a categoria “exploração sexual” para falar, indistintamente, do fenômeno da prostituição adulta e infanto-juvenil, especialmente, de “mulheres” e de “meninas”,

entendendo ambas a partir da articulação das noções de mercantilização do corpo e de alienação da pessoa. Para a autora, algumas feministas (corrente denominada “aboliconista”) não fazem distinção entre prostituição adulta forçada e voluntária, negando a agência das pessoas envolvidas no chamado “mercado do sexo”, ainda que esse entendimento possa, muitas vezes, ir de encontro às representações que as supostas “vítimas” tenham sobre sua condição e sua atividade profissional.

A autora discute ainda que a noção de “exploração sexual infanto-juvenil” como uma categoria distinta (e inaceitável em qualquer condição) passou a ocorrer a partir dos anos 90, delineada e disseminada a partir da atuação de movimentos sociais e de organizações internacionais que utilizam a linguagem dos direitos humanos e, em especial, que militam pelos direitos da criança e do adolescente. O termo é utilizado pela militância no lugar dos termos “prostituição” e “pornografia” para enfatizar a condição passiva das crianças ou adolescentes que se envolvem nessas atividades, diferenciando-a, radicalmente, da prostituição e pornografia adultas, ao negar qualquer dimensão de escolha. O objetivo é de se opor à visão, classificada pelos militantes dos direitos da criança como “tradicional” e “conservadora”, que responsabiliza a criança e, principalmente, a adolescente, a partir de uma acusação moral de “promiscuidade”, assumindo como voluntária a condição de prostituição das jovens.

Para Bureau International Catholique de l'Enfance - BICE, (1996), a exploração sexual se caracteriza como todo tipo de atividade em que uma pessoa usa o corpo de uma criança ou adolescente para ter proveito de caráter sexual com base numa relação de poder.

Andrade (1999) define a exploração sexual como todo tipo de atividade em que uma pessoa usa o corpo de uma criança ou adolescente para ter proveito de caráter sexual com base numa relação de poder.

De acordo Cerqueira-Santos (2009), o processo de exploração sexual coloca as crianças e adolescentes envolvidos numa condição de confusão sobre a sua própria vitimização. O fato de que receberam algo em troca da relação sexual, seja drogas, dinheiro ou presentes, anula a situação de exploração no entender das próprias adolescentes. Esse processo ganha certo apoio a partir do julgamento externo, seja do senso comum, seja dos próprios clientes, os quais justificam o pagamento como comprovante de uma relação de troca e não de exploração. O próprio termo “prostituição” infantil encobre o caráter criminoso de tal

atividade e confunde uma atividade legalizada no país com a prática de exploração dos corpos de crianças e adolescentes.

Leal (1999) define exploração sexual como toda ação que envolve o corpo de crianças e adolescentes, seja do sexo feminino ou masculino, para a obtenção de vantagem (ou proveito sexual), baseada numa relação de poder e de exploração comercial, podendo ainda ser definida em termos do uso do corpo infantil ou adolescente em atividades sexuais para a satisfação de necessidades básicas ou de consumo.

Segundo Rodrigues (2011), exploração sexual envolve a utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro, seja financeiro ou de qualquer outra espécie, podendo ter a presença de um intermediário ou não entre a criança ou adolescente, e o usuário ou cliente.

Para Faleiros (1998), a exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria do corpo, como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como “autônomo”, sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários. Essa “imagem demarca”, parafraseando o moderno marketing, não é só característica das zonas de garimpo, mas de modernas redes que oferecem nos anúncios “corpinho de adolescente”, “cara de criança”, “loirinha”, “moreninha”.

De acordo com o documento “Exploração e Violência Sexual da Criança e Adolescentes no Pará”, Hazeu (1997) destaca que “a exploração sexual comercial infantil é o uso de uma criança para propósitos sexuais em troca de dinheiro ou favores em espécie entre a criança, o cliente, o intermediário ou agenciador e outros que se beneficiam do comércio de crianças para esses propósitos”. O autor ainda enfatiza que aqui, entra no palco a figura do explorador, do rufião, da dona da boate, do aliciador. Crianças em situação de exploração sexual são duplamente vitimizadas: violentadas sexualmente pelos clientes e exploradas por quem tira proveito dessas relações, como o dono da boate ou, às vezes, os próprios pais.

Na mídia, a expressão “aparece com menos frequência do que o “abuso” e a “pedofilia” e, “quando é usada”, refere-se ao fenômeno da “prostituição infantil”, geralmente com ênfase na exploração de meninas pobres. Aparece, portanto, associado também a uma vulnerabilidade de gênero e de classe, além da idade” (LOWENKRON, 2010, p.4).

Já no relatório final sobre “Exploração Sexual de Meninos e Meninas na América Latina e no Caribe”, realizado no Brasil, em dezembro de 1998, a exploração sexual comercial defini-se:

Como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos a liberdade individual da população infanto-juvenil. (LEAL, 1999 p.10).

A “exploração sexual comercial” é entendida como um fenômeno complexo que articula diversos agentes, como aliciadores (inclusive familiares), "clientes", “exploradores”, estabelecimentos comerciais, agências de viagens, hotéis, bares, boates etc. Inclui as seguintes modalidades: prostituição infantil, tráfico para comércio sexual, turismo sexual infantil e pornografia infantil. A ênfase é na vulnerabilidade das vítimas e na necessidade de sua proteção, sendo fortemente associada à ideia de vulnerabilidade social, articulado ao problema da "miséria", das "famílias desestruturadas", das "drogas" etc. (LOWENKRON, 2010, p.3)

A “exploração sexual também pode ser entendida como todo o tipo de atividade em que uma pessoa usa o corpo ou a sexualidade de uma criança ou adolescente para tirar vantagem ou proveito de caráter sexual, implícito ou não, com base numa relação de poder, pagamento, com ou coerção física e psicológica. Envolvendo algum tipo de ganho financeiro para o adulto” (Relatório Final da Pesquisa "Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Estado de Mato Grosso", 1998).

No Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças foi definido que exploração é uma prática que envolve troca de dinheiro com/ou favores entre um usuário, um intermediário/aliciador/agente e outros que obtém lucro com a compra e venda do uso do corpo das crianças e dos adolescentes, como se fosse uma mercadoria (UNICEF, 1996).

Para o Instituto Interamericano Del Niño (2011), a exploração sexual, é identificada pela utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro, seja financeiro ou de qualquer outra espécie. Podendo ter a presença de um intermediário ou não entre a criança ou adolescente e o usuário ou cliente. É por isso que se diz que a criança ou

adolescente foi explorada, e nunca prostituída, pois ela é vítima de um sistema de exploração comercial de sua sexualidade. A exploração sexual comercial, de crianças e adolescentes é compreendida através de quatro modalidades: prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico.

A prostituição se caracteriza como toda a atividade do mercado do sexo, na qual atos sexuais são negociados em troca de dinheiro, da satisfação das necessidades básicas (alimentação vestuário, moradia) ou acesso ao consumo de bens e serviços. Trata-se de prática pública e visível, justificada pelo mito machista de que a sexualidade masculina é incontrolável e a prostituição é a profissão mais antiga do mundo.

O tráfico é uma rede que exporta pessoas para outras localidades com a intenção de explorá-las sexualmente visando à geração de renda. É uma espécie de escravidão moderna que desenvolve significativamente a indústria do sexo e a distorção dos direitos humanos.

O turismo sexual é a exploração de pessoas, em muitos casos, envolvendo crianças e adolescentes de um determinado local, sofrida por visitantes de outras cidades, estados e países.

A pornografia é a exibição de cenas obscenas envolvendo crianças e adolescentes com a exposição das mesmas a práticas sexuais.

A exploração sexual é a utilização sexual de pessoas, inclusive quando envolve crianças e adolescentes, com fins comerciais e de lucro. Ocorre quando meninos e meninas são induzidos a manter relações sexuais com adultos ou adolescentes mais velhos, ou quando são usados para a produção de material pornográfico, ou quando são levados para outras cidades, estados ou países com propósitos sexuais (Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2014).

2.5.3 Abuso em contraste com exploração sexual: misturando lentes, definindo focos.

Os quadros 1 e 2, expostos ao final deste capítulo, descrevem as visões dos autores sobre os conceitos de abuso e exploração sexual elaborados nesta pesquisa, para identificar as semelhanças e diferenças entre os conceitos e sobretudo a presença das categorias poder, violência, sexualidade e gênero que dão bases para o aprofundamento das discussões sobre abuso e exploração sexual.

É possível identificar que nos conceitos de abuso e exploração sexual estão presentes as categorias: violência, sexualidade, gênero e poder, embora elas não apareçam simultaneamente em todos eles, as mesmas estão presentes no conjunto.

Essas categorias aparecem, tanto no abuso quanto na exploração, e reforçam a necessidade de um olhar direcionado e aprofundado com esses focos, pois, se apresentam como categorias que poderão abrir muitas portas para a compreensão da complexidade da violência sexual de crianças e adolescentes. Para efeito desta discussão, a criança aparece no abuso como objeto sexual e na exploração sexual como objeto sexual com trocas de bens e serviços. A ideia de gratificação do adulto aparece em ambos os casos, seja por gratificação sexual (prazer sexual), seja pela gratificação simbólica (poder de controlar o outro).

No abuso e na exploração sexual pode haver trocas, porém na exploração essa troca ocorre e envolve ganhos, dentre eles os de fins econômicos.

Em ambos os casos, ocorrem trocas simbólicas, que no caso do abuso envolve a criança e o adolescente como cúmplices e auxiliam no reforçamento do segredo sobre o abuso. Essa troca ocorre também pela via da ameaça, quando a criança possibilita que seu corpo seja tocado por medo de agressões, por vergonha, de o fato ser descoberto e exposto, ou mesmo pela ameaça aos seus entes queridos e familiares.

No caso da exploração, a agência pode aparecer tanto de quem é explorado como de quem utiliza a exploração como forma de obtenção de ganhos ou de vantagem financeira ou para obtenção de prazer. Pensando por uma lógica relativizada, a agência não coloca a jovem numa posição privilegiada, ou dá a ela uma ideia de amadurecimento psicossocial e econômico para tomar decisões, mas a coloca em posição de negociar, de agir. No caso do abuso aparece diretamente à figura do autor da violência, na exploração aparece à ideia do cliente, do agenciador, da rede, do intermediador, do explorador. No abuso, a sexualidade ocorre para uma gratificação individual mais específica, na exploração para uma gratificação sexual que pode envolver uma rede de pessoas.

Quadros resumidos dos principais conceitos sobre abuso e exploração sexual, estratificados conforme as categorias de análise desse estudo.

Quadro 1
Conceitos de abuso sexual

Fonte/autor	Concepções relacionadas a gênero	Concepções relacionadas a sexualidade	Concepções relacionadas a poder	Concepções relacionadas a violência	Relação estabelecida ou compreensão sobre a criança	Concepções que assemelham os conceitos de abuso e exploração sexual
1. Ribeiro (2011)	Jogo na relação heterossexual ou homossexual	Estimula sexualmente a criança	Práticas impostas pela sedução, ameaça, indução da vontade	Violência física	Utiliza a criança para própria satisfação sexual com ou sem contato físico	
2. World Health Organization Guidelines (1999)		Envolvimento da criança em atividade e práticas sexuais, gratificar necessidades sexuais	Que pela idade esta responsabilidade, confiança ou poder, indução,	Coerção	Criança não compreende completamente, não está preparada, torna-se incapaz de dar o consentimento	Atos que violam leis a tabus, uso de crianças em prostituição, atividades e materiais pornográficos
3. CEIIA (2007)		Envolvimento da criança em atividade sexual	Indução da criança em atividade ilegal	Indução da criança em atividade ilegal	Criança incapaz de dar consentimento informado, ou para a qual a criança não tem preparo, em termo de desenvolviment o para dar consentimento	Explorador, prostituição. Matérias e performances pornográficas
4. Ravazzola (1997)		Agressão sexual	Abuso anti-social de poder, tratamento que uma pessoa exerce sobre a outra, com característica que não percebe que produz danos	Não se esgota na referencia de agressão sexual,	Abusado na condição de objeto e não de sujeito	

Fonte/autor	Concepções relacionadas a gênero	Concepções relacionadas a sexualidade	Concepções relacionadas a poder	Concepções relacionadas a violência	Concepções estabelecidas ou compreensão sobre a criança	Concepções que assemelham os conceitos de abuso e exploração sexual
5. Daniel Welzer Lang (2001)			Situação de dominação poderio, abuso de poder, astúcia, abuso de confiança	Confunde-se a ideia de abuso com violência		Intenção e premeditação estão presentes
6. Azevedo e Guerra (2004)	Relação Hetero ou homossexual	Ato ou jogo sexual			Utiliza a criança para estimulação sexual para si ou para outra pessoa	
7. Wiggers (2012)			É a dominação e opressão de um sujeito sobre o seu próximo.	Ataques físicos, abusos de ordem simbólica e psicológica	Não percebe o outro como sujeito.	
8. Furnnis (1993)			Enfeitiçamento	Vítima aterrorizada	Mantém a pessoa vitimizada como sequestrada	Trama amor e ódio, sedução/ameaça Envolvida em uma armadilha que não sabe se livrar, Essa trama se mantém e se solidifica através de rituais de silêncio, chantagem e comunicação particular
9. Andi.org.br (1993)	Do menino e da menina	Para satisfazer seus desejos sexuais	Que se aproveitam da relação de confiança Relação de poder desigual	Pode ocorrer com ou sem violência física, mas a violência psicológica esta sempre presente		Geralmente pessoas próximas às crianças, podendo ser ou não da família

Quadro 2 - Conceitos de exploração sexual

Fonte/autor	Concepções relacionadas a gênero	Concepções relacionadas a sexualidade	Concepções relacionadas a poder	Concepções relacionadas a violência	Concepções estabelecidas ou compreensão sobre a criança	Concepções que assemelham os conceitos de abuso e exploração sexual
1.BICE (1996)		Proveito caráter sexual	Base em uma relação de poder	Em troca de dinheiro	Criança é usada	Atividade em que a pessoa usa o corpo de uma criança ou adolescente
2.Hazeu (1997)		Para propósitos sexuais			Uso da criança em troca de dinheiro ou favores em espécie, envolve intermediário, ou agenciador e outros que se beneficiam do comércio da criança para esses propósitos	
3. Relatório Final sobre Exploração Sexual de Meninos e Meninas na America Latina e no Caribe (1998)		De sexualidade, envolvimento de crianças em práticas sexuais	Uma relação de poder que se contextualiza em função da cultura, uso do corpo padrão ético e legal do trabalho e do mercado.	Violência contra crianças e adolescentes, coercitivos e persuasivos, transgressão legal e a violação de direitos a liberdade	Crianças e adolescentes mercantilizadas, visa a obtenção de proveitos por adultos que configura uma transgressão legal e a violação de direitos a liberdade individuais da população infantojuvenil". Danos psicossociais aos explorados	

Fonte/autor	Concepções relacionadas a gênero	Concepções relacionadas a sexualidade	Concepções relacionadas a poder	Concepções relacionadas a violência	Concepções estabelecidas ou compreensão sobre a criança	Concepções que assemelham os conceitos de abuso e exploração sexual
4. Cerqueira Santos (2009)		Recebem algo em troca pela relação sexual,			Colocam crianças e adolescentes em uma condição de confusão sobre a própria vitimização, julgamento externo, seja do senso comum, seja dos próprios clientes, os quais justificam o pagamento como comprovante de uma relação de troca e não de exploração	Recebem drogas, dinheiro ou presente
5. Congresso Mundial contra Exploração Sexual Comercial de Crianças – UNICEF (1996)					Prática que envolve a troca de dinheiro com/ou favores entre usuários e intermediários, aliciador/agente e outros que obtém lucro com compra e venda do uso do corpo da criança como mercadoria	
6. Leal (1999)	Seja do “sexo” feminino e masculino	Proveito sexual, uso do corpo de crianças e adolescentes em atividades sexuais.	Baseada numa relação de poder		Ação que envolve corpo de criança e adolescente para obtenção de vantagem, exploração comercial, para satisfação de necessidades básicas e de consumo	

Fonte/autor	Concepções relacionadas a gênero	Concepções relacionadas a sexualidade	Concepções relacionadas a poder	Concepções relacionadas a violência	Concepções estabelecidas ou compreensão sobre a criança	Concepções que assemelham os conceitos de abuso e exploração sexual
7. Rodrigues (2011)		Utilização sexual de crianças e adolescentes			Com intenção de lucro, seja financeiro u de qualquer outra espécie, Podendo ter presença de intermediário, usuário, cliente	
8. Hazeu (1997)		Comércio das relações sexuais, violentadas sexualmente	Com base numa relação de poder, pagamento	Violentadas sexualmente coerção física ou psicológica	Exploração sexual de crianças e adolescentes figura do explorador, do rufião, da dona da boate, do aliciador. Crianças são duplamente vitimizadas, ganho financeiro para o adulto	
9. Relatório Final da Pesquisa "Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Estado de Mato Grosso (1998)		Usa sexualidade de para tirar vantagem ou proveito de caráter sexual, implícito ou não.	Com base numa relação de poder	Coerção física e psicológica.	Atividade em que uma pessoa usa o corpo ou a sexualidade criança ou adolescente pagamento. Envolvendo algum tipo de ganho, financeiro para o adulto”	

Fonte/autor	Concepções relacionadas a gênero	Concepções relacionadas a sexualidade	Concepções relacionadas a poder	Concepções relacionadas a violência	Concepções estabelecidas ou compreensão sobre a criança	Concepções que assemelham os conceitos de abuso e exploração sexual
10. Faleiros (2010)	Reforça processos simbólicos, imaginários, culturais machistas e patriarcais.	Se apropria sexualmente do corpo.	Processos autoritários.	Violência sexual sistemática.	Apropria-se sexualmente do corpo, como mercadoria para auferir lucro, mesmo inscrito como autônomos sem intermediários, uso do corpo em troca de dinheiro.	Processos discriminatórios
11. Instituto Interamericano Del Niño (2011)	.	Pela utilização sexual.			Utilização de crianças e adolescentes, com intenção do lucro, seja financeiro ou de qualquer outra espécie. Podendo ter a presença de um intermediário ou não entre a criança ou adolescente e o usuário ou cliente. É por isso que se diz que a criança ou adolescente foi explorada	
12. ANDI (2014)	Acontece quando meninos e meninas.	São levados a manter relações sexuais com adultos ou adolescentes mais velhos.			Utilização sexual de crianças e adolescentes. Com fins comerciais e de lucro.	Utilização sexual de crianças e adolescentes.

2.5.4 Outras lentes: discussões importantes

A palavra prostituição apesar de ser considerada como uma modalidade da violência sexual, porque se caracteriza pela troca de sexo por dinheiro e/ou favorecimentos, é um termo polêmico, na medida em que remete à ideia de consentimento da pessoa que se prostitui, considerando aquele que está se prostituindo como autônomo e plenamente consciente da situação, desviando o enfoque da exploração sexual. Segundo alguns especialistas, crianças e adolescentes são explorados sexualmente porque são induzidos a essa prática, seja por situação de pobreza, abuso sexual familiar ou estímulo ao consumo.

Atualmente vários campos de estudo estão interessados por esse tema, sobretudo o campo do direito, da sociologia, da psicologia e da antropologia. Neste último campo, os debates feministas, afirmam a importância de observar como as diversas formas de diferenciação social que interagem com gênero, poder, raça e questões voltadas para sexualidade, são fatores que se imbricam mutuamente e possuem um reflexo significativo e envolvem toda uma mudança cultural. Nesse sentido, a possibilidade de uma aproximação da realidade vivenciada por essas jovens, busca mudar o ângulo de observação, não somente pela visão dos atores da rede de proteção, mas, também, pelas experiências, vivências e representações dessas jovens em situação de exploração. O que significa contemplar outro ângulo de observação com o objetivo de criar possibilidades de contribuição para compreender exploração sexual.

Outro ponto, é que muitas situações de exploração ocorrem quase que de forma invisível. Exemplos disso estão relacionados ao turismo ligado ao sexo que é parte do cardápio oferecido aos turistas em muitos lugares do mundo. Em muitos casos, as autoridades evitam a denúncia, para não parecer conivente ou vulnerável. Apesar de muitas campanhas educacionais no Brasil, por exemplo, é muito comum presenciar essas situações em barracas de praia, recepções de hotéis e nas casas de show.

De acordo Leal & Leal (2002), fatores como densidade populacional, concentração de animação noturna (bares e casas noturnas) e elevados níveis de desemprego, circulação de pessoas, e acesso a estradas, portos ou fronteiras também estão associados à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para Santos et. al. (2010), embora seja considerado um dos mais extremos tipos de violência, há poucas referências sobre as possíveis consequências da situação de exploração sexual para a vida de crianças e adolescentes. São raros também os trabalhos que conseguem

investigar aspectos das histórias de vidas dessas vítimas antes e depois do envolvimento com a situação de exploração.

É possível visualizar o fenômeno da exploração sexual comercial de crianças no âmbito das redes, que ocorre geográfica e fisicamente e também virtualmente em todos os países do mundo. Essa questão afeta milhões de crianças e adolescentes, de acordo com ECPAT Internacional (2014), a prostituição, a pornografia, o turismo e o tráfico de crianças com propósitos sexuais conectam pequenas cidades e grandes centros urbanos, interligam os países em desenvolvimento, e os países desenvolvidos: a Europa Oriental aos Estados Unidos, o Nepal à Índia, o Brasil ao Japão.

A partir dessas afirmações, se faz importante destacar, principalmente, marcos legais voltados para o enfretamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 2009, foi aprovado um projeto de lei, elaborado na CPI, que alterou amplamente a parte do Código Penal brasileiro que tipifica os crimes sexuais (cujo título foi alterado de “Dos crimes contra os costumes” para “Dos crimes contra a dignidade sexual”). Dentre as diversas mudanças, foi incluído o tipo penal de “favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável” (artigo 218-B). Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009), cuja definição incorpora e amplia o delito de exploração sexual de crianças e adolescentes previsto no ECA (art. 244-A). Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º (Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade) à prostituição ou à exploração sexual.

Destacam-se a seguir artigos legais que se relacionam com os direitos de crianças e adolescentes e com essa construção legal: Constituição Federal, o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, a Lei 9.455, de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura, a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica, o Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 - Convenção sobre os Direitos da Criança, o Protocolo de Palermo, que constitui uma das principais ferramentas legais para o combate ao tráfico de seres humanos, Decreto Nº 5.007, de 8 de março de 2004, que promulga o

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. O Decreto Nº 2.740, de 20 de agosto de 1998 e a Convenção Nº 182 da OIT, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para a sua eliminação.

Lowenkron (2010) também traz importante discussão de como pornografia foi sendo considerada crime e como se torna uma das modalidades de exploração. Destaca que com o crime de publicação, produção do sexo explícito envolvendo crianças já era tipificado pelos artigos 240 (Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente), e do artigo 241 (Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente), do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA /1990. Mas como eram pouco usados, porque não havia muitas decisões judiciais, tinham uma redação pouco abrangente limitada aos verbos: produzir, dirigir, fotografar, publicar, além de não considerarem a internet. Isso ocorreu principalmente em função da operação Carrossel I, deflagrada em 2007, em uma mega operação internacional contra pornografia, liderada pela Polícia Federal Brasileira, com outros países por meio da INTERPOL. Os resultados dessa operação deram suporte para a instalação da CPI da Pedofilia do Senado Federal com comissão de inquérito instalada em 2008 para investigar os crimes de internet e sua relação com o crime organizado.

Além de contribuir para dar maior visibilidade e atenção política ao tema da “pedofilia na internet”, um dos principais resultados dessa CPI foi a criação de uma lei, que entrou em vigor no final de 2008 que acrescentou novos tipos penais no ECA (1990), criminalizando outras condutas relacionadas à “pornografia infanto-juvenil” e ao “assédio online” de crianças: o oferecimento, a troca, a transmissão, a distribuição dessas imagens (art. 241-A), a aquisição, a posse e o armazenamento de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes (art. 241-B), a foto ou vídeo-montagem que simulem a participação de menores de idade em cenas de sexo (art. 241-C) e o aliciamento e o assédio *online* de crianças, ou seja, de menores de 12 anos (art. 241-D). Além disso, procurou fornecer uma definição precisa de “pornografia infanto-juvenil”, por meio da inclusão do art. 241-E (LOWENKRON, 2012, p.67).

Para a autora, o esforço recente de tipificar novas condutas ou detalhar outras de maneira mais minuciosa revela uma proliferação de classificações e, portanto, de percepções de crimes sexuais, antes relativamente invisíveis e inimagináveis. Vale destacar que, nesse

campo, as palavras constituem especial objeto de disputa e de entendimento contraditórios, definindo não apenas formas de entender o fenômeno, como também de buscar soluções.

Já o tráfico contextualizado no campo da exploração sexual nasce com a ideia de tráfico de pessoas é uma prática criminosa que surgiu com o tráfico negreiro para a exploração laboral por meio da escravidão, sendo posteriormente agregada ao conceito de tráfico de pessoas, a negociação de mulheres para fins de exploração sexual. É “violação de direitos humanos e um problema ligado à globalização e à desigualdade social, bem como questões de gênero, raça e etnia” (BRASIL, 2006).

O conceito de tráfico de pessoas reconhecido internacionalmente está previsto no art. 3º, “a” da Convenção de Palermo, regulamentada pelo Decreto nº 5.017 de 12 de março de 2004, que promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças e determina que consistam:

No recrutamento, no transporte, na transferência, no alojamento ou no acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2004).

De acordo com a Convenção, inclui-se ainda no conceito de tráfico de pessoas, o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou o recolhimento de criança para fins de exploração, ainda que não seja utilizado nenhum dos meios supracitados, entendendo o termo “criança” como qualquer pessoa que tenha idade inferior a dezoito anos (art. 3º, “c” e “d”).

Recentes iniciativas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, no Brasil, destacam como essas foram impulsionadas (de forma sutil ou nem tanto) por pressões internacionais, ao mesmo tempo, as atenções serão voltadas para as mais importantes dimensões do tráfico de pessoas no Brasil, país de origem e destino de pessoas traficadas. Finalmente, as iniciativas governamentais e não governamentais serão brevemente destacadas:

Em 26 de Outubro de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto 5.948/06, promulgando a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e organizou diversas iniciativas no âmbito do governo federal em torno desse tema. Embora sem caráter de lei, pela primeira vez na história brasileira, todas as diferentes formas de tráfico humano mencionadas no Protocolo Antitráfico Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (conhecido por Protocolo de Palermo, ou melhor, Protocolo Humano), incluindo o trabalho escravo e formas similares à escravidão, bem como a remoção de órgãos, são oficialmente consideradas como constituintes do tráfico de pessoas, apesar de a legislação brasileira ainda não refletir esta interpretação (MARREY & RIBEIRO, 2010, p.48).

Ainda de acordo com esses autores, o Código Penal Brasileiro que se referia apenas ao tráfico internacional de mulheres para fins de prostituição, criminaliza, desde março 2005, explicitamente o tráfico interno de pessoas, aplicando-se também para homens e crianças. Essas mudanças foram bem vindas, porém os novos artigos (Artigos 231 e 231-A, do Código Penal) ainda restringem suas definições a casos envolvendo prostituição e não se aplicam a outras formas de tráfico humano. Embora não intitulado como tráfico de pessoas, muitas dessas outras formas são, em parte, ofensas segundo outros artigos do Código Penal ou estão em outras leis especiais, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, adotado em 1990, já faz indiretamente referência, em alguns artigos, ao tráfico de crianças.

As mudanças introduzidas pela Lei nº11.106 (adotada em 28 de março de 2005) foram feitas um ano depois de o Brasil ratificar o Protocolo Antitráfico Humano (29 de janeiro de 2004). A ratificação deu ao Protocolo (que entrou em vigor no Brasil em 28 de fevereiro de 2004) o mesmo status legal que uma lei ordinária infraconstitucional.

Deste modo, a partir destas construções, as modalidades de exploração sexual foram identificadas no cenário Brasileiro a partir de vários movimentos, experiências e olhares.

CAPÍTULO III – UM “CALEIDOSCÓPIO MULTIFOCAL”: A CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL E NO AMAZONAS

Precisamos dar um sentido humano às nossas construções.

Érico Veríssimo

Para tratar do tema exploração sexual de crianças e adolescentes serão enfatizadas algumas construções locais no campo da rede de proteção de crianças e adolescentes e casos emblemáticos de exploração sexual no Amazonas. As discussões relacionam o tema da exploração sexual em um contexto nacional, que envolvem ações do movimento feminista, dos movimentos sociais, do Sistema Único de Saúde - SUS, do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, do Conselho Federal de Psicologia CFP, e a relação com outras áreas que se apresentarão no decorrer desta explanação como o serviço social, a justiça, bem como, os estudos da antropóloga Laura Lowenkron e concepções de estudiosos como Faleiros e Campos que trabalham com temas afins. Além destes, ressalta-se, em Manaus-Amazonas, alguns estudos similares que auxiliaram na constituição de conhecimentos para a realização de avanços na construção da rede de proteção local. Busca-se destacar o entrecruzamento de muitas vozes que possam trazer informações de como este tema se constrói e se contextualiza em si, no campo das políticas públicas a partir de vários lugares e de como isso se reflete no contexto local a partir de várias lentes.

No campo da rede de proteção, é importante observar que esse processo se deu a partir de diversos campos e da ação de profissionais, militantes e estudiosos, nos campos da academia em áreas como antropologia, serviço social, psicologia, dos movimentos sociais, da saúde, da assistência social, dos conselhos de direitos e conselhos profissionais. No campo jurídico através de dispositivos legais, ações e planos que mobilizaram uma série de ações e iniciativas para a configuração atual. Segue uma amostra dessa construção e como a mesma iniciou no Brasil e na cidade de Manaus.

3.1 O Movimento social de mulheres

No campo do movimento feminista e dos estudos de gênero surgem experiências que aparentemente não possuem relação com o conceito de exploração sexual, mas as novas concepções para se pensar homem e mulher e repensar a lógica de funcionamento contido em alguns estudos de gênero na sociedade comportam, uma base relativamente sólida. Essas discussões geram questionamentos dos comportamentos e crenças reproduzidos por décadas na sociedade brasileira. Um deles instiga o exercício de se repensar à construção histórica de homens e mulheres e de como essa construção possui componentes que podem reforçar a violência.

O movimento feminista da década de 60, ao evidenciar uma discussão sobre o papel social da mulher na sociedade, deu origem a uma nova identidade feminina a partir da noção de gênero. Trouxe à tona um debate que era promovido desde o século XVIII, com a cobrança e a legitimação dos direitos da mulher. As estatísticas em torno dos altos índices de violência contra as mulheres em todo o mundo e, mais especificamente, no Brasil, têm sistematizado ações que tem suscitado mudanças de comportamento e de atitudes da população frente à violência de gênero (MACHADO, 1998).

Para Lasch (1999) e Silva (2010), a história das mulheres pode ser dividida em dois períodos: o primeiro antes da década de 60, e o segundo depois. Neste segundo período as mulheres conquistaram grandes avanços no campo do trabalho, da política, da economia e no controle do seu próprio corpo. A partir de iniciativas do movimento feminista e movimento social organizado surgem discussões sobre controle e reconhecimento de limites em relação ao próprio corpo, de respeito à alteridade que começam a se disseminar e se ampliam, para outros campos nas discussões que envolvem os processos de agência, e do reconhecimento de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, como sujeito de direitos, principalmente, no campo da políticas públicas.

Para Silva (2010), o movimento feminista e a revolução sexual provocaram grandes transformações no mundo moderno no que se refere aos direitos e deveres das mulheres, conseguindo dar um grande salto na condição feminina nos três últimos séculos, seja no âmbito público, seja no privado. Esse período também foi marcado por um longo debate, com progressos e retrocessos.

Para esse autor, de todos os movimentos sociais surgidos na segunda metade do século XX, o movimento feminista foi um dos que acarretou propostas de mudanças reais no

tocante às diferenças entre homens e mulheres. Para Giddens (1993), o feminismo participa da modernidade de forma reflexiva, procurando assegurar os direitos de igualdade política e econômica e colocando em questão os elementos constitutivos das relações entre homens e mulheres, aos quais estão intimamente vinculados os processos de constituição de nossa identidade.

Segundo Silveira (1997), há uma intrínseca relação entre as contribuições teóricas para a perspectiva de gênero e a ascensão do discurso político fomentado pelo movimento feminista na segunda metade do século XX, relação essa corroborada pelo pensamento da socióloga norte-americana Joan Scott, que afirma que a presença das mulheres nas lutas sociais, ancoradas, sobretudo, na perspectiva de gênero, tem promovido um amplo conjunto de medidas no campo democrático-popular e produzido ações coletivas para a emancipação dos direitos femininos. Scott (1990) mostra que a desigualdade entre homens e mulheres é uma construção social e cultural das sociedades modernas, nas quais o destino biológico e anatômico subordinava as mulheres aos desígnios dos homens.

Esse pensamento tem sido uma das bases mais importantes de reflexão para discussões sobre violência de gênero. No caso da exploração sexual, é comum a ideia de que as adolescentes são subordinadas e, portanto, podem passar por essa condição. Muitas pessoas depositam, inclusive, a responsabilidade na vítima sobre o fato ocorrido, como se ela fosse a responsável. Destacam-se nesse leque as insinuações com a forma de se vestir com roupas que deixam o corpo mais exposto, na origem da expressão: “moleca enxerida”, ou mesmo comportamentos propiciados pelo processo de amadurecimento chamado puberdade no mundo ocidental, no qual meninos e meninas reconhecem e começam o seu processo de amadurecimento pelo reconhecimento das diferenças sexuais e iniciam também o processo de reconhecimento de seus pares sexuais e/ou afetivos.

Visões que colocam indivíduos em um papel de subordinação também reforçam mulheres como frágeis e oprimidas, desse modo, algumas ações do movimento feminista buscam recriar a relação com o gênero masculino, não somente recriar como repensar, refazer reinventar um novo modelo de pensar o gênero e, por conseguinte a sexualidade.

Para Dimenstein (1992), a violência está nos seus mais diferentes códigos embutida no pensamento estereotipado de homens e mulheres de uma sociedade herdeira de pensamentos e crenças que compreendem a mulher como inferior ao homem. Como resultado,

podem surgir comportamentos que reforçam a violência física e psicológica, o estupro e a mutilação genital, entre tantos outros atos de violência.

É por essa razão que enfatizamos que as desigualdades entre homens e mulheres não são recentes em nossa história e podem ser encontradas em quase todas as culturas no mundo.

Um último ponto a ser abordado nesse tópico são as decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Surge, em agosto de 1986, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher – órgão criado para elaboração de políticas públicas para promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. Posteriormente ocorreram também mudanças legais no campo da violência doméstica e sexual, que anteriormente eram vistas na esfera do *privado* e alcançando a esfera pública e tornam-se elemento de políticas exclusivas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: delegacias especializadas, abrigos institucionais, para a proteção de mulheres em situação de violência. Essas políticas se estenderam também no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes e é nisso que surgem os Centros de Referência em Assistência Social – CREAS, Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente, dentre outros serviços nesse campo.

3.2 A Contribuição antropológica de Laura Lowenkron

Laura Lowenkron apresenta significativa influência nas reflexões, no decorrer deste trabalho. É uma antropóloga brasileira que traz, de forma inovadora, como alguns padrões sociais, éticos, culturais e legais, que envolvem o campo da sexualidade e dos direitos vão se modificando de acordo com a época e passam a ter relevância em determinados cenários no campo das políticas públicas. Suas contribuições envolvem os temas pedofilia e seus impactos em relação com os temas de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Deste modo, como este estudo tem um enfoque antropológico, considero importante resgatar alguns pontos do trabalho da autora, além de outros já apresentados, que se relacionam principalmente a questões legais e demonstram lógicas importantes na qual a rede de proteção se baseia para realização do seu trabalho.

O primeiro enfoque está em que até o final dos anos 1980, a violência sexual contra crianças não era particularizada, não tinha visibilidade, e não era vista como um problema social. Desse modo, em suas argumentações apresenta como a violência sexual de

crianças e adolescentes se constitui como tema importante no cenário social brasileiro e de como essa questão ganha foco nas ações dos movimentos sociais, do Estado (onde também estão contidas as ações do legislativo e executivo), nos processos legais e, portanto, no cenário das políticas públicas no país. Estas por sua vez, têm reflexos nas ações da rede de proteção de crianças e adolescentes estudadas neste trabalho.

Outro ponto importante, levantado em sua obra, para essa discussão foram as mudanças nas leis. Estas transformações impactaram de forma significativa o campo dos direitos de crianças e adolescentes. Destaco algumas alterações que incorporam o que é discutido pela autora e também por outros estudiosos no campo do direito penal e direitos da infância.

Em 2009, ocorreram importantes modificações no código Penal de 1940, através da Lei 12.015/09, na qual antes existiam dois delitos: o de estupro, no art. 213, e o de atentado violento ao pudor, no art. 214. Em ambos, o meio de execução era a violência ou grave ameaça. O artigo 214 é revogado e o artigo 213 modifica sua redação e passa a incorporar alguns elementos que estavam contidos no artigo revogado e amplia outros pontos de responsabilização. Antes a redação do artigo 213 era referente a constranger mulher e se modifica para constranger alguém o que indica que a partir de 2009 homens e mulheres são contemplados com o benefício de proteção da lei pela restituição do seu direito, caso passem por esse tipo de violência.

No entanto, quando praticados contra menores de 14 (quatorze) anos, pessoas “alienadas” ou “débeis mentais” ou por quem não podia oferecer resistência, falava-se em presunção de violência – ou seja, ainda que o agente não empregasse violência real contra a vítima, presumia-se a sua existência em virtude da idade dela. Como o termo presunção levava a inevitáveis questionamentos como: e se houvesse consentimento? E se a vítima fosse prostituta? E se existisse relação de namoro entre autor e vítima? Este termo foi eliminado. Com isso qualquer discussão nesse sentido foi encerrada, pois o critério, agora, é objetivo (idade), e não mera presunção (que, por natureza, é subjetiva). Pela redação atual, se a vítima for menor de 14 (quatorze) anos, seja do sexo masculino ou feminino, ocorrerá o crime, pouco importando o seu histórico sexual. Além de aumentar as penas mínima e máxima para esse tipo de crime, o objetivo da criação do delito autônomo de “estupro de vulnerável”, a nova redação dada pela Lei 12.015 de 2009 reduziu a idade do sujeito passivo do crime de

“corrupção de menores” de 18 para 14 anos e procurou minimizar a sua conotação moral ao retirar o verbo “corromper”.

A exposição de motivos do Código Penal de 1940 esclarece que o fundamento da ficção legal de violência e a razão da tutela do menor de 14 anos é “a *innocentia consilii* do sujeito passivo, ou seja, a sua completa inocência em relação aos fatos sexuais, de modo que não se pode dar valor algum ao seu consentimento” (CP, 1940). À medida que crianças e adolescentes são reconhecidos como “sujeitos de direitos” no final do século XX, o fundamento utilizado para legitimar a proibição (no caso de menores de 14 anos) e a restrição (entre 14 e 18 anos) da atividade sexual de menores de idade pela lei penal não é mais a ideia de “inocência”. Trata-se, antes, da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, enquanto “pessoas em desenvolvimento”, à “proteção integral”, à “dignidade sexual” e ao “desenvolvimento sexual saudável”. A relação sexual com adolescentes entre 14 e 18 anos não é proibida pela lei penal. No entanto, sua autonomia sexual não é plenamente reconhecida, pois é crime envolver-se em qualquer atividade sexual comercial que implique participação de adolescente (pessoa entre 12 e 18 anos incompletos), bem como produzir, dirigir, publicar, vender, divulgar, comprar, trocar, oferecer, distribuir, contracenar, possuir ou armazenar imagens (fotos e vídeos) pornográficas envolvendo a participação de menores de idade (LOWENKRON, 2010, p.52).

Assim, Lowenkron (2010) descreve como a “violência sexual contra crianças e adolescentes tornou-se particularmente dramática, na medida em que é concebida como ameaça ao desenvolvimento sexual e psíquico do sujeito em fase de formação”. Outro ponto levantando na obra da autora é o de como o silêncio vivenciado em décadas anteriores pelas pessoas que tinham essa experiência passa do silêncio a visibilidade ruidosa e como as ofensas sexuais também foram deslocadas da ideia de vergonha ao sofrimento psíquico.

Essa mudança permite, ainda, formular uma hipótese para explicar a passagem do antigo silêncio para a visibilidade ruidosa que marca o tema nas últimas décadas. Na linguagem da honra/vergonha, o escrutínio recaía sobre a pessoa ofendida, enquanto que, na linguagem do sofrimento, a indignação coletiva e os efeitos degradantes da denúncia recaem sobre a figura do “agressor”, especialmente, quando a “vítima” é menor de idade. Portanto, não se trata de preservar o silêncio para “esconder a vergonha”, que é da ordem do escrutínio público, mas de colocar o “sofrimento em palavras” para “superar o trauma”, que é da ordem da interioridade, e para responsabilizar o culpado, deslocando para ele os efeitos da violência a partir da denúncia (BOLTANSKI, apud LOWENKRON, 2010).

A autora discute algumas questões legais sobre violência sexual enfatiza algumas leis como a de “submeter crianças ou adolescentes à prostituição ou à exploração sexual” que

foi tipificado pelo artigo 244-A, do ECA (1990), implantado pela Lei 9.975 de 26 de junho de 2000. Descreve que o “favorecimento” e o “tirar proveito da prostituição alheia” assim como o tráfico de mulheres para fins de prostituição já eram contemplados no capítulo V do Código Penal, porém a até 2000 não havia regulamentação específica sobre a exploração sexual.

Além destas contribuições, a autora discute outra mudança no Código Penal:

“Em que a importância na definição das ofensas sexuais deslocou-se da ameaça à honra das famílias ao atentado contra a liberdade sexual da pessoa, dotada de interioridade que com as novas condutas que emergem no campo da modernidade ressaltam, a noção de liberdade individual”. Assim “desloca-se do status social da pessoa ofendida (se é casada, virgem, honesta) para a presença ou ausência do consentimento” (LOWENKRON, p. 17, 2010).

Essa discussão do deslocamento das ofensas sexuais em função da honra para a presença ou ausência de consentimento na contemporaneidade também se faz importante para as discussões sobre exploração sexual. A partir dessa análise foi possível levantar algumas reflexões sobre agência e de como esse conceito é fragilizado pela ideia de consentimento que também se relaciona com a vulnerabilidade. Dessa forma surgem também algumas encruzilhadas que causam fragilidades nas leis e nos processos de atendimento das políticas públicas.

Grande parte dos estudiosos do tema (Vigarello, 1998; Lowenkron, 2012, 2013, 2015) tem discutido essas mudanças no Código Penal Brasileiro que têm trazido reflexos que repercutem nas ações de homens e mulheres, se não enquanto prática, pelo menos com uma pressão por necessidade de mudança de comportamentos e crenças ainda enraizadas nos artigos abolidos do código penal e em outros campos da vida. Pois a Lei 12.015 modifica seu título “Dos crimes contra os costumes” para “Crimes contra a Dignidade sexual”, não se tratando de pudor, moral, honra, decência, mas na centralidade do consentimento que envolvem a dignidade, a cidadania, e as pessoas detentoras de interioridade e direitos. Embora muitos discursos de pudor e moral ainda estejam travestidos de dignidade e direitos já têm ocorrido no campo da rede de proteção algumas discussões e iniciativas sobre a dignidade sexual e a cidadania estarem diretamente relacionada à educação sexual e aos direitos sexuais de crianças e adolescentes. No campo da prevenção, tem se discutido a necessidade de incluir a educação sexual no processo educativo em todos os espaços que crianças e adolescentes

transitam e convivem. Como ocorrem em muitas experiências no Brasil, nas ações do Instituto Cores³⁹, em São Paulo, nas comunidades indígenas citadas neste trabalho, como também fora do Brasil da Escola da Ponte de Portugal⁴⁰.

Nesse aspecto, chegamos ao último ponto considerado importante no recorte de contribuições trazidas por essa autora, que enfatizam, principalmente, as questões legais e suas mudanças nos padrões sociais. Destacam-se aqui o surgimento de uma rede de coalizão que direcionou ações a partir de um movimento no exterior, que exerceram fortes influências no Brasil, levando ao direcionamento de uma agenda de preocupações e de ações de enfrentamento à exploração sexual. Um exemplo dessa influência vinda do exterior é da *End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking in Children Sexual Purposes*—ECPAT, uma organização internacional que luta pelo fim da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, surgida na Tailândia com uma campanha de mobilização contra o turismo sexual em países asiáticos em 1995.

A autora destaca que com o desenvolvimento do turismo sexual, na Tailândia, depois da Guerra do Vietnã, a emergência de uma série de casos chocantes de “abusos sexuais” de crianças perpetrados por estrangeiros, e a mobilização da rede ECPAT.

Em 1990, pesquisadores da consulta do turismo na Tailândia revelaram, pela primeira vez oficialmente o alto aumento da prostituição de crianças e adolescentes em vários países asiáticos. A consulta foi concluída com a determinação de tomar medidas a esse respeito, e a rede ECPAT foi estabelecida como uma campanha de três anos com foco de abolir o aspecto "comercial" da exploração sexual de crianças e adolescentes.

³⁹Centro de Orientação em Educação e Saúde é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua na defesa dos direitos da criança e do adolescente, com ênfase na educação sexual como prevenção primária de violência sexual. Desenvolve ações em políticas enfrentamento à violência sexual e em promoção da Educação Sexual numa perspectiva emancipatória, entendida como um direito fundamental para o desenvolvimento pleno do indivíduo (fonte: www.radardaprimeirainfancia.org.br, acessado em 2 de fevereiro, de 2016).

⁴⁰ A Escola Básica da Ponte ou Escola da Ponte - Escola Básica Integrada de Aves/São Tomé de Negrelos, conhecida como Escola da Ponte. Instituição pública de ensino, localizada em Santo Tirso, no distrito do Porto, em Portugal, que proporciona aprendizagens a alunos do 1.º e 2.º ciclo, dos 5 aos 13 anos, entre o 1º e o 9º ano. Seu método de ensino se baseia nas chamadas Escolas democráticas. Faz parte integrante do chamado Movimento da Escola Moderna (MEM) e tem como único princípio acabado aquele que afirma "uma escola democrática, para todos, em que se dá protagonismo ao aluno." Assim como segue alguns dos preceitos solidariedade, autonomia e responsabilidade do pensamento apresentado pelo brasileiro Paulo Freire (VASCONCELLOS, 2006).

A primeira consulta internacional para avaliar a situação ocorreu na Tailândia, em março 1992, na qual foi acordado que a abordagem não deveria ser limitada às leis nacionais, mas a sua perspectiva internacional. Foi a primeira vez que as crianças estavam ativamente envolvidas em tal evento dando a conferência um significado adicional.

Em 1996, outra consulta chamada "Aplicando a Lei" foi realizada em Bangkok, que reuniu mais de 50 oficiais de aplicação da lei de mais de 17 países. O evento proporcionou uma oportunidade para rever a nova legislação e melhorar as estratégias para monitorar a detenção e acusação posterior de exploradores. No mesmo ano de 1996, e em parceria com o UNICEF e o Grupo de ONGs para a Convenção sobre os Direitos da Criança, a ECPAT coorganizou um Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em Estocolmo, Suécia. Como anfitrião do congresso, a Suécia desempenhou um papel chave para atrair o apoio e participação de 122 governos preocupados com o problema.

A partir de seus primeiros trabalhos, a rede ECPAT ampliou a campanha de enfrentamento à exploração sexual e destacou esse fenômeno não somente como comum ao crescimento de países asiáticos, mas também relacionado ao crescimento de outras regiões do mundo. Esse foi o momento em que a ECPAT deixou de ser uma campanha regional para se tornar uma organização não governamental global e uma rede.

A rede ECPAT nasce em 1990 na Tailândia como uma campanha contra o turismo sexual infantil na Ásia – originalmente, End Child Prostitution in Asian Tourism. Segundo Ron O' Grady (2008), presidente da ECPAT Internacional e um dos fundadores da organização, o que motivou a sua criação foi Essas histórias levaram a organização não governamental religiosa Ecumenical Coalition on Third World Tourism (ECTWT) a conduzir uma pesquisa sobre o turismo sexual em países asiáticos, cujos resultados foram apresentados em 1990 durante um evento na cidade Chiang Mai, na Tailândia. O encontro reuniu representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do International Catholic Child Bureau (ICCB), agências governamentais, grupos ecumênicos, ONGs, universidades, imprensa. A partir disso, foi fundada a ECPAT com o objetivo de denunciar e eliminar essas práticas (ECPAT, 2014).

Para Lowenkron (2010), é importante notar que, na geopolítica da exploração sexual comercial, os países ricos são identificados, principalmente, como o polo da demanda – a figura típica é a do turista sexual masculino europeu ou norte-americano - e países de terceiro mundo são vistos como o polo da oferta de crianças e adolescentes pobres para exploração sexual. Destaca ainda declarações como da representante da UNICEF que revela

como a circulação de ideias e de políticas em torno da “exploração sexual de crianças e adolescentes” ocorre em meio a relações de desigualdade entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.

É importante destacar o papel central desempenhado pela ECPAT na institucionalização do problema da “exploração sexual comercial de crianças e adolescentes” enquanto agenda política internacional autônoma. Atualmente, a rede tem representação oficial em 80 países e é consultora especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. O’Grady (2008) afirma que soldados americanos que lutavam no Vietnã encontraram no país próximo um refúgio de descanso, lazer e prazeres. Ao final da guerra, a Tailândia ficou conhecida como a capital do turismo sexual do mundo, atraindo estrangeiros de toda parte, inclusive aqueles que buscavam sexo com menores de idade longe do controle social e policial de seus próprios países (LOWENKRON, 2010, p.70).

Apesar da imprecisão dos dados quantitativos oficiais sobre a exploração sexual no Brasil, associada a uma mídia sensacionalista, que dá destaque ao que lhe convém, é importante reconhecer que algo está sendo feito em outras esferas. Segundo Lowenkron (2010) destacam-se também três movimentos que servem de referência: o primeiro, representado pelas Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI que investigam a exploração sexual de crianças e adolescentes.

O segundo, representado pelas pesquisas acadêmico-científicas realizadas por pesquisadores de universidades, institutos, órgãos governamentais e ONGs que têm apontado a diversidade das formas de exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme se analisa cada região brasileira. Por exemplo, na região Norte, ocorre com maior frequência em prostíbulos, áreas de garimpo e margens de estradas; na região Nordeste, nas cidades litorâneas, registra-se o chamado “turismo sexual” e o inerente uso da pornografia, envolvendo ampla rede de aliciamento, da qual fazem parte agências de turismo (nacionais e estrangeiras), hotéis, taxistas, entre outros; nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo nas capitais, a exploração ocorre em maior número envolvendo crianças e adolescentes em situação de rua, exploradas concomitantemente por narcotraficantes; na região Centro-Oeste, a exploração se dá através das redes de narcotráfico e do turismo sexual (ecológico e náutico) (LEAL, 1999).

Essa realidade, fez com que se fosse possível pesquisar, conhecer, mobilizar e construir as ideias de exploração sexual, dividida em prostituição infantil, pornografia, turismo sexual e tráfico para fins comerciais. Lowenkron (2010) destaca Faleiros e Campos

(2000) que interpretam esse novo cenário como uma nova compreensão política e ética do fenômeno, ou seja, como uma questão de cidadania e de direitos humanos, e sua violação como um crime contra a humanidade.

Aqui, vale ressaltar o importante acordo exercido pelos tratados internacionais na constituição de uma comunidade moral de “países que respeitam os direitos humanos”, vale enfatizar então o terceiro movimento que envolve agências da ONU (como a OIT e o UNICEF) e novamente a rede de coalizão ECPAT. Todos esses movimentos se apresentam como fortes influenciadores na delimitação dessa agenda política no Brasil.

3.3 Os movimentos sociais da infância e adolescência

No início da década de 90 o uso de crianças e de adolescentes no comércio do sexo era designado por Prostituição Infanto-Juvenil. Serpa (2010) destaca que nesse momento, ainda não havia sido construída a ideia de exploração sexual, e muito menos como produção industrial pornográfica. A partir de um olhar voltado para o turismo sexual, o desenvolvimento de todo seu mercado (inclusive o tráfico de crianças e adolescentes), e o surgimento e rápida expansão do sexo via internet, possibilitou uma maior clareza sobre a importância da pornografia enquanto forma de exploração de crianças e de adolescentes. Avançou-se também na compreensão das dimensões política e ética do fenômeno, ou seja, como uma questão de cidadania e de direitos humanos e necessidade de restituição de direitos violados neste campo.

“Através de uma conscientização sobre gravidade da questão ligada a uma mobilização nacional, continental e internacional, tanto de organismos internacionais (OIT, INN, ONU) como de ONGs (ECPAT, BICE), foi possível realizar ações que envolveram discussões em seminários, congressos, estudos, pesquisas e que geraram programas de atenção aos (às) vitimizados.” Essa mobilização possibilitou importantes avanços no conhecimento e na compreensão da ideia de exploração sexual.(FALEIROS & CAMPOS, 2000,p.42).

A partir de casos ocorridos no Brasil, algumas organizações envolvidas com a defesa do direito da criança e do adolescente se mobilizaram para criar uma frente de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes. Alguns movimentos devem ser reconhecidos nesse período: Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDDCA), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, Fórum Nacional

Permanente de Organizações Não Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente, culminado com a promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente - ECA.

Em 1993 foi instalado no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara dos Deputados, a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar da prostituição infanto-juvenil. Lowenkron (2010) enfatiza que a CPI chamou a atenção, pela primeira vez, para a impunidade, a ligação com o narcotráfico, à ausência de políticas de atendimento, a existência de rotas de tráfico internas e externas ao território nacional, o turismo sexual, a tipicidade da região amazônica (garimpos) e para o problema das adoções internacionais. Esta CPI enfrentou dificuldades para obter dados sobre o fenômeno, constatando que as autoridades brasileiras não se mostravam, à época, preocupadas com a questão. Esta comissão contribuiu para dar visibilidade nacional ao tema gerando uma significativa mobilização social.

Segundo Leal (1999), com essa CPI da prostituição infanto-juvenil, houve um avanço na concepção dessa temática, na qual a prostituição infantil passa a ser compreendida como Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em consonância com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 1995, formou-se a frente parlamentar pelo fim da violência, exploração e do turismo sexual contra crianças e adolescentes, “com o objetivo de aprovar projetos para beneficiar crianças e adolescentes com acompanhamento e fiscalização dos governo federal, municipal e estadual” (SERPA, 2010, p.35).

Surge assim, o desafio de vários órgãos governamentais e não governamentais dentre elas o ECPAT, que em 1997 inicia seu processo de implantação no Brasil, durante um processo intenso de mobilização para o enfrentamento da violência sexual, com várias campanhas, encontros e eventos, como o Seminário sobre Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil, em Brasília.

O processo de criação se inicia com uma representação do ECPAT no Brasil em 1997, na sede do CEDECA-BA, que foi responsável pela promoção de diversos encontros que culminaram na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil em 2000, que serão descritos no item que trata da construção do Plano Nacional de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes e o Sistema Único de Assistência social.

O Seminário contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas Américas, realizado pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Criança e Adolescente - CECRIA, de Brasília, em abril de 1996, foi uma etapa preparatória para I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual em Estocolmo, Suécia, em 1996. Este evento mobilizou diversos países e definiu o conceito de exploração sexual e teve como resultado a Declaração de Estocolmo e a Agenda para a Ação, que foi adotada por 122 países.

Em 1998, cerca de 80 entidades públicas e privadas reuniram-se na Bahia para o 1º Encontro do ECPAT, no Brasil. Nesse encontro culmina a ideia de se celebrar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em função de um caso emblemático, como o de Aracele, ocorrido no Espírito Santo, em que ela foi abusada sexualmente e assassinada. O dia 18 de maio, dia da sua morte, é celebrado em todo Brasil com ações de combate a essa prática e divulgação da causa. O movimento iniciado na década de 90 resulta gradualmente em outras ações.

Em 2000 ocorre a publicação do dossiê “Crianças da Amazônia”, realizada por entidades governamentais e não governamentais de Belém – PA foi um marco na história dos direitos da criança e do adolescente, no Brasil. Este documento denunciava a existência de meninas em situação de escravidão sexual nos garimpos do Norte, fato que suscitou uma série de reportagens jornalísticas com Gilberto Dimenstein, da Folha de São Paulo, em fevereiro de 1992, resultando no livro *Meninas da Noite*.

No ano de 2002 foi concluída a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Brasil (PESTRAF), coordenada pelo CECRIA e envolvendo diversas organizações não governamentais e universidades nacionais, além do apoio financeiro de agências internacionais e do Ministério da Justiça. Essa pesquisa serviu de base para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – seguindo a nova nomenclatura preconizada internacionalmente. Realizada entre 2003 e 2004 nas duas Casas do Congresso Nacional, essa CPMI foi presidida pela Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE) e teve relatoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS), ambas integrantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (LOWENKRON, 2010, p. 73).

Com o intuito de concretizar uma investigação a respeito do fenômeno da “exploração sexual de crianças e adolescentes” no Brasil, essa CPMI elegeu 38 “casos emblemáticos”, que foram selecionados por envolverem elites econômicas e políticas e/ou

redes de exploração que operam com fins lucrativos (CONGRESSO NACIONAL, 2004). A maioria deles refere-se a situações de prostituição infanto-juvenil, tráfico para fins sexuais de crianças e adolescentes e turismo sexual infantil e adolescente, revelando que, até então, esses eram os principais alvos do enfrentamento político da violência sexual infanto-juvenil no país. No entanto, em seis casos investigados pela CPMI já aparece o fenômeno da pornografia infanto-juvenil associado ao problema das “redes de pedofilia na internet”, que se tornou objeto de atenção política mais recente no Brasil.

Em 2003 e 2004 foi instaurada a CPMI da Exploração Sexual dividida em quatro frentes: investigação de casos de exploração sexual comercial em todo território nacional; avaliação das políticas públicas existentes; avaliação das medidas legislativas existentes e apresentação de projetos de lei para promover avanço nessa realidade e análise das formas de permanência de valores culturais que se colocam em confronto com a proteção integral da criança e do adolescente.

Segundo Serpa (2010), em suas investidas, os deputados e senadores se depararam com os relatos trágicos de desrespeito aos direitos de crianças e adolescentes, que mencionam situações de abuso e exploração sexual.

Essa CPI foi liderada por parlamentares da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente e teve como ponto de partida a Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil - PESTRAF, coordenada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA, que mapeou as principais rotas de tráfico nacional e internacional de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

Essas mobilizações políticas a partir da iniciativa de parlamentares mudaram de forma consistente os caminhos das políticas públicas de enfrentamento dessa realidade, pois trouxeram a tona a visibilidade do tema e chamaram a atenção da opinião pública a uma questão que estava, de certa forma, banalizada e valorizou a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Como resultado das CPI de Pedofilia surge à mobilização de diversos seguimentos da sociedade como os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA, Fundo das Nações unidas para Infância - UNICEF, Polícia Militar a artistas nacionais que participaram da Campanha Nacional pelo Fim da Exploração sexual, violência e turismo sexual contra crianças e adolescentes. Depois da realização desse congresso o Brasil

elaborou o Plano Nacional de Enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, em maio de 2000, que depois foi descentralizado em vários planos estaduais e municipais.

O II Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes ocorreu em 2001 em Yokohama, Japão. As ações traçadas no primeiro foram avaliadas e ratificadas com quatro modalidades de exploração sexual, estipuladas pelo Instituto Interamericano Del Niño; prostituição infantil, turismo sexual e tráfico, pornografia, resultando no Compromisso Global de Yokohama. Esse Congresso consolidou as parcerias e reforçou o comprometimento global pela proteção de crianças contra a exploração sexual, aumentando para 161 o número dos países comprometidos com a Agenda para a Ação de Estocolmo.

O III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi realizado pelo governo brasileiro, em conjunto com a UNICEF, a rede de Articulação Internacional contra Prostituição, Pornografia e Tráfico de Crianças e Adolescentes - ECPAT e *Group for the Convention on the Rights of the Child* - Grupo de ONGs para a Convenção sobre os Direitos da Criança, realizado no Brasil, Rio de Janeiro, em novembro de 2008. As discussões se voltaram para análise das ações do segundo congresso e para implementação de um plano de ação para prevenir, enfrentar e eliminar a exploração sexual, as maiores discussões voltaram-se para o uso crescente da internet para exploração sexual, assim como do turismo com propostas de ampliar informações sobre essa questão para comunidade em geral, apoiar o protagonismo de crianças e adolescentes no enfrentamento da exploração, compartilhar pesquisas sobre o tema e elaborar indicadores para programas desenvolvidos para atendimento de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.

3.4 O Sistema Único de Saúde - SUS

Segundo Marta Maria Alves da Silva, coordenadora do Programa de Prevenção à Violência, Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a questão da violência entrou na agenda do – Sistema Único de Saúde - SUS em 2001, e se transformou em um problema de saúde pública, em função dos vários impactos voltados para o adoecimento, a morbidade e mortalidade, com altos custos pessoais, familiares, sociais e com grande demanda ao setor saúde (Conselho Federal de Psicologia – CFP, 2010). Nesse período também foi implantada a Política Nacional de Redução da Mortalidade por Acidentes e

Violências, que já nasceu com uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar, dentro de uma perspectiva intersetorial e de formação de redes.

Por recomendação da Organização das Nações Unidas - OMS, em 2002, todos os países deveriam trabalhar a questão da violência também como um problema de saúde pública, incluindo-se a violência sexual contra crianças e adolescentes. Dentro do Ministério da Saúde, os marcos referenciais trabalhados com as secretarias estaduais e municipais de saúde, além da política de 2001, são os da rede nacional de núcleos de prevenção de violências e promoção da saúde, implantada em 2004 como uma das estratégias.

Ainda de acordo com Silva (2010), a partir desse marco nasce a necessidade de preparação dos profissionais, em notificarem os casos, com desafio de trabalhar juntamente com todas as categorias, na implementação das ações de vigilância, na melhoria da qualidade dos dados, da informação, produzindo evidências, trabalhando na prevenção, identificando fatores de riscos, implementado fatores de proteção, na promoção da saúde, por meio de uma articulação em rede via fomento no nível local. Nasceram processos de capacitação de profissionais para aprenderem a lidar com o tema, sejam por educação à distância, parcerias com centros colaboradores, com universidades, instituições de ensino e pesquisas e avaliação de políticas e programas.

Surge a preocupação com o atendimento à vítima, mediante atenção integral em todos os níveis, seja no Programa de Saúde da Família, na saúde mental, nas maternidades, nos prontos-socorros, articulados em rede. Iniciam-se também ações que envolveram a comunicação e a participação social, com os conselhos de saúde, os conselhos de direito, os conselhos nas unidades da saúde, os conselhos da assistência Social e de psicologia.

Em 1990, o ECA definia como compulsória a notificação de violências e maus-tratos contra criança e adolescente. Em 2001, onze anos depois, o Ministério da Saúde elaborou uma ficha de notificações de violências e essa ficha que foi usada, e ainda é, por alguns municípios que não geravam, dentro do setor saúde, nenhuma informação. A notificação era feita no nível local, alimentava um sistema de garantia de direitos e de saúde e se lavavam as mãos, como se ali acabasse seu papel.

De 2001 até 2006, não ocorreram ações significativas. Apesar das diretrizes, havia esse entendimento de que violência era um problema de saúde pública, mas faltava definir como o setor saúde ia se apropriar dessas informações e, a partir delas, de fato, definiria prioridades e políticas de intervenção.

Em 2006, foi elaborado um projeto de vigilância de violências e acidentes, chamado Viva, em parceria e articulação com as secretarias estaduais e municipais de saúde. Esse projeto tem dois componentes, sendo que um é a notificação compulsória, que deve ser contínua em todas as situações de suspeita, ou confirmação de violências e maus-tratos. No caso de crianças e adolescentes, deve ser encaminhada, sempre, para o Conselho Tutelar. Algumas pesquisas mostram que cerca de 10% das crianças que passam pelo pronto-socorro com história de acidentes são casos de violência doméstica. Ainda em 2006, foi realizado um inquérito e houve incentivo financeiro para os municípios que esse projeto, adesão e critérios para implantação. Cruzaram-se prioridades em várias matrizes e com os municípios prioritários na matriz da exploração sexual contra crianças e adolescentes; os municípios prioritários na área da saúde; os municípios identificados como importantes na rota de tráfico e de exploração sexual de crianças e adolescentes; municípios com alto índice de mortalidade e morbidade por causas violentas. O projeto iniciou com 39 municípios e até 2009 haviam 100 municípios notificando (SILVA, 2010, p.61).

Em 2009, esse projeto iniciou como piloto em alguns municípios e aos poucos se foi ampliando. De acordo com Silva (2010) teve um processo de pré-teste de validação e, a partir de 2009, está no Sistema Nacional de Notificação de Agravos de Notificação Compulsória, em que se notificam outros agravos como dengue, meningite, DST/ AIDS. Com isso, o projeto toma capilaridade em todo país.

Surgem propostas de atenção às mulheres e aos adolescentes – adolescentes meninas – que sofreram violência doméstica, ou sexual. Aí vem a discussão da anticoncepção de emergência, da prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis, HIV⁴¹, Hepatite B e outras. Com o objetivo de garantir a atenção integral, o serviço de saúde tem sido fomentado por meio de treinamento, de capacitações, e existem normas técnicas específicas definindo esses protocolos. “Para a atenção básica, existe o Programa de Saúde da Família, com o qual temos também trabalhado, em uma ação conjunta com o Ministério da Justiça via Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania– PRONASC.”(SILVA, 2010, p.63). As equipes saúde da família já estão em uma área de maior vulnerabilidade. Surgem também núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF, que incluem o psicólogos dentre outros profissionais, que desempenham papéis de apoio às equipes do Saúde da Família. Nesse processo estão inclusos discussões dos protocolos e de casos clínicos, mas também o apoio ao cuidador, que também é uma parte do processo importante ao atendimento a vítimas de violência, pois esses procedimentos amenizam as tensões, conflitos e estresses que ocorrem nesse campo de trabalho, com os profissionais que fazem esse tipo de acompanhamento.

⁴¹Vírus da Imunodeficiência Humana.

3.5 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Plano de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes

Um marco importantíssimo e fundamental no processo de enfrentamento da violência sexual no território brasileiro foi a elaboração do primeiro Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, em junho de 2000, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, em 12 de julho de 2000, nas comemorações aos 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. O plano além de tipificar o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes define diretrizes para políticas, programas e serviços de enfrentamento à violência sexual e está organizado em seis eixos: (1) análise da situação; (2) mobilização e articulação; (3) defesa e responsabilização; (4) atendimento; (5) prevenção; (6) protagonismo infanto-juvenil. Esse plano representa uma referência para a sociedade civil organizada e para os governos federal, estaduais e municipais, e, consolida a articulação como eixo estratégico e os direitos humanos sexuais da criança e do adolescente como questão estruturante.

Com a adoção do plano, foram instituídos o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, a Comissão Intersetorial do governo federal, a organização de redes locais/estaduais e a realização de campanhas de sensibilização. Códigos de conduta contra a exploração sexual foram definidos por diferentes segmentos econômicos, como turismo e transporte, e alguns Estados criaram delegacias e varas criminais especializadas em crimes contra crianças e adolescentes. Destaca-se a criação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, discutida por ocasião da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e, 22 em julho de 2002, a realização de oficina nacional, em Brasília (DF), com os objetivos de avaliar a mobilização e a articulação das organizações não governamentais e governamentais no processo de implementação do Plano Nacional e discutir a consolidação e as formas de funcionamento do Comitê Nacional.

A oficina foi organizada pelo Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente - DCA, com o apoio do Centro de Estudos e Pesquisa de Referência da Criança e do Adolescente - CECRIA. Assim, o comitê foi instalado como instância nacional representativa da sociedade, dos poderes públicos e das cooperações internacionais, para monitoramento da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Para os encaminhamentos políticos e operacionais do Comitê Nacional, foi criada coordenação colegiada composta por 14 membros. Na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, particularmente no seu eixo estratégico do atendimento, a ex-secretária de Estado da Assistência Social e Ministério da Previdência Social - SEAS/MPAS, agora Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realizou, em outubro de 2000, consulta técnica, a partir da qual, nasceu a proposta de atendimento especializado, multiprofissional e interdisciplinar, em uma perspectiva de construção de redes, envolvendo, a partir das crianças e dos adolescentes, as famílias em situação de violência sexual. Como resposta, em dezembro de 2002, foi criado o Programa Sentinela, para, no âmbito da assistência social, coordenar o processo de atendimento das crianças, dos adolescentes e das famílias envolvidas em situações de violência sexual (COMITÊ NACIONAL, 2006). Instituído para cumprir as deliberações das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente a IV Conferência Nacional, realizada em 2001, cujo lema foi “violência é covardia, as marcas ficam na sociedade.”

O Programa Sentinela pode ser considerado a primeira ação pública de proteção social especializada dirigida à proteção de crianças e adolescentes violados em seus direitos sexuais. Ele constitui uma ação de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, inserido no Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e está presente em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal (COMITÊ NACIONAL, 2006).

Em 2006, o Sentinela se insere como serviço do CREAS - Centro de Referência Especial de Assistência Social, obedecendo às Normas Operacionais Básicas da Política Pública de Assistência Social, e passou a se chamar Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, destina-se ao atendimento de situações de violência física, psicológica, sexual e de negligência grave contra crianças e adolescentes.

Nesse processo de mudança, ocorreu uma importante alteração que acompanhou a mudança de Programa Sentinela para Serviço de Enfrentamento, foi a questão do cofinanciamento do Governo Federal. Transformado em serviço de ação continuada, o repasse passou a ser operacionalizado pelo Piso Fixo de Média Complexidade, cuja sistemática

favoreceu sobremaneira a continuidade da oferta do atendimento nos municípios e a desburocratização da gestão do serviço.

O SUAS foi criado em 15 de julho de 2005, por meio de resolução do Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS e é composto pelo poder público e pela sociedade civil, atuando por meio de conselhos municipais de assistência social e de entidades e organizações sociais públicas e privadas. A nova lei, sancionada dia 6 de julho de 2011, garante a continuidade das ações que já vêm sendo realizadas.

A presidente Dilma Rousseff sancionou, dia 6 de julho de 2011, o projeto de lei que institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS que assegura aos cidadãos, por meio da transferência de renda dos programas do governo, o direito a serviços socioassistenciais. Entre eles, proteção de famílias e indivíduos em situação de risco, à velhice, às gestantes e a continuidade de políticas de enfrentamento da pobreza. O SUAS foi uma forma de garantir o repasse de recursos aos beneficiários e serviços.

3.6 A psicologia e outros campos de atuação

Na década de 2000, com as ações do SUAS e SUS começam a ser sistematizados os atendimentos a crianças e adolescentes que passam pela experiência da violência sexual. Inicialmente, esse atendimento é realizado por profissionais de serviço social, medicina, enfermagem, direito e psicologia. Na área da psicologia, muitos profissionais passam a se especializar e a oferecer atendimento exclusivo a essas demandas.

Em abril de 2006, a partir da consulta recebida pelo Conselho Regional da 7ª Região, no Rio Grande do Sul, ao Conselho Federal de Psicologia que solicitou esclarecimentos a respeito de uma tecnologia utilizada no Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, conhecida como ‘Depoimento sem Dano’. Esse procedimento era destinado à oitiva de crianças e adolescentes apontados por testemunhas como vítimas de abuso sexual e maus-tratos. Tal depoimento é tomado por psicólogos ou assistentes sociais em um local conectado por vídeo e áudio à sala de audiência. O juiz, os demais presentes e a audiência vêm e ouvem, por um aparelho de televisão, o depoimento da criança ou do adolescente. Por meio da comunicação em tempo real com o psicólogo ou o assistente social, o juiz faz perguntas e solicita esclarecimentos. Tal inquirição é gravada e passa a constituir prova nos autos.

Surgiram a partir desses fatos, seminários e discussões para avaliar a atuação desses profissionais. O conselho federal de Psicologia, inicialmente, participou de um seminário promovido pelo Conselho Federal de Serviço Social e de uma audiência pública no Senado Federal.

A partir desse movimento foi lançada pelo Conselho Federal de Psicologia a publicação “Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção”. Este caderno foi organizado pelo Conselho Federal de Psicologia e pela Comissão Nacional de Direitos Humanos e, registra todo o percurso do Sistema Conselhos nessa discussão. Surgem preocupações com o fato de que uma facilitação da intervenção judicial, suposto procedimento de defesa e proteção de crianças e adolescentes possa se constituir em uma prática de violação de direitos humanos. Isso porque visa, especificamente, a coleta de prova para posterior criminalização, sobre a necessidade de envolver crianças e adolescentes na incriminação de pessoas com quem ampla maioria mantém vinculação afetiva, e sobre os efeitos subjetivos para todos os envolvidos em tais situações. Surgiram discussões em função de o psicólogo colocar o seu saber a serviço de uma inquirição na qual uma verdade judicial deve ser extraída com um único objetivo de obter provas para penalização de determinadas pessoas. Novamente o poder simbólico emana nessa situação nas quais profissionais são requeridos. Apesar dessas questões, o Conselho Federal de Psicologia – CFP tem produzido muitas publicações e pesquisas sobre o tema, servindo como divulgação de como os profissionais de psicologia podem atuar na rede de proteção e em outras redes parceiras, no campo das políticas públicas, no atendimento a casos de violência sexual.

3.7 Fragmentos históricos e casos emblemáticos: contextos Manaus – Amazonas.

Para iniciar a contextualização histórica em Manaus será descrito inicialmente um caso de estupro ocorrido em 1945, em Manaus, para ilustrar a condição da mulher, em situações de violência sexual no segundo período do ciclo da borracha. Esses fatos são expostos aqui para explicar que nessa época não se tratava da violência contra mulher e nem contra crianças e adolescentes de maneira específica. Os crimes de estupro eram, em grande maioria, relacionados à honra e não havia o termo abuso ou exploração sexual. Trataremos de forma abreviada da condição da mulher em situação de prostituição nesse período e, a partir desse ponto, migraremos para a construção local do fenômeno da exploração sexual, a partir

de casos emblemáticos e de sua visibilidade, observando como se deu a construção de ações locais da rede de proteção sexual de crianças e adolescentes.

3.7.1 Fragmentos de história.

De acordo com Santos & Maia (2008), nos idos de 1945, um crime passional chama atenção na cidade de Manaus. O de Etelvina Alencar de 17 anos, que foi estuprada e assassinada por seu ex-noivo em função da jovem ter terminado o relacionamento com o mesmo. O corpo dela foi encontrado, cinco dias depois de sua morte, em perfeitas condições, e algumas pessoas da comunidade alegaram também presenciar aparições da mesma com mensagens religiosas. Desde então foi aclamada como santa por muitos fiéis. O caso deu origem ao nome do bairro Santa Etelvina, na zona Norte de Manaus, e ainda há devotos que acreditam que as preces feitas em seu nome são atendidas.

A partir deste caso podemos identificar no decorrer do processo histórico, muitas relações de violência e preconceito marcadas por questões de gênero. No processo de desenvolvimento econômico e crescimento da cidade, em épocas anteriores, podemos identificar também como as mulheres prostitutas eram tratadas.

Segundo Lira, (2012) em seu artigo apresentado no III Congresso Internacional de História da UFG, uma das diretrizes para hotéis, hospedarias, estalagens ou afins, era a obrigação de envios regulares uma espécie de relatório sobre os hóspedes. A grande ressalva é que os hotéis que recebessem prostitutas como hóspedes seriam fechados pela Superintendência Municipal. A autora também destaca como a população protestava através da imprensa que pedia uma “limpeza moral”:

A essas infelizes que fazem da prostituição um modo de vida, nem é penosa a sua situação; - vivem vida folgada, dão-se rendez-vous às portas das casas, dahi chamam transeuntes, com estes gracejam licenciosamente, dão reuniões e bailes immoraes, à vista do publico, e pouco se estão importando com a moralidade e com as famílias. (*Jornal do Comercio*.Data: 11 de março de 1904. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA.)

O poder público preocupava-se em pensar algo para melhorar a vida da população elitizada, através do controle das prostitutas.

Subordinadas a exames periódicos, a códigos de posturas e multas. Podemos observar essa realidade no livro de Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural no Estado do Amazonas referente ao ano de 1925, que é um livro de

controle sanitário voltado para o meretrício. Que possui informações como, número de matrícula, data, nome, cor, idade, estado civil, nacionalidade, naturalidade, filiação, profissão do pai, se sabe ler, a idade com que foi deflorada, por que foi deflorada e a profissão do deflorador. E mais as informações medicinais, como Reação de Wassermann (diagnóstico de sífilis), anamnese, observações feitas no primeiro exame e outros exames ginecológicos e microscópicos (LIRA, 2012, p.5).

Havia dois tipos de prostitutas na época: as cocotes, que representavam o luxo no auge da borracha, e as polacas, das zonas do meretrício (LIRA, 2012; PRIORE, 2009). Segundo Ribeiro (2011), mesmo antes do declínio da borracha, havia o baixo meretrício da Manaós (nome antigo da cidade de Manaus), frequentado por clientes menos abastados. Na zona das marafonas, pantuscas, regateiras, rameiras, que moravam em palafitas alugadas nos bairros de Educandos, São Raimundo e Igarapé Mestre Chico, o atendimento aos clientes se dava nos cortiços e nos hotéis de baixa categoria, situados nas ruas Epaminondas, Beco do Comércio, Escadaria dos Remédios e imediações. Importa ressaltar que esses cortiços e hotéis ainda funcionam, e a prostituição ainda existe nessas ruas da cidade de Manaus até os dias de hoje. O fato da área se caracterizar como zona portuária contribui para a concentração desse tipo de atividade.

O autor também destaca que na época do apogeu da borracha havia um verdadeiro sistema de comércio sexual na Amazônia. A participação nesse comércio virou uma condição compulsória das famílias indígenas destribalizadas ou que viviam às margens das missões. Para garantir sua sobrevivência naquela sociedade, os pais ofereciam suas filhas em troca de gênero alimentício, bebidas alcoólicas ou qualquer quinquilharia. Isso permitia inserir o índio no processo produtivo e no âmbito de algum reconhecimento político, que lhe permitisse estabelecer relações.

Segundo Ribeiro (2011), dos diversos lugarejos do interior do Amazonas muitas outras mulheres, ainda meninas, por aqui chegavam e chegam com promessas de trabalho em casa de família. Estas eram negociadas no comércio de regatão, fato que ainda ocorre hoje, ainda que em menor escala, em virtude das leis que protegem mulheres, crianças e adolescentes.

Em relação à situação de exploração sexual de meninas no Brasil, temos essa realidade ainda presente. O filme “Anjos do Sol” (2006), do diretor Rudi Lage Mann, retrata, em uma de suas cenas, uma família em situação social de miséria vendendo a filha

adolescente mais velha a um intermediador. A menina é obrigada a ingressar na exploração sexual, uma realidade muito frequente nas regiões norte e nordeste do país.

Essa situação de acordo com atores da rede de proteção ainda ocorre nos municípios do Amazonas.

“Muitas vezes elas são agenciadas pelas próprias famílias, principalmente, nos municípios do interior do Amazonas” (A.C. - Rede de proteção)

3.7.2 Os casos emblemáticos e a rede de proteção em Manaus

Em 18 de maio de 2014, dia Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) apresentou, em Brasília, o Dossiê Amazonas⁴², que relatava casos de violência sexual, registrados no Estado que ganharam repercussão nacional.

De acordo com a SDH/PR (2014), 13 meninas vítimas desses casos de exploração sexual no Estado foram incluídas no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM. Elas foram morar em outros Estados e ficaram longe de suas casas até que tenham segurança para voltar a Manaus e municípios de origem, Coari e São Gabriel da Cachoeira. Ainda de acordo com dados dessa secretaria, em 2013, das 4.995 denúncias do Amazonas realizadas ao Disque 100, 3.592 foram referentes a crianças e adolescentes e, destas, 887 de violência sexual. Estão presentes nesse dossiê mais de 40 denúncias de exploração sexual, com casos nos municípios de Autazes, Barreirinha, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tefé e São Paulo de Olivença. Além desses, foram identificados também os municípios de Coari, Barcelos e Maués que já eram alvo de investigação da CPI da Pedofilia. Três casos emblemáticos ganharam destaques no ‘Dossiê Amazonas’.

A reportagem da folha de São Paulo, de 08 de dezembro de 2013, trata da operação Estocolmo, deflagrada no dia 23 de novembro de 2012, com apoio da Polícia Federal - PF e do Exército que cumpriu mandados de prisão, busca e apreensão contra integrantes de uma suposta rede de exploração sexual que atuava em Manaus. Foram expedidos 15 mandados de busca e apreensão nas casas de supostos clientes, 31 mandados de

⁴²Jornal D24. Acesso em 08.10.2105.

busca e apreensão de vítimas, entre adolescentes e mulheres adultas e oito mandados de prisão preventiva. Mais de 200 policiais participaram da ação, sendo 198 civis e 30 federais.

A investigação apontou 20 suspeitos, entre políticos e empresários influentes no Estado e 32 meninas, a partir de 13 anos, como aliciadas. O esquema veio à tona após a denúncia de familiares de uma dessas adolescentes e por determinação judicial, o processo corre em segredo de Justiça.

O segundo caso, também ocorrido em 2012, de acordo com reportagem na Folha de São Paulo (2012), foi denunciado pelo Ministério Público Federal no Amazonas - MPF/AM, em São Gabriel da Cachoeira, em que 10 pessoas estavam envolvidas em um esquema de exploração de crianças e adolescentes indígenas. A Operação Cunhantã, constatou que meninas indígenas com idade entre 10 e 16 anos eram procuradas para a exploração sexual por parte de políticos, empresários e militares. Segundo investigações da Polícia Federal - PF, cerca de 30 meninas indígenas foram vítimas dos suspeitos no município de São Gabriel da Cachoeira, a 852 quilômetros de Manaus, e na fronteira com a Colômbia. Os aliciadores recebiam dinheiro de acordo com a idade da vítima e com o fato de serem virgens ou não. Um total de 16 adolescentes e pré-adolescentes foram ouvidas. “As meninas eram da etnia Tariana, Uanana, Tukano (folha de São Paulo 2012) e a maioria da etnia Baré. Muitas recebiam comida, doces, brinquedos e bonecas como pagamento dos clientes”. Havia casos em que os próprios pais ofereciam as filhas às ‘agentes’ (aliciadoras), ou casos em que as próprias meninas iam às ruas para buscar clientes.

O terceiro caso ganhou visibilidade a partir de denúncia no Programa Fantástico, da Rede Globo, veiculado em rede nacional em todo Brasil em 19/01/2014. Na denúncia consta que meninas de 9 a 15 anos sofriam abusos sexuais por parte de um grupo de homens influentes no Município de Coari e que esse processo seria liderado pelo prefeito desse mesmo município. Este local fica às margens do rio Solimões, no interior do Amazonas, na época da denúncia possuía em torno de 77 mil habitantes e atualmente é considerado como a segunda cidade com maior arrecadação do Amazonas, por causa da geração de gás natural, por isso é o segundo município com o maior PIB do Estado, ficando atrás apenas de Manaus, que possui o Polo Industrial. É preciso enfrentar uma viagem de nove horas de lancha a partir da cidade de Manaus para se chegar a Coari, que hoje tem uma empresa de petróleo como uma das maiores geradoras de renda que levou mais recursos para a região, mas boa parte da população não sente os reflexos positivo dessa vantagem financeira.

O último caso é o citado por Ribeiro (2011) que relata que adolescentes indígenas do Amazonas, vítimas do Turismo Sexual entraram com denúncia na justiça dos Estados Unidos. A denúncia levada pela empresa Americana *Equality Now* contra outra empresa também Americana *Wet-A-Line*, que operava com a empresa *Eco Fish Safari*, com sede em Manaus. O jornal na época fez entrevista com João Melo, indigenista da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, em que afirmou que as adolescentes eram provenientes de Autazes, e que a prática já ocorria há alguns anos, juntamente com a pesca esportiva em Barcelos e Borba e que posteriormente migrou para Autazes.

Importa ressaltar que esses fatos ganham visibilidade na mídia e são de conhecimento dos atores sociais da rede de proteção e muitas ações têm sido tomadas em função desses acontecimentos. Existem inclusive instituições que acompanham o caso na justiça que caminha a passos lentos, principalmente, em função da materialidade dos fatos, pois as principais testemunhas são as jovens e essas experiências não deixam marcas nem provas contundentes que os sentidos podem alcançar facilmente. Isso dificulta o processo, pois a credibilidade das jovens está sempre em jogo, além dos fatores políticos e estruturais que envolvem questões de poder nos municípios, em que os casos ocorreram. Esta situação torna a resolução dos casos, complexa, o que inviabiliza ações de restituição de direitos e consequentemente dificulta a realização de ações promissoras na rede de proteção.

Por outro lado, o que ocorreu nesses municípios do Amazonas, ilustram muitas outras situações de outros municípios e tem impactado em uma série de mudanças nas ações do Estado. A divulgação na mídia traz certo impacto e essas denúncias tratam como crime situações que antes eram tidas como naturais nessa região, embora estejam mais no campo da visibilidade do que da responsabilização.

As mudanças legais que influenciam na concepção das pessoas mesmo em processo de transição entre a ideia de menor desvalido e sujeito de direito gradualmente tem se modificado nos últimos anos.

Aqui, se faz importante destacar o cenário em Manaus com algumas ações dos movimentos sociais, sociedade civil, instituições que representam o Estado e o Município e no campo da pesquisa para descrever como o tema foi construído historicamente e de como essa construção se deu no Amazonas e principalmente em Manaus.

A partir das décadas de 80 e 90, com o crescimento da população, implantação do Polo Industrial de Manaus, ampliação do comércio, grandes empresas na área de construção civil e

novos empreendimentos, exploração de petróleo e gás natural na região, vão criando novas possibilidades de ampliação da economia, sem um investimento em melhoria da qualidade de vida para a população. Antigos e novos problemas sociais se proliferam, como os casos de abuso e mais especificamente de exploração sexual.

Novos pontos de prostituição e exploração sexual surgem na cidade de Manaus. De acordo com Ribeiro (2011), entre os locais apontados como pontos de exploração sexual estão o Passeio do Amarelinho, no bairro Educandos, zona sul, parte do bairro Mauazinho, na zona leste - que registra casos, principalmente, por conta da proximidade com o Porto da Ceasa - além de balneários no Puraquequara e no lago do Aleixo, na zona leste, a avenida Grande Circular, o passeio do bairro da Glória e as imediações das feiras da Panair e do Produtor, além de outros pontos descritos no mapa abaixo.

Mapa 3



Mapa elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo

Demandas de atendimento as vítimas de violência têm crescido na cidade de Manaus, o que tem feito com que algumas ações e aparelhos do estado e da sociedade civil, surjam para dar conta dos casos que buscam atendimento na rede. A seguir serão apresentadas algumas ações, descritas cronologicamente, de modo a dar uma visão de como a violência sexual e os casos de exploração sexual ganham uma atenção diferenciada e especializada e como a visibilidade vai crescendo, inclusive fora do país.

Nesse estudo, as primeiras ações são identificadas a partir da iniciativa da igreja católica, em 1986 com a criação da instituição Casa Mamãe Margarida, no decorrer dos anos se transformou no principal abrigo do Estado do Amazonas a receber adolescentes em situação de exploração sexual. Nesta instituição surgem várias mulheres na luta pelos direitos das jovens, dentre elas as Irmãs Liliana Maria Daou Lindoso, Soraya Bezerra de Araújo, Sulamita Souza de Castro e Vanuza Siqueira. A casa Mamãe Margarida participou de várias ações no Estado pela luta de melhores condições de atendimento às adolescentes em situação de exploração sexual e continua ativa no Bairro do São José na zona leste de Manaus. Outros abrigos nesse período como Aldeias SOS, gerida muitos anos pelo Psicólogo Nelson Peixoto e Abrigo Moacir Alves, representam nomes importantes dentre outros abrigos que receberam muitas crianças que passaram por essas experiências no período que ainda não se tinha atendimento especializado.

Ainda na década de 90, o movimento de mulheres em Manaus, com apoio de militantes como Socorro Prado, iniciam algumas ações, aleatórias, mas já consideradas como respostas a situações contra a exploração de meninas no Amazonas. A primeira delas, relacionada ao caso de Barcelos, com o envolvimento de políticos em turismo sexual com meninas adolescentes. A Articulação de Mulheres do Amazonas - AMA, atuou em várias frentes que estimularam a denúncia e a responsabilização dos envolvidos. Posteriormente esse movimento acompanhou o jornalista Gilberto Dimenstein durante seis meses, que investigou a rota do tráfico de meninas na Amazônia, viajou por lugares onde revelou situações de exploração sexual, que na época era considerada prostituição infantil. Esse inquérito teve como resultado o livro "Meninas da Noite" (1996).

Esse jornalista, a partir de suas pesquisas, levantou reflexões que se relacionam com as intenções deste trabalho. Chegou a seguinte constatação: para as meninas “a rua é um ambiente mais familiar e por incrível que pareça mais aconchegante que do que a própria casa”.

Nessa época, a AMA deu apoio a sua pesquisa como maneira de dar visibilidade ao tema fora do cenário do Amazonas. Esse movimento, recentemente, tem como uma de suas últimas ações o acompanhamento das denúncias e divulgação do caso de exploração sexual de Coari, já citados anteriormente. Dolores Maciel, nesse movimento, esteve à frente do Centro de Direitos Humanos da Prelazia de Coari, por vários anos. Recentemente organizaram também a Articulação de Mulheres de Coari, que foi um dos primeiros municípios a instalar uma Secretaria de Políticas para Mulheres. Em São Gabriel os casos de exploração foram acompanhados por Rosângela Soares, da rede de educação que também se uniu a esses movimentos.

Após esse período se inicia como ação do Plano Nacional de Enfrentamento na cidade de Manaus, no ano de 2001, o programa Sentinela com atendimento psicossocial no campo da assistência social. Surge como um aparelho do Estado gerido pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Manaus para oferecer procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual.

Já o Serviço de Atendimento a Vítima de Abuso Sexual – SAVAS, criado pelo Ministério da Saúde e implantado no Brasil inteiro, foi um serviço de urgência e acompanhamento às pessoas que sofriam este tipo de violência. Em Manaus, foi implantado em 2003 e começou a ser oferecido pelo Hospital Universitário Francisca Mendes, com atendimento mensal de 45 pessoas, em média. Para ter acesso ao serviço, as pessoas que passavam pela experiência do abuso sexual, deviam recorrer ao serviço no prazo de 72 horas após a agressão, onde recebiam atendimento de uma equipe especializada de médicos ginecologistas, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, que faziam a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, com exames de HIV, Hepatite B e outros, além da prevenção da gravidez e, caso necessário, a interrupção da gestação. Este serviço teve como uma de suas coordenadoras a médica ginecologista Ione Brum. Atualmente foi desativado na rede de atendimento e não funciona mais.

Posteriormente, começam a vir à tona, alguns casos de exploração, mas, sobretudo, o caso ocorrido no município de Coari, com investigações a partir de uma representação encaminhada pelo MPF à Polícia Federal em 2004, que relatou haver irregularidades na execução de convênio firmado entre a prefeitura de Coari - município de Manaus e a União, por meio do Ministério do Meio Ambiente, para a construção de um aterro

sanitário no município. Até esse momento da investigação não se divulgava a vinculação desse caso relacionado com situações de exploração sexual.

No ano de 2006, é implantado no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, pela médica ginecologista e obstetra Zélia Campos, o Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual – SAVVIS, na Maternidade Moura Tapajós, serviço de atendimento considerado referência em todo Brasil. Para a implantação do serviço foi fundamental o apoio da então gestora da maternidade, Mônica Dantas, e de sua equipe⁴³. Este serviço surge com atendimento 24 horas e até 2014 já havia prestado atendimento a 4.932 vítimas de violência sexual. Até a presente data, o serviço é gerido pela sua fundadora Dra. Zélia Campos, que também é consultora nacional do ministério da saúde e hoje atua com atendimento e capacitação de profissionais em todo Brasil, mas principalmente na região norte e municípios do Amazonas.

Surgem também muitos pesquisadores interessados pelo tema. A primeira tese de doutorado, no Amazonas sobre violência sexual foi da professora Cristiane Bonfim Fernandez (2008), com o título “Os Paradoxos do Processo de Formulação e Implementação das Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil no Estado do Amazonas, no período de 1999 a 2006”.

No ano 2008, a representação iniciada em 2004 deu início à operação Vórax, momento em que a Polícia Federal cumpriu mandados de prisão preventiva e apreendeu, entre diversos outros materiais e equipamentos eletrônicos, quase R\$ 7 milhões em dinheiro no forro de uma casa localizada em um conjunto habitacional construído pela prefeitura, em Coari, que seria apenas uma parte dos recursos desviados pelo grupo. Descobriu-se assim uma rede de exploração sexual que operava com recursos públicos.

Fruto de 2 anos de investigações, referida Operação foi deflagrada em maio de 2008 e desmontou um esquema de fraudes em 178 licitações no Município de Coari, ocorridas entre 2003 e 2004, que geraram desfalques de dezenas de milhões de reais ao erário público, incluindo o desvio de verbas federais. Convém ter presente que o Município de Coari possui grande quantidade de petróleo e gás natural, situando-se no chamado Campo de Urucu. Por essa razão, recebeu mais de 200 milhões de reais a título de royalties, entre 2002 e 2007. Portanto, trata-se de uma das cidades mais ricas da região norte do Estado, sendo a ponta de gasodutos que levam gás a

⁴³No decorrer da história do SAVVIS podemos citar a importante contribuição de alguns profissionais: Márcio Santos, Raquel Floriano Azevedo, Vladia Figueira, Maria Luiza Chixaro, Lorena Lima.

Manaus e a Porto Velho. Tal rede aproveita-se da vulnerabilidade social de adolescentes, como mostrou ser a preferência sexual de Adail Pinheiro. Na maioria das vezes, os gastos com prostituição eram pagos pelo erário da Prefeitura de Coari, como serviços prestados sob a rubrica de “eventos sociais”. Como as ações de Adail Pinheiro e seu grupo tinham como vítimas menores de idade, a CPI – Pedofilia esteve em Manaus em duas ocasiões para ouvir os envolvidos. A primeira, em 30 de junho de 2009; a segunda, em 14 de julho do mesmo ano (RELATÓRIO FINAL DA CPI DA PEDOFILIA, 2010, p.1.466).

Em setembro de 2009, o Programa Sentinela, em Manaus-AM se transforma no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e passa a ampliar os serviços em conformidade com a política de Assistência Social.

Particpei dos dois momentos de institucionalização desse equipamento público. Inicialmente, no Programa Sentinela e depois quando se transformou em Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Recebi muitas capacitações e, além de psicóloga, atuei como militante na área da infância e adolescência em algumas causas. Atuei como conselheira no Conselho Regional de Psicologia, no campo da sociedade civil, no qual ocupei a cadeira de Conselheira Estadual do Conselho da Criança e do Adolescente, dentre outros movimentos em defesa da criança e do adolescente nos quais fortaleci muitos contatos com os movimentos sociais.

Nesse ínterim, as ações da sociedade civil se fortalecem em Manaus, no campo da proteção de crianças e adolescentes, com a chegada do ECPAT Brasil em 2010. Esta entidade, que se caracteriza pela coalizão de várias intuições da sociedade civil com atuação internacional, chega para fortalecer o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e atuar no campo da mobilização conforme plano nacional de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes.

O ECPAT chega sob a coordenação de Tiana Maria Sento Fé, militante da infância e adolescência, no Brasil, em parceria com IACAS⁴⁴, sob a gestão de Amanda Cristina Gomes Ferreira, uma das principais articuladoras da sociedade civil, na Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes do Estado, com a proposta de acompanhar alguns dos casos emblemáticos citados neste artigo, principalmente frente à justiça. O IACAS, em parceria com o ECPAT Brasil, além de acompanhar esses casos, passa também desenvolver atividades de enfrentamento às situações de

⁴⁴Entidade da sociedade civil fundada em 2001 na comunidade de Santo Antônio, na cidade de Manaus. Surgiu da iniciativa de um grupo de jovens ligados a Pastoral do Menor que buscava desenvolver ações em prol de meninos e meninas em situação de rua e passa também, partir de 2010, a trabalhar principalmente nas causas relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia (BRASIL, 2012).

exploração sexual com ações de articulação e mobilização da rede de proteção. Surge dessa articulação, o Grupo Tecendo Redes que se configura como um grupo articulador e mobilizador formado por atores da rede de proteção de diferentes seguimentos da sociedade civil, legislativo, universidade e demais parceiros e passa a desenvolver ações pautadas na defesa de direitos humanos de crianças adolescentes, com o objetivo de promover encontros de discussão, intervenção e sensibilização frente a violações de direitos, em especial ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes do Estado do Amazonas, para criação de estratégias efetivas nesse campo. Ainda no ano de 2010, é inaugurado o SAVVIS do Instituto da Mulher, sob a coordenação da enfermeira Gisele Cristine Barros Bataglia. Este SAVVIS passa a atender principalmente a casos de abuso sexual e aborto legal.

Em 2011, Joaquim Hudson de Souza Ribeiro, psicólogo e profissional da Rede de Proteção conclui sua tese de doutorado, “Espaços Violados: Uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus”, no período de 2006 a 2010, e a partir de uma leitura geográfica e psicossocial traz contribuições importantes. Aponta fragilidades nos principais equipamentos do Estado que atendem a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, inicialmente composto por um SAVAS no hospital Francisca Mendes, localizado na zona leste; SAVVIS, da Maternidade Mora Tapajós, localizado no Bairro da Compensa e um CREAS, localizado no Bairro Nossa Senhora das Graças. Assinala alternativas importantes de resolução dessas fragilidades no que diz respeito à distribuição das instituições no espaço da cidade e fortalecimento das equipes de trabalho através da qualificação e melhores condições de trabalho. Outro ponto importante, em seu trabalho, são os dados estatísticos que mostram os tipos de violência, o local da ocorrência da situação de violência sexual e o grau de parentesco de quem comete a violência no abuso intrafamiliar.

Após esse período, em 2012, as ações da CPI da pedofilia se intensificam e surgem políticos que passam a se destacar na causa do enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes junto à rede de proteção, os deputados estaduais José Ricardo e Luiz Castro que têm como bandeira de seus projetos a inclusão social e cidadania. Ainda nesse ano, Joanne Paola Menezes de Oliveira, pesquisadora e atual profissional da rede de saúde mental, e do SAVVIS, recém inaugurado, na maternidade Ana Braga na zona leste de Manaus, conclui sua dissertação de mestrado intitulada, “Ser-Menina ao Ser-Mulher: Experiências e Sentidos do Adolescer em Contexto de Acolhimento Institucional Feminino”. A autora

desenvolve em sua pesquisa um trabalho de sutileza ímpar, por buscar realizar uma espécie de aproximação das jovens para entender o sentido que as adolescentes atribuem à experiência de residência em um abrigo da cidade de Manaus, bem como seus entendimentos sobre o processo de “adolescer”. Nesse aspecto, não foca nas experiências de violência sexual, direcionando a pesquisa para outros campos e principalmente trabalhando outros significados de vida com as adolescentes.

Em 2012 após, concurso público fui convocada para trabalhar no Sistema Único de Saúde– SUS, onde implantei um Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual- SAVVIS na Policlínica Dr. Antônio Reis, no Bairro de São Lázaro, na zona sul de Manaus. O processo de implantação iniciou no dia 01 de novembro de 2012, e os atendimentos iniciaram como projeto piloto com o oferecimento de serviços ambulatoriais e com a proposta de atender casos de violência sexual, mas, principalmente, casos de exploração sexual. Ainda nesse ano, começo a fazer parte do Núcleo de Pesquisa Azulilás, no curso de Antropologia da Universidade Federal no Amazonas, do qual também faço parte como pesquisadora, orientada pela professora Dr^a. Raquel Wiggers, coordenadora do Núcleo. O grupo produz vários artigos e materiais e inicia uma parceria no campo da mobilização, articulação e pesquisa com diversos serviços de atendimento dentre eles o CREAS e SAVVIS - Sul. Algumas contribuições importantes do Núcleo Azulilás foram: a) elaboração do relatório ao Ministério Público Federal, com o objetivo de subsidiar ações de combate à violência sexual de crianças e adolescentes; b) pesquisas junto aos órgãos municipais, como a da pesquisadora Isabelle Brambilla Honorato, com famílias em situação de violência sexual e a de Natã Souza Lima que acompanhou um grupo de supostos autores de abuso sexual, ambos no CREAS - Nossa Senhora das Graças.

O trabalho com os supostos autores de violência sexual foi realizado na sede do CREAS com a psicóloga Lígia Duque Jhonson de Assis, que coordenava os atendimentos grupais periódicos. O trabalho foi um projeto de iniciativa de algumas profissionais do CREAS dentre elas a psicóloga e então gestora na época Ana Lúcia Mitouso e a assistente social Fernanda Liane N. Souza.

Antes dessa iniciativa, não se pensava nesse trabalho com um dos pontos da prevenção. Essa experiência proporcionou uma visão mais ampla do que significa trabalho preventivo, embora tenha sido realizada apenas em casos de supostos autores de abuso intrafamiliar, abre algumas frestas e possibilidades de pensar ações que possam ser desenvolvidas no âmbito das políticas públicas.

Após o trabalho de acompanhamento de ações do CREAS, o Azulilás passou a publicar o resultado obtidos em três cartilhas: a primeira sobre “Violência Sexual” (2012), a segunda sobre “Pedofilia” (2013), e a terceira, “ O sumiço de Carolina”, sobre tráfico de pessoas. Em 2014 é publicada a coletânea “Abuso e Exploração Sexual: Notas para um debate Multidisciplinar”, essas publicações foram elaboradas como uma série teórica com a finalidade de incentivar discussões sobre o tema em diversos seguimentos da sociedade, através da interlocução de saberes sobretemáticas que envolvem a violência sexual.

Em 2013, outra profissional da rede de proteção, Patrícia Cavalcante Souza, psicóloga do CREAS, finaliza sua pesquisa de mestrado intitulada “Uma Análise das Práticas Psicológicas por Profissionais e Acadêmicos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS”, que atendiam crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. As práticas analisadas em seu trabalho evidenciam de forma clara o exercício do profissional de psicologia no âmbito da assistência social, com as ações de atender, acolher, intervir, planejar, monitorar, acompanhar, visitar e relatar o que se registra sob a base de uma política nacional e em processo de construção, principalmente na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas. Sua contribuição é de grande valia, pois destaca detalhadamente os limites e as possibilidades de atuação desse profissional nesse Centro.

Esse trabalho se desenvolveu sob a orientação de Iolete Ribeiro da Silva, professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas, que atuou nacionalmente e regionalmente em muitas ações políticas para o fortalecimento das Políticas Públicas no âmbito do SUAS e foi coordenadora da Escola de Conselhos que ofereceu uma série de capacitações nos municípios do Amazonas.

No mesmo ano, Joaquim Hudson de Souza Ribeiro, psicólogo, implanta o Núcleo Luísa Habigzang de Atendimento Psicológico a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual da Arquidiocese de Manaus, em parceria com a Cáritas Arquidiocesana, que é uma instituição internacional. Este serviço nasce como a proposta de parceria com o CREAS, para realizar atendimentos em casos que tenham necessidade de acompanhamento mais prolongado e necessitem de psicoterapia. Os atendimentos realizados por este núcleo são direcionados exclusivamente a casos de abuso sexual, porém foram identificados no decorrer dos processos de atendimentos alguns casos que também se caracterizaram como exploração sexual.

Ainda como ação da igreja católica, o movimento da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB, “Um Grito pela Vida” é uma Rede intergeracional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, constituída por aproximadamente 250 religiosos(as) e leigos(as), presentes em 22 estados e no Distrito Federal. Esta rede tem um grupo muito atuante em Manaus, atualmente sob a coordenação da Irmã Eurides Alves de Oliveira, que promove e participa de várias ações da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes.

Outras ações surgem no decorrer desse processo e trazem contribuições em diversos espaços da sociedade, como o Observatório dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a Gestão da professora Márcia Irene Pereira Andrade, da Universidade Federal do Amazonas. As ações da Gerência de atividades Complementares e Programas Especiais – GACPE, da Secretaria Municipal de Educação com a equipe de prevenção à violência sexual coordenado pela educadora Eliana Hayden. O Fórum Permanente de Mulheres - FMM, a Conexão Manaós, que se caracteriza por uma forma de articulação dentro da rede de enfrentamento à exploração sexual e tráfico de meninas, adolescentes e mulheres. O livro “Tráfico de Mulheres na Amazônia”, Iraildes Caldas & Márcia Maria de Oliveira (2013). O Programa Vira Vida, uma iniciativa do SESI, com uma perspectiva de inclusão social, melhoria e ampliação da escolaridade de jovens em situação de exploração sexual, com perspectiva de projeto de vida. As ações do Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro -PAIR, dos Conselhos Municipal e Estadual da Criança e do Adolescente, com ações de Graça Soares Prola, Lucimar Well e Perina Costa. Outros nomes ligados a outros órgãos como a Defensoria Pública e Secretárias de Assistência Social, como Mário Wu e Paulo Sampaio. Neste ínterim surgem também muitos trabalhos acadêmicos, principalmente nos cursos de graduação em psicologia, serviço social e direito. Importa ressaltar que as ações expostas aqui não são as únicas, houve muito mais, porém, essas foram as que acompanhei mais diretamente, durante a minha trajetória e também as que pude alcançar dentro da pesquisa de campo.

CAPÍTULO IV – O “CALEIDOSCÓPIO”, AS CATEGORIAS NATIVAS E O PRIMEIRO PILAR DE CATEGORIAS TEÓRICAS.

Aprendi com a economia a importância da dimensionalidade. Refiro-me ao fato de nós também produzirmos conhecimento em um modo de intimidade com nossos temas de pesquisa. Por isso a etnografia como gênero me parece ser uma forma de conhecimento na qual venho a reconhecer minha própria experiência em uma cena de alteridade. Afinal, é da natureza da vida cotidiana que a significância dos eventos não seja dada no momento de sua ocorrência e é da natureza da experiência que seu significado nos diga respeito. Portanto, encontrar minha voz na companhia de outros é busca para uma vida inteira. Ao estar atento à vida dos outros, também damos sentido a nossas vidas, ou pelo menos é como sinto. No entanto, também é verdade que não posso ceder minha experiência às experiências compartilhadas da sociedade ou de minha cultura tal como elas se apresentam – então a etnografia se torna para mim uma forma de estar atenta ao modo como o trabalho de pessoas ordinárias reformula o mundo em que vivemos.

Veena Das

O presente capítulo, depois de alguns movimentos do “caleidoscópio”, destaca as lógicas de funcionamento da rede de exploração e da rede de proteção, que se configuram, respectivamente, como “rede do babado” e “rede legal”, na perspectiva de categorias nativas⁴⁵, como veremos mais detalhadamente no transcorrer das discussões.

A partir da apresentação dessas duas categorias, dentro do contexto da cidade de Manaus, Amazonas, região Norte do Brasil, trago argumentos que corroboram a hipótese de que a lógica das adolescentes está mais próxima da rede de exploração do que da rede de proteção. Faço uso das categorias sexualidade e gênero como categorias de análise, para observar essas experiências situadas nesse ângulo e para se repensar a posição das jovens. Destaco as categorias poder e violência, que se apresentarão como categorias binárias de polos opostos, em que as jovens transitam em momentos de dominação e sujeição, e não unicamente essencializadas no papel de vítimas, mas num movimento que possibilita sua agência em algum sentido, e em alguns lugares.

⁴⁵Não se trata de imaginar que seja possível substituir conceitos exógenos por correspondentes nativos; a tarefa é, antes, a de transmitir a complexidade dos conceitos nativos com referência ao contexto particular em que são produzidos (STRATHERN, 2006, p. 35).

4.1 Gênero, poder, sexualidade e violência

As categorias gênero, poder, sexualidade e violência se apresentam como as categorias que constituem o primeiro pilar de sustentação deste estudo. Nessa discussão, sugiro um exercício que envolve uma mudança de ângulo de visão, que o (a) leitor(a) o faça através do “caleidoscópio”. Sugiro olharmos para realidade das jovens, em movimento, mas nesse momento apenas por um ângulo. Como se ao movimentar o “caleidoscópio” o parássemos em uma posição e contemplássemos apenas uma única imagem, a desse momento.

Busca-se aqui retirar das adolescentes o papel de vítimas. Ao retirar as jovens dessa posição, esse exercício não se apresenta como manifestação de aprovação das práticas de exploração sexual, principalmente, porque me posiciono contra tal prática. Esse é um exercício teórico de reflexão para criar outras possibilidades, para se pensar de forma diferente a posição das jovens e o conceito de exploração sexual.

A proposta de realizar essa aproximação através das categorias sexualidade, gênero, poder e violência se apresenta, nesta análise, para (1) refletir sobre as lógicas de funcionamento das redes de exploração e rede de proteção de crianças e adolescentes, (2) para a compreensão de uma perspectiva que envolva caminhos diferenciados, com possibilidades que envolvam uma etnografia de fronteira e que também (3) permita, por esse ângulo, questionar algumas práticas e visões já adquiridas pelo senso comum, e pelos atores sociais dessas redes, cristalizados na violência, na vitimização e em alguns estigmas revelados como sinônimos de verdade inquestionável.

4.2 Gênero e sexualidade: a “rede do babado” e a “rede legal”

No processo etnográfico e nas entrevistas que realizava com as jovens, procurava saber como chamavam as redes descritas no segundo capítulo como rede de proteção e rede de exploração. Questionava constantemente, sobre o que faziam e como era sua relação com as pessoas dessas redes, também indagava sobre que nome davam à exploração sexual. As jovens, por sua vez, respondiam dentro da mesma lógica do senso comum, que as rotulava ou que a rede de proteção utilizava, o que, dependendo da situação, também não deixava de ser um rótulo.

Após meus questionamentos, nas conversas formais e entrevistas, eu ouvia afirmações na função passiva: - *Dizem que é exploração, né?!,* Ou na função ativa: - *Eu achava que fazia programa., Ah tia! Eu faço programa!, Sou prostituta mesmo!, Má Rapá!!! Tá por fora!!! Chamo de puta! Era puta mesmo!*

Com o desenvolvimento do processo de pesquisa, descobri que não era questionando diretamente sobre isso que eu me aproximaria a ponto de identificar como as jovens entendiam e viam essas redes. O processo seria construído de forma mais espontânea, a partir de conversas cotidianas, relacionadas aos movimentos correntes e rotineiros daquela realidade, da qual eu estava olhando pelo foco da pesquisa.

Desse modo, em duas ocasiões diferentes, a partir de conversas informais, os nomes das redes surgiram e, posteriormente, passaram a fazer parte das conversas habituais. Importa ressaltar que essas expressões foram o mais perto que eu consegui chegar e provavelmente existem outras utilizadas por elas e não reveladas a mim. Segue a descrição do primeiro momento em que as nomenclaturas me foram apresentadas, os relatos mostram como as jovens veem a exploração sexual, bem como a rede de exploração e a rede de proteção.

Sobre a rede de exploração:

- *Tia eu fiz história essa semana. Não teve jeito, eu tava sem grana...*

Como eu estava distraída, perguntei:

- *História?*

Ela respondeu, com um ar de riso, meio desconfiada, como se fosse pegar uma bronca, mas ao mesmo tempo se sentindo à vontade para falar, arregalando o olho e sorrindo, fazendo um esforço para eu entender.

- *É tia! históoooooria!*

Eu respondi: - *Entendi. E como foi?*

- *Foi estranho, porque eu já não fazia faz tempo, mas eu precisei (...), tava sem grana...*

Percebi que ela estava falando da situação considerando meu papel de psicóloga, mas deixei a conversa fluir. A partir desta conversa, comecei a observar que essas expressões eram utilizadas por elas rotineiramente, mas a expressão “babado”, no lugar da expressão “história” era utilizada como maior frequência.

Na época que eu fazia o babado! Fiz um babado! E assim, durante as conversas, identifiquei a rede de exploração com esse significado.

Nessa perspectiva, “o babado”, envolve uma ideia de ação e não de passividade, como eu acreditava, nesse contexto também se caracteriza como uma metáfora que remete a ideia de ação e novidade. Além disso, minimiza e retira o peso da expressão exploração sexual. A palavra “babado” dilui, na concepção das jovens, parte dos preconceitos e da importância pejorativa que esse lugar da exploração sexual ocupa em suas vidas.

Dessa maneira, a rede de exploração e a “rede do babado” serão discutidas, nessa experiência de pesquisa, como conceitos similares.

Agora, ao olhar por outro ângulo, em um dos movimentos do “caleidoscópio”, sugiro ao(a) leitor(a) que tente extrair por um momento a conotação negativa do processo de exploração sexual, pois é nesse ângulo que desejo situar essas discussões.

Quando olhamos para o discurso da jovem, sem a conotação pejorativa podemos visualizar ação? “Vou fazer um babado.”, “Vou fazer uma história.”, “Quando eu fazia o babado!”, e assim por diante.

Além de um sentido de agência, o “babado” é um jeito cotidiano de falar do assunto, minimizando a conotação negativa não somente da palavra, mas da ação. Importa ressaltar, que no cotidiano dos atendimentos a esses casos de exploração sexual desde 2006, não lembro ter ouvido de uma jovem dizer que foi explorada sexualmente. Já ouvi a expressão “dizem que é exploração”, mas essas palavras não fazem parte do contexto das jovens.

Vamos à outra experiência para mostrar agora, de forma aproximada, o ponto de vista das mesmas sobre a rede de proteção.

Em uma entrevista, que fiz no corredor de um dos serviços, ao mencionar os Centros de Saúde e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, a adolescente citava este equipamento da rede como um lugar que tem pessoas legais, mas que, às vezes, demoram muito a resolver as coisas. Vamos a um trecho de uma dessas conversas:

- Ah, tia! Acho que aqui é um lugar legal! Eu acho que lá naquele outro, onde eu sou atendida é legal também! [...] Só que pra resolver uma coisa assim...Demoooooora, né?!

Eu indaguei: *- Demora por quê?*

Ela respondeu: *- Ah, porque às vezes a gente precisa assim....pra aquela hora né? Aí demora muito! Agente até esquece...*

Indaguei novamente: *- Me fala um exemplo disso que você tá falando. Alguma coisa que demorou?*

- Aquela ultrasson, tia! Tu lembra?... Que eu fiz. Demorou, né? Pra conseguir?... E lá naquele outro (Centro de Referência em Assistência - Social CRAS), as meninas são legais lá, mas disseram que iam me ajudar com o bolsa família, nem voltei mais lá. Eu sei que é papelada, que não é vocês, mas demora!

A partir desse fato, utilizando a mesma lógica de dar atenção à expressão “rede do babado”, também passei a prestar atenção sobre o significado da rede de proteção. Essa atenção se deu, por sua vez, através de uma discussão durante um evento da antropologia, quando Laura Lowenkron, muito sabiamente me fez a seguinte indagação: “*Você apresenta muito cuidado para não trair sua posição de psicóloga, mas cuidado para não trair sua posição de antropóloga. Precisa saber como estas jovens nomeiam essas redes, saber o ponto de vista delas. Você traz aqui os nomes dessas redes, como rede de exploração e rede de proteção. Mas como elas as nomeiam?*”

Por essa indagação, a expressão “legal”, fez todo o sentido, e me fez entender também a explicação de Clarice Cohn, ao se referir ao velho Bep-Djoti, em uma pesquisa que realizou em uma comunidade indígena. Ele explicou a Cohn, “que as crianças tudo sabem porque tudo veem e nada sabem porque são crianças”.

Com suas expressões e interpretações simples, as crianças aparentam não saber direito o que está acontecendo, mas inseridas em seu contexto, elas percebem do seu jeito e se apropriam de informações do seu modo. Nós adultos tendemos a nos afastarmos da infância, na vida adulta nos esquecemos desses modos de se apropriar das informações e traduzimos, do nosso modo, que criança não sabe, repetindo o que aprendemos com outros adultos.

Considerando que, na visão das adolescentes a rede de proteção tem o sentido de “legal” porque elas encontram pessoas que as apoiam, que atendem, que auxiliam nos processos de atendimento. Na visão delas, existem pessoas interessantes, seja na escola, no abrigo, no CREAS, no SAVVIS, mas existe também toda uma burocracia que envolve o atendimento: trâmites legais, fila de espera, normas, regras, que representam parte da lógica da rede de proteção. Incluem-se ainda, nessa lógica, o fato de essa rede ser legalizada e autorizada pelo poder público para atuar.

Partindo do ponto de vista das jovens, podemos dar um exemplo prático dos mecanismos da rede de proteção na área jurídica. Um processo legal de julgamento e responsabilização de um autor de violência sexual, na modalidade estupro de vulnerável, por exemplo, até a decisão final, pode levar em média, no Brasil, cerca de quatro anos ou mais, o

que muitas vezes, leva a família a abandonar o processo. Há casos em que a passagem da infância à adolescência representa também a virada de página: a adolescente desiste de prosseguir na ação legal, por não querer mais tratar do ocorrido na infância.

Muitas famílias abandonam o caso em decorrência do tempo de espera na movimentação processual. É muito frequente, no plano do senso comum, a sensação de impunidade, nos corredores das unidades que acompanham os casos, e no atendimento, a expressão “isso não vai dar em nada” é comum.

Os procedimentos de comparecer nas instituições, também parecem maçantes para as crianças, adolescentes e famílias, pois os tira de sua rotina e lhes dá uma sensação de perda de tempo, pela sensação de não materialidade de muitos encaminhamentos. No campo da educação, o curso regular da escola, para as jovens, também é um obstáculo, processo, que por vezes, está distante dessa lógica com a qual a jovem lida no seu dia-a-dia. A “rede legal” tem seus pontos positivos, muitas instituições possuem profissionais que conseguem um bom vínculo e desenvolvem trabalhos de atendimento com propostas bem aproximadas da realidade das jovens. Presenciei muitas dessas ações em projetos sociais dentro dos CREAS, SAVVIS, Projeto Vira Vida e Casa Mamãe Margarida.

Em conversa com uma jovem, como membro integrante da rede de proteção, ela mencionou a sensação de liberdade que sentia quando cantava, em um projeto, e que era muito similar à sensação do uso das drogas, quando se relacionava na “rede do babado”. Descrevia o quanto sentia prazer em cantar e participar das atividades de canto coral, proporcionado por um dos equipamentos da “rede legal”, mas essa experiência não é constante nesta rede. O mais presente são os processos burocráticos que se afastam constantemente do interesse e, com frequência, da vida das pessoas.

A rede de proteção aparece, então, como burocrática, marcada pela morosidade dos processos, mas também como “rede legal”, benéfica, agradável e boa.

Portanto, “rede do babado” e rede exploração sexual, assim como, “rede legal” e rede de proteção são consideradas conceitos similares nesta discussão.

Considerando o ponto de vista das jovens, sobre a rede de exploração e a rede de proteção, situados no mesmo exercício do “caleidoscópio”, proposto no início deste capítulo, ingressamos agora nas categorias de análise, gênero, sexualidade, poder e violência. Estas categorias representam as lentes desse caleidoscópio para analisarmos como são construídas

algumas de nossas concepções, que possuem relação com as construções que envolvem o fenômeno da exploração sexual.

Para as jovens que vivenciam essa experiência, a exploração sexual é um caminho pelo qual exercitam a possibilidade de agência através da sexualidade, para realizar trocas e suprimento de necessidades cotidianas. Um caminho acessível que apesar de alguns incômodos, torna-se um lugar viável de transitar e negociar, por apresentar diversos atores sociais com estratégias possíveis e mais próximas do seu corpo, da sua casa, da sua rua, do seu bairro, das suas redes de contato, da sua vida cotidiana.

A sexualidade, por essa via, é utilizada para realização de trocas, não que seja um caminho fácil como se pode imaginar. Existe, inclusive, a expressão “vida fácil” ao se tratar de prostituição, mas pelo que percebo no relato das adolescentes de exploração sexual, não se trata de satisfação sexual, mas de acesso a bens. É o que está mais perto do seu corpo, da sua realidade, de suas possibilidades. Usar o corpo e cobrar por isso, é mais viável que assistir aula, ter que estudar matemática, por exemplo, fazer as provas para mostrar que compreendeu o processo e cumprir todas as regras dos procedimentos educacionais.

Aqui, não tenho a intenção de obscurecer ou negar a desproporcionalidade de poder que ocorre nas experiências sexuais que as jovens têm, nesse caso, com seus aliciadores. Principalmente aquelas baseadas na assimetria em relação à idade, a conhecimentos, a experiências, ao ganho de dinheiro e o poder das pessoas com quem as mesmas têm contato sexual. Mas, é inegável que em alguma medida existe agência e protagonismo das adolescentes. Assim, a agência das jovens se manifesta pelas diversas trocas que realizam, e que vai além da sexualidade. A ideia de “enxerimento”, tratada nos capítulos anteriores, faz muito sentido, pois entendemos neste estudo que o “enxerimento” é um tipo de agência e protagonismo, e pode ser utilizado de forma positiva na rede de proteção, e não somente com a conotação negativa.

A noção de agência, com efeito, recoloca as perguntas sobre a desigualdade e a dominação, revelando-se um importante instrumento para se pensar a pessoa e sua autonomia (McCALLUM, 1999). Nesse aspecto, o gênero e a sexualidade nos servem também de categorias importantes de reflexão.

A sexualidade faz parte da história da humanidade e está presente na vida de cada pessoa, desde o seu nascimento até sua morte. Para alguns estudiosos que realizam pesquisas

sobre a infância, as crianças são sujeitos que possuem sexualidade, que precisam ser respeitadas na sua singularidade e, sobretudo, em sua autonomia.

Atribui-se a pessoa, nessa fase, o direito ao desenvolvimento de sua sexualidade, sem violência. Em uma sociedade com “influências ocidentais”, nessa primeira fase da vida, os direitos sexuais incluem o cuidado com corpo da criança e uma educação sexual que viabilize um aprendizado sobre o seu corpo, seu sexo e seu gênero, sem preconceitos. Esta educação deve respeitar a faixa-etária e a maturidade sexual.

Para Ferreira (2008), uma vivência da sexualidade, nessa fase, inclui a descoberta do corpo e de seus sentidos, de forma lúdica, através dos jogos sexuais infantis, onde a intenção não é a relação sexual adulta (sexualidade genitalizada), mas sim a descoberta de si e do outro sem abuso e violência.

Já, na adolescência, que é um processo de transição da fase da infância para a fase adulta, os direitos sexuais incluem também um momento de autocuidado, porque ocorrem mudanças corporais, hormonais e psicológicas, que envolvem a puberdade e uma preparação para a maturidade. As mudanças corporais criam outras necessidades, como o desejo sexual, e experiências afetivas com outras pessoas. Segundo Ferreira (2008), os direitos sexuais também incluem mudanças mais intensas e inserem os adolescentes no mundo do desejo sexual e da reprodução humana. Sexo, aqui, implica o autoconhecimento do corpo, o desejo de estar com outra pessoa e a afirmação de seu papel e identidade de gênero.

No campo dos direitos sexuais, ao se pensar na exploração sexual, apesar de toda discussão legal e mudanças na lei, como descrito nos capítulos anteriores, ainda se discute se a condição da adolescente, ao ter uma experiência sexual com uma pessoa mais velha, depois de experiências sexuais anteriores, em troca de dinheiro, objetos de valor ou outros favores, pode ser interpretada como exploração. Alguns magistrados já proferiram sentenças que, não se admite a condição de explorada sexualmente.

Neste sentido, levantar reflexões sobre como a sexualidade é considerada no processo de socialização de crianças e adolescentes em nossa sociedade, pode ser relevante. Esse processo se constrói em diversos espaços sociais, como no espaço da família, da escola, e do mundo acadêmico; das teorias que explicam essas condições e dessa maneira a construção aparece nos espaços comunitários em geral.

Ortner e Whitehead (1981) destacam que os traços naturais do gênero, os processos naturais do sexo e da reprodução, são apenas um pano de fundo sugestivo e

ambíguo para a organização cultural do gênero e da sexualidade. O que o gênero é, o que os homens e mulheres são, e o tipo de relações que acontecem entre eles – todas estas noções não são simples reflexos ou elaborações de “dados” biológicos, mas sim (em grande medida) produtos de processos culturais e sociais. O gênero é visto, por esse aspecto, numa encruzilhada que envolve várias instituições e relações sociais, esquemas de identidade e diferença, intimamente ligados a certa noção de poder.

Indaga-se, aqui, como essas redes contribuem para a construção da dinâmica de vida e para forma como essas jovens se constroem no dia-a-dia. Será que ao transitar por sua comunidade, pelas intuições (escolas, centros de saúde, centros de assistência social, etc...) e também pelos pontos da rede de exploração, essas meninas se constituem apenas como exploradas sexualmente, ou como moças “enxeridas”⁴⁶? Existe agência em seu movimento que pode ser utilizada de outra forma que não estamos avistando? Como se dá esse transitar e a construção dessas jovens a partir do uso da sexualidade?

As adolescentes transitam a partir de várias relações sociais e recebem influências dos mais variados espaços, das mais diversas relações e experiências no campo da sexualidade. Podemos perceber que a violência não é o único lugar que identifica suas ações, portanto, não podemos essencializá-las exclusivamente nesse ponto ou no papel de vítima, ou de “enxeridas”, com uma conotação negativa.

A sexualidade é um tema difícil, complicado e controverso, principalmente, porque continua sendo alvo de repressões, distorções, reduções e tabus, acabando usualmente por se tornar sinônimo de genitalidade, com relação direta e exclusiva com os órgãos sexuais.

Para falar de sexualidade, trago novamente do campo da psicologia um dos principais teóricos que lançou uma grande polêmica ao tratar da construção da sexualidade infantil, Sigmund Freud foi um dos primeiros a falar, de uma maneira inusitada para sua época, sobre o assunto. Aqui, destaco que o seu ponto de vista diverge em muitos pontos deste estudo, principalmente porque se enfatizam aqui as construções sociais e Freud, ainda está ligado a ideias essencializadas e biologizantes. Nomeadamente no período em que apresentou sua teoria, era esta a função na hipótese do determinismo psíquico, segundo o qual todos os eventos mentais são precedidos de eventos anteriores que os determinam, como no

⁴⁶Categoria que deriva da palavra “enxerimento”, que significa ousadia, audácia. Expressão regional, muito comum no Norte e Nordeste do país. No Amazonas também relacionada a ações e contatos de conotação sexual relacionada diretamente aos órgãos genitais e aqui, neste momento de reflexão da pesquisa, visto como um termo pejorativo (Definição elaborada a partir desta pesquisa).

funcionamento de um relógio. Este conceito foi essencial para a psicanálise no início de sua construção. O pai da psicanálise buscava, dentre outros objetivos, afastá-la do misticismo e aproximá-la do campo das ciências, dentro de um modelo causa-efeito determinado.

No entanto, mesmo quando justificava o determinismo dos processos psíquicos, não escapava a Freud (1917), a impossibilidade de que uma causa determinasse um efeito numa forma linear e direta.

Para Issaharoff (1992), a teoria da sobre-determinação constitui uma tentativa de Freud de sair das contradições que encontrava, mas mantendo o modelo determinista. Esta tentativa não vai solucionar o problema, já que a multideterminação não abrange, de maneira finita, todos os fatores causais presentes, trazendo complicações adicionais: se várias causas são responsáveis por determinado efeito, não temos como saber se detectamos todas as possíveis causas de estarem interferindo, chegando a uma inespecificidade e paralisia total.

No entanto, Freud (1917) produziu a teoria da sexualidade infantil, a partir de tratamentos clínicos em seu consultório, nos quais observou transtornos psicológicos apresentados por seus pacientes já adultos. Ele buscava tratar os distúrbios de histeria. A criança não foi o ponto de partida, nem o desejo de estudo de Freud, mas, na busca por solucionar os problemas emocionais apresentados por seus pacientes, acabou por trazer importantes contribuições nesse campo.

Freud faz algo simples, porém inovador e desafiador para a época, começou a escutar seus pacientes. Embora Foucault faça duras críticas a esse método, o destacando como estratégia de controle da sexualidade que migrou do processo de confissão das igrejas para o consultório. Freud, com essa tentativa constrói a Psicanálise a partir do que esses pacientes têm a dizer sobre eles próprios. Vê um cenário diferente, sustentado não pelo biológico, mas por um conceito fundamental para a Psicanálise, o conceito de pulsão.

Vilanova & Neto (2009) destacam que a pulsão é um conceito totalmente diferente de instinto, funciona em uma outra lógica, até mesmo na contramão do instinto. Faz uma distinção entre *Trieb e Instinkt*, o primeiro como manifestação da sexualidade no ser humano, caracterizada como um comportamento não pré-formado e sem objeto específico ou predeterminado, enquanto o segundo mostrará a presença do comportamento padrão dos animais, determinado hereditariamente e com objeto específico.

Freud, ao trabalhar para que essa escuta se tornasse um método científico, ao tratar da sexualidade, das pulsões e do instinto, levantou hipóteses importantes que

confrontaram a forma como grande parte das pessoas pensa a sexualidade humana, mas, principalmente a sexualidade de crianças e adolescentes. Foi um dos primeiros a dar um grande choque sobre a concretização nos indivíduos e dos efeitos da estrutura social na sexualidade humana.

Costa & Oliveira (2011) ressaltam, sob a ótica freudiana, que, uma das primeiras experiências de prazer que a criança tem com o mundo é na amamentação. A boca do bebê torna-se uma zona erógena. Ao sugar o leite, a criança sente prazer em se alimentar e dessa forma, a sensação prazerosa fica associada à necessidade de alimento. Descrevem, como Freud, a presença do seguinte acontecimento: “quem já viu uma criança saciada recuar do peito e cair no sono, com as faces coradas e um sorriso beatífico, há de dizer a si mesmo que essa imagem persiste também como norma da expressão da satisfação sexual em épocas posteriores da vida” (FREUD, 1917, p. 171). Nesse sentido, a sexualidade torna-se uma ferramenta de contato e de experiências com o mundo. Nesses termos, ao falarmos de vivências sensoriais, o que isto tem a ver com as construções das pessoas?

De início, essas experiências são de fatos sensoriais, e são primordiais para o bebê, ainda *coisa*, experimentar o mundo. No entanto, a criança vai assimilando e internalizando essas experiências como prazerosas ou desprazerosas, criando assim significados para ela. A partir daí, em uma ligação estritamente relacional, entre o indivíduo e mundo, a sexualidade torna-se uma porta de entrada para os significantes produzidos nessa relação.

A psicanálise mostra que a pulsão, a sexualidade pulsional, está não somente no adulto, mas na criança. Leitão (2015) enfatiza que esta sexualidade não estará necessariamente relacionada a genitalidade, na biologia do corpo, mas uma sexualidade pulsional que pode ser ressaltada, por exemplo, no olhar da criança, nos gestos, e até mesmo na boca. É aquilo que entra e sai da boca, o que ela escuta, o que ela vê, ou seja, é uma sexualidade que diz respeito às trocas que esse corpo realiza com o mundo, ao que entra, ao que sai. São todos esses elementos sensoriais que escorrem pelo corpo, que penetra por todos os furos e buracos. A criança será, o tempo todo, impactada e habitada pela sexualidade.

Freud (1917) irá dizer que para entender a sexualidade nos adultos basta olhar a sexualidade nas crianças. Essa sexualidade é composta por inúmeros ingredientes, e não necessariamente só com as experiências ligadas aos órgãos genitais, e muitos menos só à junção do macho com a fêmea.

De acordo com Almeida (2003), a psicanálise confronta diretamente os conceitos convencionais de sexualidade e gênero, questiona também a centralidade da reprodução sexual e a rígida distinção entre homens e mulheres. Ao lado da psicanálise, Foucault ressalta também a etnologia como campos que aparecem na contramão para trazer novas formas de analisar determinados contextos:

A psicanálise e a etnologia ocupam no nosso saber um lugar privilegiado. Não decerto porque teriam, melhor que qualquer outra ciência, assente a sua positividade e realizado, enfim, o velho projeto de serem verdadeiramente científicas; antes porque, nos confins de todos os conhecimentos sobre o homem, formam por certo um perpétuo princípio de inquietude, de retificação, de crítica, de contestação do que porventura pode ter parecido, por outro lado, definitivamente adquirido (FOUCAULT, 1987, p. 485).

Com a etnologia, que estuda a diversidade étnica pode-se visualizar várias construções, inclusive de gênero e sexualidade e, com a psicanálise pode-se ver a sexualidade como algo mais do que instintos que agitam o corpo; é possível vê-la como força construída no processo de entrada no domínio da cultura, da linguagem e do significado. Freud (1940) resumia, assim, os elementos chave do seu conceito de sexualidade: (1) a vida sexual não começa na puberdade, mas sim com manifestações logo após o nascimento; (2) é necessário distinguir entre os conceitos de “sexual” e “genital”; (3) a vida sexual inclui a função de obtenção de prazer a partir de zonas do corpo.

Vamos observar alguns exemplos.

Ocorriam casos em que as jovens na infância eram abusadas e, após isso, mais tarde, pela falta de outras oportunidades acabavam usando a sexualidade em troca de dinheiro, bens e favores, e seguiam com a prostituição.

Em outros casos, algumas passaram por situações de abuso e escolheram outras possibilidades. Casaram, tiveram filhos, escolheram profissões. Em alguns casos as jovens encaravam a situação como extremamente traumática, em outros não.

Nas experiências, as condições impostas pelos recursos, emocionais, sociais, psicológicos e econômicos que lhes eram oferecidos no decorrer de suas vidas foram determinados para a permanência no contexto da rede de exploração. Não somente as experiências consideradas como traumáticas, estas então, não são determinantes únicas.

Não desejo afirmar aqui, que não existam crianças e adolescentes, homens e mulheres que vivenciaram a experiência da violência sexual como traumática. Porque isso ocorre na experiência de grande parte das pessoas abusadas que atendi como psicóloga, mas de afirmar que dentre essas experiências encontrei pessoas que ocuparam outros lugares para além da vitimização.

Nesse contexto, desmistificam-se, por exemplo, algumas crenças que são encaradas como regras, quando se pensa em violência sexual de crianças e adolescentes, considerando as combinações de várias experiências.

A construção das experiências sexuais das jovens ocorre com uma mistura de sentimentos, sensações e experiências que fazem parte de sua história de vida. Essas construções se juntam com outras de sua sexualidade e de aspectos de sua vida. Assim, existe uma infinidade de espaços que essas jovens podem ocupar. Podemos chegar, por essa reflexão, a algumas conclusões: em primeiro lugar, que nem sempre quem passa por abuso vai seguir uma vida de experiências negativas em relação a sexualidade; em segundo lugar, a ideia de trauma irreparável no abuso sexual é relativa, porque cada experiência é única, e deve-se considerar todas as construções da sexualidade da pessoa.

Essas afirmações abrem possibilidades de análise em vários campos, inclusive no campo da antropologia, no qual temos alguns argumentos que possuem muito a dizer para colaborar com essas reflexões no campo do sexo e do gênero e que podem ajudar na desconstrução de algumas crenças cristalizadas.

Para Almeida (1996) tanto o corpo sexuado como o indivíduo com gênero são resultados dos processos de construção histórica e cultural. Nesse sentido, numa leitura de gênero, o importante é procurar explorar as complexidades, tanto das construções de masculinidade quanto as de feminilidade, percebendo como essas construções são utilizadas como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação em diversos aspectos do social.

O termo “sexualidade” abrange uma variedade de tópicos. Seu significado é frequentemente dado como natural, ficando implícito como uma compreensão partilhada entre o leitor e o autor [...] Considera-se que a sexualidade, os arranjos de gênero, a masculinidade e a feminilidade sejam conectados, até intercambiáveis. O gênero e a sexualidade estão inextricavelmente unidos. Entretanto, esse pressuposto jamais explicitaria suas conexões culturais e históricas específicas; ao contrário, obscurece-as (VANCE, 1995, p. 20).

No debate de gênero e sexualidade, existem importantes reflexões sobre o significado e a função do sexo. Por essa razão, enfatizo aqui o ponto de vista de alguns estudiosos, como Piscitelli (2006), que trata deste tema também vinculado à prostituição. Para essa autora, num determinado momento a prostituta tomou tanto o lugar da escrava sexual, como o do agente mais subversivo dentro de uma ordem social sexista. Nas correntes que compreendem a vinculação das mulheres com o sexo como a raiz de sua opressão, a prostituição é vista como caso extremo do exercício abusivo do sexo. Portanto, quem oferece serviços sexuais é considerada como inerentemente vítima de violência, objeto sexual, um ser passivo e carente de poder. Outras perspectivas consideram a vinculação das mulheres com o sexo como fonte de seu maior poder. Neste aspecto, a prostituta seria um símbolo da autonomia sexual das mulheres e, como tal, uma ameaça potencial ao controle patriarcal sobre a sua sexualidade. Esses pontos de vistas antagônicos sobre a prostituta, mas também dos papéis de homens e mulheres, adultos e crianças, que permeiam o imaginário da sociedade, trazem, de certo modo, confusões sobre a posição da adolescente em situação de exploração sexual, com o conflito de papel de sujeição, subversão e submissão constante, imutável e invariável.

Essa posição da mulher que usa a sexualidade com esses vários sentidos coloca as adolescentes de exploração sexual, às vezes, também, em uma posição conflituosa. São elas que são as “enxeridas”?: - *São essas enxeridinhas que vem atrás dos homens casados!*

Observando o cenário construído desde o período da colonização, passando pelo período da Zona Franca de Manaus, ao observamos por certo ângulo, é inegável a condição das mulheres na Amazônia, como predominantemente de subordinada ao homem, ao macho. Se formos observar também a condição da mulher prostituta, essa posição se rebaixa um pouco mais e, se for adolescente em exploração sexual, podemos colocá-la num patamar ainda mais baixo. Porém, se modificarmos a lente, o uso da sexualidade pode ser visto como uma forma de utilização de poder para as jovens de exploração sexual. Esse fator, é utilizado pela “rede do babado”. Vamos exemplificar.

Araguaci⁴⁷, 15 anos, gravou imagens em que apareciam partes íntimas do seu corpo, em forma de vídeo, que posteriormente foi veiculado e exposto através de celulares e redes sociais e socializadas no ambiente da escola. Na rede de exploração, a jovem recebe

⁴⁷Nome indígena que significa pássaro bonito, pela beleza que a jovem apresentava (CHIARADIA, 2009).

elogios por sua performance: - Caraca tu mandou bem, hein! Tu é o máximo, novinha! Tá arrasando nas redes sociais! Vai ganhar um prêmio! Tu é linda!

A escola, que faz parte da rede de proteção, toma várias medidas disciplinares e legais para solução do caso. A situação é analisada e a jovem pode chegar a ser punida, dependendo do seu nível de responsabilidade (agência, protagonismo) pela situação.

Aqui, a categoria nativa “enxerimento”, vista com uma conotação negativa, apresenta-se novamente. Dessa vez, com o mesmo significado de prostituição, conforme discutido anteriormente, em que as questões morais são exclusivamente empreendidas para a avaliação e a aplicação de medidas sobre o comportamento das jovens. Mas existem outras possibilidades de resposta para essa situação?

Uma das possibilidades são as ideias de agência e protagonismo, que podem ser então consideradas por uma via de análise, diferente dessa conotação negativa dada ao “enxerimento”. Portanto, defendo que o termo seja utilizado com uma conotação positiva, com um sentido de agência, se as jovens o possuem, elas têm agência. Acredito que esse conceito possa ser revisitado e reavaliado, de maneira que possa ser contemplado nas ações de protagonismo ou de participação juvenil. O gênero, portanto, neste estudo, auxilia o entendimento dessas construções sociais e de como podemos resignificar algumas ideologias e crenças já enraizadas em nosso modo comum – no sentido de senso comum. Existem outras posições que podem redirecionar a jovem na relação com o seu corpo.

A categoria gênero pode trazer contribuições para a percepção de novas propostas de visualização da posição das adolescentes em situação de exploração sexual. Pode, também, contribuir para compreensão dos papéis de gênero na relação com estímulos midiáticos, que algumas vezes ressaltam visões hegemônicas, como aquela veiculada pela Revista Veja, do mês de abril de 2016. A reportagem com o título “Bela, recatada e do lar”, destaca o “ideal” de mulher, enfatizado na figura da esposa de um político do mais alto escalão da República, de perfil conservador, reforça padrões que divergem, e muito, do perfil de muitas mulheres filhas, mães e avós brasileiras. Esse tipo de comunicação veiculada por um poderoso meio de comunicação de massa pode reforçar uma visão hegemônica, que impõe um único exemplo de perfil feminino como modelo a ser seguido, um ideal único de ser mulher. Esse modelo parece mais idealizado na crença de um pequeno grupo de pessoas, do que nas relações de masculinidade e feminilidade mais comuns, de grande parte das famílias que aponta para a diversidade dos perfis das mulheres brasileiras. As mulheres da Amazônia,

por exemplo, têm perfis muito diversificados, podem ser mulheres indígenas que trabalham na roça e compartilham responsabilidades com outras mulheres nas comunidades, ou que desenvolvem trabalhos artesanais, cuidam da casa e auxiliam na manutenção da vida em família.

Nascimento (2010) destaca que as mulheres indígenas da Amazônia, sempre exerceram um papel de relevância como agricultoras, extrativistas e pescadoras, ou como organizadoras de comunidade. Demonstra a trajetória da Tuxaua Baku desde a migração para Manaus até a comunidade Sahu-apé, que trouxe novos significados à sua vida, estabelecidos ao longo do tempo e que tornaram possível o reconhecimento do protagonismo feminino em meio à dominação de gênero.

Assim ocorre em outros estados do Brasil. De acordo com dados do IBGE (2010), o Mato Grosso do Sul possui 38.054 mulheres indígenas. Destas, cerca de 30.000, em aldeias e cerca de 8.000 na área urbana dos municípios. Parte das mulheres indígenas é diretamente atingida pelos conflitos de terra, pela violência de gênero e pelo preconceito étnico. Nesse cenário desafiador, elas se mobilizam na luta pela demarcação de terras e assumem bandeiras das políticas públicas, na perspectiva de gênero. Isso nos direciona a entender os vários papéis e os vários perfis das mulheres indígenas no contexto nacional brasileiro. Entender quem elas são, o que querem; quais espaços têm ocupado; quais suas dificuldades.

As transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas em diversos domínios influenciaram em novos perfis de mulheres indígenas. Fatores como a ausência de recursos disponíveis e restritos espaços de terra, à falta de alternativas econômicas e estrutura básica para atividades cotidianas, tudo isso, impactou diretamente as mulheres, que tiveram que assumir a responsabilidade pelas famílias e comunidades.

De acordo Nascimento (2010) são as novas condições que fazem com que se formulem estratégias de enfrentamento aos inúmeros problemas que atingem seus povos e outros específicos de gênero.

Algumas dessas demandas inseridas por mulheres dentro do movimento indígena são a violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar e a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos. Para Sacchi, as indígenas tentam mudar desvantagens por meio de trabalhos comunitários e participação em organizações etno-políticas. (BRASIL, 2015, p.6)

No Amazonas, algumas mulheres ribeirinhas iniciam responsabilidades muito cedo. São inseridas no mundo do trabalho e muitas iniciam a vida sexual na adolescência, algumas constituem família antes de completar a vida adulta. Souza et al. (2012), ao tratar dos arranjos familiares e dos desafios ao direito de família, destaca questões relacionadas a novos perfis de uma parcela significativa de mulheres Brasileiras:

Os novos arranjos familiares se apresentaram bem evidentes nas entrevistas realizadas com pais e mães envolvidos em processos de regulamentação de visitas e de disputa de guarda. Foram constatadas distinções no modo de organização familiar atual entre os genitores, sendo que, predominantemente, as mães se encontram em famílias monoparentais, enquanto que os pais estavam inseridos em famílias reconstituídas, extensas e nucleares (SOUZA et al., 2012, p.111).

No caso do perfil das jovens em situação de exploração sexual na cidade de Manaus, a partir de amostra coletada nesta pesquisa, em um SAVVIS, a maioria se reconhece como parda e negra; estão no ensino fundamental ou fora da escola regular; possuem entre 12 e 16 anos; moram nos bairros periféricos da cidade; são inseridas na vida sexual na infância ou adolescência e criam estratégias de sobrevivência, resistência e enfrentamento nos espaços da rede de exploração, pelas oportunidades e proximidades que essa rede apresenta no cotidiano. Essas adolescentes criam possibilidades de troca, principalmente através de seu corpo, que parece ser em muitas ocasiões, o meio mais viável de possibilidade de troca.

Nesse sentido, Mccallum (1999) afirma que as abordagens de gênero procuraram apreender a concepção do nativo acerca do gênero, em vez de pressupor valores e significados associados a ele, pois, o gênero, tal como a pessoa, é construído e não dado.

O gênero (e a sexualidade) é uma área de estudos e do real que introduz significativa novidade epistemológica. Ao contrário da classe ou das instituições sociais como a família, o gênero cruza-as, por assim dizer, transversalmente. Não só é um corte nas metáforas verticais de estrutura, hierarquia ou níveis, como constitui também um tema de recente e difícil introdução nas ciências sociais, porque de difícil introdução na própria vida social (ALMEIDA, 2003, p.12).

É difícil falar de gênero e sexualidade em nossa sociedade porque ambos são visualizados, muitas vezes, com um sentido moral e não como categoria científica de estudo

sobre determinados contextos. Vemos cotidianamente muitas polêmicas nos espaços da escola para a não introdução desses temas nas atividades curriculares.

O conceito de gênero chegou até nós através das pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria "gender" para falar das "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres". A ênfase colocada na "origem social das identidades subjetivas" não é gratuita. De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos usadas nos exemplos mais corriqueiros, como "mulher não pode levantar peso" ou "homem não tem jeito para cuidar de criança" (GROSSI, 1998, p.4).

Nessas discussões, a contribuição da antropologia feminista tem mostrado que essa explicação da ordem natural não passa de uma formulação ideológica, socialmente construída, que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Até a ciência mostrou seu peso ideológico de acordo com os valores ocidentais.

Antes do feminismo dos anos setenta, a diferença de gênero era a diferença de sexo posta no biológico; era a diferença percebida como inferioridade do sexo feminino ou como complementaridade dos sexos na divisão sexual do trabalho. Se a Antropologia e as Ciências Sociais não deixavam de ver, já antes da eclosão dos feminismos da "segunda onda" da segunda metade do século passado, que havia uma construção social dos papéis e uma construção simbólica do que seria a diferença de sexo, não questionavam sobre a sua própria aderência a uma prévia fundação biológica da diferença de sexo, produzindo assim uma naturalização da diferença de sexo de segundo grau - dessa vez, feita e reafirmada pelo mundo acadêmico (MACHADO, 1998, p.2).

Vemos, assim, que a noção de gênero está relacionada à ideologia e produções simbólicas, vinculadas a produções de poder, sobretudo na sociedade com influências ocidentais.

Até os anos 80, vigorava a dualidade entre sexo e gênero, sendo o primeiro para a natureza e o segundo, para a cultura. Reagindo a isso, muitas autoras feministas se manifestaram, dentre elas, Gayle Rubin e Marilyn Strathern.

Em 1975, a antropóloga Gayle Rubin, em *The Traffic in Women*, um ensaio que foi muito influente à época, apresentou argumentos consistentes contra as explicações essencialistas de que a sexualidade e a reprodução causavam a diferença de gênero.

Na concepção de Vance (1995), Rubin investigou de forma inovadora um aparato social sistemático que toma fêmeas como matérias primas e molda mulheres domesticadas como produtos. Ela sugeriu o termo “sistema sexo/gênero” para apresentar um conjunto de arranjos, através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.

Rubin (1975) faz numa posição análoga a de Marx, para quem um negro só se torna escravo dentro de relações subscritas pela lógica do capital, levanta o questionamento sobre as relações que transformam uma fêmea da espécie humana, em uma mulher domesticada. Importa ressaltar que a autora faz uma separação entre a esfera da natureza, a fêmea e a da cultura, a mulher domesticada. A essa dicotomia, a antropóloga chamou de sistema sexo/gênero. Um sistema que toma uma matéria-prima, o sexo, a fêmea, e o transforma em produto, o gênero, a mulher domesticada.

Essa visão incitou uma crítica ao determinismo biológico, principalmente dos conhecimentos fundamentados sobre a biologia das diferenças sexuais. Portanto, a partir desses trabalhos começaram a ser levantados questionamentos sobre o fato de que os papéis das mulheres, que variavam amplamente, pudessem ser originados pela sexualidade e pela reprodução humana, aparentemente tão uniforme. Em 1984, Rubin propõe a divisão desses domínios (sexo/gênero) reconhecendo-os como sistemas distintos, entrelaçados em muitos pontos. Embora os membros de uma cultura vivessem esse intrelaçamento como natural, sem costuras, os pontos de conexão variavam historicamente em cada cultura.

Já para Strathern, as categorizações de pessoas, artefatos, eventos e sequências, têm gênero. E devemos atentar para as possibilidades inventivas e para a maneira como as relações são construídas por meio delas.

O gênero se relaciona aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos, sequências que se fundamentam em imagens sexuais - nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas tornam concretas as ideias das pessoas sobre a natureza das relações sociais. Tomadas simplesmente como sendo "sobre" homens e mulheres, tais categorizações têm muitas vezes parecido tautológicas. Na verdade, suas possibilidades inventivas não podem ser apreciadas enquanto não se atente para a maneira pela qual as relações são construídas por meio delas (STRATHERN, 2006, p.19).

Como se vê, para a autora, a sensação de similaridade entre mulheres e homens é ilusória, assim como a natureza da misoginia e da opressão. As pessoas são todas

qualitativamente diferentes em diferentes tempos e lugares. As mulheres, elas próprias, mudam. As diferenças nas circunstâncias são cruciais para construção do significado e da compreensão do tornar-se uma mulher. É preciso, portanto, entender a especificidade de nossas próprias circunstâncias, para compreendermos a nós mesmos.

O gênero, em sua proposta, tem empreendido um questionamento do feminismo e levantado à necessidade de se entender noções de pessoa e agência que ocorrem na esfera da feminilidade e da masculinidade. O gênero, nesse sentido, deve ser interpretado com uma categoria aberta. O poder emerge tanto do feminino quanto do masculino, dependendo de determinadas situações e contextos.

Para Strathern (2006), na cultura melanésia o comportamento não é construído como neutro em gênero: ele próprio, o comportamento, tem gênero. Existe, assim, uma capacidade de homens e mulheres para transacionar com este ou aquele item, que provém do poder que essa atribuição de gênero dá a algumas pessoas, a expensas de outras, como o faz a necessidade a obrigação de levar a cabo as transações.

As sociedades são concebidas como entidades com seus próprios conjuntos especiais de características (culturas), cada qual internamente organizado e, assim, também constituído por atributos que lhes são internos. Na medida em que todo conjunto de conceitos ou ações proporciona um caráter distintivo aos membros de uma sociedade/cultura específica, esse caráter distintivo adquire o *status* de um dado. Torna-se um contexto axiomático para suas ações. Imagino um modelo ocidental persuasivo de identidade étnica.' As diferenças entre as pessoas são compreendidas como atributos (intrínsecos) dos "grupos" de que elas provém; as sociedades evidenciam não somente uma similaridade natural entre si (solucionando os mesmos problemas), mas também uma série de diferenças que lhes são internamente "naturais" quando tomadas como contextos adicionais para o comportamento individual. Esse modelo sugere que o comportamento individual seria similar se não existissem essas diferenças e que as pessoas individuais tem de solucionar os problemas que lhes são postos por essas diferenças. A sociedade, portanto, mostra-se para a pessoa de maneira análoga àquela em que a natureza do mundo (ambiente natural, outras sociedades) se apresenta para a sociedade (STRATHERN, 2006, p.67).

Nesses moldes, para se pensar em exploração sexual na Amazônia, deve-se considerar uma série de parâmetros e peculiaridades que são específicas dessas relações de poder e de aspectos culturais que foram sendo construídos ao longo da história local, do período de colonização até os dias atuais. As "influências ocidentais", aqui, devem ser

consideradas, mas o contexto amazônico, suas peculiaridades não devem ser apagados, não podemos transportar puramente as concepções ocidentais como a de oposição rígida: homem dominador e mulher dominada. Temos que pensar como isso se deu no tempo.

Joan Scott, uma historiadora dos Estados Unidos traz importantes contribuições a partir da década de 80, pois considera os usos descritivos de gênero, quando apenas se olham para questões envolvendo mulheres e homens de forma superficial, sem uma possibilidade de análise mais detalhada, que geram reproduções que se repetem por gerações.

Scott (1990) e Piscitelli (2002) destacam a leitura pós-estruturalista a respeito do gênero, exploram seus potenciais analíticos de desconstrução e resignificação, com isso, trazem para essa discussão as ideias do filósofo francês Jacques Derrida e buscam, de fato, desconstruir vícios do pensamento ocidental, como a oposição tratada como universal, e atemporal, entre homem e mulher.

Scott (1990), também influenciada por Michel Foucault, entende o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais. E, havendo uma relação inseparável entre saber e poder, o gênero estaria imbricado nas relações de poder, sendo, nas suas palavras, uma primeira forma de dar sentido a essas relações.

Misturando os referenciais, a partir de diversas lentes, Scott conclui que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. A autora não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados, mas direciona o seu olhar para as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, posicionando-as dentro de relações hierárquicas.

Para a autora, essas construções são símbolos e significados edificados sobre a base da percepção da diferença sexual, utilizados para a compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais e, mais precisamente, as relações entre homens e mulheres. Temos, portanto, a utilidade analítica de gênero: a possibilidade de nos aprofundar nos sentidos construídos sobre os gêneros masculino e feminino, transformando “homens” e “mulheres” em perguntas, e não em categorias fixas, dadas de antemão. Essa proposta de transformar homens e mulheres em indagações, nos ajuda nas reflexões para a produção do presente trabalho, pois temos visto conhecimentos e concepções sobre violências sexuais sendo tratados como domínio sabido e incontestável.

Na leitura de Scott (1990) é necessário desconstruir os vícios do pensamento ocidental e relativizar as definições de masculino e feminino, buscando principalmente um

novo olhar sobre os símbolos e as linguagens. O reconhecimento das diferenças entre os corpos não leva, contudo, à manutenção da dicotomia sexo/gênero. Pois, se o corpo é sempre entendido a partir de um ponto de vista social, o conceito de sexo estaria subsumido no conceito de gênero. Logo, não faria sentido pensar o sexo como pertencente à natureza, esta é inquestionável, porque a própria separação entre natureza e cultura já seria um produto cultural.

Moore (2000) exemplifica essa essencialização do ponto de vista dado a priori, para esta autora, em muitas culturas, discursos opcionais de gênero não são só estrutural e hierarquicamente dominantes, mas também hierarquicamente estratificados internamente. Como por exemplo, onde a mulher é vista como o outro do homem, o que o homem não é, o que lhe falta, ela é o objeto do desejo e do conhecimento do homem.

O que é importante aqui, é que as relações de diferença entre os gêneros são muitas vezes hierarquicamente ordenadas dentro do discurso dominante, ao invés de ser ordenada entre os discursos. Isso faz surgir uma situação em que formas de diferença passam a se substituir, e as distinções codificadas entre elas tornam-se o lugar principal de produção de efeitos mais gerais de poder. Para a autora, a violência em contextos nacional e internacional é fortemente sexualizada, e a distinção entre os autores e vítimas da violência é frequentemente representada como uma diferença marcada por gênero. A diferença de gênero, portanto, passa a representar diferenças muito reais de poder entre grupo de pessoas ou indivíduos, inclusive nas relações de exploração sexual. Neste tema portanto, se apresenta como um demarcador importante para se analisar a submissão.

A partir dessas proposições sobre a noção de gênero, podemos analisar agora, alguns exemplos de experiências que tentam abrir o campo de interpretação da questão.

4.3 Construções nativas: gênero e sexualidade, caminhos para pensar a violência e o poder

Observando as construções internas de gênero e sexualidade na Amazônia, com uma série de características únicas, que envolvem: (1) a condição social da população; (2) o lugar que a mulher ocupa nesse espaço social; (3) as relações que envolvem as categorias poder e resistência e, sobretudo, (4) a agência de todos os pontos da rede, nas quais essas relações estão situadas, destacaremos algumas pesquisas que relatam experiências de como as pessoas constroem a ideia de gênero e sexualidade, em algumas comunidades da região

amazônica, em que o gênero sobressai como uma categoria que dá base para o exercício do poder.

Cavalcante (2008) discute o gênero e a agência feminina no âmbito da resistência, articulada a partir das organizações indígenas, constituídas como movimento social na década de 70, cuja agenda principal era a demarcação dos territórios indígenas, em função das consequências do processo de colonização e ocupação das terras pelos portugueses, com a introdução do gado como principal meio de economia da região. A autora destaca a construção do processo de organização e luta:

Ao longo das décadas seguintes, 1980 e 1990, a agenda indígena ganhou força com a conquista de direitos constitucionais e as articulações com organizações não governamentais, nacionais e internacionais; além de fóruns importantes como a Organizações das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) que receberam líderes indígenas que denunciavam o governo brasileiro pelo não cumprimento dos acordos internacionais, assim como, a própria Constituição Brasileira. A Constituição de 1988 estabeleceu um prazo para a demarcação dos territórios indígenas em todo o país; o seu não cumprimento resultou em inúmeras mobilizações dentro e fora do Brasil. Com seus territórios demarcados, nos dias que correm, os Makuxi enfrentam o desafio de consolidar as demarcações, principalmente, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol cujo processo se completou recentemente. A preocupação em manter os seus territórios – cujo principal objetivo é fazer com que a população indígena viva, produza e se reproduza neles –, tem resultado na elaboração de projetos de autossustentação em parceria com governos e ONGs. (CAVALCANTE, 2008, p.100)

Cavalcante (2008) soma-se as demais autoras destacando a presença das mulheres em movimentos sociopolíticos, que protagonizaram uma revolta ao enfrentar a polícia que tentava desbloquear uma estrada, que dava acesso à terra indígena Raposa Serra do Sol. O bloqueio pretendia impedir o acesso de garimpeiros à região das serras, norte da terra indígena, e com estes, a entrada de bebidas alcoólicas. Em 1999, esses acontecimentos impulsionam a primeira assembleia das mulheres indígenas de Roraima, que resultou na criação da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima - OMIR.

As mulheres reivindicavam ainda uma participação mais ativa nos processos de tomada de decisão no contexto regional, já que até então, elas participavam das grandes reuniões dos líderes indígenas apenas como cozinheiras ou babás, sem direito a voz e voto. Uma das líderes do movimento, Lindalva Peixoto afirmou que “a mulher tinha que falar ao homem e ele falava para toda a assembleia” Falar sem intermediários era uma reivindicação das mulheres, que em anos anteriores já vinham

reivindicando um espaço de atuação política no Conselho Indígena de Roraima (CIR), a maior organização indígena do estado de Roraima. As primeiras líderes da organização das mulheres, como Lindalva, tinham uma estreita relação com as missionárias da Missão Comsolata e seus discursos em muito lembravam os discursos das “oprimidas”, que não se encaixavam com o perfil das mulheres Makuxi eu convivia Enfim, com o passar dos anos, esse discurso foi cedendo lugar a outro, muito em razão de novas articulações políticas, como o grupo de mulheres feministas de Boa Vista, capital do estado nas aldeias (CAVALCANTE, 2008, p.100).

A autora também destaca um caso notável de agência feminina em Roraima, que não pertence as Makuxi, mas a uma Wapixana, Joênia de Carvalho, que merece atenção neste trabalho, porque se tornou a primeira advogada indígena do Brasil e, atualmente, trabalha como assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima – CIR. É premiada em 2003 com o prêmio Reebok de Direitos Humanos. E que, nesse mesmo ano, fez um pronunciamento na Organização dos Estados Americanos - OEA denunciando o Estado brasileiro por desrespeito aos direitos indígenas. Foi membro do Conselho Indigenista da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e do Conselho Nacional de Biodiversidade. No ano de 2005, foi indicada, entre outras mulheres brasileiras, para compor a lista do projeto “1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz”, projeto voltado a dar visibilidade política às mulheres que trabalham pela paz (CIR/ Notícia, 2005). Em agosto de 2008, ao fazer uma defesa oral no Supremo Tribunal de Justiça - STJ, em defesa da manutenção da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, Joênia também se tornou a primeira indígena a fazer uma defesa na mais alta corte do país.

Mas qual é a relação dessas experiências de construção de gênero com a construção das meninas em situação de exploração sexual, em Manaus, e em alguns casos no Amazonas? O que esse relato tem em comum com a história e a vivência das adolescentes?

Acredito que a relação aqui se dá pela via da resistência e da invisibilidade presente nessas construções. Mulheres indígenas, mulheres de famílias monoparentais e meninas de exploração sexual se apresentam com muitas experiências de resistências e frequentemente parecem despercebidas. A resistência é um componente importante e pouco explorado na história de países colonizados. Na infância, na escola, os livros sempre impõem a visão do colonizador. Não lembro, em minha formação acadêmica de ter estudado sobre os processos de resistência ao colonialismo, aos coronéis de barranco, que nossa região Amazônica viveu. Os livros de história sempre apresentaram o colonizador como civilizador,

e a população nativa como ignorante. Não é a toa que adotamos religiões de matriz europeia e não da Ásia e da África, por exemplo. Mas o que isso diz a respeito da questão de gênero?

Para Almeida (2003), o androcentrismo, de que a antropologia foi acusada pelas mulheres antropólogas e pelas feministas, impediu que se ouvisse a voz das mulheres nas etnografias, e impediu também a diversidade de vozes masculinas ou qualquer visão dissidente da homologia masculino / público / político – em suma, da masculinidade hegemônica como modelo central excludente de mulheres, homossexuais e de homens heterossexuais com traços de identidade não centrais (negros, pobres, etc.). Portanto, acredito ser importante destacar a resistência das jovens nas situações de exploração sexual que ocorre das mais variadas formas, através de múltiplas ações quase invisíveis ao olhar do senso comum, que muitas das vezes, enxerga somente o “enxerimento” com conotação negativa.

Para ilustrar essa explicação, vamos a um exemplo: *Raoni⁴⁸ chegou para atendimento, com o RG rasurado, informando a idade de 17 anos, mas na verdade tinha 14. Relatava ter feito muitos programas e destacava com certa precisão os pontos de exploração, os bares, com os respectivos donos que a exploravam, além de outros, lugares e ruas em que a exploração ocorria. Falou de sua tentativa de atendimento em outras unidades. Descreveu as suas constantes recusas de ficar em abrigos, e das estratégias de fuga. Relatou também sobre as negociações, e das brigas, que tinha com pessoas da “rede do babado”.*

Em um primeiro momento, analisei essas ações das jovens assim como de outras, em experiências similares, apenas como agência. Mas ampliando com uma lente diferente, essas ações, percebi que antes da agência havia a resistência. Resistência de se manter nas ruas, de tentar ser atendida com um documento rasurado, pois a mesma não tinha apoio familiar e não queria ser abrigada. Seus pais haviam morrido e ela não aceitava as condições impostas por uma instituição de abrigo, que envolviam uma rotina organizada, com divisão de tarefas, horário de entrada e saída da instituição, negociação com os cuidadores com certa “privação de sua liberdade”, dentre outras. Ao invés disso, preferia a negociação com a ‘rede do babado’ porque podia transitar com maior liberdade, podendo negociar, inclusive, sua autonomia e poder.

⁴⁸Nome masculino, de origem tupi-guarani, que significa “grande guerreiro”, apresenta este nome aqui, por ter demonstrado uma série de estratégias para se manter e lutar por oportunidade dentro do que acreditava como possível para dar conta de suas necessidades (CHIARADIA, 2009).

Apesar da reprodução da violência vivida, as ações das adolescentes não se reduzem exclusivamente a violência. Surge nesse processo, certa subjetividade, que revela atos criativos, que permitem maneiras de se reinventarem, mesmo que com a linguagem da rede de exploração. Novas formas de ser, preservando em si mesmas aqueles aspectos peculiares para manutenção da sua sobrevivência. Apesar de todo o aparato disciplinador, a expressão desse ato criativo emerge naturalmente, e se afirma nesse processo de subjetivação uma parcela constituinte que resiste à transmissão disciplinar e à homogeneização, abrindo uma possibilidade para escapar de certa condição passiva que se acredita inaceitável. Sempre ouvia dessa jovem: - *Não quero ser abrigada!*. Mas como imaginar resistência na exploração sexual? De certa forma, se a vida lhe impôs tal condição, e ela cria artimanhas para driblar algumas situações e negocia a seu favor, isso é um processo de resistência. Da análise dessa experiência, com essa lente, algumas questões precisam ser postas: até que ponto podemos olhar para essas jovens como vítimas constantes e incondicionais? O que precisaríamos ouvir dessas jovens, que passam por esse tipo de experiência, para enxergamos essa agência em alguns campos de sua vida e considerá-las participativas na rede de proteção? A construção das políticas públicas está considerando as vozes dessas adolescentes e enxergando realmente os seus processos de resistência? As políticas públicas consideram as construções nativas? De que forma as políticas públicas podem se aproximar dessas lógicas e utilizar essa resistência para pensar as situações de abrigo, os modelos de atendimento e demais espaços da rede de proteção? Existe uma lógica que pode ser seguida que se aproxime da lógica de funcionamento da vida cotidiana das jovens? A meu ver existe, mas precisamos primeiro mudar o olhar em diversos aspectos, e as categorias aqui apresentadas possibilitam esse exercício.

Vamos retornar aqui, então, para outras experiências de pesquisa que retratam as construções de gênero de mulheres nativas na Amazônia, para prosseguirmos nesse exercício de aproximação.

Como já citado no estudo de Lasmar (2005), realizado em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, nos primeiros capítulos deste estudo, que considera a movimentação de grupos indígenas de suas respectivas localidades para à cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

Descreve um percurso de transformação que explica a aproximação dos índios ao mundo dos brancos. Propõe-se a gerar no leitor um deslocamento de olhar, privilegiando, os conceitos que destacam a visão que estes próprios

povos têm da sua situação de contato, das relações de gênero e suas reconfigurações no contexto do contato com a sociedade envolvente (LASMAR, 2005, p.39).

Lasmar enfatiza que a regra matrimonial é que um homem deve se casar com uma mulher que fale uma língua diferente da dele, e que a residência é virilocal, ou seja, é a mulher quem se muda para a comunidade do marido, e o sistema de descendência é patrilinear. A autora, de maneira similar a Strathern (2006), trabalha com gênero como metáfora de categorias sociocosmológicas mais gerais, permitindo conhecer, dentro de um grupo específico, como se arranjam as práticas e as ideias em torno dos sexos e dos objetos sexuais.

Nesse sentido, a categoria gênero não seria de ordem analítica e sim empírica, como uma categoria de diferenciação que não se reduz à diferenciação sexual/corporal de pessoas, e sim como motivação empírica para o engendramento de sistemas simbólicos. Destaca uma mudança de padrões e uma subversão da lógica de funcionamento do casamento no qual a preferência das mulheres indígenas, não é mais de homens indígenas de tribos que falem outras línguas, passa a ser a de se casar com homens brancos, muitas vezes, motivadas por deliberação de suas mães. Segundo Lasmar, essa preferência pode ser explicada pelos benefícios econômicos que esse tipo de casamento permite, a partir de um acesso facilitado ao "mundo de mercadorias dos brancos", além de ampliar a rede familiar, de reciprocidade e de circulação dos parentes. Por exemplo, ter uma filha casada com um branco facilita o acesso ao mundo da cidade, do hospital, da escola, etc. Ao mesmo tempo em que transforma o estilo de vida e a corporalidade dessa mulher. A autora argumenta que o casamento com brancos potencializa a capacidade de agência das mulheres, no que se refere aos processos de construção de uma identidade no âmbito da família extensa, a partir da subversão da ideologia de gênero.

Essa análise de Lasmar, além de principal inspiração para este trabalho em relação à ideia de aproximação da lógica de funcionamento das adolescentes, destaca como as mulheres subvertem as relações de parentescos a partir do casamento com brancos e promovem a possibilidade da família ter acesso a bens e serviços.

Na exploração, em uma lógica muito similar, as meninas também promovem esse acesso a bens e serviços, através de sua sexualidade. Esse acesso pela lógica na rede de proteção ainda é um grande desafio. Fazer com que uma adolescente tenha acesso à escola, à

restituição do seu direito, aos atendimentos psicossociais, à responsabilização dos autores da violência, constitui-se sempre em um processo mais longo, burocrático e difícil. Logo, as adolescentes conseguem, de forma relativamente mais rápida e acessível, determinados recursos a partir da rede de exploração do que pela rede de proteção. Ao fazer “um babado” ela recebe imediatamente, na maioria das vezes.

Já na rede de proteção, para receber de um programa social, passa por toda uma burocracia e um tempo de espera, além de ter que cumprir uma série de exigências. Assim, a materialidade de seus direitos também é mais difícil de alcançar, porque muitas vezes as jovens não conseguem funcionar nessa lógica. Matricular uma jovem na rede regular de ensino pode ser algo que acabe por exigir todo um processo burocrático de mobilização da rede, e que muitas vezes fracassa, quando a jovem não se adapta às regras da escola e é interpretada como resistente aos processos normativos, por desacatar colegas e professores.

Nos Centros de atendimento essa acessibilidade também fica prejudicada quando essa jovem apresenta comportamento evasivo, através de vestimentas e falas tidas como inapropriadas para os padrões institucionais. O problema do acesso, portanto, também é uma questão que merece atenção nesta análise, pois muitas vezes, o que as jovens querem não é a exploração sexual, mas acessar aquilo que elas acreditam que precisam. O contato sexual com pessoas por troca de dinheiro, bens e serviços é o meio pelo qual elas conseguem ter acesso ao que precisam. O contato sexual com o outro se dá para ter o acesso. Compreender as categorias gênero e sexualidade abre portas para uma análise, ampla, das representações das jovens em situação de exploração sexual.

Passo a expor mais duas pesquisas que utilizam o gênero como categoria de análise.

A seguir McCallum (1999), em uma pesquisa entre os Kaxinawá ou ‘Huni Kuin’, como eles escolhem ser chamados. São cerca de cinco mil pessoas, falantes da língua pano, que vivem no estado brasileiro do Acre e nas cabeceiras do rio Purus, no Peru. Vivem da agricultura de derrubada e queimada, caça e pesca, além de produzir borracha, artesanato e algum produto alimentício para venda. Os Kaxinawá dão aos jovens condições de se tornar adultos participantes, construindo suas capacidades de reprodução sexual e produção econômica. Quando se inicia o processo de formação, mais ou menos aos sete anos de idade, as crianças são consideradas sexuadas, mas não generizadas.

A base do processo social das comunidades nativas do Baixo Urubamba é a relação homem-mulher. Esta tem como base as capacidades pessoais de homens e mulheres para produzir e reproduzir sua agência.

A autora traz uma discussão sobre a generificação das crianças a partir das habilidades produtivas. A partir de explicações da cosmologia dessa cultura explica como papéis femininos e masculinos são moldados. Revela possibilidades que demonstraram apoiadas em fortes evidências, que relações assimétricas não devem ser automaticamente interpretadas mediante a equação homens dominantes/mulheres subordinadas, uma vez que as posições se alternam conforme as circunstâncias sociais nessa comunidade.

Observando as experiências trazidas por Maccallum (1999), e a realidade das adolescentes em situação de exploração sexual é possível visualizar as relações assimétricas, mas o que está em questão, nesta análise, e o que se busca demonstrar, é essa alternância de posição de dominância e subordinação em algumas de suas ações de resistência e agência. Através do exercício de sua sexualidade, elas utilizam o papel de dominância em alguns momentos, para poder ter acesso, o que indica que podem ter agência em outros campos e relações.

Arisi (2011), aos moldes da Antropologia Reversa⁴⁹, demonstra em uma pesquisa de campo com os Matis (povo que também adota a língua pano, que vive no Vale do Javari, Amazonas), ideias importantes sobre a relatividade cultural. A autora em uma dessas trocas de experiências sobre as diferenças de nossas sexualidades, descreve um diálogo que revela um exercício formidável de relatividade cultural, muito peculiar, e que pode flexibilizar o olhar para se criar estratégias que possam responder questionamentos aqui apresentados:

Mëntuk, uma amiga Matis que tem cerca de 39 anos, mesma idade que eu, perguntou-me quem tinha me aberto, se fora um primo ou meu avô materno. Para ela era uma pergunta comum, para saber quem tinha começado a abrir minha vagina, pois as mulheres Matis passam por uma construção do corpo;

⁴⁹Macedo (2002) considera que na chamada *antropologia reversa*, Roy Wagner propõe a vinculação necessária da invenção da cultura com o aprendizado de como as culturas inventam a si mesmas, numa experiência aberta para a criatividade mútua, em que a "cultura" em que vivemos é contraexemplificada pelas "culturas" que criamos, e vice-versa. Experimentar o mundo é inventá-lo. Tal a ideia de Roy Wagner ao definir a agência humana como uma máquina de símbolos que opera por meio de uma dialética sem síntese entre convenção e invenção. Por sua vez, cultura corresponderia ao modo predominante entre populações no Ocidente moderno, de objetificação dessa experiência sob a forma de um domínio circunscrito de regras, valores e representações artificialmente estabelecidas, contrastado com um fundo universal de realidade, que abarcaria tudo que supostamente preexiste ao domínio cultural. As implicações antropológicas, sociológicas, psicológicas e políticas disso que o autor identifica como nossa grande ilusão.

além das perfurações nasais, auriculares da infância, elas tem a vagina também aberta bem devagar, num processo que se desenrola ao longo de alguns anos, quando um homem com quem ela poderia casar no futuro colocará o dedo em sua vagina. Os encontros se dão quase sempre perto da água, quando a menina está lavando roupa, louça ou banhando-se. Aos poucos, o homem penetrará a pontinha e depois um pouco mais do mesmo dedo, até que depois de alguns anos possa colocar dois dedos, a vagina vai sendo alargada. Essa prática é chamada de “*mëkan tsitekaik*” (perfurar/penetrar com a mão). Só então, depois que for considerada mulher – alguns dizem que apenas depois que o pai ou os irmãos a deixarem; outros dizem que o futuro marido é quem decide – é que a mulher irá ter relações com penetração do pênis, chamado de “*xuí tsitekaik*” (perfurar/penetrar com pênis). Eu respondi que eu tinha sido penetrada direto com o pênis, não fazíamos essa abertura da vagina com o dedo antes. “Como?” Minha amiga Matis não podia acreditar que a gente não se preparava para a penetração do pênis. “E você chorou muito?”, ela perguntou. “Não chorei, mas doeu e sangrou.” “Sangrou? Como sangrou?” Agora era eu quem estava estupefata, rebati a pergunta: “Você não sangrou?”. Minha amiga Matis respondeu que não, ela não sangrara na primeira vez em que um pênis a penetrara. “Pobre Barbara, ninguém te abriu com a mão, por isso você sangrou”, tentou me reconfortar. Para muitos não-indígenas e não-antropólogos, talvez pareça uma enorme violência que a vagina de uma menina seja tocada ou aberta por um homem mais velho, mas para a mulher Matis, isso não era uma violência; violência muito maior era eu ter sangrado e sentido dor em minha primeira penetração com um pênis. É por isso que a “relatividade cultural” de Wagner é tão importante, pois basta trocar de perspectiva entre eu e ela para entender que a violência maior sempre parece estar naquela vivência que não nos é familiar (ARISI, 2011, p. 479).

Essa experiência de Arisi (2011) faz pensar na ideia de relativização de Roberto DaMatta, em uma de suas obras, na qual trata sobre o exercício de relativização no intuito de compreender o universo do *outro* no momento em que o antropólogo vai a campo. Neste exercício, aprendi o quanto é complicado de se entender esse universo, principalmente quando ele está distante. O exemplo destacado por Bárbara Arisi, para uma pesquisadora que saiu do campo da rede de proteção, foi extremamente desconfortável e passei algum tempo para assimilar. Porém, em certa medida, mostrou-me que não devo relativizar tudo que vejo, mas permitiu um exercício muito importante no campo da psicologia e da antropologia: o exercício contínuo de “distanciar” e de “familiarizar”, na medida do possível.

A pretensão desse exercício não é relativizar tudo, mas de usar a relativização para sair do lugar que ocupamos e que comporta muitas crenças interiorizadas como sinônimos de verdade, e que servem de manutenção e controle das pessoas e dos corpos. Muitas vezes ficamos mais preocupados com essa manutenção do que com a criação de

possibilidades, de novas experiências para dar respostas alternativas no enfrentamento da violência sexual, por exemplo. Não precisamos relativizar ao extremo, mas sair do lugar é fundamental, para as relações com os outros e para entender realidades que muitas vezes criticamos sem conhecimento de causa. Ao sairmos do lugar, neste exercício, nos aproximamos um pouco mais do ponto de vista dessas adolescentes e ao fazermos isso, criamos outras possibilidades de olhar, e atuar que pode mudar o campo de relações sociais, principalmente entre os atores da rede de proteção e as jovens.

Portanto, a proposta desse exercício ao(a) leitor(a), foi de propiciar a possibilidade de refletir a partir de uma ótica diferente daquela que lhe parece familiar e aproximá-lo da ótica das jovens. Nesta mesma linha, as reflexões dos autores aqui descritos relacionados com as experiências das jovens, tiveram a intenção de demonstrar que essas categorias, podem nos auxiliar, com os deslocamentos de crenças e ideologias enraizadas em apenas um ponto, e podem nos fazer pensar de outras formas, com outras possibilidades, como com a ideia de agência no comportamento das meninas, pautado em processos emancipatórios. Esse exercício, à primeira vista, parece desconfortável e, na visão mais conservadora, pode parecer um absurdo, principalmente, quando nossas crenças estão estacionadas no polo vítima/agressor. Assim, quando pensamos em outras possibilidades como a alternância entre poder e submissão, por exemplo, na exploração sexual, como um comportamento que se desloca, ora para a submissão, ora para a agência, deixamos de pensar nessa posição cristalizada das meninas como vítimas. Porque elas não são seus comportamentos, elas têm comportamentos, e suas ações não devem essencializá-las como tal. Neste tipo de reflexão, então, podemos pensar o gênero e a sexualidade como categorias que podem nos servir para uma desconstrução teórica e como um pano de fundo para pensar em outras possibilidades de construção e organização das relações entre pessoas.

4.4 Poder e violência: relativização, metáforas e possibilidade de enfrentamento

Para trabalhar poder e violência, gostaria de trazer novamente a experiência de Arisi (2011), sobre sua discussão com a “amiga matis”. Se considerarmos a visão da mulher matis (Mentuk), Barbara: a mulher ocidental passou por uma situação violenta e agressiva em sua primeira relação sexual. Se considerarmos a visão da mulher ocidental (Barbara), Mëntuk: a mulher matis, passou por violência sexual na sua infância. Aqui, temos um exemplo que pode inserir o(a) leitor(a) em um exercício de relatividade cultural. Sugiro que

movimentemos, várias vezes o “caleidoscópio”. Aqui precisaremos relativizar. Sugiro um exercício teórico de relativização do poder e da violência, para retirarmos essas categorias de alguns campos.

O primeiro é aquele distante dos atos extraordinários e horrendos, impensáveis como atos humanos, pois quando pensamos em violência sexual de crianças e adolescentes, situamos o fato, e quem comete o ato, no campo do monstruoso, distante de atos imanentemente humanos.

O segundo campo é aquele que envolve a análise de oposições rígidas, tais como: vítima e agressor; e agência e opressão, aliciador e aliciado.

O terceiro campo é aquele que envolve a banalização da violência. Colocando o ato no campo da naturalização, das falas: “não foi nada”, “é invenção dela”, “é mentira dela!” ou “não vi nada!”. Não pretendo com isso banalizar a visão da violência.

A reflexão neste sentido se moverá entre esses campos, para considerar que adolescentes ocupam outros lugares. Não pretendo com isso relativizar os direitos legais adquiridos por crianças e adolescentes, pois vejo o ECA e as demais leis para proteção de crianças e adolescentes, como direitos importantes em um país com tanta desigualdade social, econômica e política. Portanto, o exercício aqui não é em relação à discussão legal nem sobre direitos adquiridos.

Proponho um exercício analítico, porque geralmente tendemos a naturalizar a violência no cotidiano ou a colocá-la no nível do extraordinário, de não conseguir entender ou alcançar o motivo pelo qual o ser humano é capaz de praticar ato tão espantoso, em se tratando de um assassinato, de uma violência doméstica e, principalmente, de maus tratos contra crianças e adolescentes e situações de abuso e exploração sexual. Quando fazemos isso, colocamos a violência em um lugar tão distante das nossas posições que fica impossível encontrar respostas para abrir algumas frestas, como via de acesso, para entender como ocorre o fenômeno da violência e para compreender as experiências de exploração sexual.

Pretendo também, mostrar que assim como as discussões de sexo e gênero tem pontos de entrelaçamento, às relações de violência e poder também apresentam essas ligações.

Como lembra Zaluar (1999), a etimologia da palavra violência provém do latim *violentia*, relacionado a *vis* e *violare*, e porta os significados de força em ação, força física, potência, essência, mas também, de algo que *viola*, profana, transgredir ou destrói. Assim, *violentia* parece denotar vigor ou força que se direciona a transgressão ou destruição

de uma ordem dada ou "natural". O limite representado por essa ordem e sua perturbação, pela violência, é percebido de forma variável, cultural e histórica.

Já o poder, vem do latim vulgar *potere*, que substitui a palavra do latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, "ser capaz"; "autoridade" (FERREIRINHA & RAITZ, 2010). Dessa forma, na prática, a etimologia da palavra poder torna sempre uma palavra ou ação que exprime força, persuasão, controle, regulação. Estamos falando nestes dois conceitos a partir da sua etimologia e ambos se reportam a movimento, ação, ao ato, a força, a persuasão, mas também a controle e regulação.

Para Wiggers (2000), a partir dos estudos de vários autores, quando nos referimos a palavra violência, esta permite diferentes significados e abordagens o que torna a tarefa do pesquisador do tema um tanto complicada na medida em que aumentam enormemente a variedade dos fenômenos considerados violentos.

Importa ressaltar que essas afirmações que põem em suspenso juízo de valor, também apresentam riscos, verdadeiros campos minados, pois surgem inúmeras possibilidades que deixam o pesquisador em maus lençóis, podendo cair em diversas armadilhas. Chauí (1985) discute a violência destacando a assimetria, a desigualdade, mas também, a polaridade como se pretende destacar aqui.

Wiggers (2000) enfatiza em sua dissertação duas formas de abordar a violência. A primeira é a dos autores que a tratam como *anomia*⁵⁰ e parte do princípio de que atitudes agressivas contra o ser humano e/ou contra a propriedade provocam a quebra das relações e o caos social. E a segunda é aquela considerada *constituidora*⁵¹ que já faz parte da organização da relação das pessoas e, portanto constituidora das relações sociais.

Ela destaca vários autores, dentre eles Adorno (1995), que foca em uma retrospectiva do passado brasileiro e que assinala que em muitos momentos, a violência foi usada para resolver conflitos de diversas ordens.

Esse autor destaca o caráter costumeiro, institucionalizado e de imperativo moral que ainda permeiam ações violentas na sociedade brasileira contemporânea. Por esta via de interpretação aponta para ideia de que a violência não é episódica:

Apontam para uma conclusão inversa: trata-se de fatos rotineiros, cotidianos, com larga aceitação entre diferentes grupos da sociedade. Parece haver uma

⁵⁰ Entre estes autores podemos citar Arendt (1985), Adorno (1995), Chauí (1985).

⁵¹ Entre os autores que assumem este tipo de abordagem temos Gregori (1993), Grossi (1996), Rifiotis (1996).

inclinação da sociedade para reconhecê-los como ‘normais’, como se fossem meios naturais de resolução de conflito seja nas relações entre classes sociais seja nas relações intersubjetivas (ADORNO, 1995 p.321).

Adorno (1995) e Wiggers (2000) apontam o caráter constituidor que a violência frequentemente assume em diversos segmentos da sociedade brasileira. Destacam muitas situações em que a violência é pensada como uma forma legítima de se resolver conflitos de ordens diversas. Mostram algumas concepções teóricas que procuram explicar e desconstruir esta “naturalização”, defendendo que ela só acontece por causa das desigualdades sociais, pela má distribuição de renda, falta de escola para os jovens, o não acesso à justiça por todos indistintamente. Neste caso, autores que defendem esses argumentos retiram dos atores sociais a responsabilidade por seus atos e os explicam como resposta a um estímulo externo. Com esta posição a concepção de violência se torna negativa, retirando dos atos violentos a possibilidade de configurarem-se como formas de resolução dos conflitos e remetendo essa função ao aparelho judiciário. Para aqueles que defendem essa concepção, é mediante a cultura política democrática que se torna possível desconstruir a linguagem que naturaliza e normaliza a violência.

A meu ver essa discussão trazida por Wiggers e Adorno destaca um ponto nevrálgico nessa tese, porque se encontra com a ideia de vulnerabilidade. Geralmente para rede de proteção esse é um ponto crucial também, porque as condições de vulnerabilidade colocam as pessoas em posição complicada no campo das relações sociais, porém com esse posicionamento acabamos em muitas de nossas ações por demarcar uma posição essencializadora, reduzindo adolescentes de exploração sexual à sua vulnerabilidade.

Para Chauí (1985), a violência não é uma violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas sim a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, que se efetiva na passividade e no silêncio. Ela se mostra ligada ao poder, pois se um domina de um lado, do outro está o sujeito dominado, ou seja, fica estabelecida uma relação de forças em que um polo se caracteriza pela dominação e o outro pela coisificação. Porém, nem a violência nem o poder são fatores naturais, intrínsecos ao ser humano.

Foucault (1985) destaca o poder como um modo de ação que age sobre outra, uma ação sobre ações eventuais, atuais e futuras. O poder, assim, é um conjunto de ações sobre ações possíveis, uma relação que só existe como tal e opera sobre o campo de possibilidade em que inscreve o comportamento dos sujeitos ativos. Ele incita, induz, desvia, facilita ou

torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável, no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre as ações.

O poder não é onipotente, onisciente, pelo contrário! Se as relações de poder produziram formas de inquérito, análises dos modelos de saber, é precisamente porque o poder não era onisciente, mas que ele era cego, porque ele se encontrava dentro de um impasse. Se agente assistiu ao desenvolvimento de tantas formas de vigilância, é precisamente porque o poder continuava impotente (FOUCAULT, 1985, p. 629).

Para Foucault (1987), o poder se torna uma ação de alguns sobre outros, que ocorre em momentos específicos possibilitados pelos enfrentamentos das forças. As configurações de força permitem que, em momentos distintos, alguns exerçam poder sobre os outros. Utilizando a imagem da rede de pesca, é como se um ou vários de nós estivéssemos mais alto do que os demais e os que estão em cima pudessem agir sobre as ações dos que estão embaixo.

Esse filósofo ao trabalhar com a genealogia do poder enfatiza que este não possui um termo geral. Não existe uma teoria geral do poder, ele não é algo que se encontra historicamente formado e dominado por determinado grupo ou instituição dentro do aparelho do Estado.

Aqui, neste ponto da análise, sugiro que o(a) leitor(a) gire o “caleidoscópio” para visualizar novas configurações.

A partir de Michel Foucault podemos inferir que em alguma medida, as adolescentes transitam em dois polos? Darei minha resposta. Acredito que sim. O primeiro polo da submissão, que pode envolver uma série de consequências, desde uma lesão corporal, que é pouco relatada pelas jovens de exploração sexual, a ocorrência do que é mais comum em casos de exploração sexual como doenças sexualmente transmissíveis, ou gravidez precoce ao se envolverem com seus parceiros, além da falta de perspectivas futuras, voltadas para projetos de vida que envolva a profissionalização formal. Por outro lado, quando estão no polo do poder, essas têm muitas vantagens como: benefícios financeiros imediatos, contribuição para a renda familiar, acesso a bens, favores e serviços, entre outras possibilidades.

No campo da rede de proteção, quando consideramos adolescentes como sujeitos de direito e a possibilidade do seu protagonismo, podemos considerar que isso possa ocorrer na rede de exploração sexual?

Nesse caso, apesar de muitos autores defenderem a ideia da predominância de poder dos exploradores sobre as jovens, observamos também a presença de poder propiciada pela possibilidade de agência das adolescentes, através de diversas trocas que envolvem os polos poder/submissão.

Bourdieu (2001) traz a noção de campo de poder, cujo ponto central é à relação de mão dupla entre as estruturas objetivas dos campos sociais e as estruturas incorporadas, o que o autor denomina de *habitus*. Afirma ser necessária a presença de universos nos quais as estruturas objetivas sejam capazes de se reproduzir nas estruturas mentais. Esses campos de poder se reproduzem tanto nas ações das redes aqui discutidas, como nas ações das adolescentes. Portanto, o *habitus* é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital, pelo qual se indica a disposição incorporada e quase postural de um agente, os princípios geradores e organizadores de suas práticas, captados quando da sua ação. Trata-se de um saber prático das leis tácitas de funcionamento social, adquiridos pela socialização praticada em um determinado campo, ou espaço social global.

O *habitus*, segundo Wacquant (1992), é uma composição de relações históricas depositadas nos corpos individuais sob a forma de esquemas mentais e corporais de percepção, compreensão e ação, ao passo que um campo de poder é composto por um conjunto de relações históricas e objetivas, relacionadas a certas formas de poder (tipos de capital). Percebe-se, portanto, que ao considerar as relações de poder sob a perspectiva de Bourdieu (2001), devem-se compreender as estruturas objetivas presentes nos campos sociais e as estruturas incorporadas (*habitus*) aos sujeitos. Assim, indagam-se quais são estruturas incorporadas no *habitus* das jovens em situação de exploração sexual? E como isso foi construído ao longo do tempo?

Para Foucault (1987), essa resposta constitui uma análise envolvida no ato de tornar um indivíduo ou uma arena conhecível, na qual se efetivam processos mediante os quais eles são conhecidos; como esses processos são estabelecidos e utilizados; e quais são os seus efeitos. O autor enfatiza as técnicas por meio das quais os seres humanos tentam compreender eles mesmos e os outros. Essas técnicas não devem ser consideradas como

preestabelecidas, mas como constituídas historicamente pelos discursos, não importando, para Foucault, sua veracidade ou falsidade, se o conhecimento que geram é objetivo ou subjetivo.

Bourdieu (2001) trata o poder com a introdução da noção dos sistemas simbólicos, sistemas de comunicação e conhecimento, cujo poder serve à construção da realidade, que tende a estabelecer um sentido imediato do mundo social, ou seja, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, da causa, tornando possível a concordância entre os atores sociais. A língua, as culturas, o discurso ou a conduta, por exemplo, funcionam como intermediários estruturados construídos para explicar a relação entre objeto simbólico e sentido.

Em conversa com uma jovem, esta me informou que não gostava de fazer programa, o que ela gostava era de “ter as coisas”, do acesso às possibilidades, aos bens e serviços que ela precisava para se manter. A via de acesso a isso era o uso do seu corpo, como já tratado anteriormente. Essa ação se torna parte da sua forma de se movimentar no mundo, já que não surgem outras possibilidades. Ela descrevia suas articulações e artimanhas, de como conseguir os bens necessários para satisfazer as necessidades cotidianas. Dentre essas necessidades estavam os artigos alimentícios, celulares, roupas, sapatos, etc. Ela descrevia como mantinha suas relações, sua agenda de celular e suas articulações como algo que já fazia parte do seu sistema simbólico, e que apresentava sentido para seu mundo social. Era um tipo de articulação que envolvia não somente sua vulnerabilidade, mas seu poder e artimanhas de obter vantagens materiais e algum poder simbólico (imaterial).

No caso dessas adolescentes, no universo em que se inserem, os fins, suas necessidades, são dominados pelos meios, a exploração sexual. Descrição similar a um dos pontos da obra Hannah Arendt, sobre violência política.

Uma vez que a violência – distinta do poder, força ou vigor – necessita sempre de instrumentos (conforme afirmou Engels há muito tempo atrás), a revolução da tecnologia, uma revolução nos processos de fabricação, manifestou-se de forma especial no conflito armado. A própria substância da violência é regida pela categoria meio/objetivo cuja mais importante característica, se aplicada às atividades humanas, foi sempre a de que os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e que são necessários para alcançá-los (ARENDETT, 1985 p.4).

Essa reflexão fornece um referencial teórico, a partir da filosofia política, para entender o fenômeno na sua complexidade e amplitude. Principalmente, de como isso se

reproduz no meio social. O conceito de Hannah Arendt, apesar de ser político, e se aplicar de maneira específica nesta pesquisa, embasa a compreensão da ideia de inter-relação entre a violência e o poder e de como nessa forma, os meios acabam dominando os fins.

Nesse campo político existem outras discussões que envolvem a violência sexual, principalmente no campo conceitual. Deste modo, abordaremos dois pontos. O primeiro, para pensarmos as discussões conceituais que ainda causam muitas polêmicas e confusões entre os estudiosos da área. E o segundo, sobre as discussões que ocorrem no campo político, no Brasil, sobre as ideias de autonomia, consentimento e formas de prostituição que é um fenômeno similar e muito parecido com a exploração, que faz com que as pessoas interpretem muitas situações de exploração pela lente da prostituição. Vamos a um exemplo:

Piscitelli (2014) destaca uma definição de exploração sexual do CNJ:

A exploração sexual é o meio pelo qual o indivíduo obtém lucro financeiro por conta da prostituição de outra pessoa, seja em troca de favores sexuais, incentivo à prostituição, turismo sexual, ou rufianismo. Isso é crime! Saiba mais no (CNJ, 2014, p.2).

A autora destaca que as indefinições legais e confusões conceituais contribuem para que essas três definições: tráfico de pessoas, turismo sexual e exploração sexual são com frequência, considerados como sinônimos.

Para Lowenkron (2015), os princípios de autonomia da vontade e liberdade individual têm encaminhado de maneira contundente não apenas a regulação jurídica da sexualidade no contexto político transnacional ocidentalizado contemporâneo, baseada no paradigma dos direitos humanos, mas também as sensibilidades sociais e políticas em relação à violência.

Vigarello, (1998), Maqueda (2009) e Lowenkron (2015) destacam posicionamentos de movimentos no Brasil, no qual ocorre a troca dos antigos argumentos ligados à imoralidade, a lascívia, ao pecado pela violação de direitos associados, por exemplo, a violência, e violência dos direitos legais. Para Lowenkron (2012), o elemento principal, nestas discussões e a centralidade atribuída ao consentimento na definição da legalidade/ilegalidade ou legitimidade/ilegitimidade dos comportamentos sexuais.

Vigarello (1998) destaca que esses movimentos pensam a prostituição como símbolo da violência sexista, formando a partir de discursos das mídias que incluem no espetáculo, que inicia na pornografia e culmina na prostituição. Nessa linha de pensamento

está inclusa a exploração sexual porque nela se obtém prazer sexual mediante a utilização da sexualidade de outra pessoa, anulando os seus direitos à dignidade, igualdade, autonomia e bem estar. Essa versão nega qualquer forma de prostituição livre e o direito a prostituir-se, percebido como contrário aos direitos humanos universais. Por esse motivo, o abolicionismo radical pretende penalizar o cliente, culpável de violentar os direitos humanos das mulheres.

Para Piscitelli (2013), o exercício da prostituição se divide em quatro formas: a primeira é a proibicionista, que considera a prostituição um delito e penaliza todas as atividades a ela vinculadas e todas as partes envolvidas, incluindo as prostitutas, consideradas delinquentes. É o modelo mais repressivo, adotado por países como os Estados Unidos, Arábia Saudita e Tailândia. Neste modelo a prostituição é ilegal e se considera criminoso tanto quem vende como quem paga por serviços sexuais. Isto tende a conduzir as prostitutas a uma dependência total de terceiros, devido ao grau extremo de ilegalidade concedido à prostituição.

A segunda é a regulamentarista, na qual a prostituição é aceita, mas é vista como ameaça a saúde pública, a prostituição é controlada por regras do Estado para garantir a ordem, a saúde, a moral e a decência.

A terceira é trabalhista e seu foco se dá nos direitos laborais e nas condições de trabalho.

Já no modelo abolicionista, a ilegalidade recai sobre terceiros, como agenciadores, proprietários de bordéis, que organizam e se beneficiam da prostituição. Com isso, a atividade se torna ilegal na prática. E como consequência, este modelo acaba situando as prostitutas em um estado de ambivalência legal, podem trabalhar, mas seu trabalho permanece no âmbito do proibido. Este modelo é o mais difundido entre os países da União Europeia e da América do Sul, como Brasil e Argentina.

Podemos ver que esta última forma retira todo o processo de autonomia das pessoas que passam por esta experiência. Nos casos de exploração sexual, ocorre avaliação de forma similar e as pessoas são reduzidas a vítimas. Portanto, apontamos possibilidades diferentes de análise no campo teórico-acadêmico e de lidar com a questão no campo da rede de proteção, por exemplo. Se olho para a violência por outro ângulo, vou enxergar outras construções que refletirão em outras formas de agir. O exercício, aqui, visa elaborar um processo de desconstrução e reconstrução, com a perspectiva de buscar novas reflexões,

diferentes daquelas apenas relacionadas com o eixo vítima/agressor, para propiciar outras possibilidades de olhar e/ou agir.

Ressalto, neste ponto, a análise de Gregori (1993), originada dos estudos feministas, no campo da violência doméstica.

A autora aborda conflitos conjugais enfocando o papel da mulher no jogo que se estabelece na relação conjugal. Mostra que a mulher também exerce o papel de protagonista na relação, e não simplesmente vítima passiva de seu companheiro. “É preciso se indignar e se contrapor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho mais profícuo parta da pressuposição de uma dualidade entre vítima e algoz — em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de ação) e o segundo a uma atividade destruidora e maniqueisticamente dominadora” (GREGORI, 1993, p.167).

Esse significado trazido por Gregori é inserido na análise dessa pesquisa sobre exploração sexual e se desloca, convergindo para outro ponto já iniciado em outras discussões, para uma possibilidade de pensar a construção dessas jovens em outro lugar, em outro papel, pelo menos em alguns momentos de suas ações.

A antropóloga Veena Das (1999) trabalha a violência que se expressa nas formas culturais de enfrentamento que se mostram aceitáveis. A partir de suas investigações em um Estado da Índia chamado Gujarat, que faz fronteira com o Paquistão, encontrou famílias que haviam imigrado à Índia, refugiadas de diversas regiões do Punjab. Essas famílias compartilharam, por décadas, com a antropóloga, suas memórias e seus testemunhos da violência à época da Partição⁵². Este "evento crítico" caracterizou-se pela violência entre mulçumanos, hindus, sikh e diversos grupos étnicos. Uma das histórias recorrentes na Partição foi o rapto e a violação das mulheres.

Veena Das efetuou uma paciente aproximação etnográfica, na qual os relatos de violação, as reestruturações familiares, os testemunhos de violência se encontravam também com uma memória que, simultaneamente, se silenciava sobre o acontecido e se manifestava nas relações sociais, transformando as relações de parentesco. Uma década após, em 1984, Das se deparou com a violência contra os Sikh em Delhi, quando do assassinato de Indira Gandhi, então Primeira-Ministra da Índia. Às memórias dos eventos violentos de 1947, presentes mesmo que sob forma de um "conhecimento venenoso", somavam-se violências súbitas, dirigidas contra os *Sikh*, organizadas com a conivência do Estado, mas praticada por grupos ilegais, geralmente em forma de motins (PEREIRA, 2010, p.92).

⁵²Divisão territorial efetuada pela Índia e Paquistão em 1947, pouco tempo após suas independências político-administrativas do império britânico (VEENA DAS, 2010).

Com relação à violência, esta autora utiliza a metáfora do "conhecimento venenoso", para descrever como algumas mulheres agem sobre o sofrimento a elas imposto. Ao conversar com as mulheres raptadas e violadas durante a Partição, indagando sobre suas experiências, percebeu uma zona de silêncio, quando questionava sobre os fatos mais brutais. Surgia, neste ponto, uma linguagem metafórica que se valia de figuras de linguagem para escapar de narrar diretamente sobre a questão. As mulheres empregavam a metáfora de uma mulher que bebia veneno e o mantinha dentro de si, com um conhecimento que se manifestava no cotidiano e nas formas de perceber a vida, construindo um mapa das relações sociais, permitindo a essas mulheres atuar com as experiências violentas no cotidiano, na reconstrução do dia-a-dia. Essas mulheres eram, então, testemunhas silenciosas, que atuavam utilizando o "trabalho do tempo" sobre os relacionamentos familiares, num processo contínuo de reelaboração ou reescrita.

Assim, ela analisa o silenciamento do sofrer, mas considera também as resistências através das reconfigurações para outros usos que são dados para essa experiência.

Em uma série de movimentos que nos últimos anos foram reforçados por uma sofisticada discussão sobre “o descenso ao cotidiano”, segundo o qual a violência é novamente capturada por meio de uma análise das “pequenas mortes” da vida no dia a dia, a pensadora busca compreender os modos de “habitar o mundo”, enfatizando as experiências ordinárias das pessoas comuns que embebem profundamente os eventos no conjunto de gestos e de relações que permitem ao “mundo”, penetrar nos recantos mais escondidos das formas de vida. Com isso, demonstra a inutilidade, para se compreender a agência, do esforço para subtraí-la da materialidade ordinária em que se refaz o fluxo da vida, das temporalidades capazes de absorver o evento e de lhe dar sentido (MISSE, et. al, 2012, p.335.).

Seguindo proposta similar à análise de Veena Das (1995), procuro realizar uma aproximação com as experiências das jovens também para compreender como “habitam o mundo”, através de suas experiências ordinárias.

Não se observam, por esse ângulo, as experiências relacionadas à troca do sexo por dinheiro, bens, favores e serviços, que estão presentes nas consciências como acontecimentos, mas, como são incorporados na estrutura temporal das relações.

As violações inscritas no corpo feminino (literal e figurativamente) e as formações discursivas em torno dessas violações, tornaram visível a imaginação da nação como uma nação *masculina*. O que isso fez à

subjetividade das mulheres? Precisamos perguntar não só como a violência étnica ou comunal foi perpetrada por atos de violação específicos de gênero, como o estupro, mas também como as mulheres tomaram esses signos nocivos de violação e os reocuparam através do trabalho de domesticação, ritualização e re-narração (DAS, 2011, p.1).

Relacionando a análise de Veena Das com as experiências desta pesquisa sobre exploração sexual, em alguma medida, a violência se apresenta e é sentida nas experiências das jovens. Mas a partir disso, os casos de exploração são transformados em ações do dia-a-dia, no conjunto de ações do cotidiano. Não se trata de passividade cega a posição das meninas, como se elas não tivessem a noção da violência que lhe é infligida. Pois, de uma forma ou de outra, o desconforto da violência sempre aparece, portanto não se trata de negar a violência que se constata.

Sua aproximação com a exploração é o que dá para fazer, dentro das suas condições a partir de recursos possíveis. E um recurso acessível para elas é o próprio corpo. Veena Das nos interessa, aqui, porque não olha somente para o lado negativo dos eventos críticos ou da violência, mas olha como as mulheres transformam esses eventos, também, em resistência, e como se reinventam a partir dessas experiências marcadas também em seus corpos, através de um protagonista chamado tempo.

A autora analisa como as mulheres protagonizam, através de metáforas, as alterações no decorrer do tempo, de como transformam e tecem a violência da vida cotidiana, digerindo, transformando e cuidando da casa. Nesse caminho elas retiram a violência ocorrida no campo do monstruoso e inconcebível e colocam em outros lugares, com a utilização de metáforas para lidar com o fato.

Aqui, a metáfora do “conhecimento venenoso,” de Veena Das (1999), é aplicada em um exercício similar à metáfora do “babado”, que suaviza a conotação negativa e pejorativa que a troca do sexo por dinheiro, bens, favores e serviços recebe em nossa sociedade. Substitui também o desconforto do lugar de vítima de exploração sexual. Porque o lugar de vítima, a condição de estar no lugar de explorada não é confortável, e muito menos a condição da prostituta, como algumas pessoas enxergam a exploração sexual.

Nesse mesmo campo de abordagem, convido o(a) leitor(a) a outro exercício:

Primeiramente, observe as seguintes afirmações: a rede de proteção e a rede de exploração lidam de forma diferente com a exploração sexual. A primeira trabalha com fatores de como as experiências relacionadas à troca do sexo por dinheiro, bens, favores e

serviços estão presentes na consciência como acontecimentos e como enfrentá-los. Já na rede de exploração eles são incorporados na estrutura relacional, temporal, cotidiana e material das relações. Assim, nessa segunda rede os resultados e benefícios que as jovens recebem através das trocas são materiais e fazem a diferença em curto prazo nas suas vidas.

Desse modo, solicito ao(a) leitor(a) que tente se colocar na condição de adolescente em situação de exploração sexual.

Como você se sente? O que isso representa e quais as possíveis formas de enfrentamento para você? Para a rede de proteção o enfrentamento é materializado em atendimentos psicológicos, psicossociais, efetivação da denúncia na delegacia, de atividades de prevenção, dentre outras. Como você se sente passando por estes processos? Esta então é a lógica da rede de proteção. Nessa rede se lida com a forma como esses fatores repercutem na consciência, na história de vida e na subjetividade, e como enfrentá-los.

Na rede de exploração sexual, o que existe de fato são as ações, os resultados rápidos e materiais. A exploração é incorporada juntamente com as soluções de problemas do cotidiano, na via da necessidade. Não é, na maioria das vezes, questionado, mas feito.

Ao pedir que o(a) leitor(a) se coloque no lugar da jovem sei que posso situá-lo (a) em uma posição desconfortável e/ou impossível de vivenciar. Mas somente o desconforto de tentar e de não conseguir ocupar esse lugar já vale o exercício, para tentar absorver uma noção sobre o ponto de vista das adolescentes e essas diferenças entre as redes, que também possuem seus entrelaçamentos e dependências.

Aqui, podemos afirmar que há várias relações, entre as jovens, a rede de proteção e a rede de exploração. Desse modo, recorreremos novamente a Veena Das, que discute a mútua dependência entre o Estado representado pela rede de proteção, e as jovens e a rede de exploração que atuam nas margens. E essas margens demonstram também muitas possibilidades e articulações criativas que merecem atenção:

A obra de Das tem despertado cada vez mais interesse no Brasil, em especial na área dos estudos do conflito e das comunidades desfavorecidas, particularmente por conta de sua forma muito peculiar de articular uma mútua dependência entre Estado e margens. De fato, como escrevem ela e sua colega da Johns Hopkins Deborah Poole na apresentação de *Anthropology in the Margins of the State* (seu livro mais conhecido no Brasil), “a margem é o lugar a partir do qual [é possível] entender o Estado” e é também o lugar de reconfiguração do Estado – pois, dizem, “as margens não são inertes”. É assim, na articulação entre esses, digamos, “vasos

comunicantes”, que tem surgido uma inovadora contribuição para a sociologia e a antropologia em várias áreas (PEREIRA, 2010, p.337).

Nesse ponto da discussão, as indagações de Veena Das, vão ao encontro de outras intenções deste estudo, principalmente porque discute aqui algumas das linhas tênues que separam as lógicas de funcionamento da rede de exploração e as experiências das jovens que estão à margem, e a rede de proteção que efetiva as ações das políticas públicas de Estado.

Esse trabalho também desenvolve reflexões a partir da fronteira entre antropologia e psicologia, entre a rede de proteção e a rede de exploração, entre meu papel de pesquisadora e o de psicóloga. As fronteiras, nesse aspecto, permitem pensar diversas possibilidades para além daquelas existentes.

A proposta de discutir a partir das margens se apresenta com as ideias de fronteira ou de encontro entre duas ou mais visões, ou pontos de vista. Também, lembra uma condição marginal das adolescentes em situação de exploração sexual, em nossa sociedade tratadas como “molecas enxeridas”, assim como, um ponto de convergência ou divergência entre diversos modos de pensar, ou entre diferentes áreas do conhecimento e que, por essa razão, acaba sendo condição propícia para novas possibilidades de reflexão.

4.5 O que vem com o exército do “caleidoscópio”

Nas análises expostas nesta pesquisa, percebemos que as diferenças entre os gêneros são muitas vezes hierarquicamente analisadas, ordenadas, e visualizadas pelas lentes do discurso dominante, ao invés de serem ordenadas entre os discursos internos de determinado contexto. Ao fazer esse deslocamento, nos permitimos também realizar uma analogia com a condição das jovens e deslocá-las da condição de vítima, para vislumbrarmos outras possibilidades de autonomia para as mesmas.

Ao incorporar agência humana, por suas formas serem sempre construídas cultural e politicamente, as relações de gênero, através da sexualidade, trazem relações e práticas de poder para o centro das análises. Com esta concepção, tais relações, na mesma medida em que tendem a ser reproduzidas, podem também ser modificadas por meio de discursos e práticas diferentes dentro das construções locais.

Ortner (1996) destaca que o gênero ganha uma importância porque é, ele próprio, um sistema de prestígio, um sistema de discursos e práticas, que constroem masculinidades e

feminilidades, não somente em termos de papéis diferenciais e significados, mas também em termos de valor e prestígio diferencial. Portanto, nesta tese sobre aproximação das experiências de exploração sexual, o gênero e a sexualidade são utilizados como lentes diferenciadas, para uma reflexão que desloca a posição das meninas de um ponto em que as enxergamos como vítimas, apenas numa condição de submissão contínua, para outros pontos em que podem transitar, em posições de poder.

Ao discutimos sobre essa movimentação de ações que ocorrem nos polos da violência e do poder, situamos o poder e a violência no âmbito das ações, e essas ações podem transitar e se modificar. Portanto, todos os atores sociais envolvidos nessas relações podem passar pelos polos da violência e do poder, não somente as jovens que vivenciam as experiências de exploração sexual. Mas, que novas possibilidades surgem dessas formas de olhar? O que fazer com essas reflexões?

Esses são questionamentos que envolvem novos direcionamentos e pensamentos e um exercício de aproximação. Se não escutarmos, se não desvelarmos o véu que impede o acolhimento de uma visão diferente, se não trocarmos a lente, se não tentarmos chegar o mais perto possível dessas experiências, por mais estranho ou moralmente inaceitável que pareça, por mais banal, corriqueiro ou ordinário que se mostre, vamos sempre voltar para a mesma posição de reduzir o valor dos processos de agência, protagonismo e ação, do qual somos capazes, para continuar seguindo os mesmos padrões dentro dos quais fomos educados e colonizados. Vamos continuar repetindo discursos e práticas distantes de nossas vivências mais autênticas.

CAPÍTULO V - O “CALEIDOSCÓPIO” E O SEGUNDO PILAR DE CATEGORIAS TEÓRICAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Há mestres de sabenças ancestrais, como os avós, e mestres de saberes ligados ao embrião da humanidade, as crianças, aquelas que nascem mais para ensinar do que para aprender. “Por isso, perguntar para uma criança o que ela quer ser quando crescer é uma ofensa. Como se ela fosse receber um crachá de ‘ser’ só quando adulto. Isso é apagar o que ela já é.

Ailton Krenak

Neste capítulo, trabalharemos com o segundo pilar de categorias que envolvem as discussões deste estudo. Abordaremos as categorias infância e adolescência, consentimento, rede e território, relacionadas, principalmente, às experiências de pesquisa de campo. Pedimos ao(a) leitor(a) que continue no exercício do “caleidoscópio”.

Iniciaremos pelas noções de infância e adolescência, numa perspectiva antropológica, como um ponto de reflexão sobre como crianças e adolescentes são construídos e vistos neste campo, e em nossa sociedade. Em seguida, trabalharemos a categoria consentimento, que se relaciona com as ideias de autonomia e vulnerabilidade. Por último, abordaremos as categorias rede e território, que estão presentes na lógica de funcionamento das redes e no cotidiano das jovens, seguindo-se uma descrição dos pontos de exploração e de alguns dados quantitativos que mostram o contrastante número de atendimentos a casos de abuso, quando comparados ao número de atendimento a casos exploração sexual, realizados nos equipamentos da rede de proteção em Manaus.

5.1 A concepção de infância e os polos do consentimento

Nesse ponto, veremos como as categorias infância e adolescência são consideradas como uma construção que varia de acordo com o tempo e o contexto em que são concebidas. Iniciaremos esta abordagem pelos primeiros estudos, que começam com Boas (2005), Bateson & Mead (1942), Mauss (1931) e Durkheim (1978), que foram os primeiros a tratar do assunto de forma introdutória. Estas contribuições apesar de descontinuas e pontuais, desencadearam algumas das discussões no estudo sobre crianças e adolescentes, nos campos da antropologia, da pedagogia e da sociologia.

Os estudos mais discutidos na antropologia que destacam as crianças e adolescentes como foco principal foram realizados nas décadas de 1920 e 1930, por antropólogos norte-americanos ligados à Escola de Cultura e Personalidade, especialmente os de Margaret Mead (1928). A antropóloga e psicóloga, conduzida por seu professor Franz Boas, procura verificar se os impasses e os comportamentos de rebeldia dos adolescentes norte-americanos eram uma faceta universal desse momento do ciclo de vida. Analisa as condições e a experiência da adolescência em Samoa⁵³ e chega a conclusão que os conflitos e as rebeldias juvenis americanas são dados culturais, não explicáveis por determinantes biológicos. Para ela, a ideia de adolescência não é universalizável, e deve ser definida dentro de um contexto. Além disso, demonstra que, em Samoa, esse é um período de liberdade e que, vivendo em uma cultura homogênea, as meninas precisam fazer menos escolhas, e por isso vivem menos conflitos.

Mead (1928) toma como base a cultura norte-americana e tenta explicar pela via da cultura o comportamento dos não adultos. O que faz com que se posicione afirmando que: “Esses estudos estão marcados pela cisão entre vida adulta e a da criança, e remetem a uma ideia de imaturidade e desenvolvimento da personalidade madura”. O que reafirma a sua posição, por prever um “adulto ideal” como “fim último do processo de desenvolvimento”.

É possível que, nesse sentido, os adolescentes de todas as culturas sejam submetidos a "ritos de transição". No ocidente, essa passagem ocorre a partir da mudança biológica, ou seja, a perda da infantilidade, família de proteção e carinho, endogamia, laços de intimidade, no passado. É a passagem para a vida adulta, laços formais, casamento, responsabilidade, autonomia e trabalho.

A passagem para a idade adulta é caracterizada pela passagem da ignorância ao conhecimento. Este por sua vez, encontra-se ligado à sexualidade, ao mundo do trabalho, que para o mundo da criança se constituem em um mistério. É uma passagem que se dá durante essa transição vital chamada "tempo da adolescência", e sempre envolve uma morte (na infância) e um renascimento para dar lugar à outra idade, a vida adulta.

O trabalho de Mead, mais tarde, veio a ser questionado por Derek Freeman (1983), quando foi às ilhas e não reconheceu no que viu o que havia lido nos trabalhos dela. Sua crítica envolve dois pontos: o primeiro, de que ela estaria tão deslumbrada pela vontade

⁵³Polinésia localizada na Oceania. Sua independência da Nova Zelândia ocorreu em 1962; entre 1918 e 1945, a ilha foi território alemão, embora administrado pela Nova Zelândia, segundo decreto da Liga das Nações (BERG, 2014, p.106).

de demonstrar a particularidade cultural da adolescência e o contraste com os Estados Unidos, que teria exagerado na liberdade das adolescentes de Samoa; o segundo é metodológico, no qual afirma que ela não teria passado tempo suficiente em Samoa e entre os adolescentes, e teria levado suas informantes a dizer o que ela queria ouvir. Sua crítica lhe dá popularidade, e inicia uma polêmica que permanece até hoje, reproduzida nas discussões da academia, principalmente no campo da antropologia.

Um segundo momento dos trabalhos na antropologia se configura pelas pesquisas dos antropólogos britânicos marcados pelas preocupações da escola estrutural-funcionalista fundada por Radcliffe-Brown. Esta escola nega o psicologismo que, como afirmam em suas críticas, as definiriam. Não se interessam pela formação da personalidade ideal, mas sim pelas práticas e o processo de socialização dos indivíduos. Essa vertente dá ênfase à delimitação dos papéis e relações sociais envolvidas nesses processos que embasam e realizam essas práticas.

No estrutural-funcionalismo, as sociedades são entendidas como um sistema de papéis e relações sociais que podem ser observados, descritos e analisados pelo pesquisador. Esses papéis definem o lugar do indivíduo na sociedade, e estão ligados a outros, conformando assim uma totalidade social a ser reproduzida indefinidamente. [...] Com esses pressupostos, a criança dos estudos estrutural-funcionalistas se vê relegada a protagonizar um papel que não define. Suas ações e representações simbólicas não precisam ser estudadas, portanto, para que se defina seu lugar no sistema: são dadas pelo próprio sistema. (...). Recusa-se às crianças, portanto, uma parte ativa na consolidação e definição de seu lugar na sociedade: elas são vistas como um receptáculo de papéis funcionais que desempenham ao longo do processo de socialização, nos momentos apropriados (COHN, 2005, p.15).

Por essa visão, existem alguns autores que enfatizam que a antropologia continua sem dar atenção a contribuições importantes do estudo da infância e adolescência. Porém, no meio dessas críticas começam a surgir trabalhos que destacam o papel das crianças e conseguem identificar suas excepcionalidades como atores sociais, pela forma como elas constroem e recriam suas atividades. O que torna a sua participação na interação social um ponto a ser investigado com maior atenção, pois, segundo esses autores, as crianças continuam a ser vistas em um segundo plano, como passivas.

Esses fatos influenciaram a criação de um grupo de interesse sobre a infância. James & Prout (1990) e a obra “*Childhood as Social Phenomenon*”, de Qvortrup (1993), aparecem como um divisor de águas. É a partir daí que a criança começa a ser vista como ator

social, sendo reconhecida por sua capacidade de agência que direcionam possibilidades de investigação.

Cohn (2013) trata do incômodo na antropologia ao falar sobre crianças, que se dá pelo fato da antropologia se deparar com problemas que dizem respeito a mecanismos cognitivos e ciclos de desenvolvimento, supostamente universais, assuntos que foram tratados pela psicologia e pelas ciências da educação. No livro “Antropologia da criança”, Clarice Cohn (2005) demonstra, a partir de um levantamento da literatura disponível, “que é possível não apenas empreender uma nova abordagem antropológica sobre a criança, mas também reencontrar, em diversos momentos da história da disciplina reflexões reveladoras sobre o tema”.

Segundo essa autora, o grande desafio para uma antropologia da criança se dá em como apreender o ponto de vista dela sobre a sua realidade social. Será que nós adultos, conseguimos apreender como as crianças pensam? Para Clarice Cohn, “A criança não sabe menos, ela sabe outra coisa”.

Com relação a esse desafio, Cohn (2005) confere destaque especial às reflexões da antropóloga britânica Toren (1993) sobre as crianças em Fiji. Esta autora mencionada por Cohn, possui formação em psicologia e combina técnicas de pesquisa, como a observação participante, com as análises de desenhos temáticos que mostram mecanismos cognitivos.

Outro método importante, no seu trabalho é o brincar, um dos mais importantes métodos, em minha opinião, pois ele nos aproxima da lógica de funcionamento das crianças. Para esta autora, nas brincadeiras das crianças se podem ver muita espontaneidade e autonomia, mas também, como as crianças expressam seus pensamentos e podem ser produtoras de conhecimento. Para ela, a criança atua com agência nas relações sociais, e nos processos de aprendizagem e na produção de conhecimento. A brincadeira, o lúdico, é uma das principais lógicas de compreensão do mundo que a criança utiliza em muitas culturas. A partir de sua interação com outras crianças, por exemplo, por meio de brincadeiras e jogos ou com os adultos, elas acabam por constituir seus próprios papéis e identidades. Para dar sustentação a essas ideias, Cohn passeia por diversos exemplos. Entre os Xikrin, ela sugere que a aprendizagem se dá na observação cotidiana das atividades dos adultos por meio de um aguçamento de sentidos, como a visão e a audição.

À minha incessante pergunta, a mim mesma como para eles, sobre o que é uma criança, só tinha como resposta, claro, coisas vagas. Até que uma resposta, exatamente por não ser vaga, mas aparentemente contraditória, me

surpreendeu: foi quando o velho Bep-Djoti me explicou que as crianças tudo sabem porque tudo veem e nada sabem porque são crianças. Assim, meus focos de pesquisa passaram a ser a corporalidade, o modo como se tratam olhos e ouvidos para aprender a ver, ouvir e aprender, a ornamentação corporal, a alimentação, os remédios; a mobilidade, a circulação, o movimento destes pequenos corpos. Foi então que percebi que tudo aquilo que se faz para as crianças faz seus corpos, assim como os brinquedos que elas fazem são parte de um todo mais amplo que, constituindo corpos e corporalidades, constitui estas pessoas. (COHN, 2013, p.225).

Cohn (2005) apresenta exemplos entre os Saramaka, do Suriname⁵⁴, grupo quilombola estudado por Richard Price, que destaca uma forma “fragmentada” de transmissão de conhecimento, que exige das crianças que elas produzam suas próprias sínteses.

Maria Filomena Gregori (2000), em seu livro “Viração - Experiências de meninos nas ruas” aponta a constante circulação pelo espaço urbano, em que meninos elaboram um conjunto particular de regras e códigos. Ela percebe esses fatos a partir de sua pesquisa nas ruas de São Paulo, conversando e entrevistando meninos e meninas de rua. A ideia de “viração” é exatamente a explicação para a forma que esses meninos encontram de “se virar” frente a todas as adversidades que a vida lhes impõe. A partir de seus contatos com agentes institucionais, a autora descobre histórias de vidas de meninos que não são de todo afastados do ambiente familiar, mas que apesar de marcados pela miséria e violência, conquistam bens materiais e simbólicos. Nessa mesma perspectiva, as adolescentes deste estudo sobre exploração sexual apresentam várias estratégias de enfrentamentos de sua condição. Essas formas de olhar permitem ver esses contextos por outro ângulo, mostrando que essa realidade não se caracteriza apenas pela vulnerabilidade.

Por esse aspecto, mudar o ponto de vista sobre as crianças nas ciências culturais e sociais pode trazer novos horizontes, pois a criança é sempre vista como alguém que necessita de um adulto para desenvolver suas atividades cotidianas. Cohn (2005) enfatiza, inclusive, como esses estudos foram e estão sendo construídos no campo da etnologia e da antropologia:

Começamos, mais uma vez, pela etnologia indígena. Esta com olhar mais diretamente para as crianças nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil. Foi quando estudos específicos sobre as infâncias indígenas começaram a ser realizados, pela primeira vez observando-as no que elas são, ouvindo-as, acompanhando-as em suas atividades e em seus passos. Como se sabe, desde que os primeiros colonizadores pisaram no Novo Mundo abundam referências sobre as crianças de seus habitantes primordiais. O mesmo

⁵⁴Oficialmente chamado da República do Suriname (em neerlandês: *Republiek Suriname*), é um país do norte da América do Sul.

acontece na antropologia, que desde sempre se referiu às crianças, lembrando que elas sempre acompanhavam os e as antropólogos, falando de ciclos de vida etc. Mas foi só quase no final do século 20 que esforços concentrados e focados foram expedidos para buscar entender as crianças e suas vidas por elas mesmas. A diferença, então, estava no fato de que estas pesquisas iriam prestar atenção nas crianças pelo que elas eram, e não pelo que elas deveriam ser ou viriam a ser. Assim também, a diferença estava em que se buscava criar contextos, métodos e técnicas de pesquisa e interlocução com as crianças, de modo a que os antropólogos aprendessem a ouvi-las no que elas têm a dizer (COHN, 2013, p.224).

Para Christensen (1994), mudar essa posição exige um reexaminar dos quadros conceituais que influenciaram as representações das crianças. A meu ver, essa mudança de concepção e a forma de visualizar a criança, se configuram também pela forma da sociedade conceber a infância.

Para Alvarez (2004), as crianças indígenas podem assumir papéis importantes como o de mediadoras entre os mundos, as famílias e as pessoas.

Muitas sociedades ainda veem as crianças como meros receptores passivos de cultura, sem vez e voz. O filme “A fita Branca” (2009), de Michael Haneke, é um exemplo claro, revela a estrutura autoritária e adultocêntrica de como muitas sociedades trataram e tratam suas crianças. No filme, o diretor insinua que o tipo de educação dada na infância de certa geração do norte da Alemanha viria a produzir, mais tarde, nos jovens, inclinações ao nazismo. Dentre outras temáticas, mostra a incapacidade do adulto de observar a criança como agência, em todos os sentidos, revelando grande parte dos atos de crueldade, contra a criança, como violência doméstica e abuso sexual sob a crença de que o que a criança sente, pensa e fala não deve ser considerado.

Por outro lado, a ideia de dar credibilidade às crianças não pode se tornar uma máxima e embaçar o nosso olhar. É preciso ter o discernimento sobre os fatos. O filme dinamarquês “a Caça”(2012), de Thomas Vinterberg, mostra as linhas tênues que permeiam essa realidade entre o que é considerado abuso, e o que não é. No caso do filme mencionado, a falta de habilidade dos adultos em lidar com a questão e as descobertas de Klara sobre sexualidade, induzem-na uma denúncia, acusando o seu professor de mostrar suas partes íntimas para ela. Este fato faz com que as pessoas daquela comunidade situem o ato no campo do moralmente monstruoso, o que impede que concebam uma análise mais apurada dos fatos, e que admitam a possibilidade de que o fato não aconteceu. Nesses casos, é importante ter cautela e conhecimento sobre a realidade e suas margens.

No entanto, nas atividades que desenvolvi como psicóloga, no Sentinela, CREAS e SAVVIS, observei esses fatos de perto. Ouvia e ouço com frequência afirmações de desconfiança sobre a credibilidade do que as crianças falam. Fatos muito mais frequentes nas experiências que acompanhei.

Muitas vezes, suas opiniões e seu protagonismo passam despercebidos ou tratados com uma conotação negativa, numa posição marginal. Grande parte de nós, pelos juízos pré-formados que adquirimos com nossas experiências cotidianas, não identificamos o quanto contribuímos para essas construções. Não questionamos os nossos posicionamentos sobre esses fatos.

Das experiências que presenciei destaco uma em especial, que exemplifica esse ponto de vista. Vamos ao caso.

Aba,⁵⁵ durante seu processo de inclusão na escola, foi acompanhada por mim e uma equipe de estagiários. Na ocasião, precisou tirar uma fotografia para formalização do processo, além de passar por outros pontos da rede de proteção para efetivação de sua matrícula. As experiências nesse dia me fizeram refletir sobre a concepção de pessoa e de como pensamos a agência dessas adolescentes.

No local em que fomos tirar a fotografia da jovem, o funcionário ao visualizar o meu crachá identificando que eu representava uma funcionária do Estado e que estava acompanhando a jovem, muito educadamente nos atendeu, tirou a fotografia e veio até mim para saber se estava boa. Ao me consultar pensava estar fazendo o melhor. Porém, não me senti à vontade para responder e pedi que ele mostrasse à jovem. Ela escolheu a que mais gostou. Mas me senti desconfortável com a pergunta dele.

Essa é uma situação com a qual me deparo frequentemente, pois não enxergamos essas jovens como capazes de escolher, de serem protagonistas, de tomar decisões ou de, pelo menos, partilhar decisões, pois muitas vezes enxergamos somente sua vulnerabilidade e essa, por sua vez, parece imobilizar o nosso olhar.

Em segundo lugar, o que me chamou a atenção é que no mesmo dia, fui indagada em outro ponto da rede, se na escola, ela não poderia influenciar negativamente as outras crianças e as adolescentes mais novas. Senti certo incômodo, novamente. Em um mesmo dia, no momento da fotografia ela não ser reconhecida para realizar uma escolha tão simples e,

⁵⁵Nome de origem tupi que significa criatura, gente, pessoa resultante de uma criação (CHIARADIA, 2009).

num segundo momento, só que de forma negativa, pejorativa, ao ponto de poder por um viés estigmatizador, em menos de trinta minutos, tornar-se protagonista, influenciar com seu “mau comportamento”, outras crianças ou adolescentes mais novas.

Talvez, nos equipamentos da rede de proteção em que fui nesse dia, à intenção dessas pessoas fosse a melhor possível, dentro de suas visões de mundo e de suas experiências dentro dessa rede. Mas na minha visão, no processo de pesquisa, esses comportamentos são interpretados pelas jovens como se elas fossem vistas sem capacidade de escolher. É provável que muitas delas não se vejam com tal capacidade ou prática. Em muitos espaços em que elas transitam, sobretudo nos espaços legais, quase sempre não lhes é permitido escolher. Elas inclusive percebem e apresentam comportamentos reativos quando se sentem estigmatizadas de forma mais direta. Presenciei muitas adolescentes chegando a centros de atendimento com apropriada resistência e comportamentos evasivos, impulsivos, agressivos, como se utilizassem essa estratégia como forma de proteção. Já percebi diversas indagações do tipo: “nesse lugar aí que a senhora tá falando, nós vamos poder entrar?”

As influências podem ocorrer em todos os campos da vida. Uma jovem pode influenciar outra, não importa onde, mas o que fazemos com isso. Em que momentos estamos valorizando o seu protagonismo? Estamos com esses atos definindo o lugar onde devem ficar? Ao posicionarmos o nosso olhar no lugar do reconhecimento de vulnerabilidade, para tomada de decisões simples e, de agência, apenas, para o poder influenciar negativamente, estamos reforçando sua capacidade de agência nesse ângulo. O mesmo ocorre com o “enxerimento”. Onde estamos situando o “enxerimento” das jovens?

Vejo respostas a esses questionamentos em muitos teóricos que estudam a infância, por outras vias. Em uma afirmação de Cohn (2013) em sua pesquisa com os Xikrin, ela identifica “que tudo aquilo que se faz para as crianças faz seus corpos, assim como os brinquedos que elas fazem são parte de um todo mais amplo que, constituindo corpos e corporalidades, constitui estas pessoas”. Sua concepção sobre a noção de infância, para este estudo, parece bem apropriada, pois concebemos não somente uma visão sobre as jovens da “rede do babado”, mas sobre as crianças de modo geral, em um papel de subordinação contínua e até padronizado de acordo com o contexto. Definimos um padrão de ser criança assim como o ambiente propício e ideal para obtenção de uma criança “saudável” e “disciplinada”. Com isso, reforçamos ainda mais os estigmas daquelas que não conseguem

acompanhar esse padrão. Assim, se faz importante entender essa ideia da construção da infância.

Para Cohn (2005), a noção de infância é historicamente localizada, pois o que delimitamos como infância é algo muito específico, muito particular de um contexto e de um tempo. O que significa dizer que ela nem sempre é construída nos mesmos moldes, em momentos diferentes da história humana. Em alguns lugares, podemos dizer que a noção de infância é relativa, podemos até afirmar que não existe a noção de infância.

Ariès (1981) mostra como essa concepção foi se modificando com o decorrer do tempo. Ele destaca com isso que a ideia de infância se descola das idades da vida e se contrasta com as idades de adulto, afirmando que é com o sentimento de infância que a vida adulta e a vida infantil se distinguem e se delimitam. Isso quer dizer, que só podemos falar de infância ao distingui-la da vida adulta.

Del Priori (2009) destaca que a noção de infância, teve vários sentidos. Houve um tempo no Brasil em que já foi relacionada à ideia de esperança, período em que a mortalidade infantil ocorria frequente em função das condições precárias de saneamento e serviços de saúde nas cidades coloniais, nas quais as crianças tinham baixíssima expectativa de vida. Um outro momento, tão logo a criança ganhava a possibilidade de certo amadurecimento, ela era inserida no mundo do trabalho. Isso estava também relacionado com a condição social da infância. Se ela era uma criança pertencente a uma elite, ganhava condições de ter uma infância com brincadeiras, ingressava no campo da educação e outros espaços que propiciavam uma infância “adequada”. Mas se era escrava ou filha de agricultores ela ingressava no mundo do trabalho.

Para Ariès (1981), na França do século XVIII, as crianças da elite eram submetidas a uma agenda social muito ampla em que tinham que aprender a montar cavalo, aprender esgrima e dominar um cardápio vasto de conhecimentos, que tinha que receber para fazer jus a sua condição social. No Brasil, a consolidação de uma vida burguesa no século XIX, com urbanização crescente, de migração campo cidade, importação de modelos europeus, contribuíram para que a criança ganhasse o modelo de “rei do lar”, mas essa era uma condição da elite e não da maior parte das crianças no Brasil, onde muitas eram usadas e empregadas como mão de obra barata, no que eram exploradas, não vivenciando essa noção de infância de “rei do lar”. Essa realidade continua se reproduzindo, principalmente em

lugares em que as políticas públicas não chegam. Os casos de exploração sexual são um exemplo dessa condição.

Cohn (2005), então, ao tratar das influências “ocidentais” e das mais diversas construções de infância, destaca contradições importantes nessa noção. Descreve que com essas influências surge também o desenvolvimento da escola, que é uma ideia paralela à noção de infância e ao processo de nucleação familiar, com o padrão: pai, mãe e filhos, e esse se institui como o modelo ideal de família. A escola e esse modelo de família se tornam o padrão determinado que todas as crianças devem seguir.

Por outro lado, no Brasil também se tem uma diversidade interna muito grande de ser criança, principalmente, nas comunidades ribeirinhas e indígenas, muito presente na região amazônica, que envolvem outros padrões de educação, relacionados mais diretamente com as atividades produtivas, mas isso não parece tão valorizado em nossa cultura.

Desse modo, surgem algumas linhas tênues e impossibilidades no campo dos direitos das crianças, que são entendidos de forma geral e distante, sem considerar algumas especificidades. Quando falamos que a criança deve ir à escola e que não pode ser explorada pelo mercado de trabalho, por exemplo, ao mesmo tempo que protegemos as crianças de situações tipificadas como trabalho infantil, muitas vezes restringimos a experiência infantil do lúdico. Separamos o mundo do lúdico do produtivo e não damos a possibilidade da criança perceber e construir a concepção de que atividades produtivas também podem ser lúdicas e formativas. Delimitamos também a sua capacidade de aprendizado e agência de outras possibilidades de pensar o mundo do trabalho.

Christensen & James (2005), nesse sentido, enfatizam a necessidade de uma mudança, que, no mundo da pesquisa, pode começar pelo reconhecimento dessa posição marginal que as crianças ocupam. “De os investigadores reconhecerem que as crianças ocupam posição subordinada e marginal em relação aos adultos, e que estes têm responsabilidade de ter isto em mente durante o processo de investigação”. Tassinari (2009), com uma visão otimista, citada por Cohn (2009), “sugere que a pesquisa antropológica se faz possível por enfatizar a escuta da fala das crianças, ao contrário da prática pedagógica, que é de regência destas falas”.

Ao tratar sobre a construção da noção de infância e adolescência, e a sua relação com a ideia de agência e protagonismo, levanto uma hipótese mais específica, como uma possível resposta que possui relação com a problematização que acabamos de tratar: acredito

que um dos fatos que fazem com que venhamos a cristalizar o nosso olhar no eixo vítima/agressor, quase que exclusivamente, é o que faz também com que não consigamos enxergar agência nas jovens. Essa relação, que ora apresento, talvez tenha total conexão com a categoria que apresentarei a seguir. Trata-se da categoria consentimento que se configura ainda, neste estudo, como uma categoria vista por uma lente relativamente desfocada, pois precisa ainda de muitos ajustes que talvez não consigamos concretizar aqui. Esta categoria se caracteriza como outro ponto chave, assim como a categoria “enxerimento”, que pode ser explorada e detalhada para ampliarmos e avançarmos no campo da agência e da participação juvenil, na rede de proteção e, especialmente, nas políticas públicas.

Na discussão dessa categoria, enfatizo um trecho de uma entrevista com uma jovem, que iniciei com uma explanação sobre a importância do consentimento para a ampliação dos horizontes da interlocução.

Que idade você acha melhor que é ou qual idade é a ideal para começar a ter experiências sexuais?

Ela respondeu: - *Acho que 17 ou 18 anos, tia. Sabe... antes a pessoa não sabe direito o que é, como as coisas são. A gente acha que tá fazendo coisa errada e que a culpa é nossa. Mas acha normal. Não acha que é abuso não.*

- *Não sabe direito? Perguntei.*

- *É! não sabe o que é sexo né? E quando é forçado então é pior, mas muito pior! Porque nada forçado é bom. Né, tia!?*

Balancei a cabeça afirmativamente.

- *Pois é, Ela disse: - Não é bom começar cedo, porque aí a gente acaba vendo outras coisas ao invés de estudar, né? Depois disso ela mudou de assunto.*

Após essa experiência, passei a falar com outras jovens e elas mencionavam frequentemente as mesmas concepções de idade para ter as primeiras experiências sexuais.

Levantei inicialmente a hipótese de que elas respondiam tentando alcançar o meu ponto de vista, afinal sou psicóloga da rede proteção, mas, posteriormente, fui percebendo que elas respondiam também de acordo com um discurso dominante nas famílias e na sociedade, que se embasam, entre outros campos, nos aspectos legais.

A legislação brasileira considera crianças e adolescentes, até os quatorze anos, como vulneráveis e não totalmente autônomas, portanto, incapazes para dar o seu

consentimento quando se envolve em relações sexuais com pessoas mais velhas. Quando relacionadas a questões comerciais, essa incapacidade pode se ampliar até os 18 anos.

Na legislação penal brasileira contemporânea, o que poderíamos ver como lei da idade do consentimento toma forma, de maneira mais restrita, na alínea “a” do artigo 224 do Código Penal, que presume a violência se a vítima de estupro ou de atentado violento ao pudor for menor de 14 anos. Ou seja, qualquer relação sexual com pessoa abaixo de 14 anos, ainda que consentida, é considerada crime de estupro (se o ato for “conjunção carnal” e a vítima for do sexo feminino) ou de atentado violento ao pudor (se for qualquer outra forma de “ato libidinoso diverso da conjunção carnal, seja a vítima do sexo masculino ou feminino). De uma maneira mais ampla, pode-se dizer que o delito de “corrupção de menores” (art. 218 do Código Penal de 1940) bem como o revogado delito de “sedução de menores” (art. 217 do Código Penal de 1940) também constituem leis da idade do consentimento, pois são dispositivos que, apesar de não proibirem de uma maneira ampla e irrestrita a atividade sexual nessa faixa etária – entre 14 e 18 anos –, regulam a atividade sexual entre jovens e adultos, protegendo a inocência daqueles considerados sexualmente inexperientes (LOWENKRON, 2007, p. 719).

A palavra consentimento é bastante utilizada no campo jurídico. Vem do latim *consentire*, que no seu sentido originário exprime concordância entre as partes ou uniformidade de opinião. Porém, o consentimento se apresenta como uma categoria desfocada, porque aqui ele limita agência, em função da vulnerabilidade, mas se apresenta como categoria chave porque também se relaciona à ideia de autonomia. Portanto, trabalharemos o consentimento nos polos que transitam entre a autonomia e a vulnerabilidade.

A palavra autonomia é empregada de forma ampliada e destaca um determinado grau de liberdade, de emancipação e de independência. De origem grega, é composta pelo adjetivo pronominal *autos*, que significa "o mesmo", "ele mesmo", "por si mesmo"; e pelo substantivo *nomos*, com o sentido de "compartilha", "instituição", "lei", "normas", "convenção", "uso". Etimologicamente, o conceito de autonomia significa "a condição de uma pessoa ou de uma coletividade autônoma, quer dizer, que determina ela mesma a lei à qual se submete" (LALANDE, 1996, p.115).

Uma sociedade autônoma é caracterizada pelo exercício do poder autônomo, ou seja, que busca aumentar a capacidade de agir e de exercer poder de um indivíduo e da coletividade através da possibilidade concreta de participação na instituição das leis. Isso implica em um combate às heteronomias societárias que impõem restrições à livre participação política e afirmação da singularidade do indivíduo. Nesse sentido, uma sociedade autônoma é aquela

que combate qualquer tipo de relação de poder que possa excluir, subordinar e oprimir seus membros. Logo, relações de poder heterônomas como a exploração de classe, o machismo, a homofobia e o racismo, por exemplo, devem ser combatidos. (RODRIGUES & RAMOS, 2010 p. 4)

Aplicada no sentido de desastre e perigo, é algo ou alguém que está suscetível a serlesado, ofendido, enganado, machucado ou tocado. Numa transposição para o domínio humano, é pessoa frágil ou incapaz de agir por sua condição própria ou pela condição imposta pelo meio.

Nesse aspecto, o que Lowenkron (2015) discute sobre consentimento e vulnerabilidade foi fundamental para o amadurecimento de algumas reflexões aqui realizadas sobre as adolescentes em situação de exploração sexual.

No campo da rede de proteção, a vulnerabilidade, às vezes, imobiliza, porque nos dá a sensação de impotência e incapacidade. No domínio da pesquisa, abre possibilidades de melhor conhecer a questão, e nos instiga a buscar novos caminhos. Porém, mesmo ao vislumbrarmos novas alternativas, ao estudarmos o consentimento percebemos que ele só é válido juridicamente, se não existe vulnerabilidade. E aqui está a grande questão que impede o processo de autonomia plena de uma criança ou uma adolescente. Aqui está o embaçamento dessa lente: a vulnerabilidade. Pois, dependendo do contexto, ela limita as adolescentes, porque nessa condição a decisão, a escolha, fica comprometida, pois pode estar sendo submetida a um poder que não se pode enfrentar. Nesse caso, não se tem capacidade, autonomia, ou poder pleno, para tal decisão, pois nessa condição se está sempre numa relação desigual e assimétrica, na qual quem possui a vulnerabilidade está sempre do lado mais fraco, muito mais relacionado à sua condição do que ao poder do outro, no caso aqui, daqueles que cometem a violência contra crianças e adolescentes.

Dessa maneira, situamos esta discussão também num campo jurídico prático; na forma como se pensam as crianças e adolescentes, no campo do direito que envolve a ideia do melhor interesse da criança, a partir das afirmações de Carvalho & Nunes (2007), que trazem uma reflexão no campo do direito. Estes, segundo os autores, apresentam uma visão, por vezes contraditória, pois ao mesmo tempo que protege, com garantia de direitos, também diminui, quando retira a autonomia e capacidade desses agentes.

Neste ponto de vista, alguns autores destacam que a etimologia das palavras infante (não falante) e criança (em processo de criação) encerram um poder simbólico e uma concepção de infância que, ao mesmo tempo em que protege, exclui e diminui, colocando

essa situação em um campo muito complexo, em que se expõem conflitos que envolvem a seguinte condição: entre a necessidade de proteger as crianças, dada a sua aparente vulnerabilidade e, simultaneamente, a sua condição de sujeitos de direitos, de capazes. Surge o princípio do “melhor interesse da criança”⁵⁶, frequentemente citado no âmbito jurídico, que expressa a decisão de juristas, como sendo o melhor para as crianças, expressas em oitivas cujas opiniões e vontades, geralmente, acabam por ser ignoradas nas decisões finais dos magistrados (JAMES & MCNAMEE, 2004).

Assim, o consentimento acaba se tornando uma categoria contraditória por sua natureza, que transita entre os polos da vulnerabilidade e da autonomia acentuados pela diferença entre a percepção comum e a jurídica.

Nesse sentido, Lowenkron (2015), traz algumas discussões que focalizam importantes contribuições para esse estudo sobre o consentimento. Considero que a autora traz uma visão inovadora sobre a questão. Em seu artigo “Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual”, a autora trata de algumas contradições, e destaca o consentimento e a vulnerabilidade como conceitos chaves e complementares para a compreensão dos regimes contemporâneos de regulação jurídica das sexualidades, e das sensibilidades sociais e das políticas em relação à violência.

Ao analisar o conceito de consentimento e suas articulações com a ideia de autonomia individual, ela destaca a vulnerabilidade como capaz desconstruir o valor central do consentimento na nova ordem sexual orientada por ideias e ideologias liberais.

É importante notar ainda que, se, de um lado, a idade do consentimento (ou menoridade sexual) definida no texto legal é relativamente estável, isto é, o critério etário é definido como um elemento fixo para a presunção da inferioridade de poder e incapacidade de discernimento e, portanto, de consentimento sexual válido; por outro lado, como enfatiza Moore (1978), a ordem legal deve ser vista como um processo ativo e não como um sistema fixo. Daí a importância de analisar como os códigos legais são manipulados e convertidos em tomadas de decisões frente a casos concretos. “Nesse plano, aquilo que aparece na lei como um critério absoluto – a vulnerabilidade e a incapacidade de menores de 14 anos para

⁵⁶Que trata que todos os atos relacionados à criança, que deverão considerar o seu melhor interesse, sua proteção já discutidos no primeiro capítulo deste estudo.

consentir relações sexuais – é, por vezes, relativizado com base em diferentes argumentos” (LOWENKRON, 2007, p.729).

Com base em uma análise dos documentos formulados no período de elaboração do Protocolo de Palermo, Lowenkron (2015), destaca que a orientação oficial sobre o uso desse conceito define que o abuso de uma situação de vulnerabilidade deveria ser entendido como “qualquer situação na qual a pessoa envolvida não tenha alternativa real e aceitável a não ser submeter-se ao abuso em questão”. Para ela é possível sugerir que essa noção de vulnerabilidade “é agregada mais a uma situação que, contextualmente, impossibilita uma pessoa de oferecer resistência ao *abuso* ou à *exploração*, do que a um atributo intrínseco de uma pessoa ou grupos” (LOWENKRON, 2015, p.242, grifo nosso). No entanto, a incapacidade “de resistência, de acordo com essa definição do abuso de uma situação de vulnerabilidade, parece derivar menos de uma relação de assimetria entre o agente e a vítima do que da ausência de alternativas ‘reais’ e ‘aceitáveis’” (LOWENKRON, 2015, p.243). Sendo assim, a invalidação do consentimento da vítima parece estar vinculada, segundo essa definição, à suposta impossibilidade de exercício do livre arbítrio não tendo condição de agir de outro modo, uma das condições fundamentais para o reconhecimento da autonomia da vontade.

O próprio Protocolo se encarrega de indicar (no artigo 9, item 4), alguns fatores que tornam as pessoas, “especialmente mulheres e crianças”, vulneráveis ao tráfico, dentre eles a pobreza, subdesenvolvimento e desigualdade de oportunidades. As vulnerabilidades mapeadas no estudo realizado pelo UNODC, por sua vez, são: idade (juventude e, em menor medida, idade avançada), status migratório, pobreza, precariedade, doença ou deficiência física e mental, gênero (geralmente feminino, mas também transgêneros), sexualidade, crenças religiosas e culturais (especialmente, juju e voodoo), isolamento linguístico, ausência de redes sociais, dependência (em relação ao empregador, membro da família etc.), ameaça de revelar informações sobre a vítima para a sua família ou outras pessoas, abuso de relações emocionais/ românticas (UNDOC, 2013 apud LOWENKRON 2015, p. 244).

A partir disso, a autora destaca que, não necessariamente, ao levantar características de indivíduos identificados em situações reconhecidas como tráfico de pessoas, será possível diagnosticar, prever e generalizar as vulnerabilidades que intrinsecamente

favorecem certa disposição de submeter-se à “exploração” ou que definem aqueles que supostamente estariam em maior situação de risco de vitimização.

Uma questão que fica em aberto nessa definição é: as alternativas devem ser “reais” e “aceitáveis” do ponto de vista de quem? Daquele que é submetido ao abuso, do burocrata que avalia a sua situação ou dos parâmetros normativos definidos em instrumentos internacionais de direitos humanos ou leis nacionais que incorporam essas diretrizes? (LOWENKRON, 20015 p.243).

De tal modo, defende que é preciso considerar que esses atributos só adquirem sentido em contextos sociais, situacionais e relacionais específicos, que não se reduzem às relações criminoso/vítima ou explorador/explorado, sobre as quais as políticas antitráfico focalizam seus esforços de intervenção, das quais essa interlocução sobre exploração sexual também se distancia, principalmente porque estamos privilegiando a perspectiva das adolescentes que passam por essas experiências.

Os estudos sobre vulnerabilidade estiveram associados, inicialmente, à história da epidemia de HIV/AIDS, na década de 1990, quando foram realizados desenhos de intervenção norteados por enfoques da atenção integral e processos de mobilização social fundamentados nos Direitos Humanos. Esses estudos se expandiram para outras áreas, e a partir dessas concepções, surgiram olhares diferentes que auxiliaram em reflexões, trazendo contribuições para a produção de conceitos ou análises diferentes no campo das políticas públicas que envolvem o tema da vulnerabilidade.

A seguir, outros pontos de vista similares sobre a ideia de vulnerabilidade são apresentados, representando outras formas de olhar para a questão:

O primeiro é o de Paiva no campo e na produção da saúde das pessoas e no campo dos agravos e das violações de direitos.

O **plano individual**, portanto, deve ser tomado sempre como intersubjetividade, isto é, como identidade pessoal permanentemente construída nas interações eu-outro; [...] o **plano social** já sempre como contextos de interação, isto é, como os espaços de experiência concreta da intersubjetividade, atravessados por normatividades e poderes sociais baseados na organização política, estrutura econômica, tradições culturais, Saúde Sexual, Vulnerabilidade e Direitos Humanos crenças religiosas, relações de gênero, relações raciais, relações geracionais, etc. Como já mencionado, o agente diretamente responsável pela promoção de boa parte dos direitos previstos pela Constituição Brasileira é o Estado, representado pelos órgãos executivos (Secretarias e Ministério da Saúde, por exemplo),

legislativos e judiciários. Isso pode nos induzir ao equívoco de achar que somente instituições públicas violam ou respeitam os direitos. Isso não é verdadeiro, embora estas sejam as principais responsáveis pelo provimento dos direitos sociais (plano programático da vulnerabilidade), o que incide sobre a melhoria dos padrões de desenvolvimento das comunidades, da saúde e da qualidade de vida dos diferentes grupos sociais, especialmente aqueles mais fragilizados pela estrutura desigual das sociedades capitalistas. (PAIVA, 2012, p.13, grifo nosso).

Lowenkron, nessa perspectiva, lança as contribuições de mais outros autores Ayres Et. Al. (2012) e Abramovay (2002).

O primeiro grupo de autores sugere uma exposição para diferenciar as três dimensões da vulnerabilidade.

O individual, relacionado intersubjetividade e a identidade pessoal permanentemente construída nas interações eu - outro; o social, no contexto de interação e no mundo da tradição⁵⁷; e programática, que são conjuntos de políticas e ações organizadas e disponibilizadas em conformidade com os processos políticos dos diversos contextos sociais, segundo os padrões de cidadania efetivamente operantes (LOWENKRON, 2015, p.245).

No campo jurídico, Abramovay sugere como três elementos que se articulam na conformação de “situações de vulnerabilidade” de indivíduos e grupos: “ i) recursos materiais ou simbólicos (também chamados de ativos); ii) as estruturas de oportunidades sociais, econômicas e culturais dadas pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade; iii) e as estratégias de uso dos ativos” (LOWENKRON, 2015, p. 245).

Essas reflexões situam o olhar sobre a vulnerabilidade a partir de vários pontos, por vários ângulos e proporcionam uma perspectiva em um campo inter-relacional e social que pode ser adaptada a contextos diferentes, permitindo uma análise mais aproximada da realidade das pessoas e contextos em que a exploração sexual ocorre, por exemplo.

Judith Butler (2010) destaca a vulnerabilidade como pertencente à condição humana, não relacionada a um atributo individual constituído das relações de desigualdade, mas à ideia de precariedade ligada ao que é inerentemente humano.

Algumas questões, relacionadas ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, evidenciam essa ideia de precariedade, as quais todos nós estamos expostos.

⁵⁷ Entendido aqui como os espaços de experiência concreta da intersubjetividade, atravessados pelas normas, poderes sociais baseados na organização política, estrutura econômica, tradições culturais, crenças religiosas, relações de gênero, relações raciais, relações geracionais.

Lowenkron (2015) evidencia algumas reflexões sobre o tema, que serve para pensarmos na realidade das adolescentes deste estudo. Nos Estudos UNDOC, ela enfatiza uma maior preocupação com a responsabilização criminal, do que com a compreensão e prevenção de vulnerabilidades sociais.

Nas situações de abuso e exploração sexual, há uma grande preocupação com a responsabilização dos autores, em detrimento da prevenção das vulnerabilidades sociais das jovens. Sabemos da importância da responsabilização, mais, os caminhos para se chegar ao fim da ação judicial são cheios de obstáculos, representados pela materialidade dos fatos; pelas representações que os atores sociais têm das concepções legais; pelas condições materiais, e de recursos humanos. Em Manaus, existe apenas uma delegacia e uma vara especializada. No interior do Amazonas é bem pior.

Assim, esses processos se relacionam também com outras questões que Lowenkron (2015) mostra principalmente a aplicabilidade à vida real. A autora ao levantar questionamentos relacionados à agência, afirma que, quando a agência das pessoas “traficadas” é reconhecida, como ação (deixar se levar e ser explorada) legítima de pagamento de dívida, e o cerceamento da liberdade e as intimidações sofridas deixam de ser entendidas pelas vítimas como situações de exploração e tráfico, a incriminação dos autores fica mais difícil ou impossível.

No caso das adolescentes em situação de exploração sexual, estudadas nesta pesquisa, ocorre fato bem similar, pois quando a agência, o “enxerimento”, das jovens é reconhecido pejorativamente, passa comprometer a visão que as pessoas têm da condição dessas adolescentes, principalmente, quanto ao fato de estarem sendo exploradas e quanto à garantia de seus direitos. Assim, as imbricações de todos esses fatores tecem uma teia de obstáculos que ainda precisam ser revistos no campo das políticas públicas, para serem postos em prática efetivamente.

Desse modo, essas perspectivas colaboram para deslocar o foco dos atributos individuais para as dinâmicas relacionais e para os contextos sociais específicos.

Essas perspectivas analíticas permitem compreender a vulnerabilidade associada à exploração sexual como efeito das condições sociais, econômicas e da ausência ou do enfraquecimento de redes de apoio econômico e social.

Considerando o que foi exposto acima, podemos concluir que quando se fala das adolescentes de exploração sexual e da rede de proteção, a vulnerabilidade ainda se apresenta como um fator que limita significativamente o consentimento e a autonomia.

Do ponto de vista legal, a vulnerabilidade, ainda representa o grande entrave ao processo de autonomia. Mas, apesar dessas advertências, não se indica que esses fatores se transformem em empecilhos para a abertura de possibilidades de pensar crianças e adolescentes com capacidade de agência e participação social. Não devemos reduzir nossas ações ao campo exclusivamente legal e jurídico. Pelo contrário, devemos abrir possibilidade para nos aprofundarmos mais nessa questão, e buscarmos novas formas de olhar e analisar, para adotarmos, então, posturas possíveis e próximas das experiências das jovens. Desse modo, precisamos aproximar o campo jurídico das experiências de vida. Como exemplo, há muitos magistrados que com o recurso da jurisprudência, tem restituído direitos de uma maneira inovadora, e mais próxima do cotidiano dos agentes.

5.2 Redes e território: dos pontos concretos aos virtuais

Segundo Scherer-Warren (2005), o conceito de redes, embora incorporado pelas ciências sociais na década de 1940, vem, recentemente, sendo utilizado para análise com significados diversos. O termo rede é utilizado tanto pelas ciências, enquanto conceito técnico ou metodológico, como por atores sociais, que passam a empregar essa noção para se referir a um determinado tipo de relação ou prática social. O uso da ideia de rede é amplo: na geografia, emergem os estudos de redes técnicas, de produção, redes territoriais, sociais e urbanas; na administração, analisam-se as redes organizacionais. Na década de 1950, a Sociometria, de Jacob Levi Moreno, se valeu da teoria dos gráficos da matemática para a análise das relações sociais. Na biologia e na ecologia surgem as ideias de rede enquanto tecido social, na computação a noção de rede de informação.

Mitchell e Barnes (1969), citado por Feldman-Bianco (1987p. 84), discutem, respectivamente, a relevância dos conceitos de rede social para o estudo de situações nas quais aglomerados de indivíduos não formam necessariamente grupos permanentes, como no contexto urbano.

Feldman-Bianco (1987) destaca a rede como a relação entre indivíduos, em decorrência de conexões pré-existentes, como vizinhança, trabalho e classe. Barnes (1969)

difunde a utilidade do conceito, na descrição e análise de processos políticos, de classes sociais, relação de mercado e sua periferia, da provisão de serviços, da circulação de bens e informações num meio social não estruturado, para manutenção de valores e normas. Para esses autores o conceito de rede social foi elaborado com a preocupação de explicitar os princípios estruturais, constituindo a ação de “não grupos” e de organizações invisíveis e informais em contextos considerados complexos.

Essa organização imperceptível e informal é uma característica marcante da exploração sexual. É possível observar meios complexo de organização, uma logística de funcionamento que envolve vários atores sociais e papéis distintos que parecem não se comunicar, mas que possuem relação entre si. Boissevain (1974), por sua vez, apoia-se na ideia de um instrumento capaz de apreender, em minúcia, para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação.

Podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (ELIAS, 1994, p. 35).

Assim, a rede de exploração e a rede de proteção com suas interligações, a partir de lógicas inversamente proporcionais acabam se relacionando de certa forma, a partir das adolescentes e da exploração sexual, que são elos em comuns das duas redes. À rede de exploração que estimula a exploração sexual e à rede de proteção que combate essa prática.

Com as jovens a lógica da relação funciona não somente na rede de exploração, mas, também na rede de proteção. Porém, é necessário que existam outros pontos de ligação na rede de proteção, pois, parte das relações se dá, com mais frequência, pela via burocrática que não cria laços muito específicos em alguns pontos, o que não indica que não exista também solidariedade e parcerias. Já na rede de exploração a ligação se dá por vários caminhos dentre eles: a parceria, a “solidariedade”, a lógica de funcionamento, dentre outros ganhos incluídos nas relações cotidianas. Na rede de tráfico, por exemplo, muitas adolescentes ganham proteção para evitar futuras violências que podem ocorrer dentro de suas famílias e dentro de sua comunidade. Ela é apadrinhada e protegida de vários tipos de violência, por pessoas da rede de tráfico, principalmente, nas quais a segurança pública e a rede de proteção não chegam.

Destaca-se também, as redes familiares, que muitas vezes, sem perceber acabam por desenvolver relações fragilizadas que facilitam o ingresso da adolescente na rede de exploração. Para Faleiros (2000), as familiares são redes primárias em que se fabrica a identificação primeira do ser humano como alguém nominado, com um sobrenome que o liga às relações de família, com um projeto de vida e um curso de vida que o vincula a uma condição e classe sociais determinadas, um status social que o congrega as oportunidades sociais, políticas e econômicas. O projeto de vida está associado a questões como: educação, formação, conhecimento, capacidade e capital cultural da família. Mas nem sempre é assim, muitas famílias possuem laços de solidariedade diferentes, que contribuem para que as jovens formem outros laços fora de seus espaços familiares e conseqüentemente estabeleçam outras relações de troca .

Ao observar as redes familiares dessas jovens que ingressam na exploração, percebi, em alguns casos, muitos abusos praticados dentro das famílias, embora não seja uma regra. Mas percebi, com frequência, vínculos formados a partir de uma rede autoritária em que predominam as posições dos mais fortes sobre os mais frágeis. Os abusos, nesses casos, envolvem agressões corporais; confusão entre autoridade, controle e cuidado; e o abuso sexual, que é predominantemente intrafamiliar. Na maioria das situações é praticado pelo pai ou pelo padrasto, ou ainda, pelo tio, primo, avô ou irmão mais velho. Ocorre principalmente, contra crianças do sexo feminino. Esses fatos fazem com que as adolescentes acabem indo para o espaço das ruas e conseqüentemente da rede de exploração.

Segundo Faleiros (1998), as redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações, forças existentes no território para uma ação conjunta multidimensional, com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada.

Cria-se, então, uma rede de “solidariedade”, de auxílio, de apoio, que alimenta o funcionamento de um espaço delimitado como pedaço. Não quero dizer com isso que não existam tensões nessas redes, e que também não existam excessos; e abusos de poder por parte das pessoas que exploram as adolescentes. Essas descrições que ora se apresentam, não são sinônimos de uma relação constantemente harmônica.

Nas atividades de campo percebi, por exemplo, que as jovens fazem programas com mototaxistas e que também, utilizam seus serviços para o deslocamento de um ponto a outro, quando necessário. Em outro ponto de prostituição pesquisado, percebi que após receberem uma ligação pelo celular, desligavam o telefone e ligavam para outra pessoa. Em

questão de segundos o mototaxista aparecia. Eles apareciam rapidamente para levá-las e depois as traziam de volta para o mesmo ponto. O mesmo ocorria com os carros das pessoas com as quais elas faziam programa.

Em muitas ocasiões, as adolescentes, fazem parcerias na rede de exploração. Elas dividem ganhos e prejuízos. Existem casos em que ficam com a parcela mais baixa dos lucros instantâneos e com uma série de prejuízos quando não tomam certos cuidados. Esses prejuízos se dão no corpo das jovens como já discutido anteriormente. Com relação aos ganhos materiais e financeiros, já tive acesso a jovens que ganhavam trezentos a quinhentos reais por programa, e que posteriormente passaram a conduzir todas as negociações e lucros do processo, chegavam a ganhar mil reais por dia, mas tive acesso a jovens que faziam programas até por um lanche.

No caso das jovens que eu tinha contato nas ruas, percebia que elas dominavam seus espaços geográficos, mas também o espaço das relações com seus “peixes” como algumas delas chamavam seus aliciadores ou agenciadores. Elas, muitas vezes, monitoravam essas pessoas e sabiam que elas estabeleciam as mesmas relações com outras jovens/mulheres e, assim, criavam mecanismos para demarcar seu território, não somente nos espaços, mas nas relações. Elas mencionavam como administravam algumas dessas relações. A expressão “peixe” se relaciona diretamente com a ideia de rede. Vamos a um exemplo.

(...) eu liguei pra um dos meus peixes e atendeu aquela outra lá, que sempre vai lá também. Amanhã vou lá! Se ele deu o celular, que prometeu pra mim, pra aquela outrazinha, ele vai ver só!

Esses “peixes”, portanto, na concepção das jovens são administrados com certas artimanhas para controlar os bens que elas recebem nas relações.

Por outro lado, numa outra perspectiva, na rede de proteção, também percebia as jovens utilizando expressões “mãe”, “tia”, para pessoas dessa rede, deslocando a mesma lógica que poderiam estabelecer com seus familiares. O que, não necessariamente, por estabelecerem esse tipo de comparação signifique que as pessoas estejam mais perto. Pois, quando pensamos em família, em alguns momentos, podemos também pensar em proximidade. Na lógica dessas jovens essa expressão, em alguns casos, é bem questionável. Com algumas delas, muitas violências ocorrem dentro de suas casas, no seio familiar. Portanto, suas relações familiares nem sempre são de proximidade ou de harmonia. A relação não é necessariamente de afetividade, proteção e cuidado, mas de lógica de funcionamento.

Isso não quer dizer que, em alguns espaços da rede de proteção e exploração, as jovens não possam desenvolver relações de confiança e afeto também. Isso contribui para uma relação mais fraterna que depende em grande parte das afinidades que surgem no processo.

Souza (2001) revela a importância da compreensão das relações de poder; as relações com os recursos naturais; as relações de produção; ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Também destaca como é importante a compreensão de quem domina ou influencia e de como o faz nesse espaço. As jovens em seus momentos de agência dominam determinados espaços da exploração e transitam de forma articulada e negociada.

Souza (2001), no sentido do espaço, trabalha a ideia de poder-território-autonomia. Essa ideia destaca de forma significativa o espaço da situação de exploração sexual, pois, nos territórios ocorrem ligações de afinidade social com interesses mútuos e que se articulam entre si, e por essa razão facilitam a proximidade da rede de exploração, enquanto que a rede de proteção se distancia. Nos espaços da rede de exploração as jovens parecem ter mais autonomia; além do fato de os pontos da rede de exploração serem, relativamente, mais numerosos e mais próximos das jovens do que os pontos da rede de proteção.

As instituições que compõem a rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Manaus são insuficientes frente à demanda da quantidade de casos, a superfície territorial e a população da cidade que buscam por seus serviços. Sua fragilidade está na articulação da rede, na ausência de políticas públicas para o enfrentamento deste tipo de violência, assim como a inadequada distribuição das instituições no espaço da cidade, dificultando o acesso e a acessibilidade da população às mesmas (RIBEIRO, 2011, p.30).

Nesse caso, a rede de exploração se apresenta numa relação de proximidade, por vários ângulos, mas duas formas, aqui nos chamam a atenção: a primeira, pela lógica de funcionamento, trocas e ganhos instantâneos; a segunda, pela circunvizinhança física e geográfica, pois a rede de exploração, às vezes, está em vários espaços, dentro das comunidades e bairros; onde muitas vezes, a rede de proteção não está. Até o momento de confecção desta tese, o Município de Manaus possui cinco CREAS na cidade.

Foucault (1985) destaca que o poder deve ser observado como algo que circula e funciona em cadeia. É um processo que nunca está localizado num ponto específico. Não está

na mão de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou como um bem. Ele funciona em rede. Os indivíduos, em suas malhas, exercem o poder e sofrem sua ação. Cada um de nós é, no fundo, titular de certo poder e, por isso, veicula o poder. Com as jovens na rede de exploração e em todas as relações das redes não ocorre de maneira diferente. Para exemplificar como se dá essa articulação do poder vamos a um exemplo.

Algumas jovens apontavam que eram agenciadas por conhecidos e que chegavam a cobrar de trezentos a quinhentos reais por programa. Nestes tipos de programa, diziam que isso era negociado e que os agenciadores recebiam também um valor, mas depois de algumas experiências elas chegavam a fazer contato diretamente com os clientes. Nesse processo, as jovens mostram agência e também certo poder, embora nossa tendência seja negá-lo. Essa forma de poder das jovens lembra o poder periférico e molecular exercido, por indivíduos, grupos, empresas, cientistas, comunicadores, etc. O poder, nesse caso, é exercido em níveis variados e em pontos diferentes das redes sociais, no caso aqui analisado, da rede de exploração.

Podemos observar que o poder não é um objeto físico, que se detém como uma propriedade ou como uma coisa. Ele existe de uma forma simbólica, a partir de práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. É nesse sentido que o poder é analisado nas relações. A ideia de que ele se materializa em uma gama extensa de relações pessoais.

Fica nítido quando vemos que o contato e o recrutamento das jovens na rede de exploração, que geralmente é realizado por agenciadores ou conhecidos das jovens. Essas pessoas utilizam os mais diversos recursos, dentre eles os recursos virtuais. Essas jovens na rede de exploração sexual são contatadas principalmente nos bairros e nas proximidades de onde moram. Mas também ocorrem através do espaço virtual, do ciberespaço, nos quais muitas meninas transitam facilmente através das redes sociais, configurando assim, as noções de porosidade do território, que envolvem e refazem a ideia de territorialização.

Um exemplo de porosidade do território tem se evidenciado como prática muito recente entre os jovens, que podem viabilizar ações fronteiriças, que se confundem com a exploração sexual, na modalidade pornografia: o *nude selfie* e o *sexting*, que se caracterizam pela ação de encaminhar fotos eróticas, mensagens eróticas, ou vídeos sexualmente explícitos,

pelo celular. A palavra *sexting* é originada da união de duas palavras em inglês: *sex* (sexo) + *texting* (envio de mensagens). *SaferNet*⁵⁸, Brasil (2016).

Esse fenômeno tem ocorrido frequentemente e tem sido uma preocupação pública, devido aos riscos de estímulo à pornografia infantil, visto que a maioria dos praticantes de *sexting* são jovens e adolescentes, que fazem isso num momento da vida em que estão começando a explorar sua sexualidade e encontram nos *smartphones* uma nova maneira de seduzir, mostrar-se. O problema é que muitas redes de exploração sexual transitam nesses espaços e viabilizam de forma mais facilitada os seus contatos.

Os adolescentes praticam *sexting* para flertar com alguém de quem eles gostam ou retribuir o favor a alguém que já lhe enviou uma foto sexualmente explícita. Depois de mandar uma foto pelo celular não tem mais controle sobre ela podendo ser usada abusivamente o que faz com que a porosidade do território virtual passe a ser também corporal.

Nas redes com essas características, podemos perceber uma separação entre a representação simbólica e as relações humanas que se desenvolvem em um ambiente virtual como um espaço de erotização. Geralmente a imagem produzida, cristaliza da erotização de forma explícita ou subliminar, através de ícones e símbolos que representam a ingenuidade ou a pureza da infância e da juventude, nos programas de televisão, em outdoors, na internet, etc. Essa erotização, segundo Giddens (1996), pode fortalecer, nas sociedades machistas, desejos que vão se internalizando de tal maneira, que é preciso descarregar essa energia erótica numa dada prática sexual, o que historicamente era realizada em prostíbulos, hoje com a ideia de porosidade do território, expande-se para outros estabelecimentos e espaços de formas sofisticadas, que envolvem crianças e adolescentes, como: a pornografia na internet; o turismo sexual (folders, books, etc.); os classificados de jornais e outros meios de comunicação, ligados em redes globalizadas do sexo, os quais se constituem em verdadeiros espaços de busca sexual e erótica.

Vamos a dois exemplos retirados das inúmeras possibilidades de articulação que podem ocorrer entre territórios físicos e virtuais:

⁵⁸É uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em 20 de dezembro de 2005 por um grupo de cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito, a organização surgiu para materializar ações concebidas ao longo de 2004 e 2005, quando os fundadores desenvolveram pesquisas e projetos sociais voltados para o combate à pornografia infantil na internet brasileira.

Uma jovem de 17 anos, em situação de exploração sexual, inserida na rede de exploração por uma conhecida que frequentava a sua comunidade e vendia cosméticos. Esta pessoa oferecia os produtos e, quando percebia o interesse das jovens em adquiri-los, manifestava também condições para que estas pudessem conseguir dinheiro com ela para comprar o que desejavam.

A partir desse contato, os demais ocorriam através de redes sociais e virtuais (Facebook, WhatsApp e etc.) SMS e ligações telefônicas e havia toda uma rede de agenciadores, e clientes, que utilizavam esses recursos. Essas pessoas entravam nos espaços frequentados pelas jovens, conheciam-nas e iniciavam uma abordagem mais específica, o que mostra a articulação eficiente dessa rede.

Outro caso é de uma jovem de 14 anos, que havia fugido de casa após ter sido contatada pela internet por um desconhecido. Ela foi encontrada com carteira de identidade falsificada, em um prédio antigo, que já foi um dos hotéis mais importantes da cidade de Manaus. A mesma informou que essa pessoa que a contactou ofereceu as carteiras e havia prometido que ela viajaria para ser modelo fora de Manaus.

Observando essa forma de recrutamento, admissão e logística da rede de exploração; a diversificação nas formas de articulação, podemos perceber um arranjo que possui formas eficientes de aproximação, organização e divisão de papéis (agenciador direto, agenciador indireto, cliente, informantes, jovens que oferecem o serviço). O que não quer dizer que essa rede é uma entidade sempre organizada e articulada de maneira precisa. Às vezes, indivíduos, através de contato direto com as jovens, em frente a uma escola, na rua ou em espaços virtuais, como *WhatsApp*, recrutam diretamente as jovens sem precisar de uma articulação mais complexa. Essa é mais uma das muitas formas de participação da rede de exploração.

No que diz respeito ao fator idade, atualmente, na rede de proteção para que uma jovem participe de um programa de capacitação, emprego e renda, a idade mínima é de 16 anos. Já na rede de exploração não existe um limite de idade. Muitas meninas e meninos com idade inferior a 14 anos ingressam nela.

Muitas adolescentes são inseridas e têm mais acesso nos espaços sociais de exploração do que nos espaços da escola regular. Nesse sentido, o espaço das instituições de atendimento, por exemplo, apresenta-se, em termos de distanciamento, comparativamente, ao que Hannerz (1997) descreve em relação à distância de um navio no mar e a terra firme.

Mostra o território com um destaque para incidência de pessoas, continentes, raças e culturas. A partir do romance “Tenda dos Milagres”, expõe a distância cultural que separa o navio e terra firme, e as maneiras de atravessá-la. Destaca como as ideias de fluxo, mobilidade, recombinação e emergência tornaram-se temas focais a partir da globalização, e outras questões que passaram a fornecer os contextos para nossa reflexão sobre a cultura. Esses conceitos correspondem a alternativas que abrem portas, do que nomeio aqui de ponto chave, para trabalhar a mobilidade, o fluxo das jovens como recombinações de ações para fortalecer o enfrentamento à violência sexual de adolescentes.

Segue abaixo algumas possibilidades de resposta retiradas de Ribeiro (2001), em que o autor destaca alguns dos motivos desses distanciamentos e que também nos mostra algumas das estratégias para atravessá-los.

O caso mais dramático para nós encontra-se na Zona Leste da cidade de Manaus, pois esta zona não dispõem de nenhum serviço de atendimento específico às vítimas de violência sexual (existe o Conselho Tutelar), apesar de grande concentração e população, extensa área territorial e números condicionantes de vulnerabilidade social. (RIBEIRO, p. 242, 2011)[...] O CREAS pode ser implantado em âmbito local ou regional. Sua implantação, funcionamento e a oferta direta dos serviços constituem responsabilidades do poder público local e, no caso dos CREAS Regionais, do estado e municípios envolvidos conforme pactuação de responsabilidade. Devido à natureza público-estatal, os CREAS não podem ser administrados por organizações de natureza privada sem fins lucrativos. (...) No que diz respeito à localização do CREAS, conforme a fala do próprio serviço e dos usuários, este se encontra localizado em área da cidade de difícil acesso. Conta com uma estrutura imprópria para a realização do atendimento das vítimas; possui uma equipe de profissionais competentes, mas, infelizmente, insuficiente para o atendimento da demanda sempre crescente e proveniente de todas as zonas da cidade, com uma demanda maior proveniente da Zona Leste (mapas 13 e 14), o que traz uma séria dificuldade, pois o CREAS está localizado na zona Centro-Sul e são inúmeras as barreiras não facilitadoras para a acessibilidade da população a esse Serviço (RIBEIRO, 2011, p.245).

Com essas citações de Ribeiro, podemos compreender um dos porquês desse poder da rede de exploração. Souza (2001), cita em seus estudos, a constituição de grupos determinantes ligados à noção de território como: território da prostituição, o espaço concreto em si, com características de grupos sociais e limites de autoridade, nós e os outros. Traz a ideia de territorialidades do tráfico, da prostituição masculina e feminina. Coloca a ideia de

território descontinuo ou rede articular de dois ou mais territórios contínuos, dois ou mais territórios ligados por arcos.

As relações exercidas sobre o espaço-território nos dias atuais são de uma complexidade muito grande e, devido ao modo de produção capitalista ter dinamizado o território a partir de novas necessidades de circulação de pessoas, informações/comunicações e mercadorias, as transformações no cotidiano das pessoas também se alteraram sensivelmente (SOUZA, 2001, p.12).

Moraes (1999) descreve que nos países de formação colonial, a dimensão espacial adquire condição singular na explicação dos processos sociais e da vida política em particular. O autor acredita que neles a geografia emerge como uma determinação básica, reveladora de motivações e como instância explicativa de estruturas e práticas históricas. Destaca países formados na conquista de espaços, e que tem na apropriação territorial um móvel recorrente dos interesses e das alianças políticas.

No espaço da exploração sexual da internet, além de fortalecer as noções de porosidade do território, também se refaz a ideia de territorialização. As mídias, as tecnologias e as redes são utilizadas (chamada de voz, *sms*, *facebook*, *instagram*, *whathsApp*, *etc.*) diminuindo fronteiras a aproximando as pessoas.

Em se tratando de redes e território, podemos observar que nesses espaços em que as situações de exploração sexual se configuram, “os laços de solidariedade” são relacionados com a lógica de funcionamento e as proximidades entre as necessidades das pessoas que habitam o território. Desse modo, as concepções teóricas sobre os temas rede e território se complementam para a análise dos contextos descritos nesta pesquisa.

É visível o número de atividades que impulsionam e são estimuladas em meio a situações de prostituição e exploração sexual. Nas proximidades dos locais onde esses fenômenos ocorrem, existe um grande número de motéis e pousadas, algumas feiras, além do comércio de bebidas, comidas e outros produtos. Existe também um grande número de comerciantes ambulantes que vendem gêneros similares e com os quais ocorre uma série de parcerias. À noite, em frente a casas noturnas, esse comércio é estimulado pela quantidade de pessoas que frequentam o lugar.

Segundo Peirano (2003), essas trocas são interpretadas a partir de um fenômeno cultural reproduzido pelos movimentos e histórias das pessoas, que se materializam nesses

locais. As incorporações das lógicas estão dentro desse processo. Na situação de exploração sexual, nos casos deste estudo, algumas adolescentes ressaltam certos detalhes que se fazem importantes para entender o funcionamento logístico do processo, como por exemplo, os dias em que há maior rotatividade de dinheiro há, também, maior probabilidade de ganhos. Sabe-se que, os dias de pagamento de funcionários de diversas empresas privadas ou de instituições públicas ocorrem em torno dos dias 5, 15 e 30 de cada mês. Embora não ocorram somente nesses dias, são esses os períodos mais propícios de se ganhar dinheiro e nos quais ocorrem muitos processos de trocas simbólicas, materiais e financeiras.

O corpo também assimila uma lógica de funcionamento relacionada inclusive à “intimidade”, que aqui tem relação com a proximidade, com a rotina cotidiana. As jovens se sentem “íntimas” de algumas pessoas com as quais estabelecem relações de corpo e criam certas articulações de “solidariedade” para terem acesso a bens e serviços.

5.3 Rede, território e algumas lógicas de funcionamento

Para tratar do conceito de rede, faz-se necessário compreender suas configurações em determinados contextos e territórios, além disso, se faz importante descrever estratégias que ocorrem em um espaço geográfico tomado de representações.

Busca-se trabalhar aqui, dentro de uma perspectiva compreensiva acerca das redes de relações e significados, que incidem sobre as questões voltadas para a exploração sexual, empreendendo um esforço no sentido de perceber como se apresentam as citadas dimensões na realidade das adolescentes que vivenciam essas experiências.

Pela via das políticas públicas, a exploração sexual se caracteriza como um desafio da contemporaneidade, principalmente porque o caminho situacional das crianças e adolescentes nessa condição aponta para uma associação de vulnerabilidades e violações, vivenciadas por pessoas desde a sua infância, seja no ambiente da família, da comunidade, da rua, do mercado ou das instituições.

Para o senso comum a exploração sexual é vista, frequentemente, por muitas pessoas como um meio de obter ganhos através das redes de exploração.

A rede que envolve a exploração sexual, em sua maioria, pode ser organizada com estratégias, papéis e esquemas bem definidos, apresentando uma organização precisa e

eficiente. Essa organização, por vezes, é sutil e, de certa forma, indireta. Muitas pessoas, nessa rede, não se relacionam de forma direta, mas assumem, uma relação direta com o lucro gerado a partir dos processos de mobilidade e suprimento desse tipo de atividade.

Para os atores dessa rede, a exploração sexual se caracteriza como um caminho de acesso a dinheiro, bens e serviços, que podem ser administrados, até certo ponto, de acordo com a sua disponibilidade e o poder, de forma organizada e articulada em diversos níveis, com diversas redes e relações diferenciadas. Envolve laços de solidariedade, poder e violência, simultaneamente, e possui um nível menor de exigências no processo de inclusão de crianças e jovens que atuam nesse campo, em atividades de prostituição, pornografia, tráfico de pessoas para fins de exploração e turismo sexual.

Para ampliar as discussões de rede e território no contexto das adolescentes pesquisadas, descrevo o relato de uma das primeiras experiências nesta pesquisa com o espaço da rede de exploração sexual, em um ponto no qual percebi as sutilezas dessa organização e suas peculiaridades.

Vamos ao relato.

Em um dos pontos da zona centro sul, pela qual sempre passava para identificar os primeiros pontos de exploração, percebi que próximo ao lugar em que as jovens ficavam havia um mototaxista. Primeiramente, levantei a hipótese que ele fosse o agenciador das jovens, o que se confirmou depois, porém com uma peculiaridade, era um facilitador, ou agenciador, que chamo de “indireto”, porque ele apenas facilitava a logística do processo e tinha a possibilidade de ganhar dinheiro com isso. Ele estacionava próximo ao ponto das jovens e, se elas precisassem ser levadas para algum ponto, ele efetivava o transporte. E, no dia em que presenciei o fato, ele foi chamado por um “possível cliente” para facilitar a comunicação com as jovens.

Em um dia de pesquisa nas ruas, parei o carro nesse local para distribuir preservativo e tentar conversar com as jovens. Eram duas, uma de 19anos e outra de 21 anos (idades mencionadas por elas). Independente da verdade das declarações, eu já tenha visto jovens com idade inferior a 18 anos nas proximidades desse ponto. Quando comecei a conversa, parou o carro de um jovem, com idade entre 25 e 30 anos, que chamou o mototaxista:

- *Ei vem cá? - O mototaxista respondeu: - eu? Como se não tivesse acreditando que estava sendo chamado pelo moço do carro. - E o moço disse: - É você mesmo, vem aqui. Vem aqui pô!? O mototaxista foi meio desconfiado, até lá.*

Enquanto isso acontecia, eu conversava com as jovens. Uma delas, a de 19 anos, disse que estava ali porque era perto de sua casa. Ela morava no bairro de Petrópolis e seu ponto era no Aleixo, que são dois bairros vizinhos, ambos da zona Centro-sul de Manaus. A outra de 21 anos não quis falar muito. Quando ele chamou o motoboy eu entreguei as camisinhas e saí. Ao caminhar na direção do meu carro, ouvi o mototaxistas falar: - Ele queria programa, mas como vocês estavam conversando ele não quis atraparlar.

Essa experiência durou aproximadamente cinco minutos, ou menos, mas pareceu uma eternidade e me trouxe várias reflexões. Dentre elas três que considero importantes: em primeiro lugar, percebi que aquele mototaxista ficava naquele espaço e podia servir, em algumas ocasiões, como um facilitador indireto do processo; a segunda, relacionada a questões de gênero, pois o rapaz o chamou antes de conversar com aquelas jovens. É mais fácil usá-lo como interlocutor, ele exerce as mesmas forma de poder que o jovem, além de conhecer a lógica do lugar é do gênero masculino, sabe das necessidades de um homem⁵⁹, ele as conhece; e a última, tem relação com a ideia de “solidariedade”.

Nas aulas de antropologia eu ouvia a expressão “solidariedade das redes”, mas não entendia como podia utilizá-las em situação de violência sexual, na modalidade exploração sexual. Nunca enxerguei solidariedade nisso. Mas, embora meu ponto de vista fosse da rede de proteção, esse ator indireto da rede estabelecia com os clientes e com as jovens uma “solidariedade”. Entendi, com um quê de resistência, como essa rede funcionava, nesse sentido. Aquele rapaz era daquele lugar e fazia parte daquele contexto. Provavelmente, ao ser questionado se era um agenciador, talvez dissesse que não, por isso destaco a ideia do agenciador “indireto”. Mas por ele fazer parte daquele espaço e participar das interações e das redes de solidariedade, acabava sendo uma espécie de facilitador, era um agenciador mimético⁶⁰, naquele espaço, naquele lugar, às avessas de minhas concepções de solidariedade.

⁵⁹Necessidades baseadas em ideias do senso comum relacionadas com crenças do tipo: homens precisam de sexo, e isso é que o faz um homem. Este tipo de concepção pode estimular muitos pais levarem seus filhos do gênero masculino para terem suas primeiras experiências sexuais com prostitutas. Que estimulam as ideias de mulher para casar e mulheres para satisfazer as necessidades sexuais (Reflexões baseadas nas concepções da autora da pesquisa).

⁶⁰O mimetismo é a capacidade que certos organismos têm de se confundirem com outros organismos ou ambientes. Essa semelhança pode se dar principalmente no padrão de coloração, textura, forma do corpo e

Para uma reflexão sobre o funcionamento dessa rede, a noção de mimetismo e a noção de pedaço é exposta aqui a partir das afirmações de Magnani (2007), que identifica o uso de um espaço como ambiente intermediário entre o público e o privado, e que possui uma amplitude maior do que a dos laços familiares. “Cada espaço apropriado, mesmo que temporariamente, ganha papel central e fundamental para a manutenção do pedaço – a pessoa é do pedaço não somente por portar tais sinais e por agir de tal maneira, mas também por estar naquele lugar naquele momento. Por saber que é exatamente ali que deve estar” (MAGNANI 2007, p. 90).

O termo apropriado por Magnani (2007) é usado para designar uma concretude da vida urbana, um espaço geograficamente demarcado e determinado por uma rede de relações sociais íntimas, como parentesco e/ ou amizade, o que reforça as práticas de sociabilidade e dá conotação de identidade local àquele determinado espaço.

Embora minhas representações sobre solidariedade neste primeiro momento, não fossem as mesmas expostas por Magnani (2007), após uma reflexão e suspendendo o juízo de valor, consegui entender essa lógica. Essa experiência demarcou minhas reflexões sobre rede e território, além de propiciar o entendimento de uma de minhas primeiras intenções neste estudo: identificar, na cidade de Manaus, pontos onde as jovens ficavam, transitavam e se relacionavam, no campo da exploração sexual. Importa ressaltar que esses pontos também são reconhecidos como pontos de prostituição de mulheres, de travestis adultos e adolescentes. Na pesquisa de campo, acabei por presenciar nesses pontos a existência de adolescentes em situação de exploração sexual.

5.4 Os pontos de exploração sexual em Manaus e suas reproduções territoriais

O mapa a seguir demonstra os pontos nos quais foram encontradas situações de exploração sexual. Grande parte desses lugares apresenta características particulares e formas específicas de funcionamento. Os pontos envolvem a Bola do Produtor, Avenida Grande Circular, Avenida André Araújo, imediações do prédio da SEFAZ, Avenida Getúlio Vargas,

comportamento, de forma que esse organismo passa despercebido, como uma camuflagem para obter vantagens (MARCUS, 2004).

orla da Manaus Moderna, Amarelinho, no bairro de Educandos, calçada do Distrito Industrial, Vila da Felicidade, Mauzinho e Passeio da Glória.

Mapa 4



Fonte: Mapa elaborado com base na pesquisa de campo.

Grande Circular

Iniciando a descrição, a partir da Avenida Grande Circular, identificamos que esta avenida possui um fluxo intenso de pessoas e carros, além de muitos estabelecimentos comerciais, bem como órgãos públicos.

O fluxo nessa avenida durante o dia é intenso e muitas pessoas trabalham, transitam, cruzam, compram, vendem e fazem muitas outras atividades. A maioria dessas instituições e empresas tem atividades durante o dia.

À noite, ela passa por uma transformação e mostra um funcionamento totalmente diferente. Surgem outras atividades relacionadas à vida noturna, bares, casas de show, pousadas, motéis, etc. Há, ainda, atividades que envolvem os comerciantes ambulantes, taxistas, mototaxistas, que podem se relacionar ou não com as atividades de exploração sexual, mas que também emergem nesses espaços.

Ao longo da avenida existem muitas pessoas oferecendo programas sexuais. Encontrei muitas adolescentes fazendo programas próximos a pousadas e motéis.

As ações se retroalimentam, por conta dessas atividades. Existe um grande número de pousadas nas ruas e becos próximos à Grande Circular. Em muitas pousadas encontramos faixas com o valor da hora de estadia. A mais barata que encontramos foi a de 10 reais a hora. Durante o dia, no horário entre 12 e 14 horas, também encontramos muitas mulheres e jovens fazendo programa nas imediações dessas pousadas, que ficam localizadas nas proximidades da Bola do Produtor e Grande Circular. Esta avenida cruza uma grande quantidade de bairros da zona leste, que é área de maior incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes de Manaus.

Seguindo o fluxo da Avenida Grande Circular, em direção ao centro da cidade, chegamos ao Viaduto Gilberto Mestrinho, que une essa avenida a outras vias e a outro ponto onde existem situações de prostituição.

Estrada do Aleixo

A Avenida André Araújo, conhecida pelas jovens como estrada do Aleixo, também possui fluxo intenso, com um número menor de atividades comerciais durante o dia, numa comparação com a Avenida Grande Circular. À noite, nessa avenida, foram encontrados adolescentes, mulheres e travestis de várias faixas-etárias, em situação de exploração sexual. Nesse ponto encontramos uma quantidade significativa de mulheres ao longo de toda via.

No final da Avenida André Araújo encontramos vários prédios institucionais do Poder Judiciário, dentre eles o Ministério Público Federal, o Tribunal do Júri, o Fórum Enoch Reis e SEFAZ. Nas proximidades desses prédios muitos travestis, fazem ponto, dentre eles alguns jovens com idade entre 14 e 24 anos.

Centro da Cidade

Já no Centro da cidade, na Avenida Getúlio Vargas, o que predomina é o grupo de travestis. No início da pesquisa, em 2012, havia um número maior de jovens nesse local, porém, com o passar do tempo, isso foi se modificando, principalmente em função do fechamento de casas noturnas que funcionavam nas proximidades. Desse modo, percebemos uma grande fluidez e mudanças nos pontos, de acordo com o negócio ou tipo de ação lógica que funciona nesses lugares. O mapa apresentado na página 120 destaca pontos descritos por

outras pesquisas, como a de Ribeiro (2011). Esses pontos foram citados por outros atores da rede de exploração e de proteção. Ao confrontarmos com o mapa anterior podemos observar que Ribeiro (2011), já dava ênfase a esses pontos, que permanecem ativos, apesar de, em 2016, termos percebido que as adolescentes não aparecem com a frequência de quatro anos atrás. Uma hipótese que podemos levantar é a inclusão dos meios eletrônicos, internet e redes sociais, que facilitaram a comunicação nessa rede, que faz com que a comunicação para esse tipo de atividade se viabilize adaptando-se as mudanças.

A Praça da Polícia, localizada na Avenida Sete de Setembro, foi mencionada como um ponto de encontro entre as jovens e as pessoas que às agenciavam, ou com quem elas faziam programas. Outros lugares também apareceram no centro da cidade nos discursos das jovens, dentre eles: a Praça da Matriz; imediações do Porto; Rua Itamaracá; Rua Lobo D'almada; Praça de São Sebastião e Praça do Congresso.

Algumas jovens chegaram a destacar o aluguel de espaços onde ficavam juntas de forma mais cômoda, localizado no centro da cidade. Esses lugares se transformavam em apartamentos onde os programas aconteciam ou mesmo em pontos estratégicos para que as jovens estivessem mais próximas aos lugares de encontro para programas sexuais.

Nesse processo, então, destacamos as lógicas do espaço territorial em que as redes funcionam melhor se estão mais próximas das pessoas que delas fazem parte. Assim, os mecanismos de “solidariedade”, “trocas”, “intimidade” vão ocorrendo e fazendo parte da lógica desses espaços nos processos de exploração sexual.

No Porto, nas proximidades da Feira da Manaus Moderna, ainda no Centro, a situação é muito complexa, pois a exploração sexual ocorre de forma implícita com crianças e adolescentes que trabalham na feira e no mercado onde se vende frutas, verduras, peixe, carnes e produtos regionais. No mesmo período da pesquisa, foram levantadas suspeitas de um leilão de meninas, com programas realizados nas embarcações ancoradas às margens do rio Negro, nesse Porto. Nessa feira, presenciei muitas situações indicativas de exploração e conversei com algumas meninas. Dentre elas, encontrei uma jovem que hoje tem 24, da qual conheço a trajetória há 10 anos, desde que ingressei no Programa Sentinela. A mesma, desde sua infância, nesses espaços da feira e no bairro de Educandos, troca programas por dinheiro e drogas. Hoje, ela é vista como uma dependente química, e outros rótulos. Sua história de vida foi permeada por abusos e situação de exploração sexual. Porém, no meio de todas as

atividades que fazem esse espaço, ela é só mais uma. Principalmente pela sua condição de dependência química, por ser um andarilha e viver em condição de rua.

O mapa a seguir representa pontos do centro da cidade relacionados aos relatos das jovens. Nesses lugares, não encontrei adolescentes, com exceção do mercado próximo à área portuária. Infere-se que esses espaços sejam mais relacionados a pontos de circulação e recrutamento das jovens ou que a exploração sexual ocorra em espaços privados.

Mapa 5



Fonte: Mapa elaborado com base na pesquisa de campo.

Educandos

No bairro de Educandos, o Amarelinho foi o ponto principal onde ocorreram as primeiras experiências que deram origem a esta pesquisa. Esse lugar fica localizado na orla do bairro, próximo à feira da *Panair*. Tem esse nome porque existe um calçadão cercado por grades de ferro amarelas que envolvem uma parte da Orla. Quando se chega à Manaus de barco, é possível avistar as grades amarelas de longe. Próximo a esta área existem várias atividades de lazer, o Centro Comunitário, bares, escolas nas proximidades do amarelinho existem também áreas escuras propícias a situações de exploração sexual e uso de drogas.

Calçadão do Distrito Industrial

Já no Distrito Industrial, o Calçadão, que tem esse nome por ter uma grande calçada para caminhada e quadras de esporte, é uma área com muitos bares que cerca o entorno de muitas empresas do Distrito Industrial. Existem travestis, mulheres e adolescentes em pontos específicos desses espaços. Encontrei algumas meninas com idades aproximadas de 14 anos nesse ponto. Algumas sentadas em paradas de ônibus ou próximo aos bares. Existem relatos de que os programas ocorrem, sobretudo, com os caminhoneiros e carreteiros que por ali trafegam. As meninas com as quais tentei contato neste espaço se mostraram arredias e fugiam das minhas tentativas de abordagem.

Mauzinho e Vila da Felicidade

No Bairro Mauzinho e Vila Felicidade, próximo à zona portuária da Ceasa e do Distrito Industrial, passam muitos marítimos e caminhoneiros que têm contato com as jovens. Parte delas são moradoras dessas comunidades e conheci algumas jovens que engravidaram dessas relações. Tive contato com adolescentes que só viram os seus parceiros algumas vezes e, depois disso, os mesmos retornaram ao seu estado de origem. Vale a pena pesquisar sobre essas relações e estudar se estes fatos se caracterizam como exploração sexual. Importa ressaltar que esse lugar, por ser uma zona portuária, apresenta características muito parecidas com o Porto e o Amarelinho, porque as situações de exploração não ocorrem de forma explícita, no centro de Manaus, como encontrei em outros pontos. Os contatos em situação de exploração sexual parecem ocorrer de forma mais velada. Portanto esse último ponto deixou para mim questões em aberto. Revelou outras características peculiares que não necessariamente podem estar relacionadas diretamente com a exploração sexual e, como não estavam relacionados aos meus objetivos, acredito ser importante deixá-los em aberto para um aprofundamento em futuras pesquisas.

5.5 Corpo e território

No bairro do Mauzinho existe um número significativo de gravidez precoce e esta é uma realidade que precisa ser melhor estudada e avaliada para verificar se estas experiências se caracterizam como abuso ou exploração sexual. Independente de se

enquadrarem nessa condição é inegável que essas experiências precoces têm um impacto significativo na qualidade de vida dessas meninas. Pois muitas deixam de frequentar a escola para cuidar dos filhos e sustentá-los. Em Manaus esta é uma realidade muito comum.

Outro aspecto que merece destaque quanto ao comportamento reprodutivo das mulheres residentes no bairro do Mauzinho, diz respeito ao rejuvenescimento da fecundidade, onde os grupos etários mais jovens (15 a 29 anos) compartilham os maiores níveis de fecundidade. As mulheres do grupo de 20 a 24 são as que apresentam a maior participação na fecundidade total do bairro (24,8%), seguidas pelas do grupo de 15 a 19 anos cujo percentual era de 22,3%, o que revela uma significativa presença de gravidez na adolescência no bairro (SANTIAGO et. al., 2010, p. 8).

Essa situação também ocorre em outros bairros da cidade de Manaus, conforme dados levantados a partir da Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), em torno de 200 casos do tipo, são registrados mensalmente nos bairros Jorge Teixeira, Cidade Nova e Compensa. Estes Bairros das zonas leste, norte e oeste estão entre os que apresentam a maior incidência de adolescentes grávidas em Manaus. Com a média de 95 registros de gravidez na adolescência por mês, em contrapartida aos dois ou sete partos ocorridos anualmente em outros bairros, o Jorge Teixeira, zona leste, é o que mais apresenta mães na faixa etária de 15 a 19 anos de idade. Em segundo lugar no ranking está o bairro Cidade Nova, zona norte, com 79 casos mensais, o que leva a crer que cerca de 948 adolescentes em situação de vulnerabilidade social engravidem no bairro até o final deste ano. Na Compensa, zona oeste, 35 adolescentes engravidam por mês” (JORNAL D.24, p.2013).

Diante dessa estatística, observando de forma geral, temos a identificação de adolescentes com gravidez precoce. Mas ao se observar as histórias em profundidade, desde o início da vida sexual na adolescência, como podemos caracterizar esses casos? Como abuso? Exploração sexual? Ou como uma condição natural da região?

Vamos à leitura de duas experiências.

Uma jovem de uma família indígena, natural de um dos municípios do Amazonas, veio para Manaus com sua mãe e padrasto. Ocorre que o primo do seu padrasto, que frequentava a casa da família, abusou dela aos 12 anos. Os abusos se tornaram frequentes, mas em virtude das ameaças que recebia, não contava a situação para a família. Após alguns meses a jovem engravidou. A família a expulsou de casa e ela passou a morar em um abrigo.

Entre idas e vindas desta jovem no abrigo e tentativas de voltar para a família chegou a morar com várias pessoas que a agenciavam.

Em conversa com outra jovem, após uma palestra sobre violência sexual, que ela participou, na rede de proteção, ao contar sobre sua experiência, enfatizou que nunca viu esses fatos como abuso ou exploração sexual. Mencionou, que dos assuntos tratados na palestra podiam surgir muitas ações para prevenir que meninas passassem por essa experiência. Destacou os incômodos que sentia, as dificuldades em dar limites, porque parecia que seu corpo não era sua propriedade, não era seu nesses momentos.

Muitas dessas histórias, durante muito tempo, foram naturalizadas por convenção da sociedade ou por outras razões que não consegui levantar nesta pesquisa. Grande parte das adolescentes pensam outras possibilidades para sua vida, para além da exploração sexual. Sentem incômodo pela condição de exploração, que no meu ponto de vista, pode ter várias causas ou relações, como o estigma que a exploração sexual carrega, ou fato de conversarem com uma pesquisadora que também é da rede de proteção e estarem tentando acompanhar minhas concepções, ou mesmo como o incômodo do uso do seu corpo, que como descrito no relato da jovem, não parece seu, em alguns momentos.

Assim, a geografia aparece, neste trabalho, relacionada também a ideia de corpo e território, para pensar o corpo como primeiro espaço de autonomia da pessoa.

A geografia humana é uma ciência que consagra o estudo e à descrição da interação entre a sociedade e o espaço. Ela auxilia o ser humano a entender o espaço geográfico em que vive e suas particularidades. Pode-se compreender o objeto da geografia humana como sendo a leitura crítica das percepções e transformações humanas sobre o espaço, no transcorrer do tempo, assim como a incidência do espaço sobre a sociedade, isto é, a relação do homem com o espaço, o homem espacializado.

Relacionar a ideia de espaço e território a uma invasão do espaço pessoal ou territorial de crianças e adolescentes, apresenta-se como uma reflexão importante para se pensar como princípios de autonomia, agência e direitos sexuais de crianças e adolescentes.

Sommer (1973) aponta que o espaço pessoal é uma área com limites invisíveis que cercam nosso corpo; é um território portátil, pois pode ser levado para qualquer lugar, sendo que, dependendo da concentração de pessoas ou da densidade do local, este território pode se ampliar, diminuir ou até desaparecer.

As adolescentes pesquisadas neste estudo, na relação com seus espaços e com o seu corpo vivenciam essas sensações de ampliação, diminuição e desaparecimento do corpo. As pessoas normalmente demarcam seu território utilizando aspectos existentes em seu ambiente ou modificando-o para indicar um limite, o que ocorre, na maioria das vezes, é que os outros respeitam essa demarcação. Ainda para Sommer (1973), como se pode observar, o conceito de espaço pessoal está relacionado com os conceitos de territorialidade, privacidade e densidade.

Para esse autor, há uma distinção entre espaço pessoal e territorial. O espaço pessoal é tido como a área espacial que circunda o corpo de uma pessoa, cujos limites existem apenas na “mente”; o espaço territorial, por sua vez, é uma “estruturação do espaço estático (através do qual se movimenta o espaço pessoal), a cujo respeito uma pessoa experimenta certo sentimento de posse”.

Altman (1975), apud Günther (2003), define privacidade como o controle que o indivíduo tem sobre si mesmo. O autor considera a invasão do espaço pessoal como a perda de controle sobre si ou a perda da privacidade. Os conceitos de espaço pessoal, territorialidade e densidade podem ser verificados tanto de maneira objetiva, pois se referem a espaços físicos, quanto de maneira subjetiva, pois podem se constituir numa avaliação pessoal ou social; além disso, estes três conceitos, como também o de privacidade, estão relacionados ao de mobilidade, na medida em que o movimento de uma pessoa afeta o espaço pessoal, a privacidade, o tamanho do território, a densidade do seu espaço e dos outros, pois o movimento pode aumentar ou diminuir esses elementos, que podem implicar num maior ou menor controle sobre eles .

Em se tratando de território e corpo das pessoas, é importante que sintam que seu espaço pessoal e privacidade estão resguardados para sentir satisfação quanto ao ambiente em que moram; caso contrário elas precisam construir espaços de resistência. Acredito que a exploração sexual possa ser um dos espaços de resistência das jovens que não ficam na “passividade” como ocorre em alguns casos de abuso sexual, pois com esse recurso as jovens tentam mostrar sua agência no espaço que lhe é permitido que como vimos do decorrer da pesquisa é amplo na rede de exploração sexual.

A rede de exploração além de possuir um espaço amplo, também se apresenta como dinâmica como podemos observar no fluxograma da rede de exploração apresentado no início deste trabalho. A comunicação e as ações não ocorrem em lugares fixos e são

organizadas por toda uma rede, que utiliza recursos do interesse das jovens como festas, telefones celulares, internet redes sociais. Nesse aspecto, a ideia de território não se apresenta somente no corpo de crianças e adolescentes, mas como destaca Souza (2001), como formas de organização, reorganização social, cenário, modos distintos de percepção, ordenamento e reordenamento em termos de relações com o espaço.

Com base no artigo território, etnopolítica e desenvolvimento, Albert (1997), sobre o movimento indígena na Amazônia brasileira, no qual este autor destaca como o cerco das sociedades amazônicas pela (1) "fronteira" de desenvolvimento como estradas, assentamento de terra, fazendas, mineração e florestas que (2) submetem as coordenadas sócio-simbólica de seus territórios e identidades coletivas que (3) fundamentam mudanças tão significativas quanto aquelas experimentadas por seus sistemas produtivos, no qual (4) o isolamento territorial e a incerteza da identidade levaram esses grupos a uma dinâmica de adaptação, que gradualmente (5) se torna uma dimensão da reprodução social e cultural. Estas situações ocorrem de forma muito similar nas situações de exploração sexual de meninas nos espaços em que as mesmas transitam.

Desse modo, trabalhar com a ideia de território, como suporte físico e material de coletividades, que elaboram estratégias socioculturais dentro de um determinado marco, é fundamental. Said (1999), por exemplo, faz alusão ao ponto de vista histórico como indispensável e supõe não apenas uma percepção do que é passado como também aquilo que dele permanece.

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie — acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras (SAID, 1999, p.33).

Nesse sentido, voltamos ao que Moraes (1999) descreve: que nos países de formação colonial, a dimensão espacial adquire condição singular na explicação dos processos sociais e da vida política em particular. O autor acredita que neles a geografia emerge como uma determinação básica, reveladora de motivações e como instância

explicativa de estruturas e práticas históricas. Destaca países formados na conquista de espaços, e que tem na apropriação territorial um móvel recorrente dos interesses e das alianças políticas.

A separação entre “a realidade”, as representações simbólicas e as relações humanas, também se fazem importantes, principalmente, nessas novas configurações que vem se desenvolvendo no espaço do ambiente virtual. Uma mudança de posição para mudar a forma de se ver a história como as diversas formas em que sociedades tribais da Amazônia construíram a partir da ideia de colonialismo, abrem amplo espaço para se pensar territorialidade por novos ângulos, com novas visões, inclusive pensando a territorialidade dos espaços de crianças e adolescentes. Faz-se importante considerar que todos os fenômenos e categorias aqui discutidos não se encontram desconectados. As ideias de naturalização de alguns fatos, as relações de tutela; o processo de colonização; os processos de resistências, marginalizados em pontos da história; as questões de gênero, poder, sexualidade e violência imbricam-se e reproduzem-se nas redes e nos territórios, e criam formas contemporâneas de relação com os fatos.

5.6 Análises e hipóteses ou limites e possibilidades?

Para a conclusão deste capítulo apresentarei algumas estatísticas relacionadas aos números de atendimentos a casos de violência sexual na cidade de Manaus. São números que contemplam, inicialmente, o total de atendimentos a casos à violência sexual, incluindo homens, mulheres, crianças e adolescentes. Posteriormente, incluo os números relacionados a crianças e adolescentes do gênero masculino e feminino. Procuro demonstrar em linhas gerais, o volume de atendimento que parte dessa rede atende, e de como se faz necessário um atendimento especializado em casos mais específicos, como os casos de exploração sexual.

Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência da Maternidade Moura Tapajós - SAVVIS – MMT, localizado na zona Oeste de Manaus, por se caracterizar como um serviço que atende a casos agudos, considerados emergenciais, que não ultrapassaram o período de 72 horas do ocorrido. Este serviço recebe, de forma geral, todas as demandas de casos de violência sexual.

Podemos perceber o grande número de atendimentos realizados nesse SAVVIS e sua importância no âmbito da rede intersetorial e, principalmente, na rede de proteção de

crianças e adolescentes, por atender desde a emergência até a prevenção de novas violências e de casos de DSTs.

Tabela 1

**Vítimas de Violência Sexual Atendidas no SAVVIS,
no período de 2006 a 2014.**

SAÚDE DO ADULTO, MULHER, CRIANÇA E ADOLESCENTE								
Atendimento Anual do SAVVIS da Maternidade Moura Tapajós								
2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
134	227	294	384	508	530	690	777	848

Fonte: Coordenação do SAVVIS - Maternidade Moura Tapajós.

Já o SAVVIS - Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual Dona Lindu, localizado na Zona Centro – Sul de Manaus, além de se caracterizar como um serviço 24 horas, como o Serviço da Maternidade Moura Tapajós, também atende os casos de aborto em geral (aborto espontâneo) e aborto legal, com autorização judicial, nos casos de estupro. Este SAVVIS atende, em sua maioria, adolescentes e mulheres adultas, com 90% dos tipos de violência sexual de estupro, e dos agressores, 89% desconhecidos das vítimas.

Outro fato que chama a atenção é a questão do aborto no Brasil que caracteriza-se, ainda, no campo das políticas públicas, como um procedimento polêmico, pois existem questões que se apresentam como conflitantes, como a que envolve o direito das vítimas de não querer gerar um filho resultado de uma violência, e, por outro lado, o direito à vida de crianças geradas nessa condição.

Os percentuais aqui apresentados também chamam a atenção, pois se 89% das mulheres que sofrem violência sexual conhecem seus agressores, faz-se necessário discutir o quanto as crenças de domínio e poder se relacionam com as questões de gênero, sexualidade e violência nas relações sociais entre homens e mulheres, e o quanto precisamos avançar na

conscientização da sociedade quanto a crenças equivocadas que motivam a violência sexual, bem como, realizar análises para além de redução apenas ao diagnóstico de pedofilia daqueles que praticam esse ato.

Tabela 2

Nº Total de Atendimentos no SAVVIS / Ano: Casos Novos + Ambulatório + Aborto Legal								
ANO 2010 *Jul a dez.	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016 *jan. a abril	TOTAL GERAL	
12	28	34	69	371	366	111	991	
Casos novos + Aborto Legal	Casos novos + Aborto Legal	Casos novos + Aborto Legal	Casos novos + Aborto Legal	Casos novos + Ambulatório + Aborto Legal	Casos novos + Ambulatório + Aborto Legal	Casos novos + Ambulatório + Aborto Legal		
Nº de Casos: (Novos + Ambulatorial + Aborto Legal) / Ano								
DEMANDA	ANO 2010 *Jul a dez.	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016 *jan. a abril	TOTAL GERAL
CASOS NOVOS	11	27	34	62	108	95	27	364
AMBULATORIO	00	00	00	00	250	259	80	589
ABORTO LEGAL	01	01	00	07	13	12	04	38
TOTAL ANUAL	12	28	34	69	371	366	111	991

Fonte: Coordenação do SAVVIS – Instituto da Mulher - Dona Lindu.

Vale ressaltar que nesses locais a demanda é identificada apenas como violência sexual, pois as demandas emergenciais são complexas, possuem muitas peculiaridades. Investigar possibilidades de exploração sexual nesses casos, torna-se algo muito delicado e necessita de muita preparação dos profissionais, pois é complicado para quem passa pelo abuso sexual, em uma situação emergencial, ficar sendo indagado sobre situações de exploração sexual.

“É o que também comove as pessoas. O abuso é o que sensibiliza as pessoas. Na exploração sexual, as pessoas sempre acham que é uma escolha das meninas, que elas tão na rua porque querem. Todo mundo coloca a culpa nelas”(A.C, Rede de proteção).

Se para as jovens de exploração esta expressão já carrega uma conotação negativa pelas impressões que elas têm da visão geral da sociedade, para as pessoas que passam pela experiência do abuso, e não estão habituadas com esse tipo de indagação, isso pode interferir de forma negativa no atendimento. Nesses serviços o tempo também é um complicador, pois apesar de se trabalhar com retornos, o tempo de atendimento também é limitado e esse tipo de investigação também se torna um desafio. Por outro lado, em grande parte das vezes, as demandas de exploração sexual não são emergenciais, caracterizando-se como casos crônicos, aqueles que ultrapassam o período de 72 horas.

Dada a especificidade dos atendimentos, esses dois serviços atendem em regime de 24 horas por dia, com atenção às demandas emergenciais, funcionando inclusive nos finais de semana e feriados. Importa ressaltar que a partir de junho de 2016 está em processo de implantação o SAVVIS da Maternidade Ana Braga, ampliando na cidade de Manaus esse tipo de serviço.

Destaco agora, de forma mais específica, os centros e serviços que acompanham os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

O gráfico a seguir é aqui apresentado, principalmente para enfatizar que os números de atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS da região Centro-Sul, desde sua fundação em 2001, como Programa Sentinela, tem atendido mais a casos de abuso, do que a casos de exploração sexual. Enfatizamos que esses números contribuem para fortalecer os argumentos, que corroboram com a hipótese levantada neste estudo, de que a rede de exploração apresenta lógica de funcionamento mais próxima da realidade das adolescentes do que a rede de proteção, pois como podemos ver os casos de exploração são menos registrados nos centros de atendimento.

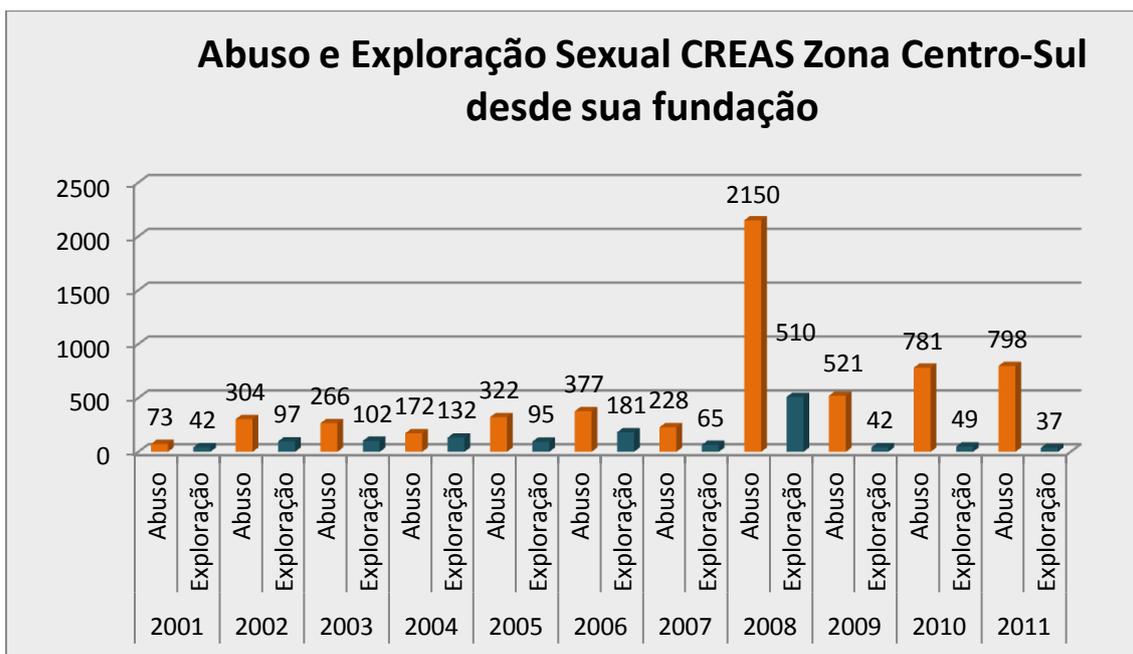
Desse modo, descrevo também duas das principais hipóteses levantadas pelos atores da rede de proteção, que confrontam com as hipóteses deste estudo sobre essa diferença entre os números de abuso e exploração: a primeira é a de que os números de exploração sexual são significativamente menores do que os números de abuso; a segunda é a de que os casos de exploração sexual que chegam à rede de proteção não são contabilizados, porque muitas vezes, não são identificados e registrados como tal, pois muitas situações de abuso

encobrem experiências de exploração sexual que não são identificadas e/ou explicitadas pelas famílias ou pelos serviços de atendimento no momento da admissão das adolescentes ao primeiro local em que a família é atendida na rede de proteção. Às vezes, essas informações aparecem em um segundo momento do atendimento, em outros pontos da rede para onde o caso é encaminhado depois de passado algum tempo, quando o caso demanda a necessidade de um acompanhamento de psicoterapia mais prolongada, ou mesmos no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Importa ressaltar que mesmo que os números de exploração sexual se apresentem como relativamente menores, eles exigem acompanhamento e procedimentos mais específicos, diferenciados dos acompanhamentos que envolvem as demandas de abuso sexual. Retirar uma jovem da exploração sexual, com suas ações de agência e ganhos, torna-se um desafio particular. Não é fácil desconstruir laços de afinidades e lógicas pertencentes ao mundo das jovens e tentar promover adaptação entre a lógica dos serviços e a lógica das meninas. Isso gera um gasto de energia à parte, exigindo um maior investimento dos profissionais, que precisam de qualificação contínua e comprometimento com a causa.

Pelos números descritos abaixo, podemos observar que orquestrar estas duas demandas se caracteriza também em um desafio, porque o abuso e a exploração sexual exigem direcionamentos e acompanhamentos diferenciados. Pelos quantitativos de descritos atendimentos podemos perceber o volume de ações necessárias.

Gráfico 1



Fonte: Coordenação Sentinela/CREAS zona centro-sul – número total de atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

A partir dos anos de 2012 e 2013, por várias mobilizações de diversos campos da rede, surgem outros centros e serviços, com a implantação de serviços ambulatoriais no campo do SUS e do SUAS. Surge nesse período o SAVVIS Sul Ambulatorial e a ampliação dos serviços do CREAS para a zona Norte - Cidade Nova e as demandas de exploração sexual começam a aparecer com maior frequência. O que indica que um atendimento territorializado e especializado, mais próximo da população, facilita o acesso à rede de proteção, que pode criar estratégias mais focalizadas de acordo com as características e lógicas de funcionamento da população de cada espaço, inclusas as demandas que neste trabalho são caracterizadas, pelas adolescentes em situação de exploração sexual.

Nos gráficos abaixo (2, 3 e 4), são apresentados os números de atendimento de acordo com gênero, limitados também somente a crianças, adolescentes e jovens. Importa ressaltar que este CREAS passou a atender demandas que envolvem outras violações de direitos.

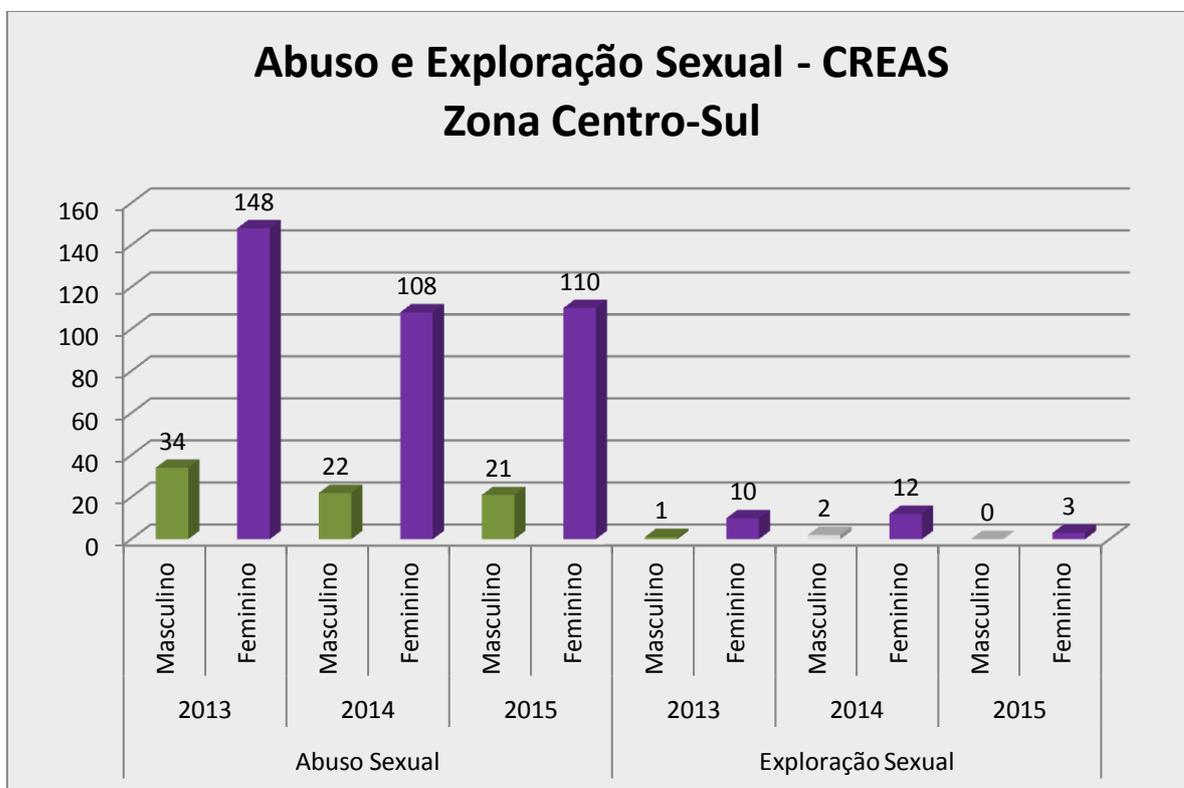
No quantitativo relacionado aos atendimentos de 2012 a 2015, os números de exploração sexual permanecem inferiores aos números de abuso sexual. O que também fortalece os argumentos descritos neste estudo, sobre o fato de a rede de exploração sexual estar mais próxima das adolescentes do que a rede de proteção. Nesses números, o gênero ainda aparece como categoria binária masculino/feminino, o que indica que ainda não avançamos em dados que envolvam os adolescentes que não se sentem enquadrados nesse binarismo. Ainda temos que avançar nesse campo com relação às especificidades de algumas demandas. Destaco esses fatores porque, apesar de ter trabalhar na rede com as meninas adolescentes em situação de exploração sexual, percebi nas ruas um grande número de adolescentes travestis, que nunca foram atendidas por esses serviços e centros. Atualmente, nas ruas elas se apresentam em grande número.

Por outro lado, dos números que chegam à rede de proteção nesses serviços e centros a maioria é de exploração sexual de meninas. Esta é uma questão que pode estar relacionada à categoria gênero, na qual as mulheres são as que mais frequentam os serviços, e também ao fato da família ficar envergonhada por um garoto passar pela situação de exploração sexual, ou mesmo pelo fato ocorrer mais frequentemente com as meninas, pois o fato de ter encontrado jovens travestis não se caracteriza como comprovação de que existam mais meninos nessa condição, pois precisaríamos conhecer melhor essa realidade para chegar

a esse tipo de conclusão. Porém, é importante perceber que esses casos têm aparecido com maior frequência nas ruas.

Outra questão relacionada com as questões de gênero é que também as adolescentes travestis, aparecem com maior responsabilidade sobre sua condição de exploração, o que gera, por parte de alguns seguimentos da sociedade, certo descaso em relação à sua condição de explorado sexualmente. Se as meninas nessa condição são responsabilizadas, com a travesti o preconceito é duplicado pela sua orientação sexual e por se colocar nessa condição.

Gráfico 2

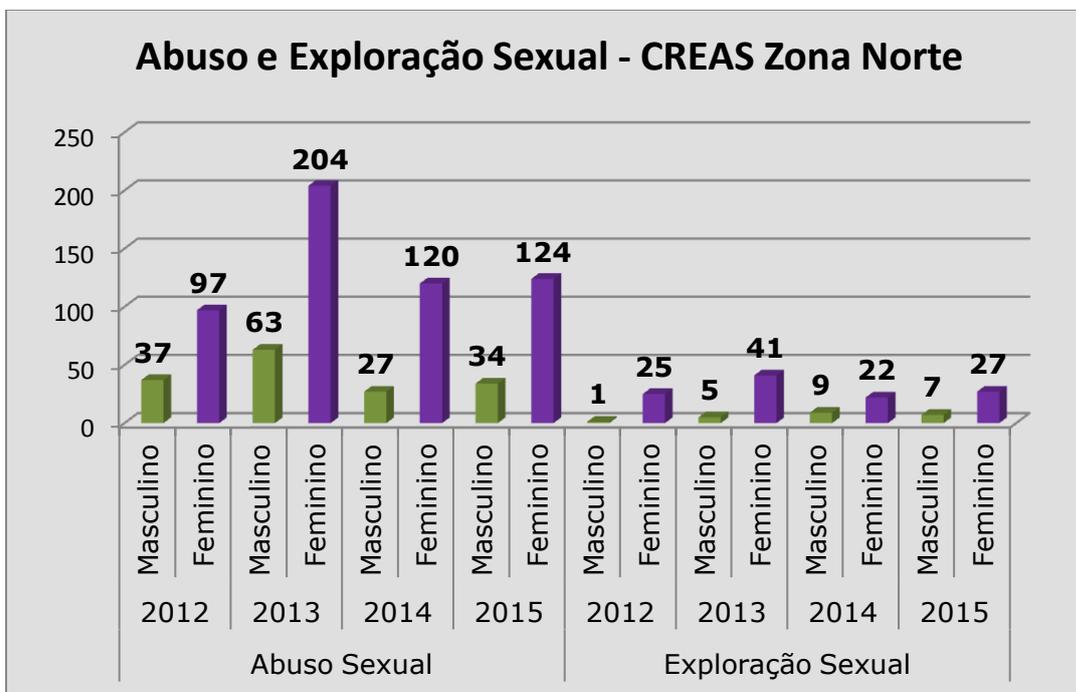


Fonte: Coordenação do CREAS zona centro-sul – número total de casos de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos

No próximo gráfico, vemos que no CREAS Cidade Nova, situado na região norte, a estatística do número de exploração também é inferior ao número de abuso. Permanece assim, como no SAVVIS – Sul, que faz atendimento ambulatorial na rede SUS. Podemos perceber que os casos que eram atendidos somente no CREAS da zona Centro-Sul é compartilhado com o CREAS Cidade Nova, o que melhora e amplia a capacidade do

atendimento e aproxima esse equipamento da população. A quantidade de atendimentos a casos de exploração sexual diminui no CREAS – Centro SUL, que passa a atender também muitos adolescentes de medida sócio-educativa.

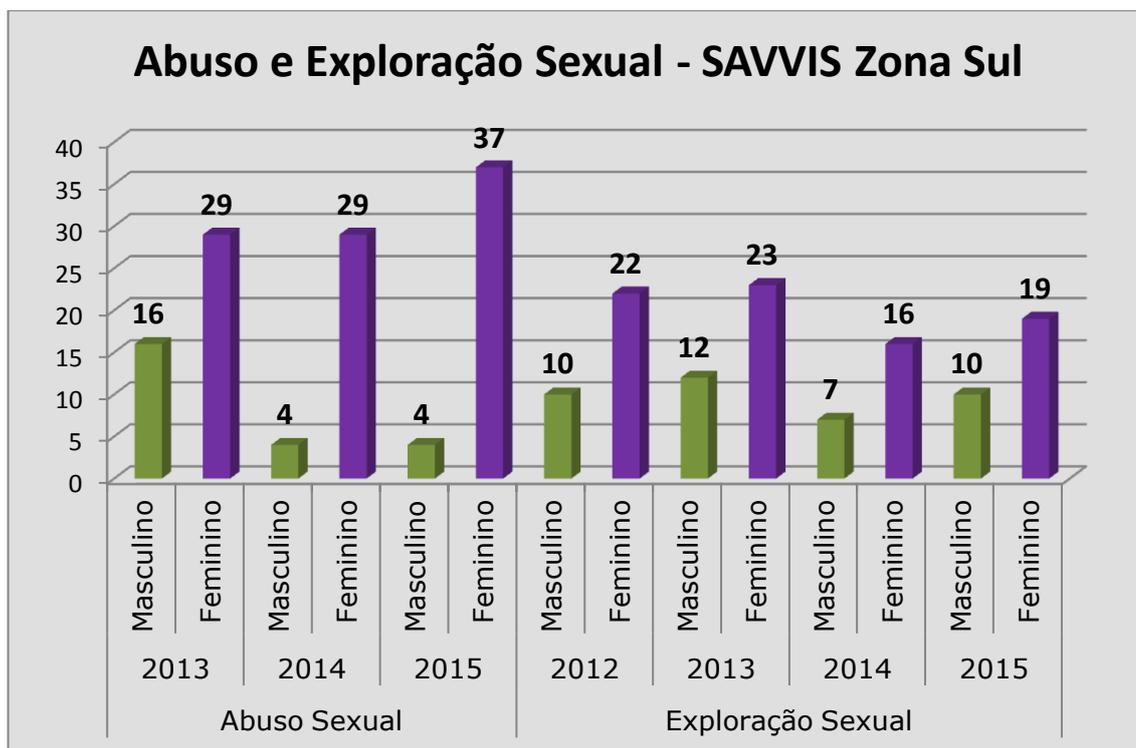
Gráfico 3



Fonte: Coordenação do CREAS zona norte – número total de casos de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos

Já no SAVVIS, último equipamento de análise, é possível observar que a exploração sexual aparece com números que reforçam nossa necessidade de pensar a agência, como o ponto de partida para novas ações da rede de proteção. Pois nos campos onde crianças e adolescentes não possui poder, como no campo da vulnerabilidade, podemos observar as consequências de algumas experiências. Dos casos atendidos entre 2013 e 2015 foi possível identificar, também, alguns tipos de doenças sexualmente transmissíveis contraídas por pessoas que sofreram violência sexual. (condiloma acuminado, herpes, sífilis e HIV). Assim, estes números representam uma amostra que reflete como os principais pontos da rede têm atendido e complementam as discussões e reflexões aqui levantadas. Desse modo, as interlocuções e imbricações, trazidas aqui, permitem confrontar diversas informações, que podem destacar limites e ampliar possibilidades para se conhecer e tecer novas realidades.

Gráfico 4



Abuso e exploração sexual SAVVIS - zona sul- Policlínica Antônio Reis número total de casos de adolescentes - 12 a 18 anos.

Ao fim dessa exposição, que reuniu elementos quantitativos e qualitativos, buscamos confrontar elementos conceituais como categorias (teóricas e nativas); elementos materiais resultantes da pesquisa de campo, como o número de atendimentos a vítimas de abuso e exploração sexual; tudo com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre a realidade das adolescentes submetidas à exploração sexual, seus desejos, necessidades, suas ações, e principalmente capacidade de agência e suas relações com a rede de proteção e rede de exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar essa discussão com tantas possibilidades aqui trabalhadas torna-se um desafio particular. Tentarei descrever algumas ideias que sintetizam algumas conclusões.

Para iniciar, gostaria de tratar da ideia de fronteira, porque toda reflexão construída nesta interlocução ocorreu nesse espaço divisório. O trabalho aqui apresentado foi construído na fronteira entre a psicologia e a antropologia, entre a rede de proteção e a rede de exploração, entre meu papel de pesquisadora e meu papel de psicóloga, entre minhas reflexões e as dos demais atores sociais desta pesquisa, e em especial das adolescentes.

A experiência com as reflexões construídas em uma área fronteira tornaram-se particularmente estratégicas e me fizeram visualizar outras formas de olhar para jovens e sua condição.

Essas experiências me fizeram sair do lugar de profissional e realizar o que realmente considero uma tentativa de aproximação com o contexto das adolescentes, situado em uma vida cotidiana cheia de conteúdos a serem explorados, e que poderiam representar uma possível mudança de perspectivas, com outros limites e outras possibilidades.

O processo aqui realizado permitiu também, um exercício muito importante no campo da psicologia e da antropologia: O exercício contínuo de “distanciar” e de “familiarizar”, na medida do possível. O trânsito nesses dois polos é amplo e se conseguimos caminhar entre um e outro, conseguimos visualizar várias maneiras de enxergar e entender determinadas realidades, o que facilita possíveis caminhos a tomar.

A pretensão desse exercício não é relativizar tudo, mas de usar a relativização para sair do lugar que ocupamos, que comporta muitas crenças interiorizadas como sinônimos de verdade, e que servem de manutenção e controle das pessoas e dos corpos.

Importa ressaltar, que os temas, conceitos e categorias aqui discutidos; os serviços aqui descritos; as ações realizadas nos campos da rede de proteção e a pesquisa no campo da rede de exploração também se caracterizaram como imagens, apresentadas pelas várias possibilidades do “caleidoscópio”, como um pano de fundo dos dilemas, dos avanços e dos desafios que formam também uma interlocução diferenciada. Isso possibilita apresentar o contexto das jovens em situação de exploração sexual por uma via diferente, principalmente do eixo vítima/agressor. Esse pano de fundo não se apresenta como menos importante, ele

abre espaço para que o contexto das jovens apareça em certo relevo, de uma maneira que não estamos acostumados a olhar.

As histórias e representações das jovens foram apresentadas numa perspectiva que permitisse demonstrar as diversas possibilidades de agência e participação das adolescentes, e para propiciar uma tentativa de aproximação da realidade cotidiana delas.

Nesse sentido, principalmente para criar reflexões que possam redirecionar ações do protagonismo para participação de fato e de direito de crianças e adolescentes nos diversos espaços que as mesmas transitam e não apenas como protagonistas de uma novela que assistimos e mudamos de canal sem dar atenção.

Como psicóloga na rede de proteção trabalhei com o protagonismo juvenil, porém descobri neste estudo, no campo da pesquisa antropológica, que a categoria agência se caracteriza com conotação similar, e pode ajudar em reflexões, já iniciadas no campo da rede de proteção, sobre uma aproximação mais ampla das lógicas de crianças e adolescentes, principalmente daquelas em situação de exploração sexual, que têm muito a nos ensinar sobre agência e resistência. Ressalto a resistência como uma categoria diferenciada na modalidade exploração sexual, pois em muitas de suas ações as meninas são ativas e não somente passivas da violência.

As categorias gênero poder, sexualidade e violência foram utilizadas como reflexões para descrystalizar alguns padrões hegemônicos, que criam papéis sociais solidificados e essencializados, como o da família ideal - em oposição ao da família desestruturada - conceito questionável frente aos diversos perfis de famílias brasileiras. Quando se considera a família como desestruturada, não se considera contextualmente as peculiaridades específicas de cada local e ou região, ou mesmo relativo às dinâmicas familiares, acabando por encobrir as diversidades existentes no campo das relações sociais.

Outros padrões solidificados trazem o mito de que as meninas exploram os homens, ou de que mulheres são responsáveis por seu estupro, porque não se dão ao respeito, ou por outra lógica, destacam a ideia de traumas irreparáveis, baseada no determinismo psíquico, que também são postas em suspenso a partir dessas categorias. O que não significa que muitas pessoas não possam ter lembranças ruins ou mesmo traumas, mas isso não pode se tornar uma regra em todos os casos. Assim como outras crenças de que quem passou por violência sexual reproduzirá essa mesma ação na sua convivência com outras pessoas. Isso também não é uma regra.

Com as categorias aqui trabalhadas, a ideia de infância ideal e de um tipo de educação uniforme, nas quais se confunde cuidado com controle e tutela também são questionados.

Nessas categorias, vimos que sexualidade não se reduz aos órgãos genitais, muito menos a uma erotização precoce. Sexualidade é uma relação de cuidado e amor com a vida. Com uma vida prazerosa, em que os limites corporais em todos os âmbitos sejam respeitados. Desse modo, usar o “enxerimento”, a curiosidade infantil, a educação sobre o corpo para que crianças e adolescentes entendam os limites do seu corpo e do outro, e principalmente, se empoderarem de seus corpos como seus territórios, pode ser uma alternativa de resistência, enfrentamento, mais, sobretudo de educação.

O poder, nesta pesquisa, por muitas vias, apresentou-se nos moldes de Foucault, como uma categoria circular, não como algo exclusivo dos adultos, ou dos homens ou das mulheres, mas algo sempre em movimento, podendo ser exercido por crianças e adolescentes. Desse modo, o poder não fica constantemente situado num ponto somente. Isso interfere diretamente nas relações e, sobretudo, nas relações com os corpos e limites com os outros.

Uma educação na qual o corpo da criança é importante e sua interioridade é preservada, em detrimento de uma educação de papéis cristalizados em masculino e feminino, pode ser uma educação protetora, porque o que faz as pessoas faz seus corpos e a construção de corpos com valores, potencialidades e direitos similares, dentro de suas peculiaridades, tornam-se importantes em uma sociedade que respeita os direitos sociais e humanos.

Desse modo, talvez tenhamos que repensar algumas questões enraizadas, como o exemplo clássico de que o rosa é delicado, para menina e o azul é forte, para menino. Ao fixar a relação entre o sexo e a cor correspondente, também estão sendo dados significados e colorações afetivas de força ou de fragilidade, que colocam o homem com o acesso ao poder e a mulher com acesso a fragilidade, ou mesmo determinando que grupos portem o poder e que grupos não possam fazê-lo. Isso vale para crianças e adolescentes de modo geral, e não é diferente para adolescentes em situação de exploração sexual.

Neste momento, o(a) leitor(a) tendo lido reiteradamente as proposições conflitantes apontadas, e a opção por mim adotada, pode concordar com essa abordagem ou discordar dela. A discordância pode ocorrer porque essas categorias: gênero, poder, sexualidade, violência, também ocupam um espaço fronteiro no mundo das relações, transitam em um campo de autonomia, que muitas vezes dependendo do lugar que ocupamos

nas relações, não conseguimos bancar e nem aceitar, porque essas categorias mexem com os nossos valores e crenças pessoais.

No entanto, essas categorias se relacionam diretamente com a agência. O gênero, a sexualidade, o poder e a violência atravessam diretamente as relações sociais e familiares, e podem ocasionar equilíbrios e desequilíbrios nessas relações. As categorias território, redes, consentimento e infância mostraram na pesquisa, desde os campos de relações, os modos de construção de pessoas, mas, principalmente a ideia de agência, especialmente outra maneira de olhar. Aos modos de Clarice Cohn (2005) quando se diz “ A criança não sabe menos, ela sabe outra coisa”.

Um dos modos de saber outra coisa é o brincar, um dos mais importantes em minha opinião, pois ele nos aproxima da lógica de funcionamento das crianças. Nas brincadeiras das crianças se pode ver muita espontaneidade e autonomia. É possível ver como as crianças expressam seus pensamentos e podem ser produtoras de conhecimento. Elas atuam com agência nas relações sociais, nos processos de aprendizagem e na produção de conhecimento. A brincadeira, o lúdico, é uma das principais lógicas de compreensão do mundo que a criança utiliza em muitas culturas. A partir de sua interação com outras crianças, por exemplo, por meio de brincadeiras e jogos ou com os adultos, elas acabam por constituir seus próprios papéis, identidades e suas agências.

Nessa mesma linha da agência, ouvi recentemente no Semanário Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes realizado em 2016, em comemoração ao dia 18 de maio – dia nacional de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes, que protagonismo é um termo usado no teatro, no cinema, na novela para se referir ao personagem principal da encenação. No sentido figurado, protagonista é a pessoa que desempenha ou ocupa o papel principal, seja numa obra literária ou num acontecimento. E, nesse sentido, talvez precisemos rever o quanto temos colocado, ou não, nossos adolescentes como protagonistas. Até que ponto bancamos a autonomia do outro e respeitamos a sua condição? E até que ponto enfraquecemos a sua autonomia, também? Solicito ao(a) leitor(a) que, após ter lido esse trabalho, questione-se como as redes de exploração e as redes de proteção lidam com as adolescentes em exploração sexual, que rede possibilita mais agência?

Nos últimos anos tem surgido a ideia, nos campos da pesquisa e na própria rede de proteção, de que precisamos modificar esse termo protagonismo e nossas posturas, para

entendermos crianças e adolescentes com agência, como sujeitos de direito a participação social, com direitos sobre o seu corpo e principalmente a sua autonomia. Nesse sentido, corpo é o território da criança e do adolescente. Nesses entrecruzamentos de corpo e autonomia estão situados também os direitos que não queremos bancar, como, por exemplo, o direito sexual de crianças e adolescentes, que podem envolver uma educação continuada, desde a infância, sobre a autonomia do próprio corpo.

Entendendo o consentimento com os polos da vulnerabilidade e da autonomia podemos entrecruzar limitações legais e contraditórias, porque resguardam direitos, mas também os fragilizam. Porém, se entendemos o consentimento apenas no polo da vulnerabilidade podemos fragilizar e cristalizar as jovens no polo da fragilização.

Neste aspecto, a vulnerabilidade ainda se caracteriza como um entrave, não somente do ponto de vista jurídico, mas pessoal, social e econômico. Grande parte das adolescentes em situação de exploração sexual vivencia essa vulnerabilidade. Principalmente porque vivemos em um país com muitas desigualdades sociais.

O consentimento, entendido aqui com dois polos vulnerabilidade/autonomia, abre possibilidade de análise se entendemos que as jovens transitam também nesses polos, não essencializadas apenas no papel de vítimas.

Desse modo, se não podemos legalmente, por várias razões que envolvem a vulnerabilidade neste país, trabalhar com um consentimento amplo, a saída é o fortalecimento da agência das crianças e das adolescentes. Assim, quanto mais educarmos de forma emancipatória e criarmos possibilidades de agência, nos campos da família, da comunidade, dos CREAS, da escola, dos serviços de saúde, dos movimentos sociais, estaremos potencializando possibilidades de ação de crianças e adolescentes.

Importa ressaltar que esses argumentos e suas lógicas não se apresentam como uma receita de bolo, que, seguida à risca proporcionará resultados promissores. Mas, são reflexões que envolvem uma educação emancipatória, que tem mostrado alguns resultados promissores em países como o Uruguai, com vários movimentos sociais da infância de iniciativa de crianças e adolescentes; como Portugal, com a escola da Ponte; e em algumas experiências das etnias aqui apresentadas sobre a construção de pessoas e corpos. Desse modo, para criar reflexões, que possam clarificar o uso da agência, podemos organizar a ideia de acordo com a figura 4, tomando como exemplo as experiências das adolescentes em

situação de exploração sexual. Assim quanto mais fortalecermos a ação das jovens, maior será sua autonomia.

Figura 4 – Capacidade de agência das adolescentes x consentimento e vulnerabilidade

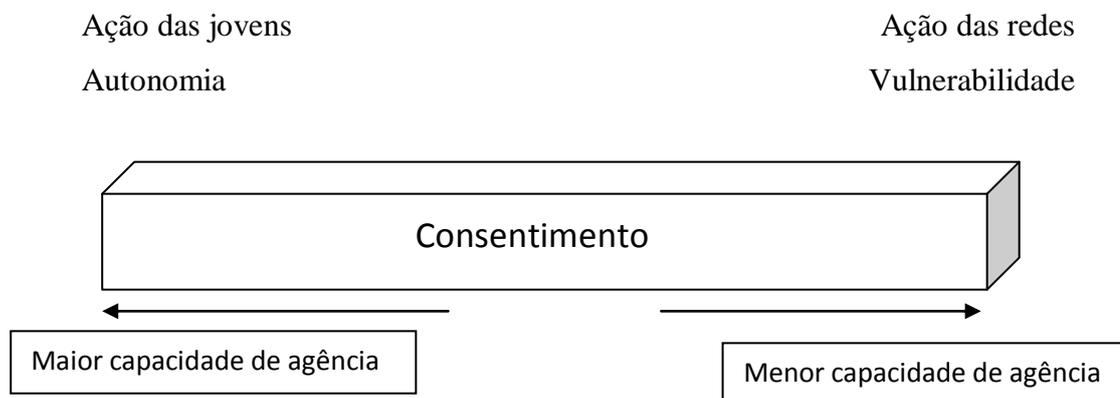


Figura elaborada pela autora da pesquisa

Nesse sentido, proponho uma alteração para a figura apresentada aqui nesta tese, no início do trabalho, que representava a minha visão e talvez represente a visão de muitos atores do campo da rede de proteção. Pois aprendemos constitucionalmente que a família, o estado e a sociedade têm que zelar pelas crianças e adolescentes, mas estas, por sua vez, devem estar conectadas com o processo, com uma educação com agência, participação e construção nos diversos campos da vida, e não desconectadas ou tuteladas por estas instituições.

Figura 5 - Co-responsabilidade sobre a proteção de crianças e adolescentes com a participação infatojuvenil

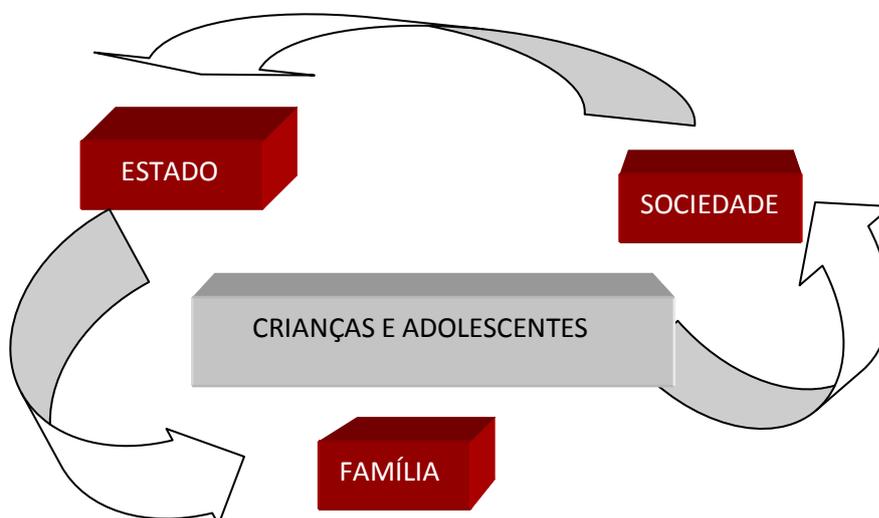


Figura elaborada pela autora da pesquisa

Tratando de forma mais específica sobre a agência das adolescentes em situação de exploração sexual, encontramos várias chaves de abertura para se pensar maneiras de aproximação com as adolescentes em situação de exploração sexual.

O primeiro momento que me fez perceber a agência das meninas, na rede de exploração, depois de um tempo da chegada em campo, foi a forma como os preservativos abriram muitas possibilidades de conversa e aproximação. Viabilizavam um primeiro contato com o tipo de troca que já fazia parte da realidade das adolescentes. Na verdade, o que ocorria comigo através dos preservativos em troca de informação era o reflexo de como funcionava a rede que essas jovens estavam inseridas, de como funcionavam as trocas que as jovens faziam. Mostra também como estas jovens se apropriavam dos preservativos como um recurso que era delas, pertencente ao seu pedaço, ao seu mundo de trocas. Como no *Kulah* haviam atividades preliminares, intimamente ligadas ao comércio e também com sua agência.

Nessas lógicas, as categorias nativas “rede do babado” e “rede legal” auxiliaram em reflexões de como a rede de exploração e a rede de proteção, respectivamente, se relacionavam com as lógicas das meninas.

Reportando-me diretamente ao(a) leitor(a) , gostaria de enfatizar que aprendi com as jovens de exploração sexual, que me ensinaram a explorar uma categoria nativa, e que talvez seja nativa em muitos lugares nesse país , mais que na Amazônia apresenta suas especificidades: o “enxerimento”, que a partir das reflexões que se seguem podem dar direcionamentos para alguns caminhos: (1) a agência das meninas na Amazônia, depositada no “enxerimento”, pode ser explorada em suas potencialidades para a emancipação de crianças e adolescentes? (2) O “enxerimento”, frequentemente utilizado na rede de exploração sexual, pode ser utilizado como protagonismo e agência pela rede de proteção e pelas famílias dessas crianças adolescentes? (3) O “enxerimento” deve continuar se caracterizando como o principal motivo de responsabilizar crianças e adolescentes pela sua condição de exploração sexual?

Fique à vontade para elaborar sua resposta leitor (a), caso queira. Quanto às minhas intenções, espero que este trabalho possa ter contribuído para lhe trazer reflexões sobre possíveis respostas.

Minha resposta para essas perguntas é de que podemos criar novas possibilidades de pensar a agência de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, ao invés de limitá-las e reduzi-las como depositárias dos atos de violência e de uma agência de conotação negativa.

Articulando novos caminhos, o “enxerimento”, presente nos discursos que depositam certa responsabilidade na criança, poderia ser o ponto de partida para se pensar em novas forma de empoderamento e agência de crianças e adolescentes. Mudando a sua conotação negativa para uma conotação positiva. Estas questões são indicativas das tramas que nos envolvem nesse contexto de estudo sobre exploração sexual e criam questionamentos que estimulam nossas reflexões. Deste modo, como garantir o direito sexual de crianças e adolescentes?

Não precisamos relativizar ao extremo, mas sair do lugar é uma alternativa viável para pensar nossas relações com os outros e para a busca de entender realidades que muitas vezes criticamos sem conhecimento de causa. Ao sairmos do lugar, nesse exercício com as jovens de exploração, nos aproximamos um pouco mais do ponto de vista dessas adolescentes, e ao fazermos isso, criamos outras possibilidades de encarar a realidade, de atuar em rede nas políticas públicas e de buscar novas formas de relacionamento que envolvam mais emancipação e menos tutela.

A temporalidade tem nos mostrado, no que diz respeito à proteção e ao cuidado da criança, como esses discursos de “verdade” ganham aparências moralistas e repressoras na busca de uma tutela, com o nome de “defesa e proteção”, que não respeita a agência de crianças e adolescentes. Que não busca o empoderamento e a emancipação desses atores. Portanto, ficam as indagações: como proteger a sexualidade infantil e romper com esse eterno dilema? Como assegurar às crianças e adolescentes a possibilidade de se tornarem sujeitos de sua sexualidade e não objetos da tutela do poder familiar, estatal; como garantir que sejam protegidas e não tuteladas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas**. Brasília, UNESCO, BID, 2002.

ABRAPIA, Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência - (2000). Disponível em: <http://www.observatoriodainfancia.com.br>, acesso em: 12. jan.2012.

ADORNO, Sérgio. **A violência na sociedade brasileira: um painel incluso em uma democracia não consolidada**. In: Sociedade e Estado, Revista semestral de sociologia, vol X, nº 2, Ed. Relume-Dumará, Brasília-DF, julho-dezembro 1995, p. 299-342.

ALBERT, Bruce. **Territorialité ethnopolitiqueet développement: à propôs Du mouvement indien em amazonie brésilienne**” In: Cahiers des Ameriques Latines, 23. Paris: Éditions de L THEAL, 1997. p 177-211.

ALMEIDA, Miguel do Vale. **Antropologia e Sexualidade: consensos e conflitos teóricos em perspectiva histórica**. In: A sexologia, perspectiva multidisciplinar, org. Ligia Fonseca, C. Soares e Júlio Machado Vas, Coimbra: Quarteto, vol. 2 p. 53-72, 2003.

ALVAREZ, Myriam M. **Kitoko Maxakali: a criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização**. Revista Anthropologicas, Recife, v. 15, n. 1, p. 49-78, 2004.

Anais do Congresso Mundial de Estocolmo sobre exploração Sexual. INN &BICE, 1998.

ANDRADE, Suely . **O desenvolvimento da sexualidade**. BICE, Montevideo, 1999.

ANJOS DO SOL (filme). Rudi Lagemann, 2006. 92 minutos.SRD 1.85.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

ARIÈS, F. - **História Social da Criança e da Família**. LTC, Rio de Janeiro, 1981.

ARISI, Barbara Maisonnave. **A dádiva, a sovinice e a beleza**. Economia da cultura matis, vale do javari, amazônia. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina Centro e Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2011.

AYRES, José Ricardo; PAIVA, Vera; BUCHALLA, Cassia Maria. **Direitos Humanos e Vulnerabilidade na Prevenção e Promoção da Saúde: uma Introdução**. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (orgs.). Vulnerabilidade e Direitos Humanos: Prevenção e Promoção da Saúde. Livro 1: Da doença à cidadania. Curitiba, Juruá Editora, 2012, p.9-22.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

AZEVEDO, M.A; GUERRA,U.N.A, (Org.), **Infância e Violência Doméstica**: fronteiras do conhecimento, São Paulo, Cortez, 2004.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Abuso sexual Doméstico**: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor/ Org. CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2002.- (Série fazer valer os direitos; v.1).

_____. **Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes**, in Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo, Cortez, 1993.

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola**- um olhar da psicanálise e da saúde pública/ Gabriella Ferrarese Barbosa, 2008.

BARNES, J. A. **The Frequency of Divorce**.The Craft of Social Anthropology. (ed.) A. L. Epstein. Londres: Tavistock Publications, 1969, p. 47-100. 5.

_____. **The Collection of Genealogies**. Rhodes Livingstone Journal, n.º 5, 1947, pp. 48-5 n.º 20, 1951.

BASS, Ellen; THORNTON, Louise (Org.). **Nunca contei a ninguém**. São Paulo, Harper &Row do Brasil, 1985.

BATESON, Gregory & MEAD, Margareth. **Balinesy character**. A photographic analysis. New York: The New York Academy Sciences, 1942.

BERG, Tiago José. **A construção simbólica do espaço através da representação geográfica nos símbolos**. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira. Rio Claro, 2014.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005, “Os métodos da etnologia, 1920” pp. 41-52; “Alguns problemas de metodologia nas ciências sociais, 1930” p. 53-66.

BOHANNAN, Paul. **Introduction in Beyond the Frontier**: Social process and cultural Change. New York. The Natural History Press, 1967.

BOISSEVAIN, J. **Friends of Friends**: Networks, Manipulators and Coalitions. Basil Blackwell, 1974.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

_____.(1992). **Pierre Bourdieu avec Löïc Wacquant**; réponses. Paris: Seuil.

_____. **O camponês e seu corpo**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba. v. 26, p. 83-92, 2006.

BRASIL. PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO MATO GROSSO DO SUL, 2015.

BRASIL. Comissão Parlamentar de Inquérito – PEDOFILIA. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (CF.1988).

BRASIL. Decreto Lei 2.848, 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (CP.1940).

BRASIL. Decreto Lei nº 3.689, 3 de outubro de 1941 – Código de processo penal (CPP.1941).

BRASIL. Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Parâmetros Metodológicos do PAIR** Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR), Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH. **Diagnóstico Rápido Participativo – DRP - o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Manaus-Am**. Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR), Manaus, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome. **Relatório de monitoramento 2003-2005**. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Guia Nacional para o Programa Sentinela**. 2001, Brasília, 2001.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Enfrentamento da violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2013**. Brasília, 2013.

BUBENECK, Celso. **Prostituição, a mais longa história**. Revista Jurídica Consulex – Ano VIII, n. 177, p. 31, maio 2004.

BUTLER, J. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: Louro Guacira. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

- CAÇA, A. Direção: Thomas Vinterberg, Produção: Morten Kaufmann;2012.106min.
- CARRARA, Sérgio. **Sexualidade E Moralidades: A Emergência dos Direitos Sexuais.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP, 17 de Maio de 2012.
- Carter-LOURENSZ, J.H.; JOHNSON-Powell, G. – **Abuso Físico, Abuso Sexual e Negligência da Criança,** In: Kaplan, H.I.; Saddock, B.J. Tratado de Psiquiatria, v. 3. Artmed, Porto Alegre, p. 2660-2676, 1999.
- CARVALHO, Maria do Rosário; NUNES, Angela. **Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 31°. Hotel Glória. Anais do 31°. Encontro da ANPOCS. Caxambu/MG, 2007. Disponível em Anais do Evento.
- CASCUDO, L. C.. **Dicionário do folclore brasileiro.**11 ed. São Paulo: Global, 2001.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Rio de Janeiro. Paz e terra, 1999.
- CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. **Gênero e agência feminina Makuxi.** TEXTOS & DEBATES, Boa Vista, n.18, p. 93-111, 2008.
- CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA BAHIA. CEDECA Oficina intervenções Jurídicas e Administrativas. CEDECA, Salvador, 1995.
- CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CECRIA) Assistência e Família no Combate à Exploração, Abuso Sexual e Maus Tratos de Crianças e Adolescentes. CECRIA, Brasília, 1997.
- CENTROS DE ESTUDOS INTEGRADOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA (CEIIAS). Prevenção da Violência e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, treinamento profissional e elaboração de materiais educativos e CD, para divulgação nacional, com o patrocínio da ISPCAN, International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect, 2004-2007. <http://www.ceiias.org.br>
- CERQUEIRA-SANTOS, E. 2009. **Vítimas de Exploração Sexual: Analisando Risco e Proteção.** Relatório Técnico. São Paulo, Childhood, 120.
- CHAUÍ, M.. **Participando do debate sobre mulher e violência.** In Cavalcanti, M. L. V. C.; Franchetto, B., & Heilborn, M. L. (Orgs.) Perspectivas Antropológicas da mulher (pp. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CHRISTENSEN, Pia. **Children as the cultural other.** Kea: Zeitschrift Kulturwissenschaften 6: 1-16. 1994.
- CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. **Investigação com crianças: perspectivas e práticas.** Escola Superior de Educação Paula Franssinetti, 2005.

CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alan (2002), **Working with ethical symmetry in social research with children**. *Childhood*, 9 (4): 477-497.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CHIARADIA, Clovis. **Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena**. São Paulo: Editora Limiar, 2009.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Concepções de infância e infâncias**: Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, maio-ago. 2013.

CONGRESSO MUNDIAL CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS, UNICEF, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) (2009). Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2010.

COSTA, Elis. OLIEIRA, Kênia. **A Sexualidade Segundo a Teoria Psicanalítica Freudiana e o Papel dos Pais Neste Processo**. *Itinerarius Reflectionis*, Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí - UFG, vol. 2 n.11, 2011. <<https://revistas.ufg.br/index.php/ritref/article/viewFile/20332/11823>>. Acesso em 04/11/2014.

_____. **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III) 1915-1916**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XVI. Imago Editora. 2006. Rio de Janeiro Fonte: <https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/a-importancia-da-sexualidade-na-constituicao-do-psiquismo-um-olhar-psicanalitico> © Psicologado.com.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário de Etmologia da Língua Portuguesa**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

Das weiße Band - Eine deutsche Kindergeschichte. Dir.: Michael Haneke. Prod.: Alemanha – Áustria – França – Itália, X-Filme Creative Pool - WegaFilm – Les Films Du Losange - Lucky Red, 2009.

DAS, Veena. (1995), **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Nova York, Oxford University Press.

_____. **Fronteiras, violência e o trabalho do tempo**: alguns temas wittgensteinianos. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 14, n. 40, June 1999.

_____. (2006), **Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary**. Berkeley, University of California Press.

_____. **O ato de testemunhar**: violência, gênero e subjetividade. Dossiê: violência: outros olhares. Cad. Pagu no.37 Campinas July/Dec. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro. 2011.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da Noite**. São Paulo, Editora Ática: 1992.

DORAIS, Michel. **Ça arrive aussi aux garçons**. Montréal, Québec. VLB Éditeur. 1997

Dossiê Amazonas: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2014.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ECPAT Internacional. Relatório de monitoramento de país sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA). ECPAT, 2014.

ECPAT: Informe global de munitorio de lãs acciones em conta de La explotacion sexual comercial de niños, niñas y adolescentes. Bangkok (Tailândia): ECPAT, 2006.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EVANS-PRITCHARD, E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FALEIROS, Silveria Eva T & CAMPOS, Josete de Oliveira, 2000. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: Cecria, MJ-SEDH-DCA, FBB, Unicef.

FALEIROS, Vicente de Paula . (1998). “**Redes de Exploração e Abuso Sexual e redes de Proteção**”. Brasília, Anais do IX Congresso Nacional de Assistentes Sociais.

FALK MOORE, Sally. **Law as process: an anthropological approach**. London, Routledge & Kegan Paul, 1978.

FAVRET-SAADA, J. **Les mots, la mort, les sorts**. Paris: Gallimard, 1977.

FAVRET-SAADA, J. **Ser afetado** (tradução de Paula de Siqueira Lopes). Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FELDMAN BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos**. São Paulo: Editora Global Universitário, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, M., & NELAS, P. (2008). **Aprendizagem dos afetos e da sexualidade do adolescente**: papel da família. Revista da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras, 9, p.62-65.

FERREIRINHA, Isabella; NUNES, Maria & RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault**: reflexões teóricas Rev. Adm. Pública vol.44 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2010.

FOOTE- WHITE, William. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes. 1987.

FREEMAN, Derek; MEAD, Margaret & SAMOA: **The making and unmaking an anthropological myth**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

FREUD, S. (1917) **Os caminhos da formação de sintomas**. In: Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud: Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda., 1976.

_____. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos**. 1901-1905. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII: Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda., 2006.

FURNISS, Tilman. **Abuso Sexual da Criança**: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, M. “**Algumas Observações preliminares**”, in GABEL, Marceline. Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: SUMMUS, 1997

GEERTZ, Clifford, 1926-**A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

_____. **The Constitution of Society**. Cambridge: England Polity Press, 1984.

GOLDMAN, M. **Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia**. Cadernos de Campo, n. 13, p. 149-153, 2005.

GOLDMAN, Márcio. **“Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos**. Etnografia, antropologia e política. Ilheus, Bahia”. Revista de Antropologia, v.46, N.2, São Paulo 2003.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração - experiência de meninos nas ruas**. São Paulo: Letras, 2000.

GROSSI, Mirian Pilar. **Identidade de gênero e sexualidade**. In: Antropologia em primeira mão, Florianópolis, PPGAS UFSC, 1998.

GROSSI, Míriam Pillar. **Conjugalidade, gênero e violência: algumas contribuições teórico/práticas. Texto apresentado no Encontro "Tendências atuais no Estudo da Violência"**. UFSC, Florianópolis, 1996.

GROSSI, Míriam Pillar. **"Pancada de amor não doi?" Texto apresentado em mesa redonda: Violência e representação**. Encontro "Fazendo Gênero na UFSC", 1996.

GÜNTHER, H. **Mobilidade e affordance como cerne dos estudos pessoa-ambiente**. Estudos de Psicologia, v. 8, n. 2, 2003, p. 273-280. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 3 nov. 2004.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos**: MANA 3(1):7-39, 1997.

HAZEU, Marcel (1997) **Direitos sexuais da criança e do adolescente leitura social e jurídica da exploração sexual e violência sexual**. Belém, Salesiana.

HEILBORN, Maria Luiza & CARRARA, Sérgio. **Em Cena os Homens...**Rev.Estudos Feministas. Rio de Janeiro. v. 6, n.2, p. 370-374, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais dos indígenas resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS – IGHA. **Jornal do Commercio**. Data: 11 de março de 1904.

INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NIÑO, LA NIÑA Y ADOLESCENTES (IIN). Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes e Internet. 2011.

ISSAHAROFF, E. **La creencia em el determinismo y la causalidad em causalidad em psicoanálisis**. Psicoanálisis APdeBA. V. XIV, n.3, 1992.

JAMES, A. PROUT, A. **Constructing child**. Contemporane issues in the sociological study of child. Basingstoc: the falmer press, 1990. 248 p.

JAMES, Alison; JAMES, Adrian & McNAMEE, Sally 2004. **Turn down the volume? Not hearing children in family proceedings**. Child and family law quaterly, 16 (2): 189-2003.

LABBÉ, J. - **Ambroise Tardieu**: The man and his work on child maltreatment a century before Kempe. Child Abuse & Neglect 29 (4): 311-324, 2005.

LACAN, J. **O seminário**, livro 8: a transferência, 1960-1961. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LASCH, C. (1999). **A mulher e a vida cotidiana**: amor, casamento e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LASMAR, Cristiane. **De volta ao Lago do Leite**: Gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

LEAL, Maria Lucia & LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual – PESTRAF**, Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 2002.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe** (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

_____. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe** (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LEITÃO, Iagor Brum – Psicanálise. **A Importância da Sexualidade na Constituição do Psiquismo – um Olhar Psicanalítico**.
Fonte: <https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/a-importancia-da-sexualidade-na-constituicao-do-psiquismo-um-olhar-psicanalitico> . Psicologado.com 2015.

LEITÃO, Consuelena. Projeto de Seleção de doutorado em Antropologia Social. **Limites e Possibilidades: Uma aproximação de adolescentes em situação de exploração sexual na cidade de Manaus**, PPGAS/UFAM, 2012.

LOAS, LEI Nº 8.742/1993. Disponível no site: www.mds.gov.br. Acessado em 10 de fevereiro de 2014.

LOWENKRON, Laura. **(Menor)idade e consentimento sexual em uma decisão do STF1**. Revista de antropologia, SÃO PAULO, USP, 2007, V. 50 Nº 2.

_____. **Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia**: diferentes nomes, diferentes problemas?.. Sexualidad, Salud y Sociedad. REVISTA LATINOAMERICANA. ISSN 1984-6487 n.5 - 2010 - pp.9-29, Rio de Janeiro.

_____. **Consentimento e vulnerabilidade**: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. Cad. Pagu no.45 Campinas Dec. 2015

_____. **O Monstro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2012.

MACEDO, Valeria. **O homem como xamã de seus significados**: A invenção da cultura de Roy Wagner e o campo aberto para a reinvenção da antropologia. PPGAS/USP. Abaeté, Núcleo de antropologia simétrica. São Paulo. Novembro 2002.

MACHADO, L. Z. (1998). **Matar e morrer no feminino e no masculino**. In D. Oliveira, E. C. Galdes & R. B. Lima, Primavera já partiu: retratos de homicídios femininos no Brasil (pp. 96-121). Petrópolis, RJ: Vozes.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese (orgs). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

MAQUEDA ABREU, Maria Luisa. **Prostitución, feminismos y derecho penal**. Granada, Editora Comares, 2009.

MARCUS, George E. **O intercâmbio entre arte e antropologia**: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia Rev. Antropol. vol.47 no.1 São Paulo 2004.

MARREY, Antonio Guimarães & RIBEIRO, Anália Belisa. **O enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil**. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 6, p. 47-66, fevereiro, 2010.

MASSON, J.M. - **Atentado à verdade**: A supressão da teoria da sedução por Freud. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1984.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac e Naify, 1974.

_____. **Intervenção posterior à conferência de P. Janet e de J. Piaget:** "L'individualité", Centro internacional de síntese, Terceira Semana Internacional de Síntese (1931), Paris, Alcan, 1934. In: MAUSS, Marcel. *Œuvres*3. Paris: Éditions de Minuit, 1969. p. 300 (edição de Victor Karady).

MCCALLUM, Cecília. **Aquisição de gênero e habilidades produtivas:** o caso Kaxinawá *Revista Estudos Feministas*, v.7 n.1_2, p. 157-175, 1999.

MEAD, Margaret. **"Introducción"**, 19-28. En *Sexo y temperamento en las sociedades primitivas*. Barcelona: Laia. 1973.

_____. **Adolescencia y cultura en Samoa**. Barcelona: Paidós. 1990 [1928].

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patricia; PEREIRA, Pedro Paulo; FELTRAN, Gabriel; MALVASI, Paul. **Entre palavras e vidas:** Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 5 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2012 - pp. 335-356.

MOORE, Herietta. **Fantasia de poder e fantasias de identidade:** gênero, raça e violência. In: PISCITELLI, Adriana & GREGORI, Maria Filomena (org). *Cadernos Pagu*. (14) 2000: p 13-44.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Notas sobre formação territorial**. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano 6, nº 7, p.43-50. Julho/Dezembro, 1999.

NASCIMENTO, Solange Pereira do. **Vida e trabalho da mulher indígena:** o protagonismo da tuxaua Baku na comunidade Sahu-Apé, Iranduba/AM. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA/UFAM, 2010.

OFICINA INTERNACIONAL CATOLICA DE LA INFANCIA (BICE). **Ética y explotación sexual em América Latina – reflexiones desde una perspectiva teológica**. Motivideo, Uruguay, 1996.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia:** uma perspectiva processual da fronteira Indiana. Berlin, Alemanha Ibero-Amerikanisches Institut. 2010. p.19-46 (n.27).

_____. **O caboclo e o brabo:** notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101-140. (n. 11).

_____. **Pluralizando Tradições Etnográficas:** Sobre um certo mal-estar na Antropologia *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 1, nº 1, p. 2 – 27. jan./jun. 2009.

_____. **Uma etnologia dos "índios misturados"?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia. **Ocupação Humana na Amazônia**. Desenvolvimento Humano, integração e Ecologia. São Paulo: BRSILIENSE. Brasília: CNPq, 1983.

ORTNER, Cherry B. **Making Gender**. The politics and erotics of culture. Boston: Bacon Press, 1996.

ORTNER, S. e WHITEHEAD, H., orgs., 1981. **Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality**. Boston: CUP Archive, 1981.

PEIRANO Mariza G. S. **Rituais ontem e hoje**. RJ, Zahar, 2003.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. (2010), “**Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das**”. Cadernos Pagu, no 35.

PESTANA E. & Páscoa A. **Dicionário Breve de Psicologia**. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo** / Adriana Piscitelli. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

_____. **Re-criando a (categoria) mulher?** Textos didáticos, Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 48 (prática feminista e o conceito de gênero), p.7-42, 2002.

_____. **Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil**. Cad. Pagu nº.42 Campinas jan./jun. 2014

Prefeito de Coari é acusado de abusar de meninas de 9 a 15 anos. Fantástico. Rio de Janeiro: Rede Globo, 19 de janeiro de 2014. Programa de TV.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Parceria: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS ABTH Equipe de Elaboração e Organização dos Textos. Fernando Luz Carvalho Leila Regina Paiva de Souza. Rômulo Farias .Tatiara Lima. Valeria Brahim. Vera Cristina Souza. Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa.

QVORTRUP, J. (1993). **Societal position of child: the international project child as a social phenomenon**. Child, 1, 19-124.

RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-250.

RAVAZZOLA, Maria Cristina (1997) **Historias infames: lós Maltratos en lãs relaciones**. Buenos Aires/ México/ Barcelona. Paidós Terapia Familiar.

Relatório Final da Pesquisa "Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Estado de Mato Grosso", junho, 1998.

RIFIOTIS, Theóphilos. **O fantasma da violência. Reflexões sobre “forças centrífugas” e um objeto em revolução.** Texto apresentado no GT de violência da ABA- (Merco) Sul, Tramandaí, setembro 1995.

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. **Espaços Violados: Uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus.** São Paulo 2011.

ROCHE, A.J. et al. **The work of Ambroise Tardieu: The first definitive description of child abuse.** Child Abuse & Neglect, Oxford, v,29, n. 4, p. 325-334, 2005.

RODRIGUES, Eliete Matias. **Desafios no Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente.** Revista digital Multidisciplinar, do ministério Público do Rio Grande do Sul. Criança e Adolescentes. Nº 04 Abril - Maio – Junho, 2011 do Rio Grande do Sul.

RODRIGUES, Glauco Bruce & RAMOS, Tatiana Tramontani. **A categoria da autonomia e o pensamento geográfico crítico brasileiro.** XVI encontro Nacional dos geógrafos. Crise, Práxis e Autonomia: espaços de resistência e esperança. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

ROMERO, Luiz Rogério. **Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, prática sexual de risco, uso de drogas, desempenho escolar, lazer e atividade física entre estudantes de um município do interior paulista .** / Luiz Rogério Romero. - Botucatu, 2011.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual “feiticeiro” :Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil / Luiz Gustavo Freitas Rossi.** Campinas, SP : [s.n.], 2011.

RUBIN, Gayle. **"El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economia política' del sexo"**. Nueva Antropología, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

_____. **The Traffic in Women: notes on the political economy of sex.** In: REITER, R. (org) Toward an Anthropology of woman. New York: Monthly Review Press, 1975.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. **"Tráfico sexual: entrevista"**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 ago. 2014.

RUFINO, Márcia Regina Calderipe Farias. **Mediação cultural e reciprocidade no contexto das práticas turísticas em Florianópolis – SC. Florianópolis, UFSC.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2006.

SAFFIOTI, H.I.B. "**Crianças Vitimizadas: a Síndrome do pequeno poder**", São Paulo, Iglu, 1989.

SAID, Edward. **Territórios Sobrepostos, histórias entrelaçadas**. In Cultura Imperialismo. Companhia das letras. São Paulo, 1999 p 33 a 98.

SANTIAGO, Débora et al. **Pobreza e acesso a programas de transferência de renda na periferia de Manaus**: o caso do bairro Mauzinho. Trabalho apresentado no 13º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica de Cidadania, BIEN, realizado em São Paulo - SP – Brasil, de 30 de junho a 2 de julho de 2010.

SANTOS, E. C.; REZENDE N; CORREA P. **Adolescentes vítimas de exploração sexual**: um estudo de casos múltiplos Contextos Clínico vol.3 no.2 São Leopoldo dez. 2010.

SCHERER-WARREN, I. **Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información**. Revista Nueva Sociedad, Caracas, n. 196, mar-abr, p. 77-92, 2005.

SCOTT, Joan W. "**Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**." Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005.

SERPA, Monise Gomes. **Primeiras experiências de exploração sexual**: um estudo sobre o processo de aproximação de adolescentes a essa realidade Centro Universitário Franciscano – UNIFRA Santa Maria, RS. Psico. v. 41, n. 1, pp. 32-39, jan./mar. 2010.

SILVA, Fabiane Ferreira da & MELLO, Elena Maria Billig. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação Uruguaiana**, RS: UNIPAMPA, 2011.

SILVA, Marilene Correa. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer – Governo do estado do Amazonas - UNINORTE, 2004.

SILVA, Marta Maria Alves da. **Cuidado e proteção em saúde da criança e do adolescente em situação de violência**. Conselho Federal de Psicologia A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2010.

SILVA, Sergio Gomes. **Preconceito e discriminação**: as bases da violência contra a mulher .Psicol. cienc. prof. vol.30 no.3 Brasília Sept. 2010.

SILVEIRA, M. L. (1997). **Contribuições da perspectiva de gênero para o esboço de alternativas emancipatórias da sociedade**. In Cidadania e subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos (pp. 161-177). São Paulo: Imaginário.

SOMMER, R. F. **Espaço pessoal**: as bases comportamentais de projetos e planejamentos. São Paulo: EPU/EDUSP, 1973.

SOUZA, Alinne Bianca Lima et al. **Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de família**: uma leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas. Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 5, p. 105-119, dez. 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

SOUZA, Marcio. **Breve História da Amazônia**. São Paulo. Marco Zero, 1994.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Ed Unicamp, 2006.

_____. 1999. **Property Substance and Effect**: Anthropological Essays on Persons and Things. London: Athlone Press.

STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Rio de Janeiro: Taquary & Lima. Prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexões e mecanismos de repressão pelo estado. Revista Jurídica Consulex – Ano VIII, n. 177, 31 maio 2004.

SZNICK, Valdir. **Manual de Direito Penal**. Livraria Universitária de Direito, São Paulo, 2002.

TASSINARI, Antonella. **Múltiplas Infâncias**: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi a escola – ou a sociedade contra a escola. 33º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2009.

TAUSSIG, Michael T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: UNESP, 2010.

TOREN C. **Making history**: The significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind. *Man* 1993; 28: 461–78.

VANCE, Carole, (1995). **A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico**. *Physis: Revista de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 5, nº 1, p. 7-31.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Revista de Educação AEC** n. 141 out./dez.2006.

VASCONCELOS, Maria Gorete O. M. (orgs.). Caderno de pesquisa : **análise da rede de proteção : um olhar sobre o atendimento integral à criança e adolescente vítima de violência sexual em oito cidades pólo de desenvolvimento de Pernambuco** / -- São Paulo : Childhood - Instituto WCF-Brasil, 2012.

VIGARELLO, Georgis. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VILANOVA, Isaac; NETO, Silva. **A Teria das Pulsões em Freud e Lacan: Pontos de Convergência e de Divergência.** (Tese de Mestrado, Fortaleza, UFC). Retirado em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2250/1/2009_dis_IVESNeto.PDF.

WACQUANT, L. J. D. **Toward a social praxeology: the structure and logic of Bourdieu's sociology.** In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. *An invitation to reflexive sociology.* Chicago: Chicago University, 1992.

WEINSTEIN, Barbara. **Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia, História, Ciências, Saúde — Manguinhos,** vol. 9, n. 2 (Rio de Janeiro, May-Aug. 2002), pp. 261-272.

WEISS, Fatima. **Reflexões sobre observação participante e subjetividades na etnografia.** Uma prática ou um comprometimento para com os sujeit@s de pesquisa. *Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais.* Nº 7, 2013 ISSN: 1677-9460 286.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.** *Estudos Feministas,* n. 2, pp. 460-482, 2001.

_____. **Le viol au masculin.** Paris: L' Harmattan, 1988.

WIGGERS, Raquel et AL, **GT6 - Democracia, Violência e Conflitos Sociais: Abuso Sexual e conflitos familiares em Manaus.** Universidade Federal do Amazonas – UFAM: 2012.

WIGGERS, Raquel et al. **Abuso sexual: Um olhar antropológico.** Raquel Wiggers, Isabelle Brambilla Honorato, Natã Souza Lima, Fabiolla Emanuelle Silva Vilar e Consuelena Lopes leitão. Manaus: Edua, 2012. Série Azulilás, 1 23p , ISBN 978-85-7401487-6.

WIGGERS, Raquel. **Família em conflito: violência, espaço doméstico e categorias de parentesco em grupos populares de Florianópolis.** Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – (WHO). *Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence.* 2003:8.

ZALUAR, A. **Violência e crime.** In: MICELI, S. (Org.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras.* São Paulo: Sumaré, 1999. v. 1, p. 13-107.

_____. (1985), **A máquina e a revolta.** São Paulo, Brasiliense. <http://www.d24am.com> Acesso em 26 notícia de 25 Mai 2013 . 07:00 h . AnnyelleBezerra . Acesso em 06 de julho de 2013.

INTERNET

<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/11231-exploracao-sexual-de-garotas-indigenas>

<http://new.safernet.org.br/>

<http://www.d24am.com> Acesso em 26 notícia de 25 Mai 2013 . 07:00 h . AnnyelleBezerra .Acesso em 06 de julho de 2013)

<http://www.radardaprimeirainfancia.org.br/instituto-cores/>. Acesso em 07 de Julho de 2016

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1382399-quadrilha-de-exploracao-sexual-orientava-adolescentes-sobre-roupas-e-truques.shtml>

Agência de Notícias dos Direitos da Infância. <http://www.andi.org.br/pagina-minissite-violencia-sexua/abuso-e-exploracao,1993>

Bairros periféricos lideram ranking de adolescentes grávidas em Manaus, reportagem D.24 de 25 de maio de 2013 <http://new.d24am.com/noticias/amazonas/bairros-perifericos-lideram-ranking-adolescentes-gravidas-manaus/87357>

<http://www.tjdft.jus.br/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

ANEXOS



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Deve-se encaminhar o parecer à pesquisadora, a qual deverá, por sua vez, encaminhar a este CEP relatório(s) parcial(is) da pesquisa, sobretudo relatando os eventos adversos que vierem a ocorrer na fase da coleta de dados. Igualmente deverá encaminhar o relatório final a este CEP quando do término da pesquisa conforme cronograma apresentado e aprovado. Para o envio de tais relatórios (parcial e final), poderá ser utilizada a ferramenta notificação, disponível no perfil do pesquisador.

MANAUS, 07 de Novembro de 2012

Assinador por:
Pedro Rodolfo Fernandes da Silva
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br

Autorização para Pesquisa nº 19/2016 – GESAU/SEMSA

Manaus, 08 de julho de 2016.

AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DE DADOS EM PESQUISA

Declaramos para os devidos fins que a Gerência de Gestão da Educação na Saúde - GESAU autoriza a inserção de dados em pesquisa no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA:

TÍTULO: LIMITES E POSSIBILIDADES: UMA APROXIMAÇÃO DA REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: CONSUELENA LOPES LEITÃO

PROFESSOR ORIENTADOR: RAQUEL WIGGERS

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

LOCAL DA PESQUISA: MATERNIDADE MOURA TAPAJÓZ E POLICLÍNICA ANTÔNIO REIS

Informamos que o pesquisador responsável apresentou o parecer ético consubstanciado (anuência) emitido por um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP assegurando que os resultados obtidos serão tratados conforme prevê a Resolução CNS 466/2012 e suas complementares; e os objetivos e a metodologia para seu desenvolvimento não irão interferir no fluxo normal da Instituição; não serão utilizados insumos da SEMSA (recursos humanos, material de expediente etc.); nem gerarão ônus para a Secretaria.

Salientamos que esta autorização é voluntária e foi deferida pela Diretoria da Maternidade Moura Tapajóz e Policlínica Dr. Antônio Reis, podendo a qualquer momento ser solicitado esclarecimentos sobre a pesquisa que está sendo desenvolvida ou até mesmo ser revogada. A mesma corresponde ao projeto básico encaminhado previamente à chefia do Local da Pesquisa pela Gerência de Gestão da Educação na Saúde.



Ademarina Teixeira Cardoso
Gerência de Gestão de Educação na Saúde
SEMSA

ADEMARINA TEIXEIRA CARDOSO
Gerência de Gestão da Educação na Saúde
Departamento de Gestão do Trabalho e Educação



CONSUELENA LOPES LEITÃO
Pesquisador (a) Responsável

17654978847
CPF

11/08/2016
DATA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROPESP - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PPGAS- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UFAM
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Informamos para os efeitos que se fizerem necessários que temos conhecimento, concordamos e autorizamos a execução da pesquisa LIMITES E POSSIBILIDADES: UMA APROXIMAÇÃO DA REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL, realizada no Creas, pelos integrantes da equipe de pesquisadores responsáveis. Sabemos que o propósito científico da pesquisa é o de fazer uma análise dos serviços de atendimento a crianças vítimas de abuso sexual nesta instituição, para uma aproximação maior com esta realidade o que trará mais conhecimento para atuação dos profissionais que atendem na rede de proteção da criança e do adolescente.

Local e data: Manaus, 06/06/12

Responsável pela instituição

Dariana Zuleica Correa Lopes
Subsecretária Municipal de Assistência
Social e Direitos Humanos
SEMASDH

Responsável pela pesquisa:
(92) 99112164 (Dra. Raquel Wiggers) e
(92)88316662 (Pesquisadora Consuelena Lopes Leitão)
ou pelos e-mails raqwig@hotmail.com e consuelena@gmail.com

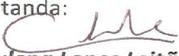
CARTA DE ANUÊNCIA

Utilizo-me desta pata informar que o Projeto Limites e Possibilidades: **Uma tentativa de aproximação com a realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na Cidade de Manaus**, tendo como Pesquisadora Responsável Raquel Wiggers e sua orientanda Consulena Lopes Leitão tem autorização para realizar coleta de dados estatísticos e estuda da dinâmica de funcionamento do Serviço de Atendimento à Vitimas de Violencia Sexual – SAVIS Dona Lindú, no Instituto da Mulher Dona Lindú, mediante Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, conforme requisitos da Resolução 466/2012.

O Instituto da Mulher Dona Lindú e a Secretaria de Estado de Saúde não serão responsáveis pelos custos da pesquisa e todos os procedimentos referentes a mesma serão de responsabilidade da Pesquisadora / Orientanda.

A pesquisadora responsável / orientanda também se compromete a, mediante esta AUTORIZAÇÃO, enviar a Direção do instituto da Mulher Dona Lindú e a Secretaria de Estado de Saúde, os resultados finais da pesquisa realizada e, sempre que necessário, deverá responder quaisquer questionamentos sobre a mesma.

Orientanda:


Consulena Lopes Leitão

Cpf: 176549788-47


Antônio Daniel S. de Almeida

Gerencia de Desenvolvimento de Recursos Humanos – DGRH/SUSAM

Manaus, 12 de agosto de 2016.


WAGNER WILLIAM DE SOUZA

Secretario Executivo de Atenção Especializada da Saúde da Capital/ SUSAM.

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

AOS PARTICIPANTES

Convido você a participar do Projeto de Pesquisa intitulado “**Limites e possibilidades: Uma tentativa de aproximação antropológica da realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na cidade de Manaus**”, da pesquisadora Consuelena Lopes Leitão sob a orientação da Professora Doutora Raquel Wiggers.

Este estudo trata de possibilidades de aproximação da realidade de adolescentes em situação de exploração sexual, trata também das contribuições sobre a lógica de funcionamento das redes de relacionamento com as quais a jovens tem contato. Esta pesquisa pode apresentar ganhos secundários, como a de criar reflexões sobre possibilidades de atuação dos profissionais da Rede Proteção para uma atuação mais aproximadas da realidade de adolescentes em situação de exploração sexual.

Será realizada a abordagem com os atores sociais das redes de relacionamento das adolescentes, considerando um levantamento sobre: as vivências das jovens, o significado da exploração sexual, a idade do consentimento e as intervenções das redes.

Os dados serão coletados através de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas. As informações que serão prestadas a entrevistadora serão **confidenciais**, ou seja, nenhuma outra pessoa vai saber e não serão utilizadas para outro fim. Em todas as abordagens constará a observação direta da pesquisadora. A pesquisa não oferece **nenhum** tipo de **risco** aos participantes e você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar dela . O nome do participante não vai aparecer na publicação dos dados, tendo a liberdade para se **recusar** a participar da pesquisa ou **retirar** seu consentimento a qualquer momento, estando salvo de que não sofrerá nenhum prejuízo ou penalidade. Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o (a) pesquisador(a) pelo telefone (92) 988316662 – consuelena@gmail.com ou Comitê de Ética em Pesquisa - CEP UFAM, Fone: (92) 3305-5130, E-mail:cep@ufam.edu.br.

Manaus, dede 201.....

Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar voluntariamente da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa